



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto

**A CONSTRUÇÃO DE SABERES NO MOVIMENTO DE MULHERES
CAMPONESAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE SEMENTES
CRIOULAS NO OESTE DE SANTA CATARINA – BRASIL**

Santa Cruz do Sul
2017

Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto

**A CONSTRUÇÃO DE SABERES NO MOVIMENTO DE MULHERES
CAMPONESAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE SEMENTES
CRIOULAS NO OESTE DE SANTA CATARINA – BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Doutorado - Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Elisabeta Etges

Coorientadora: Profa. Dra. Erica Karnopp

Santa Cruz do Sul
2017

Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto

**A CONSTRUÇÃO DE SABERES NO MOVIMENTO DE MULHERES
CAMPONESAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE SEMENTES
CRIOULAS NO OESTE DE SANTA CATARINA – BRASIL**

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado - Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Dra. Virginia Elisabeta Etges
Professora orientadora - UNISC

Dra. Erica Karnopp
Professora coorientadora

Dr. Marco Cadoná
Professor examinador - UNISC

Dra. Cidonea Machado Deponti
Professora examinadora – UNISC

Dra. Isaura Isabel Conte
Professora examinadora – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Professora examinadora – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Santa Cruz do Sul
2017

Às mulheres camponesas do MMC, em
homenagem aos 35 anos de semeaduras,
plantando na terra os brotos feito saberes de
justiça, de igualdade e de transformação
social!

Às lutadoras e lutadores da Pátria grande que
seguem em marcha na luta por um novo
amanhecer!

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é, acima de tudo, um processo que se constrói gradativamente, e a muitas mãos. Ao agradecer às boas energias do além, explico o desejo de que a gratidão por este tempo se estenda a todos/as que de uma ou de outra maneira estiveram envolvidos/as. Que ninguém fique de fora. Obviamente, faz-se necessário tornar públicos os nomes daqueles e daquelas que, por variadas razões, neste período, estiveram muito próximos ou, pela circunstância, dialogamos um pouco mais! Todos/as vocês sabem que prosseguiremos nesse desafio e a tese não é um fim em si, mas cumpre papel de mediação nessa travessia.

Agradeço, em primeiro lugar, a contribuição ímpar e sem igual de minha orientadora, profa. Dra. Virginia Elisabeta Etges, que, com a coorientadora profa. Dra. Erica Karnopp, dedicaram-se de forma exigente, criteriosa, sábia e exemplar para que este tempo de construção do conhecimento se configurasse numa empreitada mais agradável, sólida e profícua.

Destaco aqui minha gratidão ao prof. Dr. Marco Cadoná e profa. Dra. Cidonea Machado Deponti, pelos apontamentos realizados em diferentes momentos, entre eles, a elaboração do projeto durante os seminários de tese. Estendo meu agradecimento a todos/as os/as professores/as do PPGDR, pelas contribuições realizadas no percurso de elaboração do referido projeto. Sou grata à Carolina de Oliveira, Marleti Silveira da Silva e Grasiela da Conceição, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela atenção, empenho e apoio durante o curso de doutorado.

Agradeço à Banca de qualificação do projeto composta pela profa. Dra. Virginia Elisabeta Etges, Profa. Dra. Erica Karnopp e pelo prof. Dr. Marco Cadoná, do PPGDR/UNISC, juntamente com a Profa. Dra. Isaura Isabel Conte, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), pelas valorosas contribuições oferecidas.

Minha gratidão à profa. Bruna Medeiros, mestre pelo PPGDR/UNISC, companheira de todas as viagens, colega e amiga, pela troca de ideias, pelas motivações, pelos ideais e, principalmente, pelo tempo que tivemos para nos enriquecer, nos fortalecer e assim seguir em frente. Aos/às colegas de doutorado, entre os/as quais nomeio Verenice Zanchi, Mariana Barbosa de Souza e João Paulo Reis Costa, interlocutores diretos nas problematizações, trocas, intercâmbios e perspectivas humanitárias de sociedade.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de recursos financeiros por meio da bolsa de estudos/pesquisa.

Gratidão aos membros da banca, por aceitarem o convite para lerem e avaliarem este escrito e pela honra de suas presenças.

Minha gratidão aos colegas de diferentes universidades: da Unochapecó: À Profa. Dra. Arlene Renk, pesquisadora da região Oeste Catarinense e estudiosa das causas das mulheres camponesas, considerada pelo MMC/SC, fonte de inspiração para a continuidade de novas pesquisas. Ao Prof. Dr. Leonel Piovezana, que me motivou para assumir o desafio deste doutorado. Ao Prof. Dr. Edivaldo José Bortoleto, pelas valorosas reflexões, diálogos e contribuições durante a elaboração dos escritos. Ao Prof. Dr. Mauricio Roberto da Silva, por ter dedicado maior atenção aos estudos e pesquisas dos Movimentos Populares, principalmente do MMC, pela força, pelo encorajamento, críticas, trocas de ideias e contribuições constantes. Da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR Câmpus de Pato Branco): à Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernartt, pelo aprendizado e por suas valorosas contribuições. Da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS Câmpus Chapecó): ao Prof. Dr. Willian Simões, pela troca, pelo diálogo, pelas críticas e observações que resultaram em contribuições na escrita final deste texto. À Profa. Valdete Boni, pelas trocas de ideias e reflexões realizadas.

Agradeço em especial: à mestranda do PPGE da Unochapecó, militante do MMC, companheira exemplar, Zenaide Collet, interlocutora permanente que, além de me incentivar a realizar a seleção de doutorado, dividiu momentos de companheirismo na práxis camponesa feminista, na elaboração e revisão textual, sem deixar de prestar seu apoio cuidadoso para com nosso guerreiro Matheus, nesse tempo de tantos desafios; à Dra. Marília Pizzatto, colega de graduação, pelo reencontro em tempos de doutorado e nele os diálogos e apontamentos nessa trajetória; à Dra. Roberta Traspadini, companheira incansável na luta internacional socialista, pelos indicativos de estudo e pelo apoio.

Ao Movimento de Mulheres Camponesas, que permitiu a realização da pesquisa, particularmente me dirijo às mulheres camponesas participantes dos CECs, entrevista e autobiografia que, dispondo de suas experiências e de seus tempos, possibilitaram a realização desta tese: Adélia Schimitz, Adriane C. Z. Zardo, Andréia da Silva Fossá, Carmem da Rosa Kilian Munarini, Catiana Munarini da Silva, Claudete Teresinha Jungs, Cleusa Ludwig Facio, Eni de Menezes Barp, Eraci Terezinha Eichebberger Seibert, Geneci Ribeiro dos Santos, Geni Kilian Pedroso, Iracy Lourdes Trucollo Colombo, Irene Persch, Ivania Julieta Simoni Menegotto, Izanete R. S. Durlo, Jacinta Cecília Klein, Joana Fernandes Sebben, Josefina M. Nespolo, Justina Inês Cima, Lourdes Bodanese, Lourdes Giroto Guaragni, Lucimar Margarete Roman, Lurdes Sarto Cathania Zei, Maria Carmen Vieiro, Maria Helena B. Ceatto, Maria Helena Kirchner, Marinês Rosa Palavicini Sotili, Marilene Anghinoni Arcari, Miriam Justina Dala Vechior, Nailda de Moraes Menegotto, Nelci Marafon Baggio, Noeli Taborda,

Rosalina Nogueira da Silva, Tânia Vanin Baggio, Teresinha Madalozzo Klein, Terezinha Agustineto Beneti, Zelinda Basego Pecin, Zenaide Collet, Zenaide Teresa Millan da Silva.

Agradeço ao Pe. Reneu Zortea e ao Pe. Ivo José Oro, pelas contribuições neste texto que, desde o espaço das CEBs, através da TdL, tornam viva a reorientação da igreja da diocese de Chapecó, ressignificando, a partir da memória, o surgimento dos Movimentos Populares do Campo na região oeste de Santa Catarina.

À Marcia Etges Genehr pelo empenho e rigor nos trabalhos de revisão final.

Gratidão às primas Beloni e Marlise, bem como seus familiares em Santa Cruz do Sul, pela acolhida em suas casas, oferecendo-me estadia durante todo o tempo de doutorado.

A minha família, que, mesmo de longe, manifestou solidariedade e força. Minha querida mãe, Gentile, mulher camponesa e professora, obrigada pelas orações, pelo exemplo, pela sua presença no meio de nós, por ter me acompanhado em todas as viagens a Santa Cruz do Sul, monitorando as idas e as voltas!

Companheiro e incansável Darci. Sem a sua dedicação junto ao nosso guerreiro Matheus, eu não teria chegado até aqui. Obrigada Sempre!

Querido filho Matheus. Obrigada pela compreensão, pelos ensinamentos. É edificante chegar este dia com você ao nosso lado!

Duerme Negrito¹

Duerme, duerme negrito
Que tu mama esta en el campo
Negrito
Duerme, duerme negrito
Que tu mama esta en el campo
Negrito
Te va a traer codornices para ti
Te va a traer muchas cosas para ti
Te va a traer carne de cerdo para ti
Te va a traer muchas cosas para ti
Y si negro no se duerme
Viene diablo blanco
Y sale comen la patita
Yakupumba Yakupumba
Apumba Yakupumba Yakupumba Yakupumba
Duerme, duerme negrito
Que tu mama esta en el campo
Negrito
Duerme duerme negrito
Que tu mama esta en el campo
Negrito
Trabajando
Trabajando duramente
Trabajando, si
Trabajando y no le pagan
Trabajando, si
Trabajando y va cosiendo
Trabajando, si
Trabajando y...

(Letra de Victor Jara, interpretada por Mercedes Sosa - *In Memoriam*).

¹ *Duerme Negrito* é uma canção de ninar muito popular na América Latina, originária da área de fronteira entre a Venezuela e a Colômbia. Foi compilada por Atahualpa Yupanqui quando visitava a região e popularizada por ele e também por outros músicos, como Victor Jara, Mercedes Sosa, Jayme Amatnecks, Alfredo Zitarrosa e Daniel Viglietti, quando em turnê ao redor do mundo. A canção é cantada por uma negra escrava para a criança que foi deixada sob seus cuidados, e diz para que ela adormeça, pois sua mãe está trabalhando nos campos e vai trazer-lhe guloseimas e que se ela não adormecer o diabo branco, ou seja, o feitor de escravos, virá para comer seus pequenos pés. Em 2015, a interpretação para coro a capela de Jayme Amatnecks, com arranjo de Emiglio Solé, foi incluída no curta metragem espanhol Paseo de los Melancolicos, 9-3-B-28005-Madrid, do eminente diretor espanhol Miguel Trudu, indicado para o Festival de Cannes 2017.

RESUMO

A presente tese de doutorado analisa a construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, a partir do Programa de Sementes Crioulas, no oeste de Santa Catarina – Brasil. Partimos do princípio de que toda prática social produz conhecimento, desconstruindo a ideia de que haja apenas um conhecimento. Esse processo recupera e ressignifica valores presentes nas práticas e saberes tradicionais dos povos negros, caboclos, indígenas, bem como as lutas de resistência desses povos e das Ligas Camponesas, que sofreu impactos contextualizados no processo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. As mulheres camponesas em movimento no MMC, antes invisibilizadas, na medida em que foram construindo práticas, elaborando saberes, foram também ressignificando e assumindo-se em sua identidade camponesa feminista. Participaram e criaram estratégias de lutas específicas e gerais, individuais e coletivas, de produção e reprodução da vida, na militância e fora dela. Cursos, trabalhos de base, lutas específicas e gerais, conjunturais e estruturais constituíram e fortaleceram a construção de saberes que foi gradativamente possibilitando novas formas de enfrentar as contradições vividas no campo. Nesse contexto, através da práxis, foram demarcando outras perspectivas, fazendo com que essa experiência fosse repercutindo no território, ali se fortalecendo e ganhando novos contornos. A questão de Pesquisa que nos colocamos foi: Como as práticas históricas e sociais das mulheres camponesas em movimento condicionam a produção de saberes e de fazeres no MMC no oeste catarinense? Para mostrar como esse processo foi se materializando, optamos pela abordagem materialista histórico-dialética. Para a coleta de dados, os procedimentos adotados foram autobiografias, entrevistas e Círculos Epistemológicos de Cultura – CECs, que foram registrados e acompanhados no diário de campo. Junto a isso, utilizamos fontes do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM e do próprio Movimento, entre eles, informativos, arquivos, cartilhas, sítios eletrônicos, além da pesquisa bibliográfica. O recorte do tema tem como foco o Programa de Sementes Crioulas do MMC/SC. Em relação ao aprendizado considerado mais expressivo da pesquisa, evidenciamos que essa experiência inaugura e propõe uma Perspectiva Epistemológica Feminista Camponesa em construção no MMC. A pesquisa apontou especialmente aquilo que não está aparente, mas que é inerente ao processo social. Possibilitou-nos uma análise do processo de constituição do MMC sob a ótica dos saberes, da construção do conhecimento que se efetiva no contraditório. As próprias mulheres camponesas, durante a participação nos CECs, foram apresentando impasses, dificuldades e desafios enfrentados no dia a dia.

Palavras-chave: Saberes. Conhecimento. Experiência. Feminismo camponês.

ABSTRACT

The present doctoral thesis analyzes the construction of knowledge in the Movement of Peasant Women – MMC, from the Program of Sementes Crioulas, in the west of Santa Catarina - Brazil. We assume that every social practice produces knowledge, deconstructing the idea that there is only one knowledge. This process recovers and re-signifies values present in the traditional practices and knowledge of the black, caboclos and indigenous peoples, as well as the resistance struggles of these peoples and of the Peasant Leagues, which suffered contextualized impacts in the process of capitalist development in the Brazilian countryside. Peasant women in the movement of the MMC, previously invisible insofar as they were constructing practices, elaborating knowledge, were also re-signifying and assuming themselves in their feminist peasant identity. They participated and created strategies of specific and general struggles, individual and collective, of production and reproduction of life, in militancy and outside it. Courses, basic works, specific, and general, conjunctural and structural struggles constituted and strengthened the construction of knowledge that was gradually enabling new ways of facing the contradictions experienced in the countryside. In this context, through the praxis, they were demarcating other perspectives, causing this experience to be reflected in the territory, there becoming stronger and gaining new shapes. The question of research that we put on was: How do the historical and social practices of peasant women in movement condition the production of knowledge and events in the MMC in the west of Santa Catarina? To show how this process has been materializing itself, we opted for the dialectical historical materialist approach. For data collection the procedures adopted were autobiographies, interviews and Epistemological Circles of Culture which were recorded and tracked in the field diary. Along with this we used sources from the Memory Center of the West of Santa Catarina – CEOM and from the Movement itself, among them, informative, archives, booklets, sites besides bibliographical research. The focus of the theme is the Program of Sementes Crioulas of MMC/SC. In relation to the learning considered more expressive of the research, we highlighted that this experience inaugurates and proposes a Peasant Feminist Epistemological Perspective in construction in the MMC. The research pointed especially to what is not apparent, but which is inherent in the social process. It enabled us to analyze the process of constituting the MMC from the viewpoint of studies, from the construction of knowledge that is effective in the contradictory. The peasant women themselves during the participation in the ECCs, presented impasses, difficulties and challenges faced in the day-to-day.

Keywords: Studies. Knowledge. Experience. Peasant feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Locais dos Círculos Epistemológicos de Cultura.....	49
Figura 2 – Municípios Sedes de Regionais do MMC participantes da pesquisa.....	50
Figura 3 – Municípios participantes dos Círculos Epistemológicos de Cultura.....	51
Figura 4 – Participantes do Círculo Epistemológico de Cultura, Marema/SC.....	52
Figura 5 – Participantes do Círculo Epistemológico de Cultura, São Miguel D'Oeste/SC	52
Figura 6 – Momento de apresentação das participantes, CEC Chapecó/SC	54
Figura 7 – Teia das propostas, CEC São Miguel D'Oeste/SC	57
Figura 8 – Concepções das pesquisadas sobre feminismo e feminismo camponês	151
Figura 9 – Concepções sobre o feminismo em relação às lutas populares e em relação à participação política da mulher na sociedade	153
Figura 10 – Pequenos animais, propriedade de Rosalina, CEC Chapecó/SC	162
Figura 11 – Remédios caseiros/alternativos, casa de Rosalina, Chapecó/SC	162
Figura 12 – Amostra pedagógica, Associação Pitanga Rosa, Chapecó/SC.....	164
Figura 13 – Grupo de produção de sementes crioulas, comunidade Faxinal dos Rosas, Chapecó/SC	166
Figura 14 – Significados atribuídos pelas pesquisadas em relação à ação da Aracruz Celulose, ocorrida em 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro (RS)	177
Figura 15 – Levantamento sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas relativas ao MMC	182
Figura 16 – Fontes encontradas na pesquisa que fundamentam uma perspectiva epistemológica feminista camponesa em construção no MMC	187

LISTA DE SIGLAS

ADP	Assembleia Diocesana de Pastoral
AINMTR	Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras
ANMTR-SUL	Articulação Nacional de Mulheres trabalhadoras do Sul/Brasil
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEC	Círculo Epistemológico de Cultura
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CIIC	Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CLACSO	Centro Latino Americano de Ciências Sociais
CLOC	Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FES	Formação Econômica Social
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da região Sul do Brasil
GEBAM	Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GEP	Grupo de Elaboração e Proposição
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MC	Manifesto Comunista
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR/NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NMS	Novos Movimentos Sociais
OMA/SC	Organização de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
ONGs	Organizações não Governamentais
PIS	Programa de Integração Social
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PPGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional
PT	Partido dos Trabalhadores
SINPROFAZ	Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
TdL	Teologia da Libertação
UNB	Universidade de Brasília
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	15
1	INTRODUÇÃO	28
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE DE CONSTRUÇÃO DOS SABERES NO MMC/SC	35
2.1	A abordagem materialista histórica-dialética	36
2.2	Procedimentos de coleta e sistematização dos dados	43
3	CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO	59
3.1	Agricultura familiar e camponesa	67
3.2	O trabalho camponês e as mulheres	71
3.3	Os significados do conceito de camponês a partir do MMC	75
4	TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM MOVIMENTO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE	81
4.1	A formação da região oeste catarinense	82
4.2	A Teologia da Libertação e os Movimentos Populares do Campo após 1970	89
4.3	O Movimento de Mulheres Camponesas/SC e a construção de saberes/conhecimento	100
5	REPERCUSSÃO DA PRÁXIS DAS MULHERES EM MOVIMENTO NO TERRITÓRIO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE	121
5.1	O Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças	121
5.2	O MMC na perspectiva de uma epistemologia feminista	132
5.2.1	Feminismo e as características do feminismo camponês a partir das mulheres camponesas	149
5.3	O Território como lugar da práxis	154
6	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS DE MULHERES CAMPONESAS EM MOVIMENTO NO OESTE CATARINENSE	159
6.1	Práxis como processo de construção de saberes a partir da experiência camponesa	159
6.2	Práxis na resistência e enfrentamento	172
6.2.1	Narrativas sobre significados e razões em relação à ação da Aracruz Celulose ...	175

6.3	Uma perspectiva epistemológica em construção no Movimento de Mulheres	
	Camponesas	183
7	CONCLUSÕES	190
	REFERÊNCIAS	200
	APÊNDICES	213
	APÊNDICE A – Questões para autobiografia de mulheres envolvidas no programa de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC	214
	APÊNDICE B – Autobiografia de Zenaide Collet do MMC/SC	216
	APÊNDICE C – Autobiografia de Carmen Rosa Kilian Munarini	229
	APÊNDICE D – Autobiografia de Rosalina Nogueira da Silva	234
	APÊNDICE E – Questões para levantar as discussões no Círculo Epistemológico de Cultura	237
	APÊNDICE F – Roteiro das entrevistas com as mulheres camponesas que participam do programa de sementes crioulas do MMC/SC	238
	APÊNDICE G – Hino do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina	239
	APÊNDICE H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	240
	APÊNDICE I – Termo de Consentimento para uso de imagem e voz	242

APRESENTAÇÃO

A trajetória de luta das mulheres camponesas em movimento no MMC/SC se dá em profunda ligação com a experiência da classe trabalhadora e tem-se pautado tanto pela resistência quanto pelo enfrentamento ao sistema de opressão/exploração historicamente em curso. Início esta apresentação transcrevendo um trecho de Engels (1985), mesmo que seja um tanto extenso, por entender que manifesta e expressa minhas profundas convicções em relação às mulheres trabalhadoras camponesas e aos trabalhadores do campo e da cidade que, incansavelmente, seguem lutando:

É a vós que dedico uma obra onde tentei descrever aos meus compatriotas alemães um quadro fiel das vossas condições de vida, dos vossos sofrimentos, vossas lutas e esperanças. Vivi muito tempo entre vós para ficar bem informado das vossas condições de vida; consagrei a mais séria atenção a conhecer-vos bem; estudei os mais diversos documentos oficiais e não oficiais que tive a possibilidade de consultar; não foi suficiente; não era um conhecimento abstrato do meu assunto que me interessava, queria conhecervos nas vossas casas, observar-vos na vossa existência cotidiana, falar das vossas condições de vida e dos vossos sofrimentos, testemunhar as vossas lutas contra o poder social e político dos vossos opressores. Eis como procedi: renunciei à sociedade e aos banquetes, ao Porto e ao Champagne da classe média², e consagrei quase exclusivamente as minhas horas vagas ao convívio com simples trabalhadores; estou ao mesmo tempo orgulhoso e feliz por ter agido deste modo. Feliz, porque assim vivi muitas horas alegres, enquanto aprendia a conhecer a vossa verdadeira existência – muitas horas, que, se assim fosse, teriam sido desperdiçadas em conversas convencionais e em cerimônias reguladas por uma aborrecida etiqueta; orgulhoso porque tive assim ocasião de fazer justiça a uma classe oprimida e caluniada à qual, apesar de todos os seus efeitos e de todas as desvantagens da sua situação, só poderia recusar estima quem tivesse alma de um comerciante inglês; [...] Graças às vastas possibilidades que tinha de observar ao mesmo tempo a classe média, vossa adversária, cheguei rapidamente à conclusão que têm razão, muita razão, em não esperar dela nenhuma ajuda. Os seus interesses e os vossos são diametralmente opostos, se bem que ela procure sem cessar firmar o contrário e vos queira fazer crer que sente pela vossa sorte maior simpatia. Os seus atos desmentem suas palavras. Espero ter apresentado provas suficientes de que a classe média – apesar de tudo o que afirma – não tem, na realidade, outra finalidade que não seja enriquecer-se à custa do vosso trabalho, enquanto pode vender o produto dele, e deixar-vos morrer de fome, quando já não pode tirar lucros desse comércio indireto da carne humana. Que fizeram eles para provar que vos querem bem, como o afirmam? Alguma vez dedicaram a mínima atenção aos vossos sofrimentos? [...] Não, nunca o fizeram; são coisas de que não gostam de falar. [...] constatee que sois homens, membros da grande família internacional da humanidade, que reconhecestes que os vossos interesses e os de todo gênero humano são idênticos; e é sob o título de membros da família “una e indivisível” que a humanidade constitui, a esse título de “seres humanos”, no sentido mais amplo do termo, é que eu, e muitos outros no continente vos saudamos pelos vossos progressos em todos os campos e que vos desejamos um rápido êxito. Para frente no caminho que vos engajastes! Muitas felicidades vos aguardam; continuai firmes, não vos deixes desencorajar; o vosso êxito é certo e cada passo à frente, neste caminho que tendes de percorrer, servirá à nossa causa comum, a causa da humanidade. Barmen (Prússia Renana), 15 de março de 1845. Friedrich. Engels. (ENGELS, 1985, p. 37).

² Engels refere-se às revoltas dos tecelões em 1844. Na Silésia, as tropas intervieram, principalmente em Langenbielau, e esmagaram a revolta com sangue. Na Boêmia, no mesmo ano, nos distritos de Leitmeritz e de Praga, os trabalhadores tomaram de assalto às fábricas têxteis e destruíram as máquinas.

Estou consciente que me encontro numa situação de fronteira, entre academia e militância, e essa consciência também faz parte do processo vivido durante todo tempo de doutoramento, aflorando ora mais ora menos nos seminários de pesquisa, bem como nas próprias intervenções em sala de aula. Inclusive e centralmente durante a escrita desta tese, pensei-me na relação que vivo no tempo-espço como intelectual militante³, correndo sempre o risco de não equilibrar as ponderações assumidas.

Intencionalmente, como educadora, desejo evidenciar aqui a inspiração no modo global à maneira como Saviani (2000) vai construindo sua perspectiva teórico-metodológica na sua forma de pensar dialeticamente ao tratar sobre os problemas da educação brasileira. Com isso quero assumir desde já uma postura investigativa que corre riscos. Mas que essa não seja motivo para negar uma trajetória de vida na luta, e que, na academia, se expressa pela opção teórico-conceitual-metodológica e epistêmica por mim assumida. Assim,

[...] o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente. (SAVIANI, 2000, p. 13).

Escolhi não ficar indiferente, nem mesmo deixar sem registrar que esta tese está sendo escrita e defendida num momento conjuntural golpeado⁴ pelo retrocesso de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em nosso País, sendo que as mais afetadas são as mulheres camponesas. E elas evidenciaram isso na pesquisa de campo. Vivemos um dos mais duros golpes à democracia, que se manifesta pela perda e retrocesso de direitos nas Reformas da Previdência, Reforma Tributária e Reforma Trabalhista, entre outros. Entendo que escrever uma tese sem um posicionamento claro frente ao contexto em que se desenha a pesquisa não é coerente com a postura de quem pensa o mundo, a vida e as relações a partir dos “de baixo”⁵.

³ O intelectual militante é uma expressão de Florestan Fernandes. Em uma de suas passagens na obra *A Pessoa e o Político*, diz: “[...] o que é incontestável é que o circuito de afirmação inconformista do intelectual militante transcendeu a órbita do chamado radicalismo burguês. E mesmo quando ele se atualizou nessa direção, acompanhando opções ideológicas próprias ou os movimentos sociais espontâneos, esse intelectual lutou pela democracia como um estilo de vida, pela democracia com desenvolvimento e participação plena, pela democracia com controle popular do poder e do Estado, opondo-se à democracia restrita, que consagra a prepotência dos poderosos, a continuidade da contra-revolução e a exuberância do Estado autocrático.” (FERNANDES, 1981, p. 230).

⁴ Estamos nos referindo ao golpe parlamentar que afastou do cargo a Presidenta Dilma, sem provas cabais de que tenha cometido crime de responsabilidade. Esse processo afronta os direitos, as políticas públicas, a democracia, gerando graves consequências para os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, principalmente para as mulheres camponesas e camponesas.

⁵ Os “de baixo” adquire, neste contexto, o mesmo sentido da expressão utilizada por Thompson (1981), indicando outras maneiras de pesquisar as experiências de trabalhadores/as para além do econômico,

Meu interesse aqui é deixar claro que o contexto no qual estou escrevendo pode ser sintetizado como um momento de desrespeito para com a inteligência da classe trabalhadora, das mulheres camponesas e de todas as categorias que lutaram e continuam lutando pela democracia e pelo não retrocesso de direitos em nosso País.

Creio e estou convicta de que tal posicionamento assumido ao elaborar e defender esta tese em nada diminui a tarefa eminentemente caracterizada pela academia. Disso estou bem consciente e espero corresponder ao que me propus, porém, repito, sem negar o enraizamento da trajetória própria, particular e pessoal na experiência pesquisada. Destacarei aqui alguns momentos de minha trajetória enquanto pesquisadora militante e militante pesquisadora junto à experiência das mulheres camponesas e do MMC, que têm me instigado, ao longo dos 30 anos de militância, a compreender melhor que perspectiva de construção do conhecimento está em curso nesta experiência. E isso não se faz com neutralidade científica.

O texto todo expressará essa dupla sintonia entre a teoria/prática, entre a militância/academia. Talvez uma das maneiras mais simples para expressar tal perspectiva, esteja na decisão de ter escolhido como fio condutor que liga um capítulo a outro, as epígrafes de alguns/algumas pensadores/pensadoras, mas principalmente das principais canções que sustentaram as místicas nas batalhas enfrentadas. Isso também caracteriza minha trajetória na luta, visto que fui me constituindo em meio aos enfrentamentos, também em cima de caminhões animando atos, protestos e manifestações públicas, enfrentando duras situações, puxando gritos de ordem e cantando muitas canções.

Parto da compreensão de que o exercício da práxis militante encontra na reflexão fonte para sua continuidade e vice-versa, já que não existe separação entre teoria e prática. Também considero necessário ressaltar que o fato de assumir-me como militante orgânica não significa reafirmar uma espécie de basismo social, pois entendo que este é tão problemático quanto o elitismo acadêmico. Postura como essa se configura como a própria negação da práxis. Freire (2006) explica que o basismo enfatiza a prática distante da teoria. De certa forma, rejeita o rigor e seriedade intelectual e se constitui tão autoritário quanto o elitismo.

O erro do basismo não está em valorar as bases populares, mas fazê-las depositárias únicas da verdade e da virtude. O seu erro não está também em criticar, negar, recusar o intelectualismo academicista, o teorismo arrogante, mas em rejeitar a teoria mesma, a necessidade do rigor, da seriedade intelectual. (FREIRE, 2006, p. 135).

contemplando seus modos de vida, valores, lutas cotidianas, relacionadas a uma outra maneira de tratar a luta de classes em seu processo histórico, evidenciando o engajamento de quem pesquisa.

Tal reflexão se torna oportuna não apenas para evidenciar de imediato que o lugar de onde escrevo é o campo da educação/educação popular, da interdisciplinaridade apreendida na luta em organizações populares e na academia. Faço questão de destacar o processo de doutoramento ocorrido por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, onde a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade são determinantes. Mas também, para afirmar que o discernimento e a consistência de uma determinada teoria têm suas origens em processos históricos e sociais. São, por assim dizer, contribuições datadas, históricas, vividas a partir da experiência social.

Como forma de expressar sentimentos e percepções a partir da experiência vivida, utilizar-me-ei, nesta apresentação pessoal e no decorrer da escrita da tese, da metáfora do “romano”, do “romantismo” (SAFFIOTI, 2004), compreendendo que tudo está entrelaçado, imbricado, relacionado. O todo tem a ver com as partes e as partes interligam-se no todo. Refiro-me à própria trajetória de vida e de luta que se constitui neste processo em análise, e nele me incluo como sujeito em permanente processo de construção/desconstrução.

Para Freire (1986), “[...] ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador”. A gente vai se construindo na prática e na reflexão sobre a prática. Isso vale tanto para a militância quanto para a academia e vice-versa, num profundo entendimento de que “[...] temos, na verdade, que respeitar a linguagem popular, tanto quanto temos que respeitar o conhecimento das classes populares para, com elas, ir além dele” (FREIRE, 2006, p. 139).

Tomo como referência e embasamento algumas orientações de Irany Novah Moraes (1992) e Edivaldo Machado Boaventura (1995). Esses autores concebem o memorial como uma forma de reconstituir reflexivamente a própria existência. Para Moraes (1992), memorial é um retrato crítico de um indivíduo visto a partir de múltiplas facetas, através dos tempos, que possibilita inferências de suas capacidades. Para Boaventura (1995), além de crítico, é autocrítico, que conduz à avaliação dos resultados obtidos na trajetória da carreira científica.

Ao estabelecer um olhar para minha infância, posso afirmar que foi mesclada pela vida no campo e também na pequena cidade de Crissiumal – RS. Lá “no interior”, minha mãe era professora na comunidade Barra do Lajeado Grande e meu pai, agricultor, com apenas cinco hectares de terra, onde plantava de tudo para o autossustento de uma família de sete filhos⁶.

⁶ Somos uma família de quatro mulheres - Claudete Terezinha Kroth Gregolin, Maria Clair Kroth (*In Memoriam*) Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto, Edileusa Kroth de Lima – e três homens – Claudio Luiz Kroth, Gilson Clóvis Kroth e Gilberto José Kroth. Mãe: Gentile De Nardi Kroth. Pai: Osvaldo Kroth (*In Memoriam*).

Como forma de ampliar a renda familiar, meu pai viajava com sua “C10” para outras cidades⁷, onde vendia frutas, ovos, galinha caipira e outros alimentos produzidos “na roça”. Comprava dos vizinhos a maior parte da carga, pois, além da pouca terra, não dispunha de mão de obra suficiente para um trabalho mais ousado.

Ali se vivia modestamente. Nunca faltou comida, nem por isso a vida era de abundância. Assim como é a vida da maioria dos camponeses/as que, com o trabalho árduo, conquistam o seu autossustento. Aos nove anos, fui morar com a tia Libera e o tio Anselmo na cidade de Crissiumal. Estava na segunda série e lá fiquei até a 4ª série. Voltei a morar com a família até os 15 anos, quando saí definitivamente de casa para estudar. Cursei o primeiro e segundo grau no Colégio Medianeira em Santa Maria / RS. Foi nesse período (1979-1981) que tive os primeiros contatos com a experiência da Teologia da Libertação – TdL que abriu meus horizontes e me fez compreender melhor as contradições da vida, da sociedade, do capital.

Cheguei em Quilombo/SC no ano de 1986, na Paróquia Santa Inês, diocese de Chapecó e ali assumi o papel de agente de pastoral. Na época, também como religiosa pertencente à Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição – CIIC. Foi na vida religiosa que os elementos da utopia do reino advindos do cristianismo e traduzidos pela TdL em paisagens Latino-Americana e Caribenha à luz do Vaticano II que, junto com Dom José Gomes e tantos/as outros/as que estão circunscritos neste horizonte, identificava-me e me comprometia com a igreja das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Conhecida como Igreja dos pobres, das minorias, das mulheres, dos sem-terra, dos atingidos por barragens, dos povos indígenas, entre outros. Nesse contexto, qualifiquei meu percurso formativo militante, mas sempre feito com um pé na academia.

Ali fui aprendendo, contraditoriamente, que homens e mulheres devem ocupar diferentes espaços. Que temos que superar a nossa própria escravidão. Inegavelmente, nesse mesmo período, deu-se minha inserção junto às mulheres camponesas em movimento no Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina - MMA/SC. Não demorou muito para compreender que os espaços sociais são disputados por homens e mulheres. Há relações de poder ali imbricadas.

Quando nós mulheres íamos pensando sobre a nossa situação, era comum ouvir: “Numa reunião onde tem uma mulher, é um homem a menos”. Isso mostrava, de certa maneira, que a libertação da mulher e a transformação da sociedade só seriam possíveis por meio da luta

⁷ Humaitá, Coronel Bicaco, Campo Novo, Santo Augusto, entre outras da região.

incondicional e que, ficar fora de tais processos, não era uma posição favorável para quem se dizia acreditar no sonho de “mudanças”. A cada nova ação e práticas sociais educativas que ia participando, seja através dos cursos de formação, dos encontros, dos festivais da canção realizados com jovens e também com mulheres trabalhadoras da roça e da cidade, através das celebrações, das Festas da Família Camponesa, dos mutirões das Entidades que reuniam o Movimento Sindical, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT, MMA, entre outros, percebia que ali estava se consolidando um processo de construção de saberes e que um dia poderia se constituir como um objeto de estudo a ser analisado de forma mais aprofundada.

Evidenciava-se em mim um posicionamento cada vez mais engajado e comprometido com as realidades vistas a partir deste lugar. Fortalecia-se o desejo de “mudar o mundo”. Era o que diferenciava a igreja da TdL da igreja tradicional, conservadora. Foi a partir dali que me aproximei das lutas das mulheres agricultoras/camponesas, contribuindo em assessorias de algumas atividades formativas, organizativas e de lutas. Aqui ocorre uma mudança de concepção eclesiológica, cristológica e mariológica⁸, pois meu percurso teórico é marcado, além do filosófico e sociológico, também pelo teológico. As discussões sobre trabalho de base, militância, gênero e classe foram fundamentando a militância e aos poucos fui me aproximando de uma perspectiva materialista histórico-dialética.

Em 1986, a Organização das Mulheres Agricultoras – OMA estava iniciando e tinha apenas três anos de existência. Era um período em que as mulheres iniciavam as discussões das emendas populares para garantir os direitos das mulheres trabalhadoras rurais na Constituição Federal de 1988. A dinâmica do Movimento fazia com que houvesse um grupo representativo de dirigentes e militantes que coordenavam os trabalhos em Brasília enquanto se intensificava um trabalho de base em todo o Estado.

Foi nesse ano de 1986 que aconteceu um dos momentos mais marcantes na luta pelos direitos. A Concentração, em Xanxerê/SC, que reuniu em torno de 15 mil pessoas, sendo a maioria mulheres. Lembro-me que criamos um grupo de animadores/as populares e passamos um mês ensaiando os cantos e gritos de ordem para animação desta concentração. Naquele dia, fizemos o lançamento do Hino do MMA, escrito pela agricultora/camponesa Salete Zeni Fornara (*Apêndice G*).

⁸ Os três termos estão se referindo a mudanças eclesiológicas relacionadas à Igreja, cristológicas indicam outra leitura sobre Jesus Cristo e mariológica inclui outras concepções de Maria/Mulher. Tratam-se de concepções que estabelecem ligações entre as dimensões da fé e da vida, da Fé e da Política concomitantemente.

Os preparativos de faixas, cartazes e bandeiras eram sempre seguidos/mediados de estudos e debates em torno dos direitos das mulheres. Os eventos eram sempre antecedidos de longos processos organizativos e de base. No final daquela concentração, partiram os ônibus com as mulheres que levavam os abaixo assinados para pressionar os deputados e concretizar a conquista da aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens e do Salário Maternidade.

Entre 1987 e 1988, o Salário Maternidade foi aprovado como um direito da mulher trabalhadora rural na Constituição Federal. Em 1989, o deputado federal Antônio Marangon (PT/RS) apresentou o primeiro Projeto de Lei para regulamentar o Salário Maternidade, sendo vetado pelo Presidente Collor no ano de 1991. Esse veto provocou uma nova mobilização das mulheres, ocorrida em maio de 1992, contra o veto de Collor e pelo pagamento das aposentadorias.

Em meio a muita pressão e luta, no dia 31 de agosto de 1993, a força massiva das mulheres em Brasília, o contato direto com o presidente da Câmara e líderes partidários, ocupações nas galerias e panfletagem fez com que fosse aprovado um requerimento para votação do Salário Maternidade em regime de urgência urgentíssima. O Projeto aprovado foi enviado ao Senado. Desde o dia 25 de março de 1994, quando o Projeto foi sancionado e criado o Salário Maternidade, até o dia 14 de julho de 1994, quando este direito foi regulamentado por decreto pelo presidente da República, nós, nos estados e municípios, intensificávamos as lutas nas diferentes instâncias do Movimento.

Desde então, o processo de inserção na militância orgânica perdura até os dias atuais. No contexto dos primeiros tempos dessa organização, tanto na sociedade em geral bem como no interior dos movimentos populares, levantavam inúmeros questionamentos, sendo que o principal deles estava ligado a: por que construir um Movimento específico de mulheres agricultoras, se algumas destas mulheres estavam nos sindicatos, na Igreja, na luta do MAB e do MST?

Nessa questão, é mister dizer que, passados 34 anos de existência do MMC/SC, algumas respostas e muitas novas perguntas seguem desafiando estes e outros mundos do conhecimento a partir da realidade das mulheres camponesas, pois a trajetória das mulheres em movimento, a história do MMC, aponta para uma experiência que caminha em múltiplas dimensões. Algumas delas persistiram na relação militância e academia e são reveladoras desta dupla atuação.

Em 1987, participei do curso em nível superior para capacitação do trabalho com juventude, ministrado pela PUC de Porto Alegre/RS, em que a problemática das mulheres

estava presente, porém sem maior visibilidade e aprofundamento. Em 1993, ao concluir o curso de Pedagogia na Unochapecó (antiga UNOESC), realizei o estágio de vivência com os jovens da Pastoral da Juventude Rural – PJR da Diocese de Chapecó (SC), oportunidade em que trabalhei o conteúdo sobre a Metodologia do Trabalho Popular, que fundamentou a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso abordando o tema relacionado à educação popular e aos processos de debates sobre desenvolvimento regional em que as mulheres participavam e demarcavam as lutas na região oeste catarinense.

Nesse período, no oeste catarinense, estabelecia-se um diálogo permanente entre Movimentos Sociais, Organizações Não Governamentais – ONGs e municípios, na tentativa de se pensar um processo de desenvolvimento regional que abarcasse as problemáticas econômicas, sociais e culturais no âmbito da sociedade civil nesta região. De forma autônoma e independente de qualquer tipo de organização, partido político ou credo religioso, buscavam outras formas de organizar a propriedade e a produção.

Em 1997, realizei uma pesquisa acadêmica buscando compreender melhor como as mulheres agricultoras foram se constituindo enquanto sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que foram moldando o surgimento do MMA/SC, resultando numa primeira dissertação⁹ sobre o tema.

Nesse mesmo ano, no mês de agosto, o MMA reuniu jovens filhos e filhas das mulheres agricultoras e realizou uma caravana apresentando o teatro Guia dos Direitos da Mulher, cujo conteúdo foi baseado no Livro intitulado o *Guia dos Direitos da Mulher*. Assumi a tarefa de transformar o livro numa linguagem própria de teatro e assim o fiz. Criamos as cenas, ensaiamos e percorremos o Estado de Santa Catarina em caravana. Apresentamos o teatro em oito municípios de SC nas seguintes datas e locais: “Em 05.08.1997 – Tijucas; 06.08.1997 - Rio do Sul; 07.08. 1997 - Lages; 08.08.1997 Caçador; 09.08.1997 - Tangará; 10.08.1997 - Faxinal dos Guedes; 11.08.1997 – Chapecó e 12.08.1997 em São Miguel D’Oeste”. (Informativo Encarte Especial, jul./ago., 1997, p. 2).

A caravana foi passando por universidades e espaços comunitários onde fazíamos o debate com a sociedade sobre a importância dos direitos da mulher. Mostrávamos nossas reivindicações principais, naquele momento além dos direitos, lutamos pelo fim da violência no campo, pela viabilização do assentamento das famílias acampadas em ocupações de terra e pela viabilização da agricultura familiar, camponesa. Através do teatro também foi debatido

9 KROTH, Sirlei A. *Atalhos da Luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras de Santa Catarina (1983-1993)*. 1999. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

com autoridades demonstrando a realidade da mulher na agricultura, denunciando e exigindo o fim da violência praticada contra as mulheres.

Outro momento importante neste ano de 1997 foi a realização do 2º festival da canção do MMA/SC. Seu Tema: Mulher e cidadania. Lema: Cantando nossos valores construímos cidadania. Os objetivos estabelecidos eram: “Expressar nossa cultura, valores, saberes, compromisso com a nossa organização, enquanto mulheres trabalhadoras e com nossa classe. Oportunizar a festa, a alegria e a certeza de que nossa utopia diária será sempre a construção da cidadania”. Os festivais regionais foram realizados nas seguintes datas e locais: “23.08.1997 – Quilombo. Regional de Quilombo. 06.09.1997 – Caxambu do Sul – regional de Chapecó. 18.10.1997 – Barra Grande – Palma Sola – Regional de São José do Cedro. 25.10.1997 – Jaborá – Regional de Concórdia”. (Informativo, 1997, julho/agosto, p. 3).

Em todas essas atividades, o contexto, desde a origem do Movimento, a realidade da agricultura, principalmente a situação das mulheres e das famílias camponesas eram discutidas, pensadas, elaboradas. A partir do ano 2000, esse eixo temático relacionado ao Projeto Popular de Agricultura Camponesa ganhou fôlego e nós mulheres do MMA/SC elaboramos o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, que motivou ainda mais as camponesas a construir resistência e enfrentamento ao modelo químico de agricultura por meio de suas práticas. A construção dos saberes começa a ganhar maior visibilidade e expressão entre as mulheres, no próprio Movimento e na sociedade.

A partir de 2005, assumi no MMC/SC a coordenação do Grupo de Proposição e Elaboração – GEP, que tem como tarefa problematizar a realidade vivida pelas mulheres na agricultura e com elas pensar perspectivas para uma vida mais digna no campo. Vale ressaltar que essa experiência me aproximou das jovens camponesas, ocasião em que me dediquei a observá-las, ouvi-las, resultando numa segunda dissertação¹⁰.

Através desta pesquisa, as questões relativas ao projeto de agricultura agroecológica camponesa, discutido e proposto pelas mulheres em movimento no MMC, através do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, que havia aparecido nos anseios manifestados pelas jovens, as questões dos saberes e do conhecimento começaram a ser melhor observados.

No interior do Movimento, foi sendo discutido como avançar nas lutas de resistência e de enfrentamento ao modelo de agricultura convencional. Foram emergindo práticas com

10 GASPARETO, Sirlei A. K. *As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

sementes crioulas, ressignificação do trabalho da mulher camponesa através da produção de alimentos saudáveis, e novos/velhos saberes começaram a ser evidenciados.

Esse engajamento na luta das mulheres camponesas por meio do Movimento possibilitou estabelecer vínculos com as lutas mais gerais da classe trabalhadora, decisiva para me deixar ainda mais inquieta e inconformada frente às injustiças sociais, frente à desigualdade e frente à opressão/discriminação/exploração das mulheres. Essa postura forjou a necessidade de novas buscas e crescimento em nível teórico, capaz de possibilitar cada vez mais a problematização de tais contextos sociais e perspectivas de superação. A práxis impõe mudança teórica e prática simultaneamente.

Assim, desde os anos de 1990, concomitantemente às lutas por direitos, as mulheres camponesas do Brasil têm se unido internacionalmente na luta de resistência contra o modelo de desenvolvimento econômico capitalista na agricultura. Alguns eventos merecem destaque: Em 1995, participei do Iº Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Vivos estão na memória desse primeiro Encontro, que reuniu mulheres camponesas de diferentes estados que militavam em movimentos mistos e autônomos, os debates/embates teóricos e políticos que se faziam sentir no processo de construção dos Movimentos Autônomos de Mulheres. As discussões, de certa maneira “acaloradas”, explicitavam momentos de tensão, disputas e divergências, que se apresentavam ali como resistências e possibilidades de avanços para a luta das camponesas no Brasil.

Como resultado desse encontro, foi oficializada a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais¹¹ - ANMTR, cujo processo foi considerado fundamental e decisivo para a aproximação das mulheres camponesas que já visualizavam a criação de um Movimento autônomo no Brasil. Ter participado desse processo na condição de militante/dirigente foi uma experiência ímpar. Um aprendizado sem igual. Vem-me à lembrança a importância que teve o Congresso de consolidação do MMC, ocorrido de 5 a 8 de março de 2004 em Brasília. Mulheres camponesas de todas as etnias, de diferentes municípios e estados. Elas foram chegando! Eram as ribeirinhas, as boias frias, as agricultoras, as pescadoras artesanais, as sem-terra, as indígenas e tantas mais, oficializando um novo sujeito social e político em nosso País, o MMC do Brasil!

Um dos momentos significativos desta data de fundação do MMC nacional foi quando aquela multidão de mulheres camponesas de lenços lilás, chapéu de palha, filhos nos braços,

¹¹ Nos dias 19 a 24 de outubro de 1995, tendo como lema “*Mulher Trabalhadora rural: Amante da Igualdade... é preciso ter força, é preciso ter garra, sempre*”, foi consolidada a ANMTR como espaço de discussão, elaboração e unificação das lutas. Fazem parte da ANMTR movimentos autônomos, coletivos de mulheres dos movimentos mistos e pastorais (MMC, 1997, p. 3).

(e não apenas uma comissão representativa), adentrava no Palácio do Governo, cantando em alto e bom tom: “Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher.” (PINTO, 2011, p. 5). Sem contar a energia que ecoava nos gritos de ordem como: Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher! Pátria livre! Venceremos! Lá as mulheres foram recebidas pelo presidente Lula e na ocasião entregamos, em meio àquela grande multidão, o documento com as reivindicações das mulheres camponesas do Brasil.

Pela primeira vez na história do Brasil, mulheres camponesas ocuparam e pisaram o palácio do Planalto. A energia que lá pulsava era difícil de traduzir. Mulheres sofridas, trabalhadoras, lutadoras, mães. Muitas delas nunca haviam feito uma viagem mais longa, viviam no anonimato, nos assombros do patriarcado e do capital e naquele contexto lá estavam, de punho erguido, sinalizando outras possibilidades para o campo brasileiro. Na luta por direitos, pela participação política da mulher na sociedade, protestávamos contra a ideia de que a mulher é simples “ajudante”. Lançamos nossa voz em defesa e pelo reconhecimento profissional/social da mulher trabalhadora rural.

Levamos em nossas bagagens o “kit acampamento”, o artesanato, alimentos, sementes, valores. Mas também algumas conquistas como: 1991 foi ano em que as mulheres do Brasil conquistaram o direito à aposentadoria aos 55 anos. As mulheres faziam questão de mostrar quão importante tinha sido a luta por direitos, a exemplo da aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.

O reconhecimento da nossa profissão de agricultoras, pois a mulher era vista como se não trabalhava e logo a nossa documentação pois nem isso tínhamos, somente era do marido ou do pai. A maior conquista com muita luta foi a aposentadoria da mulher com 55 anos e do homem com 60 anos, com isso que nos ajuda a sobreviver, muitas idosas só têm esse benefício até o fim da sua vida. (Autobiografia, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

No ano seguinte, 1992, o auxílio acidente de trabalho e, em 1994, o Salário Maternidade. Lá tecemos troca de saberes, fizemos novas amizades, outros contatos se estabeleciam, laços de encorajamento e força para seguir lutando, agora como um Movimento de caráter nacional, com articulações que iam se consolidando internacionalmente e suas bases nos estados.

Neste Congresso, era evidente a relação internacional que as camponesas estavam construindo, pois o evento contou com a presença de dirigentes/militantes de delegações vindas de outros países da América Latina, o que estreitava os laços da organização de

mulheres camponesas em nível mundial na luta por um Projeto de Agricultura Camponesa feminista.

Particpei ainda de três momentos que considero fundamentais na causa camponesa feminista internacional. Um deles foi a I Conferência da Coordenação Latino-americana das Organizações do Campo – CLOC, que ocorreu em 1994, em Lima, no Peru. Ali já houve uma expressiva participação de mulheres camponesas de diferentes continentes. Esse evento foi muito importante para reafirmar os princípios observados pelo MMC em relação às articulações com outros Movimentos e organizações. A centralidade da CLOC encontra seu alicerce fundante nas lutas de resistência de movimentos indígena, negro e popular e isso muito contribuiu para que o MMC tivesse seu horizonte/orientação a seguir.

O outro evento foi a II Conferência da Via Campesina¹², ocorrida no México, em 1996. Durante essa Conferência houve intenso debate, troca de ideias, perspectivas, propostas para o fortalecimento da luta das mulheres camponesas em seus países, mas também em nível mundial, como forma de estreitar a luta de resistência e enfrentamento ao capital. A partir dessa Conferência, as mulheres criaram uma Comissão de Mulheres para tratar a questão de gênero/classe/etnia e lutar por políticas afirmativas. Foi discutido que, durante os eventos da CLOC e Via Campesina, seriam feitos eventos específicos das mulheres para abordar a problemática das camponesas.

Foi programada a I Assembleia Latino-americana de Mulheres, que foi realizada antes da II Conferência da CLOC em Brasília, no ano de 1997. As mulheres enfrentavam com força o debate sobre a sua discriminação, opressão e exploração, que ocorriam dentro de casa, dentro das organizações e na sociedade. As discussões sobre a participação das mulheres levaram à aprovação em Assembleia da questão que trata sobre a paridade de gênero na participação.

Assim como esses eventos, outros momentos vividos internamente, possibilitados pela experiência de luta, poderiam ser mencionados, visto que tenho feito da luta das mulheres camponesas uma causa à qual dedico a minha vida. Nesse processo, dei-me conta do quanto a minha infância teve um papel significativo tanto do ponto de vista da militância quanto para a realização deste estudo em nível de doutoramento. É desse processo mesclado por via de mão

¹² Articulação internacional que coordena movimentos e organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas, jovens, povos originários da Ásia, África, América e Europa. O MMC é um Movimento que estabelece relações em nível de América Latina, Caribenho e em nível Mundial. Trata-se de uma experiência regional que possui dimensões articuladas do singular ao particular, e deste ao universal do Movimento como resistência ao capital.

dupla, academia/militância, que voltou a ideia de nó interligado e sem fragmentação, na pesquisa embasada numa experiência que elabora saberes e produz conhecimento.

É a partir dessa constatação que nasceu e ganhou forma a pergunta que me possibilitou a realização desta tese: Como as práticas históricas e sociais das mulheres camponesas em movimento condicionam a produção de saberes e de fazeres no MMC no oeste catarinense? Desse mesmo processo, longe de ter chegado a um ponto seguro com todas as respostas almejadas, esta pesquisa me fez dedicar muito mais atenção à observação do “como” a construção dos saberes, que emerge da experiência feminista camponesa, foi sendo construída, passo a passo, e, nela, que perspectiva epistemológica ganha visibilidade para motivar a continuidade de tantas lutas e inúmeras batalhas que seguem em curso.

Isso me levou a defender os pressupostos de que o processo histórico em curso na experiência das mulheres camponesas em movimento no MMC, além de possibilitar a libertação de muitas mulheres em luta, contribuir para o fortalecimento da luta por direitos e luta de classes, assegura que, por meio das práticas sociais, vistas sob a ótica da construção de saberes, elabora concepções, sentidos, significados que, agregados entre si, possibilitam a construção de uma perspectiva epistemológica da resistência, contra hegemônica, aqui denominada Perspectiva Epistemológica Feminista Camponesa em construção no MMC.

1 INTRODUÇÃO

Não estamos perdidos. Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender. Rosa Luxemburgo. (LOUREIRO, 1997, p. 48).

Partimos da ideia de que toda prática social é construtora de conhecimento¹³. O projeto de sociedade moderna tem afirmado historicamente uma epistemologia que anuncia uma ciência baseada na razão como a única fonte do conhecimento, a qual tem servido para legitimar modelos de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, privilegiando e legitimando o poder hegemônico, e não o da sociedade como um todo. É uma ciência das ausências, que entende os processos sociais a partir de uma perspectiva de história linear, etapista. É uma ciência que nega as diferenças e a diversidade.

Existe um processo histórico de construção epistemológica em curso que nasce de experiências territoriais, de movimentos populares, entre outros, que resistem à ideia de ciência única. Trata-se de outras formas de criar e produzir saberes, de construir conhecimento. Outras racionalidades vão sendo visualizadas. É importante esclarecer que não se trata de confundir a hegemonia eurocêntrica com a ausência de luta de classes nos territórios, pois isso seria também um equívoco.

Observamos que existem resistências e enfrentamentos em quaisquer contextos históricos quando se investiga, a partir da epistemologia, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história. Essa compreensão é fundamental quando o que se pretende é explicitar uma problemática acerca das diferentes perspectivas epistemológicas em disputa na sociedade. O que se questiona aqui é a ideia de que haja Um, e somente Um pensamento universal, aquele produzido a partir da Europa (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A concepção de pensamento universal, ou, até mesmo, de que há um único pensamento, uma epistemologia anglo-saxã, do ocidente, com “marcas profundas e inconfundíveis” sobre os diferentes “mundos”, é tensionada pela possibilidade de outras perspectivas epistemológicas que são oriundas da África, da Ásia, da América Latina e do Brasil. Trata-se de pensar na construção de saber (es) popular (es) que se efetiva(m) como ato político, como práticas sociais em elaboração na sociedade.

A questão do conhecimento nos movimentos populares sempre esteve permeada pelo conflito entre os saberes que as trabalhadoras possuem e os diversos saberes, acadêmicos ou

¹³ Esta concepção encontra fundamentação nos estudos de Darsie (1999, p. 9) quando afirma que: “Toda prática educativa traz em si uma teoria do conhecimento.”

não, com os quais elas são confrontadas, a partir de suas trajetórias de militância, mas, também através de suas relações sociais e econômicas no contexto do mercado capitalista.

Ao pensar a partir das mulheres camponesas no MMC, referimo-nos a uma experiência de resistência e de enfrentamento ao modelo de sociedade vigente e das relações estabelecidas, que contempla diferentes dimensões da construção de saberes/conhecimento, entre elas: a cultura patriarcal, que coloca à mulher uma condição de subalternidade. As mulheres tencionam e resistem à cultura do feminino em contraposição ao feminismo. Tencionam e resistem frente à produção convencional de agricultura que ameaça a biodiversidade, provoca degradação do solo, tendo como base a prática dos venenos, das sementes transgênicas, entre outros, instaurando nos seus territórios outras perspectivas epistemológicas acerca dos processos de desenvolvimento.

Essas mulheres camponesas em movimento posicionam-se e resistem frente às relações de mercado. Colocam-se frente às formas de aprisionamento político da mulher na sociedade. Tencionam frente às relações patriarcais de gênero, entre outros. São dimensões da resistência que se efetivam no território por intermédio de suas práticas. Nesse processo, vão se apropriando e construindo outros conhecimentos que, por sua vez, colocam em questão a concepção eurocêntrica de conhecimento universal como “única” forma de conhecer e produzir saberes/conhecimento.

Pensamos desde então que não existe uma única ciência, normalmente feita pelos homens, mas, pela experiência, é possível construir outras “racionalidades”, outros conhecimentos, aqueles relativos à construção de saberes das mulheres em movimento, que se configuram no território. Com isso, entendemos que o conceito de experiência do “homem”, da “mulher” latino-americano/a é distinto do conceito de experiência que vem da tradição eurocêntrica. O homem, a mulher latino-americano/a conhece e apreende o conjunto da realidade a partir de todos os sentidos: visão, olfato, degustação, tato e audição. Portanto nossa sensibilidade é outra, pois produzimos linguagens tanto verbais e não verbais através da luta contra o patriarcado e contra o sistema.

A racionalidade que decorre da experiência das mulheres camponesas é outra. Ela vai sendo elaborada a partir de suas práticas sociais. Isso nos coloca frente à noção de experiência para além do empirismo eurocêntrico. Com isso, entendemos que o sentido da experiência do feminino/feminismo das mulheres camponesas é algo que não se circunscreve tão somente aos dados empíricos. Trata-se de outra perspectiva epistemológica que tem como base um processo de formulação de concepções de mundo, valores que vão sendo elaborados na práxis e que sinalizam

para diferentes formas de pensar a superação da desigualdade, nascidas no universo das lutas populares e feministas. Isso foi observado por Cinelli e Conte (2014, p. 5):

Assim, foram sendo desenvolvidas as experiências de produção e formação no MMC, as quais evidenciam a práxis presente na educação popular assumida pelo Movimento, ou seja, a articulação entre teoria e prática, em diálogos e troca de saberes, pois nesses saberes camponeses há outras epistemologias, ainda não hegemônicas e não sistematizadas na academia.

As mulheres camponesas em movimento no MMC se fazem na práxis que retrata o universo concreto das contradições inerentes à experiência pesquisada. Na história dos movimentos populares, uma questão importante refere-se ao poder relacionado à condução do Movimento. A relação que é estabelecida entre a direção, os coletivos de organização e as suas bases se constrói de forma conflitiva e, não raras vezes, contraditória. Durante a pesquisa de campo, ficamos atentas no sentido de buscar entender se é o Movimento que está “fazendo” as mulheres camponesas ou são as mulheres camponesas, por meio de suas lutas, da elaboração de saberes e conhecimentos, por intermédio do Movimento, mas também a partir de outras formas de interação e de inserção, que fazem o Movimento. Estamos falando de mulheres camponesas como sujeitos de suas próprias histórias.

Arroyo (2012) fala em *Outros Sujeitos*¹⁴ que resistiram e continuam resistindo à invasão de seus territórios, de suas terras e de suas culturas, na tentativa de destruição da agricultura camponesa. No caso do MMC/SC, foi possível reconhecer que são centralmente essas resistências que se caracterizam pela luta que constituem o *locus* privilegiado de (re) elaboração de novas práticas, saberes e conhecimentos. Constatamos que há, portanto, outra perspectiva epistemológica em construção feita na luta e pela luta. As mulheres camponesas em movimento vão se construindo em meio a tensões pedagógicas, conflitos, resistências e também processos de emancipação libertadora.

Um dos aspectos considerados importantes e que justifica a pesquisa é o contexto histórico do MMC/SC em que está situado o problema de pesquisa, tratando-se dos impactos causados pela modernização da agricultura que resultou, entre outros, no surgimento dos Movimentos Populares do Campo. Articuladas a esse contexto de luta e de resistência, as mulheres camponesas foram organizando o seu Movimento a partir das necessidades mais elementares de suas vidas.

¹⁴ Em *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*, Arroyo (2012) trata sobre outras pedagogias, outros saberes, práticas, conhecimentos que vêm de Outros Sujeitos presentes em movimentos nos campos e nas cidades.

Isso lhes permitiu gradativamente, por meio de suas práticas, construir saberes, possibilitando a construção de outros conhecimentos que vão sendo evidenciados mais claramente a partir do ano 2002, quando assumem o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças e fazem o enfrentamento direto de denúncia e de pressão contra os transgênicos no Brasil. Esclarecemos que o objeto central desta pesquisa é a construção de saberes, de conhecimento, feito por mulheres camponesas no MMC/SC, no período de 1983 a 2017, que tem como recorte o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças.

As dimensões histórica e filosófica são relevantes em razão do método materialista histórico-dialético aqui assumido e se justificam por estarem articuladas com as perspectivas teóricas do mesmo, pois o que investigamos é a disputa epistemológica de imposição da modernização da agricultura sobre os pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos a partir dos quais a agricultura familiar e camponesa se desenvolve no Sul do Brasil.

Impõe-se uma dinâmica que nega as memórias, nega as experiências históricas de resistência das comunidades em nome de uma racionalidade produtiva. Gradativamente, o Movimento vai repensando/ressignificando práticas que estão indicando perspectivas epistemológicas com possibilidades de contribuições para os processos de democratização dos saberes/poderes na própria experiência em relação à vida na agricultura camponesa.

Os saberes construídos e recuperados/ressignificados pelas mulheres camponesas em movimento adquirem relevância visto que reportam a acúmulos de ancestrais, reforçando perspectivas históricas, lembrando diferentes sociedades, explicitando culturas e identidades variadas, sendo que, muitas vezes, grande parte deles foram considerados inferiores, quando vistos sob enfoque do colonizador por visões hegemônicas, patriarcais e eurocêntricas.

Fazendo resistência a tal imposição, as mulheres buscaram formas de potencializar saberes ancestrais e populares, a partir do que elas próprias vinham acumulando em termos de experiência cultural, lembrando e refazendo práticas feitas por suas avós, comadres, companheiras, etc. (CINELLI; CONTE, 2014, p. 3).

Outro aspecto que merece destaque é a importância da agricultura camponesa vista não apenas como uma forma de produzir no campo. Trata-se de um modo de viver em que o princípio do trabalho nem sempre é determinado pela forma capitalista. Para além dos elementos do que produzir, como produzir, quando produzir, para quem produzir na experiência das mulheres se demarca um caminho de quem vive e é do campo.

Há um aparato sensório-perceptivo-racional do feminino/feminismo da mulher do campo que passa pelas dimensões políticas, sociais, culturais, afetivas inter-relacionais e estão

presentes em suas experiências, bem como vão sendo explicitadas em seus percursos, trajetórias e lutas sociais. A sensibilidade, a percepção e a racionalidade na vida das mulheres camponesas em movimento são diferentes. Assim como são diferentes suas formas de lutas, suas práticas, suas vivências e as relações (re) estabelecidas.

Por fim, esta tese em Desenvolvimento Regional se justifica porque na sua base está a discussão entre dinâmicas epistemológicas de afirmação da diversidade, das particularidades expressivas de experiências comunitárias que se sustentam, inclusive, em valores contra hegemônicos que permanentemente se confrontam e se conflitam com dinâmicas epistemológicas homogeneizadoras, representadas pela mundialização do capital e seu projeto de mercantilização das experiências locais/regionais.

Para inserir o sujeito “mulher camponesa”, ligado à experiência no MMC, evidenciamos uma imersão em alguns elementos teóricos e conceituais que se movem no campo da tradição histórica e buscam identificar sua dimensão de classe a partir da experiência concreta que se efetiva em contextos reais. Tomamos como base referencial, pensadores que, além de dialogarem entre si, mesmo sendo de diferentes correntes do pensamento crítico, contribuem para uma reflexão em torno da construção do objeto.

Tal perspectiva sinaliza para elementos epistemológicos que podem ser entendidos a partir das classes subalternas e que se efetiva nas relações sociais que emanam de suas lutas. Essas relações não se estabelecem dentro de uma zona de conforto. Pelo contrário, forjam-se na contradição, fortalecem-se no conflito e se fazem nas situações adversas de dinâmicas e contextos sociais em curso.

Assim, optamos pela elaboração da tese articulando constantemente o referencial teórico com os dados da pesquisa empírica. Se com relações capitalistas de produção, por meio de sua força social e política pode-se afirmar uma epistemologia própria, compreendemos que também é possível afirmar que, com forças sociais e políticas que resistem a esses processos de homogeneização, criando outras perspectivas, também se constroem outros e novos saberes, outra perspectiva epistemológica.

Buscamos entender como nesse processo histórico de luta das mulheres camponesas em movimento, mais especificamente no Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC, vai sendo construída outra perspectiva epistemológica vinculada às práticas. Assim, nosso objetivo principal é analisar como as práticas históricas e sociais das mulheres camponesas em movimento condicionam a produção de saberes e fazeres no MMC no oeste catarinense.

Diante dessas reflexões, a questão problema que nos colocamos é: Como as práticas históricas e sociais das mulheres camponesas em movimento condicionam a produção de saberes e de fazeres no MMC no oeste catarinense? A partir deste problema, colocamos as seguintes questões norteadoras: Como a experiência de luta das Mulheres Camponesas em movimento na região oeste catarinense repercute em suas visões acerca da produção de saberes historicamente produzida? Como a práxis das Mulheres Camponesas em movimento repercute na configuração do território na região oeste catarinense? Os saberes veiculados pelas práticas das Mulheres Camponesas no oeste catarinense apontam para uma epistemologia da resistência?

À luz dessa problematização, fizemos as seguintes ponderações: i) interpretamos os significados e a fundamentação teórico-analítica dos conceitos buscando chegar à compreensão de que a experiência das mulheres camponesas em movimento no MMC, em seus 34 anos de existência, construiu outra perspectiva epistemológica; ii) investigamos o contexto no qual os conceitos interpretativos foram sendo criados, repercutindo na experiência do MMC/SC e, a partir do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, foram sendo construídos, de modo a identificarmos como nesse processo as mulheres em movimento foram construindo e avançando para a compreensão dessa outra perspectiva epistemológica; iii) confrontamos a configuração da experiência fundamentada em autores como Thompson (1981), Saffioti (2004), Freire (2014), entre outros, mediante os resultados da pesquisa de campo, os arquivos do MMC/SC e o referencial de análise teórico-metodológica adotada.

Assim, no segundo capítulo, traçamos os pressupostos teórico-metodológicos para essa outra perspectiva epistemológica em construção na experiência das mulheres camponesas em movimento no MMC, bem como tratamos sobre a abordagem materialista histórico-dialética, os procedimentos de coleta e sistematização dos dados e os procedimentos de análise dos dados.

O terceiro capítulo versa sobre as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, evidenciando alguns conceitos sobre agricultura familiar e camponesa. Nele abordamos sobre o trabalho camponês e as mulheres e apresentamos alguns significados do conceito de camponês a partir do MMC/SC.

No quarto capítulo, buscamos compreender as trajetórias e experiências de mulheres em movimento na região oeste catarinense através do estudo sobre o processo de formação dessa região, como a TdL foi sendo assumida na Diocese de Chapecó, contribuindo com os

movimentos populares do campo após 1970, o processo de constituição do MMC e suas representações sobre a construção de saberes.

No quinto capítulo trabalhamos as repercussões da práxis das mulheres em movimento no território da região oeste catarinense, mostrando como se deu o processo de construção do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, a importância do MMC na perspectiva feminista camponesa e o território como lugar privilegiado da práxis.

No sexto e último capítulo realizamos uma reflexão sobre o processo de construção da práxis de mulheres camponesas em movimento no oeste catarinense, a partir de diferentes dimensões: Práxis na experiência camponesa feminista; Práxis como processo de construção de saberes a partir da experiência camponesa, tendo como resultado uma perspectiva epistemológica do MMC em construção.

Constatamos, no decorrer da pesquisa, que esse processo de construção de saberes aponta para uma perspectiva epistemológica feminista camponesa em construção, que nos leva a reconhecer no MMC um alargamento da teoria marxista que vai se desenvolvendo a partir dessa experiência. Esse alargamento da teoria marxista ao qual nos referimos será trabalhado no decorrer do trabalho por meio das fontes de sustentação desse acúmulo traduzido pela experiência das mulheres em movimento no MMC/SC evidenciados nos seguintes aspectos: na luta e resistência dos povos tradicionais, indígenas e caboclos; na experiência das Ligas Camponesas; na experiência da TdL assumida pelas igrejas (católica e luterana); nos debates e experiências feministas vivenciados pelas mulheres camponesas em diferentes espaços, mistos, específicos e autônomos; na experiência construída para além do próprio Movimento, em espaços mistos como: a relação estabelecida com a CLOC e com a Via Campesina; com a agroecologia como ciência e como modo de vida e com a educação popular, que fundamenta a luta pela humanização dos sujeitos que vivem e fazem a experiência.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE DE CONSTRUÇÃO DOS SABERES NO MMC/SC

Toda neutralidade afirmada é uma posição política escondida.
(FREIRE, 1980, p. 49).

Este capítulo tem como objetivo apresentar a fundamentação teórico-metodológica que traçamos durante o desenvolvimento desta pesquisa, na busca de apreensão da realidade sobre como se dá a construção de saberes junto à experiência das mulheres camponesas no MMC/SC. Nossa intenção é destacar que a perspectiva metodológica que incidiu na busca de apreensão da realidade está alicerçada nos resultados de um processo histórico de lutas, organização e formação das mulheres camponesas do MMC/SC, que se fundamenta na experiência.

Para analisar a experiência de construção dos saberes a partir das mulheres camponesas, estabelecemos um diálogo interdisciplinar com autores de diferentes campos do conhecimento, como a Educação, a Filosofia, a Economia, a Geografia e a Sociologia, considerando a importância da postura investigativa junto aos sujeitos da pesquisa, enquanto exercício da produção do conhecimento.

Partindo do “território das mulheres”, elas começaram com seu próprio trabalho a (re) significar práticas e saberes, intensificando e qualificando os debates em torno de um projeto de agricultura camponesa agroecológica dentro de uma visão mais ampla, não se referindo apenas à produção, mas, sim, às múltiplas dimensões e relações da vida camponesa. Durante o processo investigativo, buscamos encontrar algumas razões por que e como as mulheres definiram escolher as sementes crioulas. Essa construção será detalhadamente explicitada no Capítulo IV, item 4.4, que trata sobre o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças.

Defendemos aqui uma postura investigativa dialógica, envolvendo os sujeitos da pesquisa, possibilitando aos mesmos compartilhar seus conhecimentos acerca da realidade problematizada e, ao mesmo tempo, explicitar suas proposições/sugestões para a continuidade da experiência de forma mais qualificada tanto com o Movimento quanto na relação com o desenvolvimento territorial.

Observamos como as mulheres que participaram da pesquisa foram compartilhando seus próprios conhecimentos. Na medida em que explicitavam suas lutas pela própria humanização e desalienação, buscavam construir outras relações na sociedade. Cisne (2013, p. 48) explica que:

O sentido de uma luta revolucionária, portanto, deve estar atento para a desalienação das relações sociais ao passo que luta pelo humano e sua humanização. Logo, a luta pelo fim das relações que tornam a mulher objeto de exploração, inclusive sexual, enfim, a luta pela emancipação das mulheres está associada à luta pela emancipação humana.

A luta pela desalienação das relações sociais se desenvolve no MMC. Há elementos de enfrentamentos às perspectivas epistemológicas de sustentação à continuidade das relações que tornam a mulher objeto de exploração presente nos projetos capitalistas de desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa no Sul do Brasil.

Dito de outra maneira, as práticas das mulheres, seus saberes, evidenciam aspectos da dialética de dominação – da resistência – da emergência de outras perspectivas de relações que visam à emancipação humana. É inegável que a experiência dessas mulheres carrega consigo as marcas de histórias condicionadas por trajetórias de negação/resistência/afirmação.

Defendemos uma perspectiva de pesquisa qualitativa e de produção do conhecimento das mulheres capazes de contribuir para a compreensão de suas próprias realidades, bem como de seus territórios de vida, ou seja, um conhecimento comprometido com as causas feministas, camponesas, agroecológicas e de transformação social, capaz de fazer um contraponto às visões produtoras de verdades únicas. Para tanto, utilizamos, como estratégia metodológica da pesquisa de campo, a realização de três Círculos Epistemológicos de Cultura – CECs¹⁵. O critério básico para seleção das participantes era fazer parte de alguma atividade relacionada ao Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças. Em dezembro de 2016, durante o Planejamento Estadual, mapeamos os locais, definimos o cronograma dos CECs para janeiro de 2017, bem como fizemos o convite para algumas mulheres de cada uma dessas regionais que participam do Programa de Sementes do MMC/SC. Fizemos questão de destacar que tivemos o máximo de precaução em todas as fases da pesquisa, principalmente na coleta de dados, deixando ainda mais claro os objetivos e procedimentos em relação à mesma. Todas as participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo H), e o Termo de consentimento para uso de imagem e voz (Anexo I).

2.1 A abordagem materialista histórico-dialética

Filósofos têm, até agora, apenas interpretado o mundo de diversas maneiras, mas, o ponto é mudá-lo. (MARX, 1845, p. 1).

Para a realização da pesquisa, optamos pela base filosófica do Marxismo, por meio do materialismo histórico-dialético. Para Marx, é a existência material que precede o

¹⁵ Os Círculos Epistemológicos de Cultura são espaços de debates, de interação e dinâmicas em que as participantes através do diálogo relatam suas experiências.

pensamento, e não existe possibilidade de pensamento sem existência concreta. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 2008, p. 47). No Posfácio da segunda edição de *O Capital*, Marx afirma que:

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. (MARX, 1985, p. 140).

Com base no exposto, as perspectivas metodológicas não são consideradas apenas um mero conjunto de técnicas, mas de procedimentos teórico-metodológicos e epistemológicos construídos no próprio processo de investigação. Daí a originalidade do trabalho, que vai sendo tecido em constante diálogo entre a realidade empírica e o referencial teórico escolhido. Prado Junior (1973, p. 6) afirma que:

Marx, como se sabe, não chegou a desenvolver sistematicamente o seu método. Limitou-se em princípio a aplicá-lo Mas a maneira como o fez, [...] e a sua teoria econômica daí resultante, constituem exemplo máximo fornece os elementos mais que suficientes para traçar, pelo menos em suas linhas gerais e fundamentais, aquilo em que essencialmente consistem seus procedimentos metodológicos.

O método em Marx¹⁶ pode ser visto como a forma que ele escolheu para proceder ao longo do caminho de pesquisa fazendo ciência, vivendo na condição de pensador militante e militante pensador. Para Netto (2011, p. 10), “Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista”.

Nesta pesquisa, a contribuição do método se justifica na escolha de três categorias a serem utilizadas: totalidade, historicidade e contradição.

Entendemos totalidade não como a soma das partes, mas as relações que se estabelecem entre essas que, no seu processo de interação, modificam cada uma delas e, por conseguinte, o todo. Assim, consideramos as múltiplas vozes, saberes e experiências das mulheres que sempre coexistiram nos seus territórios de vida em relação e correlações concretas e interligadas de maneiras diferentes com cada elemento do todo, mesmo que alguns de nossos radicais marxistas deixassem de considerá-la em suas análises.

¹⁶ Ver: PRADO JUNIOR, Caio. Teoria marxista do conhecimento e método dialético-materialista. *Discurso*, v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973.

Certamente porque muitos, sem experiência com a luta, sem mexer na terra, sem plantar a semente e, quem sabe, sem mexer com gente, muito menos, com mulheres camponesas, não se ativeram ao fato de que a experiência concreta também é construtora de conhecimento, de vida no território, de reexistência. Na obra *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*, Freire (2007) mostra que até o silêncio do campesinato “fala e diz” muito das opressões, da desconfiança das propostas dos latifundiários, de não querer se embrenhar no projeto do agro-hidro-negócio. Estas dimensões somente podem ser entendidas em sua totalidade.

De acordo com Prado Junior (1973, p. 24):

[...] uma totalidade é sempre mais que a simples soma de suas partes. E em que consiste esse ‘mais’? Precisamente na relação que congrega aquelas partes e faz delas um sistema de conjunto que absorve e modifica sua individualidade anterior. Ou antes, a transforma em nova individualidade que é função do todo e somente existe nesse todo.

No caso da relação entre as mulheres camponesas em movimento e o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, essa categoria possibilitou analisar como esse processo incide sobre a realidade concreta dessas mulheres na medida em que modifica cada uma delas e o todo a partir do processo de interação entre a dinâmica que se estabelece no território e se interliga com dimensões para além dele.

Com isso, queremos dizer que, a permanente articulação entre as lutas por direitos, por emancipação social e pela transformação da sociedade é compreendida como particularidade dentro de um sistema patriarcal/capitalista que se caracteriza como elemento da totalidade e que, através de seus arranjos, adquire forma concreta no território. Esse processo encontra em Marx outra característica colocada como “unidade na diversidade”. Por sua vez, também terá reflexos naquela realidade concreta, modificando-a.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1978, p. 39).

A categoria historicidade nos dá a ideia de processualidade, de movimento e resgate da gênese dos processos sociais. Essa categoria muito contribui no processo de identificação sobre como foram sendo constituídos os diferentes repertórios no MMC ao longo dos tempos, em diferentes contextos, identificando características iniciais nas experiências de resistência e

produção de saberes que incidem na realidade atual revelando como essas mulheres camponesas do Movimento chegam à construção do conhecimento.

Foi fundamental compreender como o MMC foi se constituindo para entender as suas características atuais, ou seja, que influências trazem dos períodos históricos anteriores. Essa categoria possibilita compreender o seu processo histórico a partir do “velho” para compreender o “novo”, visto que:

[...] a marcha do Conhecimento – inclusive aqui naturalmente, e em particular, a Ciência propriamente, que não é senão o Conhecimento melhor sistematizado e deliberadamente elaborado consiste assim na elaboração de conceitos representativos das relações observadas e determinadas no seio da Realidade considerada. (PRADO JUNIOR, 1973, p. 37).

O conhecimento nasce da luta, afirma-se na experiência e se ressignifica no movimento da práxis. Essa não se efetiva sem a contradição a partir da qual podemos identificar as relações de conflito existentes no MMC, evidenciando que, embora tenha havido muitas conquistas, há muitos desafios que foram sendo explicitados na pesquisa de campo.

A categoria da contradição nesta tese adquire o sentido da dialética, entendida como princípio básico do movimento por meio do qual os seres existem e se relacionam. A dialética tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história e ajuda-nos a compreender, contestar e rebater a concepção de linearidade. Pela categoria da contradição nada é permanente e, portanto, tudo pode ser superado, mudado, alterado. Essa categoria leva-nos a pensar que as mulheres camponesas em movimento no MMC, inauguraram/inauguram em seus processos o elemento da superação, conforme é trabalhado neste texto.

Neste sentido, outra categoria que utilizamos é a práxis entendida como conceito básico da filosofia marxista que remete-nos à transformação material da realidade. Conforme trataremos no capítulo VI, de acordo com Kosik (2002), pela dialética se faz necessário diferenciar em que consiste uma práxis utilitária cotidiana da práxis revolucionária da humanidade.

Assim, o método materialista histórico-dialético nos ajudou a compreender o que se buscou estudar e tem a ver com a visão de mundo de quem pesquisa. O método implica em uma “[...] determinada posição do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53). O método explicita a “natureza construtiva do conhecimento”. Ou seja: “O conhecimento para Marx resulta da construção efetuada pelo pensamento e suas operações e consiste numa representação real do concreto.” (PRADO JUNIOR, 1973, p. 9).

A experiência de problematização do conhecimento nos movimentos populares nos remete aos estudos de autores que já se preocupavam com esse tema a partir de diferentes perspectivas. Marx se contrapõe diretamente ao Positivismo¹⁷ que considera os fatos sociais como coisas. Essas não podem ser modificadas pela vontade humana. Para Marx, a ciência também é revolucionária e proletária, oposta à ciência conservadora e burguesa dos economistas clássicos (LÖWY, 2008). A súpula do método científico de Marx encontra-se nos chamados *Manuscritos de 1857*, que foram revisitados para uma melhor compreensão do mesmo. De acordo com Prado Júnior (1973), um dos aspectos relevantes, do ponto de vista metodológico histórico, é que:

[...] em suma os objetos do conhecimento que são as feições da realidade que se trata de conhecer, embora se discriminando e individualizando, o fazem como elementos do sistema de relações em que se totalizam e se unificam em função dele. É o que Marx denomina ‘a unidade na diversidade’. (PRADO JUNIOR, 1973, p. 24).

Marx deixa claro que está escrevendo sobre questões históricas concretas e possibilidades de transformação desta sociedade. De acordo com Netto (2011, p. 21), Marx diz que “[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – o real é o concreto reproduzido e interpretado no plano ideal do pensamento [...]”, ou seja, a teoria é o próprio conhecimento do objeto, de sua “estrutura” e “dinâmica”. O pesquisador reproduz, no plano do pensamento, a essência do objeto que investigou.

A luta por direitos, a luta pela terra, o território de vida a partir de práticas alternativas à lógica do Capital produz um conjunto de saberes e fazeres, um aporte que emana da vida comum em um território. Daí a importância da mulher camponesa em movimento e sua atuação no MMC. Ceceña (2008, p. 36) afirma que:

A maioria dos movimentos na atualidade encontra seu sentido no território e é desse lugar que se subleva. O território como espaço de inteligibilidade do complexo social em que a história é traçada do inframundo até o cosmos e abrange todas as dimensões do pensamento, a sensibilidade e a ação. Lugar onde reside a história que vem de longe para nos ajudar a encontrar os caminhos do horizonte. Desse lugar onde a terra adquire forma humana e toma corpo nos homens e mulheres, os da cor da terra, [...] de milho, de mandioca, de trigo e arroz. Do território cultural, do território complexo onde são geradas as práticas e as utopias, os sentidos da vida e da morte, os tempos e os universos de compreensão. É aí onde se constrói a esperança, onde são rasgados os sonhos quando não se consegue mantê-la.

¹⁷ “Significa que a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Todo esse conjunto de elementos ideológicos, em seu sentido amplo, deve ser eliminado da ciência social.” (LÖWY, 1985, p. 39).

É, pois, a partir de um território concreto compreendido como lugar onde reside a história que se dá a produção de saberes, fazeres e outros conhecimentos. É essa dinamicidade que sustenta os sonhos de quem se move, de quem luta. Renk (2000), ao abordar a trajetória das mulheres agricultoras no contexto da agricultura no oeste catarinense, mostrou que, contrariamente ao fato do campesinato ter sido considerado como estático e imutável, a realidade tem mostrado um campesinato dinâmico, que interage com a sociedade apresentando diferentes estratégias de reprodução da vida.

É um constante fazer imerso em um constante pensar-se. As mulheres estão mudando a si mesmas, ao mesmo tempo em que vão alterando seus modos de pensar, de viver, de compreender, de estabelecer relações. Daí nossa afirmação de que não é qualquer conhecimento, mas sim, é um processo de conhecimento se fazendo por quem vai desvendando os atalhos “do que implica conhecer”. Arroyo (2012) faz referência às ideias de José Martí mostrando que essa forma de gerar conhecimento está vinculada à luta pela libertação, que é ao mesmo tempo feita por sujeitos vivos, ativos! Libertação aqui adquire sentido de socialização. Somente quem vai se libertando aprende a importância da socialização.

Netto (2011, p. 25) explica que, para Marx, o sujeito tem papel ativo. Cabe a ele apreender a sua realidade, que corresponde a sua estrutura e a sua dinâmica, como um processo. O sujeito deve ser capaz de mobilizar o máximo de conhecimentos, criticá-los e revisá-los.

O método marxista ajudou-nos a compreender esse processo. Mas, muito mais do que isso, contribuiu no sentido de relacionar o objeto de estudo com as categorias elencadas anteriormente, dentro de uma dimensão relacional. Assim, o econômico é apenas uma variável dentro do contexto analisado. De acordo com Netto (2011), Marx não analisa o econômico descontextualizado da vida, pelo contrário, vê o econômico dentro da historicidade, e isto não nega as demais dimensões. Foi fundamental termos descoberto que, pela perspectiva metodológica adotada, chegamos à constatação de que os fundamentos e proposições de Marx são para além de atuais, evidenciados na experiência analisada.

As mulheres que participam do Movimento, no decorrer de seu processo formativo, foram descobrindo e aprendendo aquilo que Freire (1978) havia ensinado: “Não basta saber ler mecanicamente que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.” (FREIRE, 1978, p. 70). Aqui nos deparamos novamente com uma das preocupações que

podem ser lidas na concepção de conhecimento defendida por Freire (2014) ao longo de grande parte de sua produção acadêmica e literária, presente na *Pedagogia do Oprimido*.

Freire (2014) defende uma epistemologia que, no caso da educação, coloca os estudantes como sujeitos de seu próprio aprendizado, contrapondo-se à visão hegemônica de educação – que põe professores e estudantes em uma relação hierárquica, em que os primeiros detêm autoridade sobre os últimos. Paralelamente a este caso, encontramos aí elementos de um método de trabalho que coloca as mulheres camponesas na condição de quem constrói saberes, propondo diferentes perspectivas de conhecimento. Daí a relevância da perspectiva da educação popular no universo de lutas das mulheres camponesas em movimento no MMC, cuja experiência é fundamentada no diálogo, na dialética.

A dialética, na perspectiva do materialismo histórico é a estratégia de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade, de realização de crítica às ideologias e das tentativas de articulação entre método, teoria e prática, sujeito e objeto (MINAYO, 2013; GAMBOA, 2007). A realidade deve ser vista como um processo histórico constituído e constituinte de forças contraditórias em movimento. Assim, foi possível pensar que as mulheres, por meio de processos formativos metodológicos, fossem além:

[...] da concepção de sociedade e de agricultura monopolizadora, imbricada numa racionalidade do capital (produtividade e rentabilidade máxima) caracterizando-se pela extensão do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, alienação e desvalorização dos saberes empíricos dos agricultores além da destruição da biodiversidade. (VERGUTZ, 2013, p. 38).

Essas mulheres foram construindo, por meio de suas práticas, outra perspectiva para suas vidas, para a agricultura camponesa, para a sociedade. Muitas das características desse outro jeito de fazer, de ser, de conviver estão assentadas na agroecologia compreendida como ciência¹⁸ e como modo de vida¹⁹.

No desenvolvimento das experiências agroecológicas foi possível examinar a reapropriação dos saberes na medida em que as mulheres coletivamente vão se dando conta de que fazendo juntas as ações, ou debatendo sobre e no decorrer das práticas conseguem, não apenas (re) lembrar muitas coisas que até então, parecia esquecido, como se apropriar dos saberes implícitos no fazer. Além disso,

¹⁸ A agroecologia é uma ciência surgida na década de 1970. In: ALTIERI, M. (Ed.). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989, p. 25-41.

¹⁹ Essa é uma definição da Via Campesina: La agroecologia fue elegida como “modo de vida que recupera todo lo que hemos perdido, una conexión con los saberes ancestrales”, rescata los mercados locales, saberes de las comunidades, pone en discusión los precios, fomenta el intercambio y el trueque como modelo económico de una economía social y solidaria basada en la sustentabilidad, redistribución y reciprocidad. In: LA VIA CAMPESINA. *Soberanía alimentaria y comercio*. [s.d.]. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

conseguem perceber que não é um só jeito que funciona na agroecologia, e nessa reapropriação, e reinvenção está a riqueza da continuidade das práticas com sementes crioulas e da luta. (CINELLI; CONTE, 2014, p. 6).

Nesse sentido, foi importante observar como a questão do conhecimento foi ganhando importância para as mulheres em movimento no MMC, na medida em que iam avançando na compreensão dos efeitos de uma agricultura proposta a partir do contexto de modernização do campo. As mulheres em movimento foram lidando com as mudanças provocadas na agricultura e, nesse processo, também foram construindo elementos teórico-metodológicos em diferentes espaços e dimensões, criando outras convicções que dão sustentação à produção de saberes nessa experiência.

As convicções internas produzem uma metodologia. Metodologia, mais que um conjunto de técnicas e procedimento educativos, é uma postura que revela uma visão de mundo e uma opção política. Assim uma metodologia não é neutra, porque nasce das convicções e porque se liga a um conteúdo e a um rumo. (CEPIS, 2005, p. 45).

O método marxista instigou a pensar como as camponesas do MMC no oeste catarinense, na medida em que foram construindo possibilidades de resistência e enfrentamento às determinações de um sistema que defende uma forma única de pensar a vida, também colocaram em tensionamento outras ideias que alimentavam em torno dos “saberes” e do “conhecimento”. Não sem conflitos, foram, concomitantemente, (des) construindo, reelaborando outros saberes, firmando suas convicções que, por consequência, possibilitaram a (re) construção de outros conhecimentos.

Um dos grandes legados de Thompson (1981), em relação ao significado dos processos investigativos da experiência que estabelece com a perspectiva teórica de Marx, é que, longe de se constituir por meio de uma reverência servil, constitui-se como um diálogo, um estímulo que “[...] deve nascer do entendimento da natureza provisória e exploratória de toda teoria, e da abertura de espírito com que se deve abordar todo conhecimento” (THOMPSON, 1981, p. 186).

2.2 Procedimentos de coleta e sistematização dos dados

A abordagem materialista histórico-dialética tem como centralidade a pesquisa qualitativa que se desenvolveu via autobiografia (DEMARTINI, 1999), utilização de Círculos Epistemológicos de Cultura (ROMÃO *et al.*, 2006), entrevistas (PORTELLI, 1997) e da observação participante. Assim, compartilhamos da ideia de que o trabalho de campo é sempre relacional, específico e prático. “Ele vai e volta tendo como referência o mundo da vida.” (MINAYO, 2008, p. 77).

Entre os critérios determinantes para a escolha das mulheres que participaram da pesquisa, estão: mulheres de base²⁰, que possuem uma prática efetiva na produção de alimentos saudáveis e/ou sementes crioulas em suas propriedades camponesas. Mulheres monitoras do MMC²¹, por meio das oficinas de sementes realizadas no movimento. Mulheres dirigentes²², que têm coordenado os processos de criação, formação e organização do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças.

Foram realizadas quatro entrevistas, seguindo os critérios mencionados sendo orientadas por um roteiro (Apêndice F). Com uma das entrevistas realizadas, tivemos problemas técnicos e não conseguimos recuperar a gravação, razão pela qual utilizamos e dialogamos com três entrevistas realizadas com Noeli Taborda, Justina Inês Cima e Ivo José Oro.

A autobiografia teve como foco os principais episódios, eventos e situações relativas à formação das mulheres camponesas no âmbito da trajetória centrada nas experiências também relacionadas ao Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças. O uso da autobiografia neste trabalho foi considerado como um processo de “imaginação sociológica”, que, segundo Mills (1982), busca na produção do conhecimento a relação imbricada com os problemas da vida.

Para a escolha das autobiografadas²³ foram levados em conta alguns critérios: Uma, é a que teve a ideia de realização de um trabalho estratégico de ressignificação das sementes crioulas, resultando na formulação do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças. A segunda é a coordenadora geral das atividades que compreendem esse Programa. E a terceira autobiografada desenvolveu, ao longo do tempo, as experiências com sementes crioulas, tendo como centralidade as ervas medicinais. Todas vivenciam a experiência do Movimento em diferentes espaços, seja nos grupos de base, nas direções municipais, regionais, estadual e a nível nacional.

As questões solicitadas às autobiografadas também foram organizadas através de um roteiro (em anexo) que buscou responder aos eixos temáticos, possibilitando expressarem suas percepções enquanto mulheres camponesas em movimento. Um primeiro eixo temático tratou dos significados dos primeiros passos dessas mulheres em movimento no MMC, descrevendo

²⁰ São aquelas que vivem no campo e participam em atividades realizadas pelo MMC/SC e de alguma maneira seguem as orientações do movimento para a produção de sementes e alimentos saudáveis.

²¹ As que coordenam oficinas, reuniões, fazem o trabalho formativo no Projeto de Agricultura Camponesa e Feminista.

²² São as que, na condição de militantes, ocupam espaços de formação em diferentes níveis no MMC, coordenam, planejam e avaliam todo o processo de organização do movimento, no que se refere ao Projeto de Agricultura Camponesa.

²³ Havíamos solicitado quatro autobiografias. Por problemas de saúde, uma das mulheres camponesas escolhidas para fazer sua autobiografia ficou impossibilitada de realizá-la. Assim, contamos com três mulheres camponesas que realizaram suas autobiografias.

suas vidas no fazer-se militante. Para isso, consideramos oportuno entender como e quando se deu sua aproximação e envolvimento com os movimentos populares. Como chegaram à identificação com o MMC/SC.

A intenção foi ouvir a percepção dessas mulheres em relação à condição do ser mulher. E o significado que atribuem ao ser camponesa, bem como observar se essas mulheres se percebem no “antes” e no “depois” do MMC. Da mesma forma, nesse eixo, buscamos entender qual é a percepção dessas mulheres em relação à condição de contribuir na libertação do machismo ainda presente e, ao mesmo tempo, na libertação do homem. Trata-se da dialética de libertação tanto do homem quanto da mulher.

Qual é a percepção em relação à condição de contribuir no deslocamento de uma visão patriarcal para uma visão na qual outra relação homem/mulher, homem/homem, mulher/mulher possa emergir. Assim, também julgamos fundamental observar que percepção foi evidenciada em relação à condição da mulher/maternidade, no sentido de se ir para além do que foi naturalizado (mulher nasceu para ser mãe), mas sem se esquecer da condição da mulher portar a vida²⁴.

Esse primeiro eixo temático nos remeteu a pensar na noção de família e de estética vistas por essas mulheres. Qual a percepção das mulheres em relação à noção de como a questão da família se articula com o gênero-humano e vice-versa, portanto, não é um núcleo fechado em si mesmo, mas, sim, um núcleo aberto à condição do gênero-humano em suas infinitas dimensões. Buscamos entender a percepção em relação à outra estética e ética desde a organização do MMC.

Notamos como a questão da família burguesa monogâmica/heterossexual/patriarcal ainda é forte no universo camponês. As mulheres camponesas em movimento vão se confrontando com essas realidades. Ao mesmo tempo, vão ensaiando outro modelo de família, a socialista, com outra estrutura na forma e no conteúdo. Assim, mexer no patriarcalismo é mexer também na noção de família, mexer na noção de propriedade privada, na noção de Estado, entre outros conceitos que estão profundamente articulados e fazem parte de um mesmo sistema. Como veremos mais adiante, são dimensões consubstanciais e coexistem permanentemente.

O segundo eixo temático versou sobre a práxis das mulheres camponesas e tratou sobre o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC. Com esse eixo, propomo-nos a

²⁴ Esse tema remete-nos às discussões da sexualidade/do sexo/das relações como dimensões da experiência feminista camponesa que tem acompanhado as mulheres em movimento no MMC e necessita um olhar mais cuidadoso, o que sugerimos como fonte de estudos para outras pesquisas.

entender, para além de como se deu o envolvimento das camponesas no processo das sementes, em que consiste essa Proposta.

Investigamos a práxis dessas mulheres no sentido de que as mesmas pudessem explicitar suas lutas, adaptações e diferentes estratégias. Esses diversos elementos da práxis possibilitaram pensar sobre a experiência camponesa feminista, levando-nos a observar como as mulheres foram construindo um processo de construção de saberes que se configuram no território.

Na opinião das autobiografadas, há uma construção de outros saberes que nascem dessa experiência. Que saberes são esses? Como vão sendo elaborados? Como as mulheres percebem essa proposta das “sementes” em relação ao processo histórico de resistência na luta para a (re) significação de saberes? O Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças aponta para uma perspectiva de que tipo de agricultura? O que caracteriza a agricultura camponesa a partir da experiência dessas mulheres?

O terceiro eixo buscou entender como as mulheres percebem o feminismo e o que caracteriza o feminismo camponês. Entre as questões que foram colocadas, destacam-se: O que é feminismo? Como você o compreende? Como você se percebe no trabalho que realiza? Em que momento a dimensão do feminismo ganha visibilidade nas críticas sociais das mulheres camponesas? Como a dimensão do feminismo (re) significa as lutas sociais das mulheres camponesas? Como ele se expressa em termos de organização, programa e ideologia? Que feminismo camponês está nascendo lá no dia a dia da mulher camponesa? Como a construção de uma perspectiva feminina e camponesa condiciona à práxis das mulheres camponesas?

O quarto eixo temático foi em relação às experiências de resistência e enfrentamento. Consideramos oportuno entender alguns dos significados que essas mulheres atribuíram à ação da Aracruz celulose, ocorrida em oito de março de 2006, em Barra do Ribeiro (RS), quando as mulheres da Via Campesina, do Sul do Brasil, invadiram o laboratório e destruíram mudas de eucalipto. As questões colocadas foram: O que você compreende por resistência e enfrentamento? Fale sobre os significados que a ação da Aracruz celulose, ocorrida em oito de março de 2006, despertou no MMC. O que você entende por território? E território das mulheres? A intenção foi compreender melhor os significados dessa ação a partir das mulheres e por que a realizaram.

Buscamos entender como as mulheres camponesas elaboram saberes que se efetivam no interior do MMC e fora dele, destacando seus limites e possibilidades, nomeadamente, sobre a importância político-pedagógico-econômica desenvolvidos neste âmbito. Da mesma forma,

na sociedade em geral, como são concebidos esses saberes das camponesas, seus limites e possibilidades. E se tais práticas possibilitaram fortalecer laços comunitários envolvendo ações coletivas, criando grupos alternativos, repensando o modo de viver a vida camponesa.

Utilizamos também o CEC. Nosso entendimento é de que, quem pesquisa, deve ter consciência de trabalhar para “livrar-se” das pré-noções e pré-julgamentos (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 190). Essa perspectiva teórico-metodológica pressupõe que a pesquisadora deve preparar-se para interpretar as manifestações dos pesquisados com coerência, ética e rigor científico.

Os CECs, como instrumento de coleta e análise de dados, foram propostos por Romão *et al.* (2006). Esses são inspirados nos Círculos de Cultura de Paulo Freire, que foi utilizado como método (ou técnica) de intervenção nos processos de alfabetização. Também a inspiração nasceu de estudos e discussões das “[...] equipes de pesquisadores brasileiros que desenvolvem o projeto Globalização e Educação sobre o *focus group* – metodologia inicialmente proposta pelo grupo de Los Angeles – com o qual Paulo Freire, no começo, parecia ter convergência” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 176).

O conceito freiriano dos círculos de cultura considera os pesquisados como sujeitos da pesquisa que, enquanto são pesquisados, pesquisam e, enquanto são investigados, investigam. É por esta razão que a expressão o (a) pesquisado (a) é substituída por o (a) pesquisando (a). Neste caso, o desafio que se coloca ao pesquisador está em assumir uma relação de sujeito-sujeito, superando a relação tradicional da pesquisa sujeito-objeto. Explica Romão *et al.* (2006, p. 185):

O círculo epistemológico de cultura permite que o pesquisador e o pesquisando reflitam sobre o objeto investigado, mobilizados por uma questão geradora de debate. A partir dela, acontece a enunciação de situações existenciais, carregada de conteúdo emocional, manifesto pelo universo cultural vocabular. Ambos, pesquisador e pesquisando, analisam os temas e subtemas codificados e decodificados, a partir dessas situações existenciais, mediados pela problematização das situações. Ao proceder dessa forma, eles denunciam suas condições existenciais, movidos pela ação-reflexão-ação e pela proposição de saídas para o impasse, anunciando novas possibilidades de intervenção na realidade.

Na concepção freiriana, há três categorias ontológicas imprescindíveis no processo de busca do conhecimento. “Todos os seres – pelo menos os que conhecemos até o momento – são incompletos, inconclusos e inacabados.” Não se trata de interpretá-los como sinônimos. “São incompletos, porque necessitam dos outros; são inconclusos, porque estão em evolução; e são inacabados, porque são imperfeitos.” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 178).

Nos CECs ganha visibilidade o sujeito coletivo que participa do processo de conhecimento. Romão *et al.* (2006) recuperam um novo significado que trata de sujeito

transindividual, acerca da pesquisa qualitativa. “Tanto os sujeitos pesquisadores quanto os pesquisados produzem verdades parciais devido a seu inacabamento, inconclusão e incompletude [...] a epistemologia implica ontologia e vice-versa.” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 179).

Trata-se de verdades relacionais entendidas como representações históricas sociais e parciais, que dependem da perspectiva e do contexto de quem pesquisam. É importante destacar que isso tem a ver com um processo de desconstrução social. “A tarefa do sujeito-pesquisador é promover as condições para que haja uma logística de pesquisa (laboratório, oficina, encontro, entrevista).” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 181).

O mais interessante nessa ideia de sujeito transindividual é que emerge daí um conhecimento não como soma “[...] dos conhecimentos dos indivíduos que o compõem; é mais do que isto: é o conhecimento produzido por um sujeito novo, constituído no processo coletivo de produção do conhecimento” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 181).

O diálogo é o processo de construção do conhecimento na medida em que considera a perspectiva de forma crítica. O papel do pesquisador é de animador da emergência das diversas perspectivas. É provocador da análise crítica, coordenador da sistemática de possíveis convergências de perspectivas.

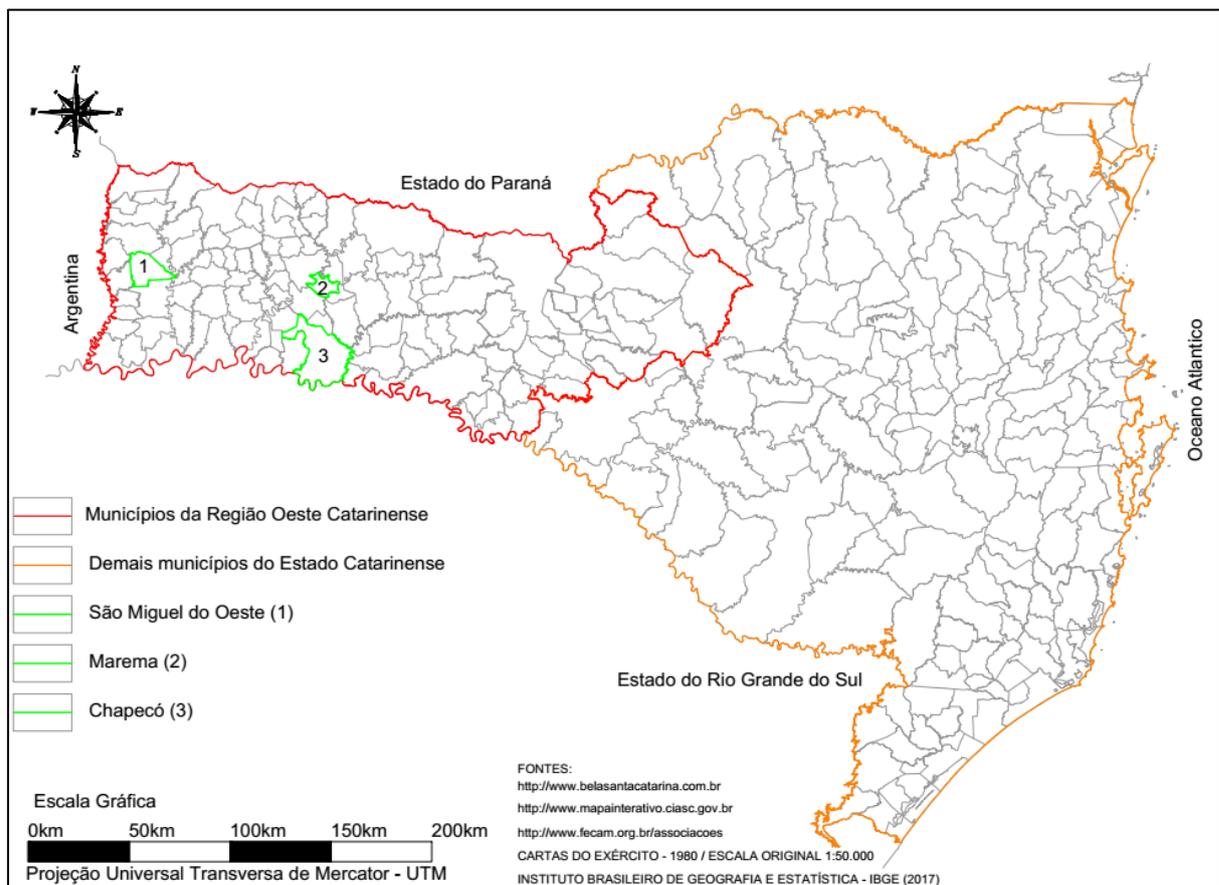
Nos CECs, o pesquisador possui três tarefas. A primeira delas é a de pesquisador cultural prévio da realidade com objetivo de apontar e organizar as temáticas geradoras; a segunda, de provocador epistemológico capaz de provocar e problematizar a partir das questões em debate; e a terceira, é de animador epistemológico que conduz a reflexão para além do empírico, buscando com rigor teórico-epistemológico a explicação daquela realidade.

Entre as orientações para quem se propõe utilizar os CECs, estão: “[...] para interagir nesses grupos com multiplicidades de concepções, significados e sentidos é preciso desenvolver uma escuta sensível, saber mediar, conhecer práticas de comunicação para a resolução de conflitos e conduzir um diálogo transformador” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 187).

Não se trata de uma tarefa fácil. O autor sugere ao pesquisador usar alguns recursos, como “[...] ouvir mais do que falar, devolver perguntas para o grupo, em vez de apressar-se em respondê-las, concentrar-se plenamente no que o grupo está dizendo, estabelecer um diálogo que aproxima os participantes” (ROMÃO *et al.*, 2006, p. 187). Se, além da escolha, o pesquisador tiver habilidade de realizar os círculos epistemológicos, estará contribuindo para romper com o paradigma da relação de subordinação e a dependência entre o pesquisador e os pesquisados.

Observando os elementos teóricos mencionados, realizamos três CECs. Os municípios foram os seguintes: Chapecó, comunidade de Faxinal dos Rosas, onde se destaca tanto a experiência de produção de sementes crioulas como de as ervas medicinais; Marema, produção, melhoramento, conservação e comercialização de sementes crioulas *in natura* e de alimentos saudáveis, por meio da produção orgânica e, São Miguel D'Oeste, produção de artesanatos e biodiversidade.

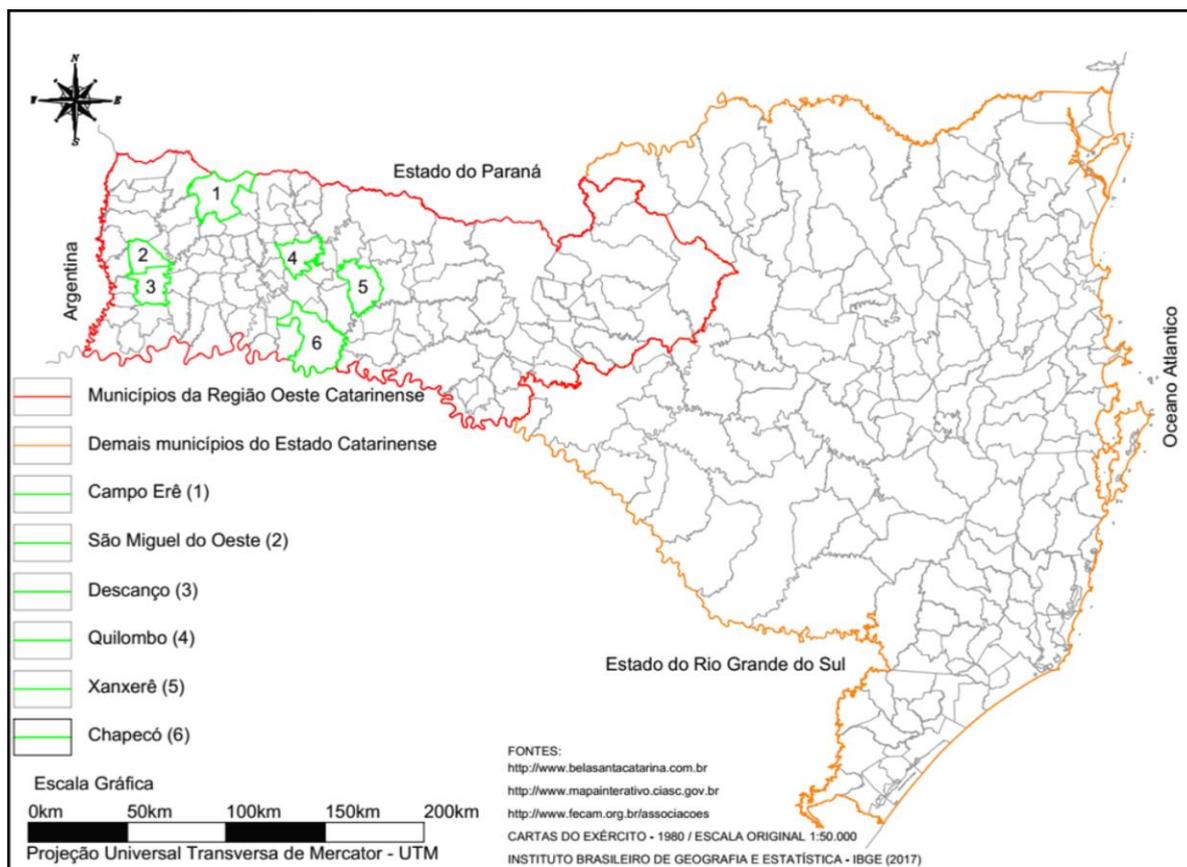
Figura 1 – Local dos Círculos Epistemológicos de Cultura



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração: Gaspareto, 2017.

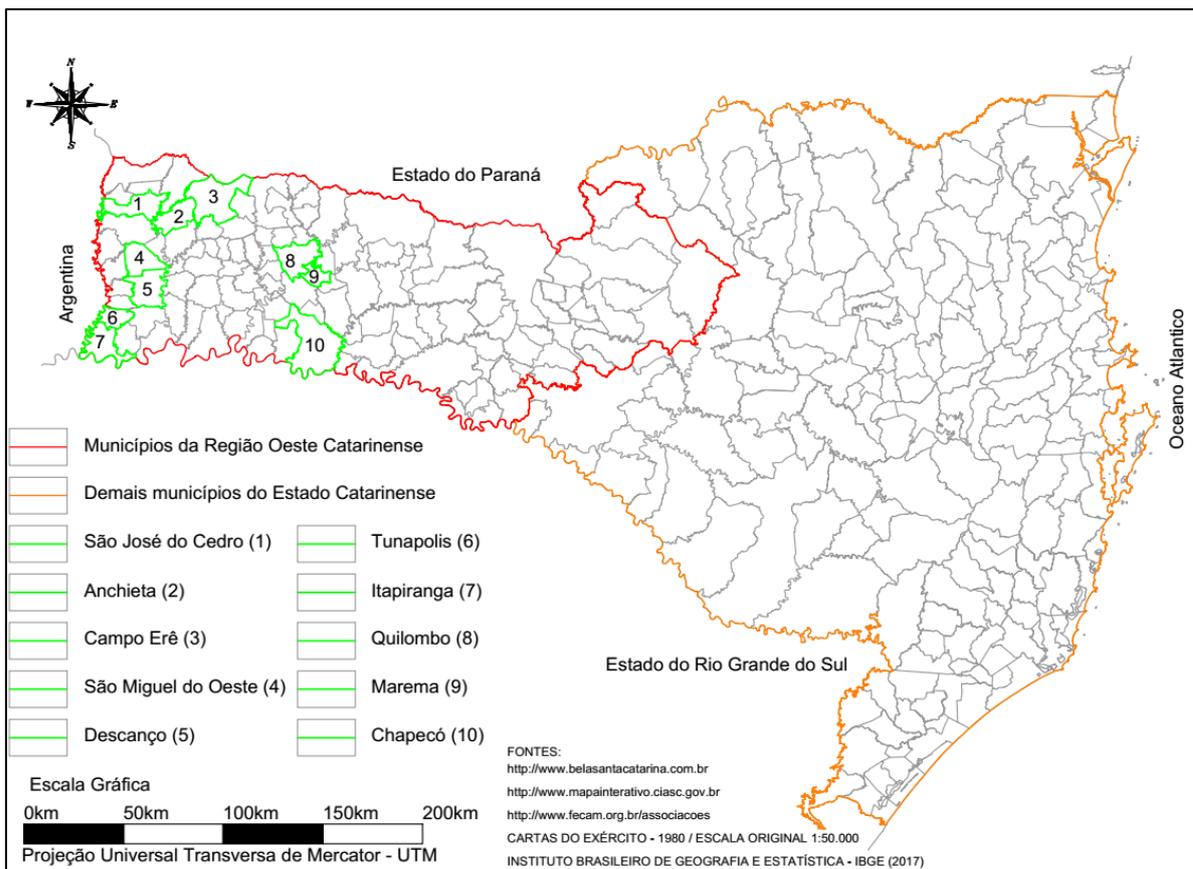
Esses CECs foram realizados nos seguintes locais: Marema/SC, Faxinal dos Rosas, Chapecó/SC e São Miguel D'Oeste/SC. Participaram 38 mulheres de seis regionais do MMC/SC e um homem. Ao todo estiveram presentes representantes de nove municípios. Mesmo que o texto não contemple as referências/narrativas de todas/todos individualmente, o diálogo nos CECs estão contemplados como ação coletiva.

Figura 2 – Municípios Sedes de Regionais do MMC participantes da pesquisa



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração: Gaspareto, 2017.

Figura 3 – Municípios participantes dos Círculos Epistemológicos de Cultura



Fonte, IBGE, 2017. Elaboração: Gaspareto, 2017.

Nestes CECs as mulheres foram instigadas a participar de distintas atividades evidenciadas pelo roteiro de trabalho de campo.

Figura 4 – Participantes do Círculo Epistemológico de Cultura, Marema/SC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Foto: Gaspareto, 2017.

Figura 5 – Participantes do Círculo Epistemológico de Cultura, São Miguel D'Oeste/SC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Foto: Maria Carmem Vieira, 2017.

A pesquisa realizada nos CECs teve como foco central os mesmos eixos temáticos trabalhados nas autobiografias. Para refletir sobre o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, a pesquisadora organizou três blocos de questões: O Bloco 01 trata do Programa de Sementes Crioulas: como chegaram efetivamente às práticas. Nesse bloco a intenção foi perceber como as mulheres chegaram à ideia de criar o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças no MMC. Por que sementes crioulas de hortaliças? Buscamos os possíveis significados dessa proposta para as mulheres na relação com a família, com a comunidade e na sociedade.

Daí a importância de perguntar às mulheres que vivenciam as oficinas de sementes como chegaram a essa proposta do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças do Movimento? Se, em relação ao que produzem em suas propriedades a partir do momento em que começaram a participar do MMC, mudou alguma coisa? Como produzem? Quem decide o que deve ser plantado? Além da produção, o que as mulheres camponesas, por meio do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças evidenciam, em suas práticas cotidianas?

No Bloco 02, a discussão recaiu sobre a construção de saberes das mulheres em movimento. Ouvimos como se dá a elaboração de saberes pelas mulheres envolvidas no Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças. Que significados têm as sementes? Que saberes estão sendo criados pelas mulheres camponesas a partir das sementes? As mulheres camponesas produzem outros saberes? Quais? Como?

No Bloco 03 o tema foi feminismo, com destaque para a compreensão das mulheres sobre feminismo e feminismo camponês, além de trabalhar a concepção de território e território das mulheres a partir da ação da Aracruz Celulose. Concluímos o trabalho de campo buscando, junto às mulheres camponesas participantes, algumas proposições/sugestões para a continuidade do Movimento e para pensar uma perspectiva de projeto territorial de agricultura camponesa a partir das mulheres camponesas, bem como os desafios que persistem nessa experiência.

O roteiro guia que orientou os passos da pesquisa por intermédio dos CECs foi assim organizado: iniciamos com a apresentação das participantes através da Mística de abertura: no chão, no centro da sala, organizamos um cenário com sementes, com o símbolo da mulher, do homem representando o feminismo. Colocamos as plantas, distribuímos alimentos saudáveis, representados pelos produtos da época (uva, figo, melancia, laranja, melão, entre outros). O artesanato estava em meio aos três símbolos do MMC, que são o chapéu de palha, o lenço lilás e a bandeira, juntamente com cartilhas e materiais do MMC. Concluímos a apresentação com a explanação em *slides* da música “Há muitos anos na batalha por direitos”.

Figura 6 – Momento de apresentação das participantes, CEC Chapecó/SC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Foto: Zenaide Collet, 2017.

Feita a acolhida e agradecimento pela presença das mulheres e por terem aceitado o desafio de participar da pesquisa, orientamos para assinatura dos termos de livre consentimento e autorização para utilização de voz, fotografia e imagens com fins de publicação da pesquisa.

Procedemos à exposição sucinta do projeto de pesquisa. Traçamos como objetivo central analisar como as práticas históricas e sociais das mulheres camponesas condicionam a produção de saberes e de fazeres no MMC no oeste catarinense.

Houve um cuidado teórico-metodológico. Cada questão foi problematizada. Definimos e avaliamos com o grupo se iríamos utilizar o nome verdadeiro ou nome fantasia. A decisão das mulheres nos três CECs foi de utilizar o próprio nome. Percebemos um sentimento de autovalorização, de autoafirmação por parte das mulheres, manifestando segurança em sua própria identidade.

Sentiram-se felizes em participar desse momento de elaboração e organização da pesquisa que retrata suas próprias trajetórias e histórias de lutas, pois são elas as protagonistas principais da pesquisa. Chamou-nos atenção que as mulheres faziam questão de serem filmadas. Em um dos CECs, elas somente falavam quando a câmera estava em sua frente. As expressões eram as mais variadas: “Essa história é nossa e custou muito, temos que contá-la” (CEC, Joana, São Miguel D’Oeste/SC, 2017). “Não temos nada a esconder” (CEC, Miriam,

São Miguel D'Oeste/SC, 2017). “É muita libertação pra ficar só pra nós!” (CEC, Claudete, São Miguel D'Oeste/SC, 2017). Isso também mostra as mudanças que foram ocorrendo.

Quando chegam ao Movimento, muitas delas mal conseguem balbuciar o nome. Na experiência, vão recuperando a força da palavra. Entendemos que recuperar a força da palavra é altamente semiótico²⁵. Em Paulo Freire, a linguagem é mediação e constitui-se como elemento fundamental entre o ser humano e o mundo. “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeiramente seja transformar o mundo.” (FREIRE, 2014, p. 107). Sem o balbuciar da palavra não há possibilidade de elaboração do saber. A linguagem é fundamental para a transformação do mundo. Dizer a palavra é um direito de todos.

Por essa razão, optamos por utilizar o nome verdadeiro das participantes. Deixamos claro que é um grande desafio pela cumplicidade existente entre pesquisadora e pesquisadas, mas que desse processo sairá um conhecimento novo. Esclarecemos que, independente da construção gramatical, as falas/palavras foram preservadas tal e qual, para se dar uma ideia de que há uma linguagem que vem da experiência, conforme observamos nos estudos de Thompson (1981).

Em seguida, iniciamos os debates relacionados ao Programa de Semente Crioulas de Hortaliças. Para chegar à busca dos dados, definimos, como estratégia metodológica, começar pela história do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças na voz das mulheres camponesas. Cada participante, individualmente, foi escrevendo sobre a sua trajetória no MMC e como chegou ao envolvimento na experiência do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças.

Feita a socialização, por intermédio da construção coletiva, construímos a linha do tempo do MMC. Buscamos na memória das mulheres camponesas como elas foram construindo essa experiência de elaboração e como chegaram à ideia do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças. Em que conjuntura se deu essa escolha? Por que as mulheres decidiram por esse Programa? Como aconteceu isso? Como elas começaram lá em suas realidades – nos municípios? Como foi o trabalho de mobilização/articulação. Outras questões foram sendo mediadas e possibilitaram a cada participante contar sua própria história narrativa.

Solicitamos que falassem sobre os significados que atribuíam ao Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, na família e para além dela. Da mesma forma buscamos questionar o aspecto relacionado à gestão – (Como foi o passo a passo para efetivação do Programa). Quem

²⁵ Referimo-nos às elaborações de Peirce (2005), que trata da semiótica como ciência que estuda as diferentes formas do ser humano se comunicar abrangendo as linguagens verbais e não verbais. Oral, escrita, verbal, desenhada, textual, corporal, entre outras. Ajuda-nos a compreender o mundo e o que há em sua volta.

pensou? Quem tomou a frente? Como? Se há resultados concretos – que resultados são esses? As mulheres colocaram em tarjetas e socializaram as ideias que foram problematizadas no grupo.

Dando continuidade, numa roda de diálogos, entramos no eixo temático relacionado à produção de saberes. Foram apresentadas algumas questões para conversar: quais são saberes que as mulheres têm? O que vocês sabem fazer? Expliquem como vocês aprenderam? Como vocês despertaram para a importância da produção de saberes enquanto mulheres camponesas? Nesse processo de construção de saberes, foi solicitado que destacassem um aprendizado significativo e uma dificuldade encontrada. Como a sociedade percebe/valoriza ou não isso que vocês fazem? Que relação existe entre as sementes crioulas e a agricultura?

Ao meio-dia, intervalo. Para o almoço, conforme costume das mulheres no MMC/SC, cada uma levou algo para compartilhar.

Para o eixo temático que versa sobre o feminismo, organizamos pequenos grupos e ali as mulheres construíram um quadro de compreensão sobre feminismo e feminismo camponês. As mulheres escreveram sobre o que é o feminismo e que marcas/características tem o feminismo que expressa a vida camponesa em relação ao trabalho (produtivo, reprodutivo); em relação às lutas sociais; em relação à participação política da mulher na sociedade; em relação à educação, à agricultura, à saúde, lazer; etc.

Com o intuito de buscar as concepções e interpretações das mulheres camponesas em movimento, no que se refere ao tema da resistência e enfrentamento, propomos a realização do que chamamos de varal da ação na Aracruz Celulose. Ação emblemática das mulheres camponesas que repercutiu internacionalmente. Para obter esses dados, entregamos uma folha para cada participante solicitando que escrevessem por que fizeram essa ação e os seus significados/reações para o Movimento, família e comunidade. E se as mulheres percebem que esta ação tem a ver com a noção de território e território das mulheres. Que relação é essa? Atentamente observamos, na pedagogia da luta, as múltiplas dimensões da práxis a partir da experiência camponesa feminista que será explicitada no último capítulo.

Por último, valendo-nos da técnica da teia, buscamos, junto aos CECs, as proposições das mulheres camponesas, considerando 13 anos do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças e 34 anos de MMC/SC. Indagamos: o que vocês propõem para o MMC e que propostas vislumbram enquanto mulheres camponesas em movimento no MMC para pensarmos na perspectiva de projeto de desenvolvimento territorial a partir de suas experiências?

Figura 7 – Teia das propostas, CEC São Miguel D’Oeste/SC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Foto: Maria Carmen Vieira, 2017.

Para encerramento das atividades dos CECs, as mulheres, divididas em quatro grupos, completaram as seguintes frases temáticas:

Nossa experiência produz outros saberes em relação à agricultura camponesa quando...

Nossa experiência produz outros saberes em relação às lutas sociais quando...

Nossa experiência produz outros saberes em relação ao território quando...

Nossa experiência produz outros saberes em relação ao trabalho, como mulheres camponesas quando...

Cada participante respondeu algumas questões para complementação das discussões no CEC. Finalizamos os CECs com a socialização dos alimentos orgânicos produzidos pelas mulheres, que serviram de mística durante os trabalhos realizados.

Do ponto de vista do método da análise dos dados, os elementos da hermenêutica dialética (MINAYO, 2013) e interpretação se juntam, possibilitando-nos fazer uma síntese dos processos compreensivos e críticos por intermédio da experiência compartilhada. É a partir das categorias do materialismo histórico que analisamos os dados como desafio do conhecimento.

Para Lefebvre (1975), podemos compreender as leis da dialética por meio da:

a) Lei da interação universal: A lei da interação universal possibilita-nos a compreensão de um fato a partir da análise da sua conjuntura, pois é na interação das relações inerentes ao fenômeno que chegamos à compreensão do fato. b) Lei do movimento universal: A realidade deve ser interpretada como algo dinâmico que passa por profundas mudanças. c) Lei da unidade dos contraditórios: Para Marx a realidade social é sempre determinada pela contradição ou pelo antagonismo de classes. Buscamos captar a ligação, a unidade, o movimento que envolve os movimentos contraditórios que interagem numa mesma realidade social. d) Lei da superação: consideramos o processo analisado como um devir em permanente mudança que tanto pode ser quantitativa como qualitativa. e) Lei do desenvolvimento em espiral: O movimento em “espiral” pode ser revelado no devir do pensamento e da sociedade que se expressa na superação dos limites da unilateralidade. (LEFEBVRE, 1975, p. 239).

Tomamos como referência algumas categorias, que entendemos serem as que apresentam os elementos de problematização e análise crítica observada durante o processo de pesquisa, entre elas, contradições, luta de classes, movimento e outras.

Orientamo-nos pelas observações de Minayo (2010), que apresenta quatro etapas de procedimentos, “categorização, inferência, descrição e interpretação”, sem necessidade de seguir a ordem apresentada. A orientação básica é mediada por alguns passos: organizar e separar o material a ser analisado; distribuí-lo em categorias; descrever o resultado em categorias; fazer a inferência dos resultados e interpretá-los (MINAYO, 2010, p. 88). Para análise dos dados, tomamos como base a concepção de método como “[...] ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização do trabalho investigativo, na maneira como olhamos as coisas do mundo” (GATTI, 2012, p. 47). Utilizamos para a interpretação dos dados, categorias de análise. A exploração do material teve como propósito ir além das falas e dos fatos, buscando a interpretação desse a partir de alguns passos:

[...] (a) identificação e problematização das ideias explícitas e implícitas do texto (a problematização pode ocorrer através de questionamentos que fazemos ao material que dispomos); (b) busca de sentidos mais amplos (socioculturais) atribuídos às ideias; (c) diálogo entre as ideias problematizadas, informações provenientes de outros estudos acerca do estudo e o referencial teórico do estudo. (MINAYO, 2008, p. 101).

Essa perspectiva de análise possibilitou a organização do conjunto dos dados da pesquisa em unidades, articulando os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos, atentando sempre para as questões centrais da pesquisa.

3 CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO

Rosa vermelha do povo. [...] Diz que a luta é de classe contra o capital burguês [...]. (ZORTEA, 2011, p. 09).

Não há consenso entre autores que discutem o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Para uns, a generalização do capitalismo conduz à homogeneização, significando que existe: “[...] a formação de um operariado único e de uma classe burguesa no outro”. Para outros, o que se tem é um processo contraditório, “[...] que leva a criar obviamente, no processo do assalariamento no campo, o trabalho familiar camponês” (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório porque tanto as relações capitalistas quanto as não capitalistas são fundamentais para a sua própria reprodução. No campo, quando a posse da “terra de trabalho” é retirada do camponês, ele se transforma em assalariado, o que faz dele um proletário. Expulso de sua própria terra terá que se submeter ao trabalho em outros empreendimentos agrícolas, ou então, está destinado à migração e trabalho nas cidades.

Apesar de esta ser a tendência geral do desenvolvimento do capitalismo no campo, parcela significativa de trabalhadores/as camponeses/as criaram alternativas próprias para enfrentar essa nova realidade e se reinventaram. Oliveira (2010, p. 7) mostra que:

É por isso tudo que o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta, como reprodução de formas sociais não capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; nesse sentido o capitalismo se nutre de realidades não capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista.

As experiências alternativas, as práticas inovadoras de agricultura e a agroecologia são consideradas realidades vivas de resistência e contraposição ao capitalismo, que foram evidenciadas nas autobiografias e são ressignificadas na experiência das mulheres camponesas em movimento. Zenaide se lembrou do aprendizado de sua infância:

Aprendi desde a infância com minha mãe a trabalhar na horta, limpar o solo, semear e preparar os alimentos diários [...] temperos, radiche, couve, cenoura, beterraba, tomate, [...] a mãe e o pai preparavam o solo, plantavam e faziam todo o processo junto e eu e meus irmãos, minha irmã acompanhavam. Na minha infância ainda não tinha chegado os agrotóxicos. Tudo era produzido natural. Na família já fazia a

agroecologia só que a gente não sabia, não conhecia com esse nome. Plantavam e ainda hoje planta a diversidade de alimentos. Tem um pomar diversificado [...] A gente adorava ir na roça porque sempre tinha algo pra colher cereja, pitanga, gaviu, tarumã, guabiroba, ingá, pinhão. Lembro também que no inverno eu ia junto com o pai replantar o pinheiro, cedro, angico, louro. A gente ajudava o pai fazer as mudas [...]. Além disso, tinha os animais galinhas, gansos, patos, pombas, peixe, porcos, vacas, cabritos. [...] A gente levava na cidade e vendia para as professoras e o dinheiro investia no material porque não tinha outro. O dinheiro da safra do milho ou da venda dos porcos era para pagar a terra. Depois foi entrando na propriedade os agrotóxicos, a integração, o endividamento, a mecanização. (Autobiografia, Zenaide Collet, Quilombo/SC, 2017).

Ao estudar o mundo das sociedades e economias não capitalistas e naturais, no Livro *O Capital*, Capítulo 24 que trata da *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx, ao explicar a gênese do capitalismo diz que na sua origem havia necessidade de destruição das sociedades naturais – comunidades camponesas – para criar outro modo de vida, o capitalismo. Diferentemente de Marx, que afirmou que a destruição das comunidades naturais somente se dava na origem do capital, Rosa Luxemburgo afirmou que esse processo é uma característica do capitalismo “mesmo em sua plena maturidade” (LUXEMBURGO, 1988, p. 28). Segundo a autora, esse processo se manifesta nas formas de expropriação da terra, do trabalho, dos recursos naturais, entre outros. E também concorda que o desenvolvimento do capitalismo precisa ser compreendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital, pois este depende dos meios de produção e forças de trabalho existente no mundo inteiro. Para crescer, necessita “dos tesouros naturais e das forças de trabalho” que existem na “superfície terrestre”. Explica Luxemburgo (1976, p. 314):

Percebemos, não obstante, que o capitalismo está ligado, em seu pleno amadurecimento, à existência coetânea de camadas e sociedades não capitalistas. [...] A acumulação do capital, porém, não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que, sem os meios não capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido... O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas – este é o meio histórico da acumulação de capital – surge então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades... De fato, a acumulação do capital como processo histórico depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não capitalistas.

Consideramos que a obra de Luxemburgo (1985) é atual porque oferece elementos que nos ajudam a entender melhor a dinâmica histórica da acumulação do capital. Da mesma maneira, porque nos ajuda a compreender que se trata de um sistema que se impõe como forma política e econômica universal, destruindo outras formas naturais de economia.

Para Schütrumpf (2006, p. 83), uma das explicações que Rosa Luxemburgo encontrou para compreender o verdadeiro processo do desenvolvimento capitalista foi quando remeteu a problemática geral para o plano do mercado mundial, para onde “[...] o mundo capitalista e seu meio histórico se encontram com o mundo das sociedades e economias não capitalistas”. Isso se explica porque sem outras formas econômicas não capitalistas como meio e substrato, o capitalismo não poderia existir, como tampouco poderia existir sem uma constante expansão.

No modo de produção capitalista, fabricam-se “produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocados por dinheiro” (LUXEMBURGO, 1985, p. 9). Mesmo porque, “[...] no modo de produção capitalista, as necessidades de consumo da sociedade não constituem, em absoluto, motivo propulsor da produção” (LUXEMBURGO, 1985, p. 12). No âmbito das relações não capitalistas de produção, essa lógica do capital não ocorre, uma vez que a relação se inverte apresentando-se na dinâmica da circulação das mercadorias, concretizada na troca da mercadoria por dinheiro e dinheiro por mercadoria (M-D-M). Oliveira (2010, p. 9) chama a atenção no sentido de que:

[...] o processo de produção de relações não capitalistas de produção como recurso para garantir a sua própria expansão, tem-se dado, no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm, através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde grassam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos como intermediários, atravessadores, atacadistas, etc. Mas o processo não se restringe aí, o Estado se incumba de mediar esse processo e acelerá-lo. Agindo, pois, através do crédito bancário (oficial), cria os liames da dependência do produtor (do pequeno, principalmente), mantendo-o permanentemente endividado.

Isso significa dizer que o capital não está somente circunscrito na produção, mas também na circulação de mercadorias. Explica Oliveira (2010, p. 5):

Isso decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é na essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia. Além disso, devemos ter claro que o produto final do processo de produção não é a mais-valia e sim a mercadoria. Esta contém a mais-valia, que não se confunde com o produto final do processo de produção, ou em outras palavras, a mais-valia está prisioneira à mercadoria, e a sua realização se dá com a circulação, quando o movimento de rotação do capital se completa (D – M – D). É no momento da produção que a mais-valia é gerada pelo trabalho (das classes trabalhadoras), ou seja, é produzida; porém é no momento da circulação que a mais-valia é realizada.

De acordo com Schütrumpf (2006, p. 83), Luxemburgo não se contentava em simplesmente conhecer as leis do movimento do capital, mas o que ela buscava entender eram

as leis do desenvolvimento do capital. “Ou seja, da acumulação acelerada e dinâmica, tanto para a explicação das crises, [...] como também para a determinação dos limites imanentes que o próprio mecanismo da acumulação do capital teria que colocar à expansão do capitalismo.” Como explica Luxemburgo (1976, p. 285):

Não se trata já da acumulação primitiva [originária], mas de uma continuação do processo até hoje. [...] Do mesmo modo que a acumulação do capital, com a sua capacidade de expansão súbita, não pode aguardar o crescimento natural da população operária nem conformar-se com ele, tampouco poderá aguardar a lenta decomposição natural das formas não capitalistas e a sua passagem à economia de mercado. O capital não tem, para esta questão, outra solução para além da violência, que constitui um método constante de acumulação de capital no processo histórico, não só na sua gênese, mas ao longo do tempo, até hoje.

Outro aspecto a ser considerado é a relação com o Estado capitalista, pois, “interligados organicamente”, o processo econômico e a violência do Estado resultam no processo histórico da “trajetória do capital” (LUXEMBURGO, 1988, p. 2). Sem o Estado, o desenvolvimento contraditório e duradouro do capitalismo não se sustentaria.

Da mesma forma, entendemos que nenhum tipo de agricultura se desenvolve se não tiver Políticas Públicas, crédito, assistência técnica, programas específicos de geração e agregação de valor à produção, entre outros. O agronegócio no Brasil, fez com que avançasse a produção e a produtividade porque sempre se beneficiou e se beneficia de recursos públicos. Isso pode ser verificado desde a concretização da ideologia desenvolvimentista de modernização do campo. Fernandes (2001, p. 25, grifo nosso) explica que:

A necessidade de modernizar o campo foi propiciada pelas Políticas Agrícolas colocada em prática a partir de 1964, com a elaboração do Estatuto da Terra – *Lei nº 4.504 de 1964*²⁶ – sendo dinamizada durante o regime militar, principalmente com a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro. O setor agrário ganhava um novo impulso e uma nova dinâmica dentro da economia nacional.

De acordo com estudos realizados por pesquisadores da Universidade de Brasília – UNB que levou em conta o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2006, o sistema de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, informações da Comissão Pastoral da Terra – CPT e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, entre outros, constatou-se que:

²⁶ A *Lei 4.504* de 30 de novembro de 1964, no artigo I, § 2º diz: “Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país”.

No Brasil, menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país. Os homens estão à frente de 87% dos estabelecimentos, representando quase 95% das propriedades rurais. As grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola. Mas são os pequenos que respondem por mais de 70% da produção de alimentos. O Brasil está em quinto lugar em termos de concentração de terras da região. (CHIARETTI, 2016)²⁷.

Isso mostra que são as maiores propriedades de concentração da terra que mais receberam incentivos e assim foram sendo ampliadas e melhor estruturadas. O acesso ao crédito, à pesquisa e à assistência técnica, tendo como objetivo produzir para exportação ou para atender à agroindústria, esteve de posse dessas grandes propriedades. (CHIARETTI, 2016)²⁸.

Oliveira *et al.* (2005) mostraram que as propriedades com menos de 25 hectares (57,6%) representam menos de 7% da área ocupada no Brasil e as propriedades com mais de 1000 hectares representam 1,6% dos imóveis cadastrados no Incra e possuem 43,8% da área total ocupada, ou seja, quase a metade do total.

Oliveira (2001) afirma que outra contradição colocada é de que, com a modernização do campo brasileiro, não são os latifundiários que se transformam em empresários capitalistas, mas os capitalistas industriais urbanos que passam a serem proprietários de terra.

Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi 'nacionalizado' no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), citada em estudos publicados, tinha superfície superior a quatro milhões de hectares. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

As pequenas comunidades rurais, com pequenas e médias propriedades, foram sendo transformadas em grandes áreas, grandes fazendas. De acordo com Oliveira (2010, p. 8), “[...] no caso brasileiro, o capital não tem atuado na direção da separação entre capitalista e proprietário da terra. O que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital, tanto na pequena propriedade quanto na grande.” Porém, isso também não se faz sem contradições. Vejamos:

²⁷ Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4792703/estudo-destaca-concentracao-de-terras-no-brasil>>. Acesso em: 15 maio 2017.

²⁸ Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4792703/estudo-destaca-concentracao-de-terras-no-brasil>>. Acesso em: 15 maio 2017.

[...] a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a ‘peonagem’, relação de trabalho também chamada de ‘escravidão branca’. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Esse processo reforçou a propriedade privada da terra no Brasil. Há registros históricos de propriedades que concentram grandes extensões de terra, grande parte improdutiva, porém a legislação difere nos critérios de classificação das mesmas.

A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado. [...] Estudos realizados revelam que se o INCRA aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas. O Atlas Fundiário Brasileiro, publicado pelo INCRA, indicava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados foram classificadas como não produtiva e apenas 28,3% como produtiva. (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

A concentração fundiária no Brasil também reforça a desigualdade de gênero. São os homens que controlam a maior parte dos estabelecimentos rurais e estão à frente dos imóveis com maior área:

Eles possuem 87,32% de todos os estabelecimentos, que representam 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras. No outro extremo, as mulheres representam quase o dobro do número de produtores rurais sem posse da terra em comparação aos homens – 8,1% frente a 4,5%, respectivamente. Ao mesmo tempo, as mulheres são, proporcionalmente, mais frequentes do que os homens nos estabelecimentos com áreas menores de 5 hectares. (OXFAM Brasil, 2016)²⁹.

Enquanto, historicamente, a concentração da terra foi privilegiada, camponeses/as pequenos/as produtores/as também foram preteridos/as com relação ao acesso aos recursos financeiros e técnicos e isso permanece até os dias atuais. De acordo com informações relacionadas ao Plano Safra 2016/2017, em se tratando dos recursos disponibilizados para o grande produtor:

O governo federal anunciou [...] a liberação de R\$ 202,88 bilhões em crédito para o Plano Agrícola e Pecuário do período 2016/2017, linha de financiamento destinada ao médio e grande produtor. O valor é cerca de 8% - ou R\$ 15,18 bilhões - superior

²⁹ Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

ao da safra passada, quando foram liberados R\$ 187,7 bilhões aos produtores rurais. (MARTELLO; MATOSO, 2016)³⁰.

Em relação ao crédito para os agricultores familiares, o governo informou “[...] que vai destinar R\$ 30 bilhões para crédito a agricultores familiares dentro do Plano Safra 2016/2017” (MARTELLO; MATOSO, 2016)³¹.

A partir desses dados, compreendemos que a concentração da terra no Brasil está ligada ao êxodo rural, à captura de recursos naturais e bens comuns, à degradação do meio ambiente, bem como “[...] à formação de uma poderosa elite associada a um modelo agrícola baseado em grandes propriedades monocultoras, voltado à produção de commodities para exportação e não para a produção de alimentos” (OXFAM Brasil, 2016)³².

Não negamos o avanço técnico do período, mas concordamos que, em nome do lucro, a modernização, “provocou o deslocamento de milhões de famílias, principalmente do Nordeste e do Sul do país, em direção às cidades e às regiões Centro-Oeste e Norte”. E que, “[...] foi essa destinação desigual de incentivos que financiou a posse de grandes áreas por parte de empresas e grandes proprietários do Centro-Sul, consolidando uma das piores distribuições de terra do planeta” (OXFAM Brasil, 2016)³³.

Estamos nos referindo a um processo que, historicamente, assegura privilégios garantidos à elite agrária pelo Estado brasileiro, como podemos ver na isenção de impostos. A Bancada Ruralista³⁴, em 2014, levou à votação a Medida Provisória – MP nº 615, de 2013, transformada na Lei nº 12.865, que garantiu:

[...] a isenção da cobrança de 9,25% do PIS e da COFINS na venda da soja para todos os fins comerciais. Essa desoneração beneficia indústrias, cooperativas e cerealistas que recebem soja nos processos de comercialização. Além da destinação de recursos para o agronegócio extensivo e da isenção de impostos, a evasão, sonegação e elisão fiscal também estão associadas à concentração de terras. Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ), o setor agrícola ocupa o décimo lugar entre os maiores devedores com a União, com um montante de R\$ 19 bilhões em dívidas. (OXFAM Brasil, 2016)³⁵.

³⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/ministra-anuncia-r-2028-bilhoes-para-plano-agricola-20162017.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

³¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/ministra-anuncia-r-2028-bilhoes-para-plano-agricola-20162017.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

³² Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

³³ Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

³⁴ É a maior bancada do Congresso Nacional. Oficialmente conta com 162 deputados e 11 senadores, sob a sigla de Frente Parlamentar da Agropecuária. Sua atuação é contra direitos, contra quilombolas, povos indígenas, contra a reforma agrária e contra movimentos sociais do campo.

³⁵ Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Produzir para exportar, produzir para as indústrias com vistas ao mercado externo, não necessariamente assegurou o “progresso” que setores agroexportadores, em nome do capital, anunciavam. Da mesma forma, a “modernização da agricultura” e o progresso tecnológico agravaram a situação vivida pela maioria dos camponeses/as Destacamos, como exemplo, a alteração nas matrizes produtivas:

[...] de *produção agrícola* a partir das sementes híbridas e transgênicas e a de *consumo alimentar familiar* a partir de alimentos industrializados. As mudanças que se verificaram nessas duas dimensões da vida restringiram as margens de decisão dessas populações com relação ao que e como produzir, ao que e como se alimentar. (CARVALHO, 2003, p. 101, grifo nosso).

Além disso, os/as camponeses/as tiveram que aceitar as imposições relacionadas à assistência técnica pública e privada e do “[...] crédito rural governamental subsidiado, novas práticas de motomecanização, de adubação, de combate as pragas, de controle de doenças e de ervas consideradas como daninhas” (CARVALHO, 2003, p. 101). Na medida em que os/as camponeses/as deixaram as práticas tradicionais de produção, entre elas, a produção de sementes e de insumos, também mudou a dieta alimentar com a introdução de hábitos de consumo de alimentos industrializados.

Entretanto, a agricultura camponesa que mantém profunda relação com a terra e com princípios diferentes daqueles inerentes à produção capitalista adquire papel fundamental no conjunto da produção agrícola, principalmente quando se trata da produção diversificada de alimentos.

Temos a agricultura camponesa como a principal produtora de alimentos básicos, garantindo a segurança alimentar do país. Somos responsáveis pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 58% do leite, 59% da carne suína e 50% das aves produzidas no campo brasileiro. O cultivo que temos menor participação é justamente a soja, (somos responsáveis por 16% da produção) que hoje representa um dos grandes monocultivos brasileiros voltados à exportação. (MPA, 2010)³⁶.

Quando nos referimos à importância da produção de alimentos pela agricultura camponesa é fundamental considerar os diferentes significados que emanam dessa experiência pelos sujeitos envolvidos. Conte (2014) apresenta elementos para pensar os diferentes enfoques que o alimento pode tomar visto a partir da concepção das mulheres. Destaca o significado de alimento – identificando com quem cultivou, “[...] essa pessoa sabe o tempo certo para plantar, a maneira de colher, armazenar ou ter que comer fresco, partilhar, ou mesmo vender ou trocar [...] esse alimento vai além de saciar a fome [...]”. Durante a pesquisa, algumas narrativas revelaram que o

³⁶ Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/2010/02/18/censo-agropecuário-confirma-agricultura-camponesa-e-a-principal-produtora-de-alimentos-do-pais>>. Acesso em: 15 maio 2017.

alimento saudável, ao mesmo tempo, em que gera renda, constrói conhecimento e também autonomia, criando um ambiente saudável e isso vai repercutindo no território. Noeli ressaltou:

A questão das hortas, dos hortos eles são fundamentais porque a gente aprendeu também na questão da reeducação alimentar que nos precisamos de alimentos diversificados. Quanto mais colorido for o nosso prato mais saúde nós vamos ter. Então trabalhar essa questão da diversidade nas hortas, as diversidades de frutas, no nosso cardápio, a questão dos chás tanto como alimento quanto como remédio. A cultura medicinal a partir da prática das mulheres, do conhecimento das mulheres, é muito importante porque vai criando cada vez mais a independência, a não dependência do mercado. Vai produzindo a tua autonomia, vai construindo a possibilidade de geração de renda vai fortalecendo o território e contudo, a partir do momento que você faz a socialização dos conhecimentos, a partir do momento que mais pessoas começam a trabalhar a questão da produção agroecológica tu vai desenvolvendo um território mais saudável, um ambiente sustentável. (Entrevista, Noeli Tabora, Chapecó/SC, dez. 2015).

A produção de alimentos nas mãos dos camponeses busca contrapor-se à padronização dos alimentos industrializados/globalizados, tratados por Carvalho (2003) como tirania das grandes corporações multinacionais. Pois, “[...] a tendência econômica é a de se consolidar uma padronização universal da dieta alimentar ou dos tipos de alimentos a serem ofertados aos consumidores na maioria dos países do mundo, independente da sua história, cultura e de seus hábitos alimentares” (CARVALHO, 2003, p. 96). Nesse contexto a agricultura camponesa adquire grande relevância uma vez que contribui para a manutenção da biodiversidade, o cuidado com o solo e a preservação de hábitos alimentares e da culinária própria de cada região.

3.1 Agricultura familiar e camponesa

Não aceitam o cabresto eles vêm com o pretexto de aumentar a produção. Para onde esse modelo conduz que quanto mais se produz mais pobre fica a nação? (GRINGO, 2011, p. 03).

Conforme vimos, com a modernização da agricultura a vida no meio camponês vem passando por transformações e sofrendo as mais diversas consequências, devido à força do capital nacional e transnacional. Tanto os conceitos que tratam da agricultura familiar quanto do campesinato estão carregados de conteúdo político e ideológico, visto que há sempre uma preocupação analítica que busca identificar qual é o papel desse sujeito no desenvolvimento capitalista.

Agricultura familiar é um termo que tem sido utilizado pelas ciências sociais, principalmente nos últimos anos, para caracterizar um determinado tipo de agricultura que entrou em cena num contexto de modernização do campo.

Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais ‘pequenos produtores’ incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores ‘consolidados’ ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. (WANDERLEY, 2003, p. 43).

Diferentes autores têm se dedicado ao estudo sobre agricultura familiar. A ideia geral que está colocada é de que o agricultor familiar é um sujeito social. Em relação à passagem de camponês para agricultor familiar, Wanderley (2004) destaca que não é algo mecânico, nem mesmo pode ser considerado “natural” essa passagem da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”. É fundamental considerar “pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais” (WANDERLEY, 2004, p. 47).

A autora recorre à proposta teórica de Lamarche, (1993), para o qual os agricultores familiares são portadores de uma tradição que se fundamenta na família, nas formas de produzir e no modo de vida. Mas que se adaptam às condições modernas de produzir visto que recebem influências de uma sociedade global e modernizada sem mesmo ter estabelecido uma ruptura definitiva com as formas anteriores. Wanderley (2004) entende que os/as agricultores/as estão sujeitos à modernização da agricultura e, frente às mudanças ocorridas, necessitam de um território como lugar de vida e de trabalho.

O agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas ‘provocações’ e desafios do desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2004, p. 58).

Do ponto de vista político, Schneider (2003) diz que o conceito de “agricultura familiar” ganhou certa legitimidade a partir dos anos de 1990, quando foi sendo incorporado especialmente pela CUT, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da região Sul do Brasil – FETRAF-SUL, que, mesmo não sendo uma entidade nacional, possui grande influência na Região Sul e se articula nacionalmente e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Entendemos que há teóricos da agricultura familiar que sustentam suas afirmações em torno da ideia de que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está integrado ao mercado não é um camponês, mas, sim, um agricultor familiar. Resulta daí a compreensão de que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa. Ou

dito de outra maneira: todo camponês pode ser caracterizado como um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar pode ser identificado como camponês. “Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal.” (FERNANDES, 2001, p. 29).

Esses elementos e processos, entre outros, estão presentes, em suas variações e diferenças, na agricultura camponesa e precisam ser estudados na sua interdependência. É, pois, fundamental compreender as singularidades dos modos de ser camponês que não se fazem sem conflitos, sem disputas, sem interesses, e isso também significa compreender o campesinato como uma classe social que sobrevive em meio às contradições da expansão capitalista (SHANIN, 2008). Se consideradas as normas e padrões de cálculos exigidos e aceitos, muitos estabelecimentos rurais camponeses, que “trabalham com prejuízo” e deveriam “ir à bancarrota”, continuam operando e, inclusive, investindo. Shanin (2005) faz questão de frisar que “[...] os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral” (SHANIN, 2005, p. 5).

Shanin (2005), ao tratar das condições da vida produtiva camponesa, vai mostrando que essas necessitam e seguem as prerrogativas de um ecossistema e um particular equilíbrio entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com uma ênfase no cultivo, mais do que na manufatura. Os Movimentos alinhados à Via Campesina entendem que os/as camponeses/as conseguem se proteger mais das crises capitalistas, porque o jeito de produzir não é tipicamente capitalista.

O campesinato precisa ser compreendido, portanto, como uma classe dentro do capitalismo (OLIVEIRA, 1986). Há um desenvolvimento desigual que, historicamente, contém e envolve a produção e vida camponesa. Estudiosos como Martins (1981) e Oliveira (1991), entre outros, mostraram que, para Marx, existem três classes na sociedade moderna: os proprietários da força de trabalho, os proprietários da terra e os donos de capital. Entretanto, a questão central que está colocada nessa temática sobre agricultura familiar e agricultura camponesa não trata apenas de uma diferenciação conceitual, mas centralmente interessa-nos buscar:

[...] a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil [...]. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 2004. p. 35).

Assim, os/as camponeses/as, em muitos casos proprietários/as da terra (mesmo em pequenas extensões) entendidos como classe organizam-se e lutam historicamente para se reproduzirem como camponeses/as cumprindo uma função social primordial relacionada à

produção de alimentos. Como forma de reação frente à modernização do campo, ao programa de revolução verde, tanto em nível nacional quanto internacional, foram surgindo movimentos populares, organizações e articulações de camponeses/as que também foram ressignificando conceitos a partir de suas próprias realidades. Explica Justina:

[...] com a chegada da revolução verde, com a chegada da modernização, e com a chegada desses problemas, também havia todo um processo de debate nas organizações, sejam elas nos grupos de base da Teologia da Libertação, seja na PJR, também discutíamos a importância da organização da sindicalização das famílias e com isso, se iniciou todo um debate de luta e organização, aos poucos participando dessas organizações, se foi percebendo o quanto esse processo que se dizia moderno, ele excluía os menores. (Entrevista, Justina Cima, Quilombo/SC, 2016).

Nesse processo organizativo, os/as trabalhadores/as foram ressignificando as lutas camponesas, buscando formas alternativas para resistirem no campo, ao mesmo tempo em que esses sujeitos foram também assumindo diferentes designações para “camponês” e “campesinato”, concebendo-os como categoria analítica e política. Isso também serviu de base para reorientar projetos de agricultura camponesa, em contraponto ao modelo de mercado agroindustrial. Do ponto de vista político, o papel e o lugar que os/as camponeses/as ocupam podem também ser identificados na narrativa de Justina, quando explica que:

É na Via campesina que se aprofunda esse debate e é só observar toda a trajetória onde nós vemos a campanha contra os agrotóxicos, pela Reforma Agrária, a campanha feita mundialmente das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Enfim é nesse espaço que se constrói toda uma teoria a partir da prática dos camponeses que fundamenta e que nos orienta para a construção da agroecologia, como uma ciência, como algo que é estudado, que é pensado, que é construído, mas também como um modo de vida aonde os camponeses, as camponesas possam viver com dignidade, mas ao mesmo tempo com uma preocupação de oferecer para o urbano, alimentos saudáveis. (Entrevista, Justina, Quilombo/SC, 2016).

Justina continua mostrando que há uma ampla agenda de luta a ser assumida pelos/as camponeses/as, agricultores/as familiares, para além de avançarem na conquista de direitos, construir possibilidades de interação entre campo e cidade na perspectiva de um projeto de sociedade com qualidade de vida:

E fomos produzindo todo um debate de que agroecologia não é só produzir alimentos saudáveis. Agroecologia é um modo de vida e agroecologia precisa ser um projeto de sociedade. A cidade também precisa abraçar a proposta da agroecologia porque toda sociedade precisa estar envolvida nisso e nesse momento nós precisamos avançar com essas questões centrais como a reforma agrária, avançar no sentido que se possa ter acesso à educação formal, à universidade, nesses espaços para que o conhecimento dos agricultores, agricultoras possam se colocar dentro da educação formal. É preciso avançar com políticas públicas adequadas, subsidiadas para os agricultores, agricultoras,

para poder implementar essas experiências. É preciso avançar com a organização e com a estrutura dos agricultores. (Entrevista, Justina, Quilombo/SC, 2016).

Justina destaca ainda, em sua análise, que vivemos uma crise de múltiplas dimensões, criada por essa sociedade capitalista e que, em sua opinião, é uma sociedade que não se sustenta, razão pela qual precisa ser repensada, ao mesmo tempo em que vão sendo construídos/forjados outros parâmetros para a convivência humana e social. Explica:

Vivemos um momento bastante importante onde se coloca uma crise ética, uma crise ambiental, uma crise econômica, política, social, mas que ela surge a partir de um sistema de sociedade que não comporta a vida das pessoas, o ambiente, a natureza e que tem pra ela centralmente o lucro. Então essa sociedade não se sustenta e por isso que nós defendemos a reforma agrária, a agroecologia, a organização e autonomia dos camponeses, das camponesas, e, a relação das pessoas com toda biodiversidade, com a natureza. (Entrevista, Justina, Quilombo/SC, 2016).

Percebemos que, neste processo de inserção política, econômica e social da agricultura familiar e camponesa no sistema social capitalista, o que sobra tanto para agricultores/as familiares como para os/as camponeses/as, e que realmente interessa a ambos/as, é muito mais a busca daquilo que os unifica do que aquilo que os divide. Importa é compreender-se enquanto sujeito a partir da dinâmica e do mundo do trabalho e não do capital.

3.2 O trabalho camponês e as mulheres

Ela desperta antes de clarear o dia. Acende o fogo, tira o leite pro café. Atende os filhos, ajuda a tratar os bichos [...]. Vai pra roça, ao meio dia faz o almoço. Lava os pratos enquanto o pessoal sesteia. Limpa a cozinha, amassa o pão, estende a roupa. A sua vida de serviço é sempre cheia. [...] Volta pra roça e só vem de noitezinha. É pasto, é vaca, são os filhos, o jantar. Outra vez as panelas, a cozinha. É alta noite já é hora de deitar. Passam dias, passam meses, passam anos. A vida inteira é sempre a mesma rotina. As tuas férias são na roça e nas panelas. Essa mulher não nasceu com essa sina. (GRINGO, 1997, p. 23).

Os temas abordados anteriormente, indiretamente nos possibilitam a compreensão da categoria trabalho, considerada central na filosofia de Marx, entendida por esse autor como categoria ontológica fundamental da existência humana, e que, no decorrer dos tempos, adquire diferentes interpretações. O fio condutor dessa reflexão remete-nos à compreensão de que o trabalho é a própria concretização da transformação da natureza como forma de satisfazer as necessidades dos seres humanos, independente do tipo de organização social. Num primeiro momento, o trabalho se identifica como uma atividade que resulta na produção do valor de uso.

O processo de trabalho como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1983, p. 153).

A busca para satisfazer as necessidades humanas, atividades por meio das quais os seres humanos dão sustentação a si próprios e a seus modos de vida, faz parte do processo histórico de constituição da humanidade, pois “o trabalho é a única forma por meio da qual se possibilita produzir e disponibilizar produtos” (CONTE, 2014, p. 58). Na medida em que homens e mulheres, por meio do trabalho, transformam a natureza em bens para garantir a existência da vida, neste processo vão sendo criados elementos para superação de limites. Como diz Marx (1985, p. 149):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente.

O que podemos compreender a partir dessa comparação feita por Marx é que os animais também transformam a natureza em busca do autossustento e como forma de suprir suas necessidades. Marx nos leva a entender que, pelo trabalho, o ser humano se diferencia dos animais. Ao ser humano, pelo trabalho, cabe buscar satisfazer necessidades socialmente determinadas. Adquire centralidade na condição da existência humana o ato de pensar, planejar para construir uma nova e outra forma de ser, o ser social. Pelo trabalho, é possível organizar a existência humana societária. Mas esta perspectiva precisa ser construída.

Em se tratando do trabalho camponês, é inegável que prevalece, entre as mulheres camponesas, lógicas perversas que encontram suas bases na dinâmica do capital em detrimento do trabalho. Concordamos com Conte (2014) quando diz que as mulheres “[...] ao longo da história, foram consideradas como não trabalhadoras, e sim trabalhadoras pela metade ou ainda ajudantes, no âmbito camponês, embora dediquem maior tempo à atividade” (CONTE, 2014, p.107).

A vida camponesa é feita de muito trabalho e na vida das mulheres camponesas o trabalho é ainda mais intenso e desafiador. Como expressam os fragmentos da música citada como epígrafe, “a sua vida de serviço é sempre cheia”. Conta-nos Terezinha: “eu não paro, aprendi fazer de tudo”. “Parei de lavrar depois que vim pra cá (Chapecó). Até 67 anos eu

lavrava direto. Limpava, plantava mandioca, roçava potreiro”... “minha mãe me dizia que tinha gênio de homem” (CEC, Terezinha, Chapecó/SC, 2017).

Justina complementa: “Nós temos que admitir que a vida camponesa é uma profissão de muito trabalho e pouco reconhecida. Ainda o trabalho das mulheres não tá tendo o reconhecimento que precisa. A mulher faz tudo o que o homem faz.” (CEC, Justina, Marema/SC, 2017). Rosalina em sua autobiografia descreve:

[...] continuei trabalhando muito em casa e na roça. Fui carroceira, cavaleira, carregava os cargueiros de produtos da terra, fazia doce de cana e nossa venda era rapadura empalhada, fazia farinha de mandioca e de biju, socava arroz no pilão, “aliás, soco até hoje”, socava erva-mate, plantava milho, arroz, trigo, feijão, mandioca, batata, e guardava as sementes. (Autobiografia, Rosalina Nogueira da Silva, Chapecó/SC, 2017).

Além da sobrecarga, o trabalho, quando é feito por mulheres, não é reconhecido, nem valorizado. Não se pergunta o que representa para a família o cultivo da diversidade de alimentos como: frutas, verduras, temperos, grãos, o cuidado dos animais, para além do trabalho produtivo. Em se tratando do trabalho doméstico, Pulga (2008) explica que esse não reconhecimento faz parte da lógica de exploração que se apropria do trabalho não pago das mulheres:

O não reconhecimento do trabalho doméstico na sociedade capitalista, centrada no lucro ou no acúmulo das riquezas, a um pequeno grupo é elemento que se justapõe à lógica da exploração. Ocorre, nesse caso, na apropriação do trabalho não pago. Um desses trabalhos não pagos, menos visível, é o trabalho realizado em casa, principalmente pela mulher, o chamado trabalho doméstico. (PULGA, 2008, p. 227).

Essa mesma autora afirma que “[...] a exploração do trabalho doméstico é vital para o sistema capitalista, assim como a exploração do trabalho da mulher camponesa, não reconhecido e nem valorizado tanto na roça como em casa e arredores” (PULGA, 2008, p. 228). É importante destacar que Conte (2014), ao recorrer sobre o conceito de trabalho em Marx, lembra que este autor:

Registra em sua obra que as mulheres e as crianças eram exploradas ao máximo nas fábricas do século XIX e, recaía sobre elas e não sobre o sistema capitalista que se agigantava, a culpa de roubar os postos de trabalho dos homens adultos e rebaixar os salários. (CONTE, 2014, p. 58).

Algumas mulheres camponesas em movimento foram se dando conta que os capitalistas vivem do trabalho não pago. “Aprendemos que a sociedade capitalista não dá valor ao

trabalho da mulher e à vida camponesa [...] Quer vender o que dá lucro.” (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017). Isso não significa ignorar que, nessa realidade, muitas mulheres ainda não compreendem sua própria situação como trabalhadora. Pulga (2008, p. 227) constatou em sua pesquisa que:

“Todavia, quando se pergunta a uma mulher que prioriza a atuação em casa se ela trabalha, sua resposta é negativa. Isso porque as próprias mulheres foram sendo educadas a compreender o trabalho doméstico como ‘não trabalho’, e assim ainda muitas mulheres se caracterizam como ‘do lar’ e não tem inclusive acesso aos direitos previdenciários, decorrentes de sua profissão.

Esse processo de dominação patriarcal em curso na sociedade, baseado na divisão sexual do trabalho, que educa homens e mulheres para a desigualdade, reafirma a ideia de que:

[...] o trabalho que as camponesas desenvolvem na produção e no sustento da família não é reconhecido e fica ocultado na agricultura. Assim o capitalista apropria-se do trabalho doméstico de forma gratuita – não entra no cálculo do salário – e se quer se reconhece como trabalho. A exploração aparece misturada a diversos mecanismos vinculadas à cultura, às tradições, etc. (PULGA, 2008, p. 227).

Pulga (2008) explica que:

Se o valor do salário incluísse o custo do trabalho doméstico, o lucro empresarial se reduziria muito e o salário de quem trabalha aumentaria de forma inversamente proporcional. O mesmo ocorre no cálculo do preço mínimo dos produtos agrícolas para serem comercializados, nos sistemas de crédito e financiamento agrícola e nas políticas para o campo, onde o trabalho doméstico e de produção para a subsistência, realizados centralmente pelas mulheres, não é contabilizado. (PULGA, 2008, p. 228).

Não há como negar de que o sistema do capital precisa reproduzir-se em diferentes formas de dominação e exploração.

No plano da subjetividade e das relações de gênero, as normas e condutas de submissão patriarcal como ‘normais’ e ‘naturais’. Aquilo que é cultural, que foi tratado e desenvolvido pelo homem e constitui seu patrimônio social, foi ‘naturalizado’, difundido como parte constituinte do ser humano, o que reforça a dominação e opressão. O capitalismo é um sistema que se alimenta de diversas dominações justapostas e combinadas. A dupla exploração das mulheres é um dos instrumentos para reprodução do capital. (PULGA, 2008, p. 227).

Faz parte da identidade das mulheres camponesas o papel de produzir alimentos diversificados. “Ao longo da história, têm sido estas mulheres camponesas, indígenas, negras e da floresta que vem preservando as sementes, produzindo alimentos e cuidando da natureza.” (PULGA, 2008, p 226). A construção do conhecimento pelas mulheres tem aí suas

raízes, mesmo que nem sempre é reconhecido. Diz Rosalina: “O sistema não admite as práticas, os conhecimentos das mulheres. A sociedade valoriza o que a mídia apresenta.” (CEC, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

Entretanto, as mulheres camponesas em movimento continuam criando formas de resistência e de enfrentamentos cotidianos frente ao sistema capitalista que almeja fazer da agricultura uma forma de negócio gerando lucros “[...] para algumas grandes empresas transnacionais continuarem acumulando riqueza e expulsando os trabalhadores e trabalhadoras do campo” (PULGA, 2008, p. 226).

Após muitos anos de lutas, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a profissão de trabalhadora rural ou de agricultora. Com esse reconhecimento, conforme mostra Pulga (2008), as mulheres camponesas passaram a ter os direitos previdenciários, como a aposentadoria.

Observamos, durante a pesquisa, que, para além do trabalho produtivo e doméstico, além das exigências na educação dos filhos/as, que recai quase como exclusividade sobre a mulher, há também a militância social, a luta política e organizativa. São as múltiplas faces de um trabalho que está intimamente interligado entre si.

As mulheres camponesas falaram sobre contradições que estão presentes no dia a dia de militantes, principalmente aquelas que dedicam tempo exclusivo para a organização. Não raras são as vezes que chegam em casa e também se deparam com todo o trabalho doméstico para fazer, além de plantar, cuidar dos pequenos animais, entre outros, ou mesmo antes de saírem para as atividades de militância, levantarem uma ou duas horas antes para deixar o leite tirado, os animais tratados, o café pronto, o almoço encaminhado, entre outros. São desafios que persistem e, ao mesmo tempo, perpassam a luta pela sobrevivência e a luta por mudanças sociais mais amplas.

3.3 Os significados do conceito de camponês a partir do MMC

Ainda hoje brigam por melhores dias, pra quem trabalha e põe comida sobre a mesa, mostram no rosto o suor da dura lida, mulher guerreira, mãe presente, camponesa. (FILHO; MISSIONEIRO, 2011, p. 11).

É fundamental considerar algumas problematizações originadas de reflexões sobre o conceito camponês/camponesa provenientes de debates, estudos e apontamentos tanto do ponto de vista acadêmico quanto político, pelos quais, podemos perceber que há uma complexidade colocada, que vai para além do conceito em si, tendo em sua intencionalidade a

preocupação básica que reside na busca de explicitar o papel e lugar desses/as camponeses/as na sociedade em que vivemos.

Durante a pesquisa de campo, buscamos observar como, no decorrer do processo de luta das mulheres camponesas em movimento, o termo camponesa foi ganhando novos significados nesta experiência que é ainda muito recente. As mulheres também falaram sobre suas compreensões e concepções a esse respeito. Carmem assim explicou:

Sobre a palavra camponesa, estamos usando há bem pouco tempo, a partir de 2004, quando se consolidou o MMC nacional, com o aprofundamento do significado dela. Chegou para me sentir bem camponesa, produzimos nosso próprio alimento, não usamos produtos químicos e venenos nos alimentos, trabalhamos em regime familiar, cuidamos a natureza, as fontes, os rios e a mata. Não tenho vergonha de ser camponesa. Sinto-me igual as outras mulheres, não me aperto para falar tanto para a mulher do comércio, quanto para a universitária. Sou humilde, simples, contudo, sou firme, tenho opinião, sei me posicionar e tomar decisão. (Autobiografia, Carmem Munarini, Chapecó/SC, 2017).

Há uma associação entre a produção dos alimentos de forma orgânica, agroecológica, sem o uso de químicos, industrializados, agrotóxicos. Outro aspecto importante nesta narrativa é a própria identidade assumida. “Não me envergonho de ser camponesa”. Ora essa afirmação remete-nos a um passado cultural que construiu estereótipos de camponês, que envergonhava e começa a ser ressignificado, adquirindo novos sentidos.

Notamos como foi significativo no processo de construção de saberes a reelaboração das mulheres camponesas em relação à afirmação de sua identidade. Como conseguiram romper com os padrões culturais que negam os valores e a cultura da vida camponesa. Hoje, muitas delas falam com orgulho e com satisfação referindo-se às origens camponesas.

Rosalina descreveu em sua autobiografia: “[...] hoje sou conhecida como remedieira, benzedeira, curandeira, conselheira, bruxinha do bem, mas o que importa é que sou cabocla lutadora, sou mulher agricultora camponesa e feminista.” Esses aspectos ganham importância ainda maior quando inseridos no contexto da construção de saberes. São saberes que possibilitam o reencontro consigo mesma. Por aí vão passando traços de mudanças que caminham em diferentes direções. Entre elas, está a possibilidade de constituir-se enquanto projeto pessoal e/ou coletivo.

Ser camponesa é ter um projeto de vida pessoal e coletivo de recuperação da mãe terra, de preservação da diversidade e de construção de relações de respeito e dignidade entre os seres humanos e com todos os seres vivos. Cada ser vivo tem uma função neste planeta, casa de todas e todos. (Autobiografia, Zenaide Collet, Quilombo/SC, 2017).

As mulheres do MMC se reportaram ao movimento camponês que aglutina e integra o movimento sindical, os movimentos populares, as organizações e entidades ligadas ao campo, mas, especificamente, que se articulam junto à Via Campesina, por considerar que é neste espaço que se ressignifica o termo camponês. “Se assume na Via Campesina que o termo camponês/a é construir outra agricultura, diferentemente da agricultura familiar que não necessariamente se transforma o modelo de produção” (CINELLI, 2016, p. 60).

E as mulheres camponesas em movimento estão presentes nesses espaços mistos, fazem debates, participam desses processos e ali elas também “[...] questionam o discurso hegemônico masculino, agroecologia não é apenas um modelo de produção, e também não é apenas para renda” (CINELLI, 2016, p. 60). A partir daí, o MMC, durante seu processo de lutas, também foi fazendo inúmeros debates, subsidiando as mulheres para melhor compreenderem-se enquanto sujeitos sociais. Fizeram muitos enfrentamentos à concepção presente nas ideias da extensão rural que ganhou força com a modernização da agricultura. A esse respeito, Freire (1983, p. 15) adverte:

Aos camponeses, não temos que persuadi-los para que aceitem a propaganda, que, qualquer que seja seu conteúdo, comercial, ideológico ou técnico, é sempre ‘domesticadora’. [...] Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela.

A categoria camponês/camponesa é criada/assimilada pelas mulheres camponesas em movimento, não por meio da propaganda, nem mesmo da persuasão. Nem mesmo pelo fato de morar em meio rural, nem tampouco por pertencerem a famílias de agricultores, mas, sobretudo porque estabelecem formas de comunicação embrionária e própria da vida camponesa caracterizada pela luta política social e econômica, que leva os sujeitos do campo a não mais aceitarem passivamente as determinações do capital. São “[...] camponesas, quando decidem não mais seguir um modelo de agricultura ditado pelas empresas com utilização de agrotóxicos [...]” (CINELLI; JAHN 2011, p. 92). Outras concepções vão nascendo em meio aos processos formativos que estabelecem como prioritários em suas trajetórias próprias.

Na medida em que os camponeses substituam formas empíricas de tratar a terra por outras (as da ciência aplicada, que são as formas técnicas) necessariamente esta mudança de qualidade no processo de enfrentamento com a realidade provocará a mudança, igualmente, de seus resultados, ainda que não em termos automáticos. A extensão agrícola aparece, então, como um campo especializado de cujo que fazer se espera o sucesso destas mudanças. (FREIRE, 1983, p. 16).

Na luta e em luta as mulheres camponesas vão descobrindo que os significados do termo camponês passam necessariamente pela mudança de concepção da própria agricultura que não é a da extensão, mas, sim, da comunicação de uma nova realidade camponesa. Ao ressignificar suas experiências vão se deparando com desafios próprios da implicância do ser camponês/camponesa. Fazem ligação com o processo de constituição da unidade produtiva camponesa, que tem o núcleo familiar como questão central e, ali, desempenham funções múltiplas e diferenciadas.

Isso as remete a pensar no lugar da produção camponesa agrícola e artesanal feita de forma autônoma e diversificada, de forma que, “[...] as camponesas não podem ser identificadas como produtoras de uma única forma de produzir ou único produto mas estão envolvidas (os) com diferentes atividades” (CINELLI, 2016, p. 52). Trata-se de uma produção que tem como objetivo maior e primeiro a satisfação das necessidades familiares de auto sustento, e também comercializando o excedente para adquirir aquilo de que não dispõem. As mulheres camponesas estabelecem uma relação de sintonia entre as sementes e o sentido do projeto de agricultura camponesa assumido pelo MMC mediados pelo Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças.

É uma relação de complementação. Porque a gente sabe que pra você fazer agricultura você precisa de sementes. Pra você construir um projeto de agricultura ele começa com as sementes. Então precisa trabalhar a semente como possibilidade de vida. Durante muitos anos foi imposto as sementes híbridas e agora as transgênicas. A gente sabe que são prejudiciais. Então o programa de sementes possibilitou a recuperação de muitas espécies de sementes que já estavam terminando, que já não existiam mais. Com esse processo todo, a gente entende que para construir o projeto de agricultura camponesa precisa da semente para fazer a troca, para dividir com outras pessoas. Que de fato ele consiga ser um projeto totalmente agroecológico. Que é essa a proposta do MMC. (Entrevista, Noeli Taborda, Chapecó/SC, dez. 2016).

Houve internamente ao MMC um amplo debate em torno da identidade a ser assumida por esse Movimento que estava a mais tempo unificando suas bandeiras de lutas que faziam parte dos diversos Movimentos autônomos de mulheres do campo, organizadas e/ou em fase de organização em seus estados e regiões com identificação própria.

De acordo com Cinelli (2016, p. 17), “[...] trata-se de um conceito social e político diferente, construído na luta do MMC, pois os homens camponeses de outros Movimentos trariam outras conceituações e até mesmo contribuições”. Acrescenta a autora que: “[...] essa é uma construção política que se dá no Movimento, no qual se constrói outra identidade e também outra cultura” (CINELLI, 2016, p. 59). Essa outra identidade a que se refere Cinelli

(2016, p. 58) está vinculada à luta das mulheres que vai desde “o jeito de produzir até o modo de vida, envolvendo a cultura, o lazer, as festas, os mutirões”. Possibilita o ressignificar de suas vidas camponesas assim como “a outra cultura” indica para a construção de outros valores dentro do modo de vida camponês.

Está aqui colocada uma experiência que vai se alastrando pelos diferentes estados do Brasil, onde as mulheres camponesas buscam encontrar uma expressão forte que as identifica na luta e que as unifica enquanto novo sujeito social, o MMC. Encontramos nos documentos internos do Movimento registros que possibilita-nos perceber alguns dos múltiplos significados atribuídos pelas mulheres à concepção camponesa, explicitando elementos indicativos do seu papel na sociedade:

[...] mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. (MMC, p. 02, 2004).

Para o Movimento, a palavra “camponês”, “camponesa”, refere-se a todos/as que estão no campo. Antes conhecidas como “agricultoras”, “pequenas produtoras” “trabalhadoras rurais”, agora chamadas como “camponesas”, são também identificadas na coletividade por fazerem parte de um Movimento que carrega no próprio nome – Movimento de Mulheres Camponesas – os elementos de sua identidade ressignificada.

Outro elemento significativo associado ao termo camponês para o MMC é a resistência que encontra suas raízes na experiência das Ligas Camponesas³⁷, que motivou os/as camponeses/as na luta incansável por Reforma Agrária e condições de vida digna no campo. Os significados de camponês/camponesa a partir do MMC somam-se às lutas históricas, projetos territoriais e globais de diferentes grupos e organizações que buscaram e continuam buscando como prioridade a vida em detrimento do lucro, a defesa e proteção ambiental, bem como uma mudança de perspectiva em todas as suas dimensões.

Concluimos, neste capítulo, que as contradições do capitalismo no campo brasileiro, além de impor e complexificar uma dura realidade para a vida camponesa e beneficiar sobremaneira uma agricultura industrial, provocou em seu próprio desenvolvimento uma

³⁷ Para um maior aprofundamento sobre o estudo das Ligas Camponesas, sugerimos: o trabalho de Francisco Julião, *Que são Ligas Camponesas*, escrito em 1962. Os estudos de Bernadete Aued, *A vitória dos vencidos* (1986). O texto de Fernando Azevedo, *As Ligas Camponesas* (1982). A Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas de Maria do Socorro Rangel, *Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das Ligas Camponesas*, (2000). O trabalho de Joseph Page, *A revolução que nunca houve* (O Nordeste do Brasil, 1955-1964), 1972, entre outros.

dinâmica heterogênea e diversa. Essa dinâmica instigou a origem dos movimentos populares camponeses, também diversos e heterogêneos, entre eles, o próprio MMC, que, com a experiência de mulheres camponesas, ao se colocarem em movimento, numa atitude encorajada pela luta, desvendaram outros horizontes, construindo novos significados para sua própria experiência. É o que trataremos no próximo capítulo.

4 TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM MOVIMENTO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Vem mulher, vem se organizar, vem mulher, vem se libertar. Vem mulher, vamos construir nova vida com nosso agir [...] Nesta luta sempre mulher, juntas gritamos sem parar, pela liberdade roubada e até impedida de sonhar. Dentro do nosso peito dói, uma história de repressão. Mas, nova história construímos com a nossa organização. (ZORTEA; KROTH, 1997, p. 1).

Neste capítulo, buscamos analisar a experiência dessas mulheres camponesas em movimento na região oeste catarinense, visando problematizar as repercussões sobre as suas representações acerca da produção de saberes historicamente produzida. Essa é a razão pela qual colocamos a questão regional neste capítulo. Inicialmente, tratamos sobre alguns elementos considerados fundamentais para a compreensão do conceito região. Contextualizamos a região oeste catarinense que é onde se dá a experiência analisada.

Fizemos menção ao processo de colonização ali ocorrido, que foi impondo uma lógica de dominação em detrimento de uma experiência heterogênea e cultural dos povos nativos e caboclos que ali existiam, o que, com a modernização do campo, acirrou ainda mais uma perspectiva de homogeneização, resultando em processos heterogêneos de resistências e enfrentamentos, entre eles, a experiência das mulheres camponesas por meio do MMC/SC.

A partir do processo contraditório de modernização do campo, considerando a importância da reorientação pastoral das Igrejas, principalmente católica e luterana, por intermédio da TdL e sua contribuição para o surgimento dos movimentos populares do campo no pós-1970, evidenciamos como esse processo eclesial foi ganhando força e, por sua vez, influenciando na tomada de consciência de cristãos/ãs frente à realidade social.

Entendemos que pensar sobre a experiência dos movimentos populares do campo na região oeste catarinense implica necessariamente compreender a influência da TdL, vivenciada na diocese de Chapecó. A TdL constitui-se como um dos alicerces do MMC, particularmente no que se refere às representações acerca da produção de saberes historicamente produzidos, visto que as comunidades cristãs são espaços nos quais as mulheres estão presentes com maior assiduidade e frequência. Essa realidade ficou evidenciada nas narrativas das mulheres.

Nesse contexto, o CEOM, que reúne o acervo do MMC/SC da Diocese de Chapecó e dos demais movimentos populares do campo, é um Centro de estudos ímpar no País no que tange à história e à memória dos movimentos populares.

Recuperamos, ainda, alguns aspectos teóricos metodológicos do fazer-se das mulheres camponesas no MMC/SC, compreendendo que desde a sua origem há um processo de

repercussão na construção dos saberes/conhecimento pelas mulheres, em curso até os dias atuais. Por fim, no subitem que trata sobre o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, recuperamos o passo a passo de como essa experiência foi sendo construída pelas mulheres, alguns de seus principais significados, bem como sua intrínseca relação com a construção de saberes/conhecimento historicamente produzidos.

4.1 A formação da região oeste catarinense

Maria Rosa entrou na guerra na terra do Contestado. Levando flores no cabelo comandou o povo armado. Levando flores no cabelo no vestido e no fuzil Maria Rosa foi mistério da bravura juvenil: Salve a virgem desta guerra santa em sua história o passado se levanta. (TELLES, 2011, p. 09).

Os conceitos, quaisquer que sejam eles, não são dados, são criados e recriados. Esses possuem uma historicidade da mesma forma em que traduzem intencionalidades implícitas ou explícitas, visto que não há neutralidade científica. Por muito tempo a geografia tradicional fomentou uma espécie de receita sobre o significado de região, entendendo-a como algo dado, e que caberia ao geógrafo descrevê-la, iniciando sempre pelas características naturais, como clima, relevo, vegetação, hidrografia, complementado pela descrição do povoamento, das atividades econômicas, com ênfase nos setores primário, secundário e terciário da economia, a urbanização e os meios de transporte.

Essa concepção de região, hegemônica até meados do século XX, passou a ser questionada a partir dos anos 1970, período em que a Geografia se volta à compreensão do espaço geográfico como expressão da forma como a sociedade se organiza para transformar a natureza e produzir bens. Esse processo, segundo Santos (1982), nos leva à compreensão da categoria de Formação Econômico Social – FES, que diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação às forças externas, de onde mais frequentemente lhes provém o impulso, tendo a produção como base da explicação, isto é, o trabalho do ser humano para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço no qual vive.

O interesse dos estudos sobre formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. [...] É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da FES, a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. (SANTOS, 1982, p. 12).

Benko (1999), ao fazer um resgate do pensamento relacionado à ciência regional, foi mostrando como se dá a regionalização e como foi construída a ciência sobre o regional que surge no pós-guerra. A partir do pós-Segunda Guerra Mundial, a concepção do ordenamento do território ligado ao modo de produção se expande para além dos limites clássicos, pois se torna fundamental homogeneizar os espaços de acordo com os interesses do capital. A ideia de ordenamento do espaço surge a partir desse contexto.

É fundamental compreendermos que as regiões existem e expressam as diversas formas de uso de apropriação do território pela sociedade. À medida que a sociedade vai se apropriando do território, vai imprimindo nele as suas marcas. Etges (2005, p. 54) diz que “um território só existe a partir da materialidade que lhe é dada pelo seu uso”. Entretanto, não são as conformações a partir das condições naturais que definem uma região. “O uso do território é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. São esses, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais.” (ETGES, 2001, p. 353).

Boisier (1999) reafirma que uma região precisa ser construída socialmente a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptivas de sua identidade territorial e definitivamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de seus objetivos.

Assim, insistimos na compreensão das regiões, não como algo dado, mas como expressões de processos de articulação, permeados por conflitos de interesses, buscando construir projetos políticos de desenvolvimento, comprometidos com os interesses da sociedade. Essa concepção encontra na perspectiva marxista dos estudos regionais sua própria definição como sendo parte de uma totalidade histórica.

Nessa perspectiva, será possível perceber que nas regiões também se explicitam impasses e tensionamentos entre o global e o regional, que é possível criar diálogos com concepções de saberes endógenos que estão presentes e são ali elaborados. Etges (2013) esclarece que, numa sociedade de classes que é desigual, o espaço por ela formado será da mesma forma desigual.

O conceito de região pode ser compreendido como parte de uma totalidade histórica. Isso reafirma a ideia de movimento, de processos em construção e desconstrução, de tensionamentos em confronto, de conflitos permanentes. Na perspectiva da teoria crítica, temos o argumento de que o/a pesquisador/a, ao se debruçar sobre a realidade, o faz imbuído

de seus valores, e como estes são parte da interpretação que faz da realidade, qualquer ideia de objetividade pura se torna questionável (LENCIONI, 1999).

Com esses pressupostos, podemos compreender melhor a formação do oeste catarinense, cujo território tem sido alvo de disputas desde a sua origem até os dias atuais. Essa região oeste catarinense situada no Planalto Meridional Brasileiro foi assim apresentada nos estudos de Paim, (2006):

A região Oeste é a maior em superfície, representando um quarto do território do Estado, e em número de municípios (118). É a segunda mesorregião em população, com 1.114.699 habitantes com uma densidade demográfica de 41 hab./ km abaixo da média estadual que é de 56 hab./km. Por sua vez, a região Oeste de Santa Catarina está dividida em microrregiões. A microrregião de Chapecó é composta por 38 municípios. É uma região agroindustrial, onde se localizam 7,29% das empresas do estado e que se apresenta como destaque nos setores alimentício, de origem animal, setor metal-mecânico, moveleiro e plásticos. (PAIM, 2006, p. 128).

De acordo com Renk (2004), essa região constrói-se “[...] *a posteriori* da nação, embora esta seja sempre uma narrativa inacabada, em especial no caso brasileiro”. No entendimento dessa autora, a “[...] construção de uma região, a do oeste catarinense, [...] passou por diversas disputas de fronteiras e configurações espaciais” (RENK, 2004, p. 2). Paim (2006) confirma que: “[...] a região Oeste de Santa Catarina foi, de fato, uma área de muitas disputas. Inicialmente, entre Portugal e Espanha; num segundo momento, entre Brasil e Argentina e, num terceiro momento, entre Paraná e Santa Catarina” (PAIM, 2006, p. 125).³⁸

Os primeiros habitantes foram os povos Kaingang e Guarani.³⁹ “Segundo vestígios arqueológicos, encontrados na bacia do rio Uruguai o grupo teria chegado na região, por volta de 5.500 a. C.” (PAIM, 2006, p. 125). Possuíam características comuns em relação à posse coletiva da terra. Eles habitavam o território limitando-se com as fronteiras da Argentina e dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Pode-se dizer que o povo guarani realizava o plantio em roçados e mudavam de lugar conforme a necessidade da produção. Os Kaingang eram mais coletores, caçadores e pescadores. Afirma Renk (2014, p. 37, grifos no original):

A população brasileira encontrava-se na área, no sistema de posse, a partir de meados do século passado, levando um modo de vida tradicional, com agricultura em pequena escala – nas *terras de plantar* - e criação de gado para o consumo – nas *terras de criar*. Voltava-se também ao extrativismo da erva mate.

³⁸ A Guerra do Contestado, semelhantemente à Guerra de Canudos, narrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, podem ser pensados como dois grandes Movimentos no contexto da Monarquia quando da passagem à República, pois no fundo ambos os Movimentos revelam o problema fundiário ainda não equacionado no Brasil.

³⁹ Para um maior aprofundamento, destacamos que o CEOM tem realizado pesquisas arqueológicas sobre esta questão.

Mais tarde foram identificados e chamados de bugres, termo pejorativo dado a estes povos pelos colonizadores. O caboclo⁴⁰ também é um termo utilizado para referir-se à miscigenação entre índios, bandeirantes e negros libertos. Aqueles povos nativos e caboclos possuíam outra dimensão em relação à terra e à natureza, diferente daquela orientada pela propriedade privada da terra. Como não possuíam registros de suas terras, e com o processo de colonização a partir de 1930, foram sendo expulsos de suas terras, desestruturando seus modos de vida.

Foi “[...] a exploração da madeira que deu início à retirada dos indígenas e caboclos⁴¹ e o conflito entre os distintos interesses em disputa foi responsável pela eclosão da Guerra do Contestado em 1912, que veio a terminar somente em 1915” (CONRAD; SILVA, 2012, p. 1). É importante destacar que a indefinição de limites entre Paraná e Santa Catarina também se constituiu como um dos motivos que levou à eclosão da referida Guerra⁴². Com o fim do conflito, a área em disputa foi dividida entre os estados do Paraná e Santa Catarina (BORDIGNON, 1968). É importante destacar que:

A região em estudo passou a ser denominada Oeste Catarinense a partir do Estado Novo. Anteriormente nos mapas constava zona desconhecida, zona despovoadas. Ora era o sertão nacional, contrapondo-se aos campos de Palmas, ora era sinônimo de área inóspita e limítrofe (com fronteira internacional em disputa). (RENK, 2004, p. 2).

A partir daí, “[...] com o fim da guerra do Contestado, esta região passou a ser “colonizada” pelos colonos do Rio Grande do Sul” (RENK, 1999, p. 10). A partir desse período, passou a ocorrer um processo de desterritorialização de culturas, de modos de vida, de perspectivas, de crenças, de valores, de concepções em relação à forma de tratar a terra, o trabalho, os saberes e aos modos de vida existentes até então, cujos tensionamentos persistem até os dias atuais. O que confirma a ideia de território enquanto espaço de conflito, de tensionamento e não de passividade.

⁴⁰ Esse grupo era denominado “brasileiros” (RENK, 2000) e praticava a cultura do autoconsumo. De acordo com Poli (2006), trata-se de um sujeito miscigenado que se caracterizava por atividades de corte de erva-mate, tropeirismo e produção agrícola de autossustento. Ver ainda: RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 1997; POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, n. 7, 1991.

⁴¹ Nosso objetivo aqui não é aprofundar o tema da ocupação (de indígenas e caboclos) que antecederam o processo de colonização, senão demarcar a existência de tal experiência que muito tem contribuído para a construção de saberes populares, principalmente quando pensamos a partir das sementes crioulas. Maior aprofundamento sobre essa temática pode ser buscado em Renk (1991).

⁴² Finda a Guerra, a parte ocupada pelos fazendeiros paulistas e a população cabocla existente nas matas passou a pertencer a Santa Catarina. Após a conquista do direito ao território, foram implementadas medidas para efetivar a ocupação da região. Uma delas foi a criação da estrada de ferro, iniciada em 12 de dezembro de 1910, ligando Itararé (SP) a Santa Maria (RS) (PELUSO, 1991).

Como explica Renk (2014, p. 38): “A colonização além do processo de expropriação, representou o aumento da descoberta da diferença, da existência e da imposição de outro sistema.” Para a população local, restou duas alternativas: adaptar-se ou ser excluída.

Para os caboclos ficou marcado ‘o tempo d’antes’ ‘da largueza’, com terra à vontade e o ‘plantar pro gasto’, onde ‘tudo era produzido e tudo era crioulo: o milho, o feijão, a abóbora e os animais’ [...] No *tempo d’antes* os produtos comprados com maior frequência era a querosene, o sal e o vestuário. (RENK, 2014, p. 53, grifo no original).

Com a chegada dos colonizadores do Sul, aos poucos essa realidade foi sendo modificada a partir da lógica do capital:

Estabeleceu-se um sistema produtivo calcado na pequena propriedade, com predomínio da mão-de-obra familiar e de cultivos diversos para comercialização. Os colonizadores dedicaram-se principalmente ao cultivo de milho, cuja comercialização era difícil, uma vez que a fertilidade do solo e conseqüentemente a produção eram grandes. Para absorver o excedente, os colonizadores iniciaram a criação de suínos que, aos poucos, passaram a serem comercializados em Curitiba e São Paulo, constituindo-se a base para a agroindústria de carnes. (PAIM, 2006, p. 126).

Com a colonização, ainda na década de 1940, no Vale do Rio do Peixe, foi instalado o primeiro frigorífico que incrementou a venda de porcos, conforme mostram os estudos de (CAMPOS, 1987), entre outros. Havia embates, desentendimentos e havia incompatibilidade entre os dois sistemas: italianos e caboclos.

Além disso, havia a estereotipia da população nativa ser perigosa. O perigo era sempre traduzido como uma população desconfiada, para a qual não adiantaria falar em prender os animais; ofendia-se facilmente, e, além disso, era classificada como vingativa. Lógico sempre há espaço para as exceções e, esporadicamente, um nativo é lembrado ‘como negro que até parecia gente branca’. (RENK, 1991, p. 230).

O oeste foi a última região do estado a ser colonizada. A partir de 1917, com a criação do Município de Chapecó⁴³, o processo de colonização da região foi se intensificando. Estudos de Renk (1999) recuperam esse processo, mostrando a dupla face da migração. Conforme Paulilo (1996, p.111):

⁴³ Chapecó, considerado município polo da região, foi criado conforme a Lei 1.147, de 25 de agosto de 1917. É interessante observar que a própria localização da sede foi motivo de conflitos, visto que havia o interesse explícito das empresas colonizadoras. Em 1931, a sede de Chapecó se fixou no Passo dos Índios, onde se localizava a sede da empresa Bertaso, Maia e Cia, responsável pela intensa ocupação da região, promovendo o processo de migração das colônias velhas gaúchas, atraindo os descendentes de europeus para a região. “A Bertaso trouxe mais de 8.000 famílias do RS para SC, numa condição de que as terras eram vendidas contando com uma entrada de 30% e o restante em 02 parcelas semestrais.” (CAMPOS, 1987, p. 72).

De 1920 a 1940, temos 10.340 migrantes. Nos dez anos seguintes, 1940 – 1950 22.801. As décadas de 1950 e 1960 são as que mais atraíram gente para lá. De 1950 a 1960, temos 48.664 migrantes. Na década seguinte, 61.730. Em 1980, quase a metade da população regional não era natural do município onde residia, o que dá uma ideia da intensidade da migração.

Aos colonizadores, alimentava-se a ideia da possibilidade do desenvolvimento e do progresso. Para estes, mesmo sendo um tempo difícil, anunciava-se a possibilidade de sair da produção vinculada ao autossustento, para o modelo mercantil que preza pela produção de excedentes. De acordo com Poli (1995), o perfil dos habitantes da região oeste, conforme suas formas de organização podem ser representadas pelas seguintes fases:

- fase da *ocupação indígena*: até meados do século XIX, exceto algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território tradicionalmente ocupado pelos índios Kaingang.
- fase *cabocla*: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecida como caboclos, cuja principal atividade era a cultura de subsistência, o corte da erva mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e menos estudada.
- fase da *colonização*: caracterizada pela chegada de colonos de origem alemã e italiana vindas principalmente do Rio Grande do Sul, pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terras das colonizadoras formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo. (POLI, 1995, p. 73).

As buscas de estratégias para melhorar a vida no campo fazem parte do processo histórico de constituição da região oeste catarinense. Mesmo que, em 1940, já tivesse sido instalado um frigorífico, foi a partir dos anos de 1950, quando a região passou a produzir excedentes, que surgiu uma maior demanda por produtos, resultando no desenvolvimento de novas atividades no ramo agroindustrial, por intermédio do qual se dá a instalação de novos frigoríficos⁴⁴.

Em 1960, esse processo se complexificou e, a partir de 1970, a agroindústria começou a alterar ainda mais as condições de reprodução da família camponesa, intensificando a crise na agricultura e gerando mudanças no modo de vida. Esse processo de mudança não se deu de forma tranquila e sem conflitos. Aumentaram os problemas na agricultura, como empobrecimento, endividamento dos camponeses/as, êxodo rural, masculinização do campo, envelhecimento, migração dos jovens, entre outros. As relações sociais no campo foram sendo

⁴⁴ Em outubro de 1952, instala-se, na cidade de Chapecó, o frigorífico S.A. Indústria e Comércio Chapecó. Em 1956, o Frigorífico Indústria e Comércio Ltda. (INCOMASA). Em 1969, a Cooperativa Central Oeste Catarinense – tendo como objetivo a industrialização e comercialização da produção de suínos. Período em que se intensifica a criação dos centros urbanos, sendo que a retomada econômica por meio das indústrias passa a atrair migrações rural/urbana dada as dificuldades do meio rural. Em 1970, surge o fortalecimento do setor agroindustrial. É implantada a COOPER ALFA, atuando no ramo de beneficiamento, processamento e indústria de cereais, entre outras atividades. (ALBA, 2002).

alteradas. Com o uso intensivo de agrotóxicos, insumos, semente híbrida entre outros, as terras foram enfraquecendo e tornando-se menos produtivas. Isso tudo levou a um acentuado processo de empobrecimento do campo e das famílias camponesas. Os dados relativos à renda das pessoas indicam índices muito baixos:

Quase 60% das pessoas que tinham qualquer tipo de ocupação, durante os levantamentos realizados pelo censo de 2000, tinham rendimentos que alcançavam no máximo dois salários mínimos a proporção estadual nessa condição era 49%. Apenas 15% das pessoas ocupadas tinham rendimentos acima dos cinco salários mínimos e, a parcela dos que estavam acima dos 10 salários mínimos, era de apenas 5,5% (no estado, 19% e 7%, respectivamente). (PAIM, 2006, p. 128).

As mudanças ocorridas no processo de ocupação da região oeste, além de definir um sistema econômico e político nessa região, influenciaram na constituição de um sistema de valores culturais que interferiu no jeito de viver dessas famílias. O que nos leva a crer que, na formação da região oeste catarinense, há elementos históricos para pensar nos processos de constituição e produção de saberes embasados na resistência de povos indígenas, caboclos, nativos constituídos como primeiros habitantes que ali implementaram um modo de vida tradicional, baseado em valores comunitários, de autossustento em profunda sintonia com a natureza.

Essa perspectiva de vida, violentamente atacada pelos interesses do capital, é aqui revisitada e ressignificada a partir da experiência de resistência das mulheres em movimento, constituindo-se como fundamental para a compreensão da prática de valores a partir da construção dos saberes e do conhecimento. O MMC encontra na história de resistência dos povos nativos que levavam “[...] um modo de vida tradicional, com agricultura em pequena escala – nas *terras de plantar* – e criação de gado para o consumo – nas *terras de criar* [...]” (RENK, 1991, p. 223, grifos no original) aspectos fundamentais para problematizar as possíveis repercussões sob as suas representações acerca da produção de saberes historicamente produzida.

Entendemos que a região se contrapõe ao movimento de globalização, que estão presentes em diferentes escalas, articulando-se e desarticulando-se nesses diferentes espaços. No Oeste Catarinense existem diferentes forças sociais, cujos projetos de desenvolvimento regional (seja esse entendido ou não em sua relação com a dinâmica global de desenvolvimento do capitalismo) não são unívocos, não se conciliam enquanto projeto da região visando ações de adaptação à globalização, ou ações de resistência à globalização, ou “ações que se beneficiem das oportunidades que resultam do processo”. A região mesma é um espaço/tempo de conflitos, conflitos de forças sociais que são antagônicas por razões que se

entrecruzam/se relacionam nas diferentes escalas, desde a local, a regional, a nacional, até a global.

A região Oeste de Santa Catarina é a região do agronegócio, que é expressão de um capital mundializado, cuja lógica é de mercantilização dos espaços visando sua própria valorização; mas é, também, a região de pequenos agricultores, de camponeses, camponesas, de trabalhadores assalariados, trabalhadoras assalariadas cujas experiências, interesses, lutas, não necessariamente se articulam aos interesses do agronegócio. E essas forças, naquela região, também disputam a própria ideia do que é o “Oeste Catarinense”.

E esse processo de mudanças provocado pela modernização do campo também foi se constituindo em motivo de reflexão e proposição de práticas alternativas em diferentes espaços. No caso do oeste catarinense, por meio da práxis pastoral, foi sendo gerada uma nova consciência em relação à situação opressão/exploração, o que foi decisivo, naquele contexto, para contribuir com a criação e surgimento dos movimentos populares do campo, que reagiram frente à situação, buscando, por meio da luta, encontrar saídas para uma vida melhor no campo.

4.2 A Teologia da Libertação e os Movimentos Populares do Campo após 1970

Meu Deus, eu te pergunto se ouves a minha voz, se é este o teu povo e o que queres de nós. Milhões de homens pobres, porque poucos têm demais. Somos um supermercado para as multinacionais. Quem sabe, um dia, livre, tua fronte erguerás. América Latina, eu te amo demais. Talvez teu sofrimento seja grande demais. Inda querem que me cale: tarde demais. (FACHINI, [s.d.]).

A TdL encontrou eco em diferentes países da América Latina. No Brasil, não foi diferente. As narrativas das mulheres camponesas do MMC/SC, na sua grande maioria, são reveladoras da influência da TdL em seus processos pessoais de libertação, bem como para o surgimento dos Movimentos Populares do Campo nesta região, como descreve Rosalina: “[...] foi aí então que a luta do povo se iniciou junto aos movimentos sociais, ligado à igreja através da TdL, iniciamos nos grupos de reflexão o debate da luta das mulheres por direitos iguais” (Autobiografia, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

A memória e história de luta, principalmente dos movimentos populares nesta região, deve à Igreja da diocese de Chapecó, em tempos de D. José Gomes, conhecido como “[...] homem de Deus. [...] não era afeito ao luxo e à pompa. [...] jamais se deixou levar pelos afagos dos poderosos e burgueses, embora nunca tivesse perdido o respeito por eles [...]”

(LOVERA *et al.*, 2013, p. 20) e à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IECLB uma herança embrionária na luta por justiça, igualdade e direitos.

A TdL, com seus objetivos claros, tem buscado enfrentar o “pensamento único romano” e propor “outra igreja possível” cuja perspectiva epistemológica aponta para a materialidade da vida cristã que incentiva os cristãos à busca para transformar as situações de opressão/exploração em realidades de libertação. “Por uma série de circunstâncias históricas, os cristãos foram obrigados a reconhecer, no caso da América Latina, que a pobreza e a miséria dos indivíduos e da sociedade eram resultados da injustiça e da opressão” (CATÃO, 1985, p. 8).

Para Comblin (2005), o tema da libertação não é um tema ausente na história do cristianismo. O autor esclarece que foi a partir do século XIV que “[...] o evangelho da liberdade ficou quase esquecido diante do triunfo de um catolicismo clerical, patriarcal, verticalista e de inspiração imperial” (COMBLIN, 2005, p. 6). Isso reforça a ideia de que em todos os tempos sempre tivemos na história da humanidade pessoas preocupadas com processos de libertação. Compreendemos a experiência da TdL como um processo histórico em curso, que em determinados momentos é ressignificada e (re)assumida por diferentes sujeitos históricos que, a partir de contextos reais, criaram consciência da realidade social em que vivem. No caso do MMC/SC, essa experiência permanece na memória das mulheres. Zenaide escreveu em sua autobiografia:

[...] fazíamos a releitura bíblica à luz da Teologia da Libertação refletindo sobre as causas do empobrecimento do povo e os desafios da opção pelos pobres. Foi um tempo onde descobri que a fome, a violência, a miséria é consequência do sistema capitalista e sua estrutura econômica, política, social, ideológico. Também comecei a entender que a pobreza não é porque as pessoas não trabalham, pelo contrário, que o empobrecimento existe por causa da exploração da força de trabalho. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, jan. 2017).

Essa igreja orientada pela TdL tem como alicerce o *Concílio Vaticano II*⁴⁵, que “abandonou explicitamente uma eclesiologia de poder” (concepção de Igreja fundada na hierarquia), adotando uma igreja comunidade, povo que lutava para ser “fermento de uma nova sociedade” (CATÃO, 1985, p. 35). Houve todo um aprofundamento em torno do sentido de ser Igreja. Zortea (2008) mostra que, no final do Concílio Vaticano II, um grupo de bispos participantes lançou um documento – *Pacto das Catacumbas*, traçando os principais compromissos relacionados à opção pelos pobres, assumidos durante o Concílio para serem trabalhados nas dioceses. Entre eles, destacou que deveriam viver de modo simples assim como vivem as populações. Para isso, faz-se necessário, além da renúncia da aparência e da

⁴⁵ Foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961 pela Constituição Apostólica *Humane Salutis* de João XXIII.

realidade da riqueza, “[...] recusar ser chamados, em palavras e por escrito, com títulos e nomes que significam grandeza e poder; dedicar à vida e o trabalho pastoral às pessoas e grupos de trabalhadores economicamente débeis ou subdesenvolvidos” (ZORTEA, 2008, p. 12).

Trata-se de uma proposta que imprime respeito e valorização à religiosidade popular voltada para instaurar um processo de libertação integral nesse meio. Libertação “[...] supõe a transformação da consciência submersa e muda do povo pobre, em consciência crítica, para que, despertado o seu dinamismo libertador, ele mesmo se transforme em agente da libertação” (PUEBLA, 1979, p. 47). Isso requer renovação das paróquias e dioceses, exige “[...] mudança de mentalidade entre os pastores; os leigos são chamados para os conselhos de pastoral e demais serviços; [...] maior presença do presbítero no meio do povo, principalmente graças a uma rede de grupos e comunidades” (PUEBLA, 1979 p. 190).

Lembramos que os “antecedentes” muito colaboraram para se chegar às bases definidas no Vaticano II. Não há como ignorar as decisões de Leão XIII, por meio da *Rerum Novarum*⁴⁶. Essa Encíclica foi considerada como “o germe da teologia da libertação” (CATÃO, 1985, p. 18). O autor explica que o assunto chave da *Rerum Novarum* foi ter tocado na posição da igreja “em face à massa dos trabalhadores oprimida pelo capitalismo”.

[...] a *Rerum Novarum* suscitou [...] uma práxis dos cristãos empenhados na questão social que acabará levando à formulação de uma nova teoria da Igreja no mundo, oficializada setenta e cinco anos mais tarde na Constituição *Gaudium Et Spes*, sobre a Igreja no mundo, do Concílio Vaticano II. As ideias de Leão XIII eram explosivas [...] não é à toa que ele foi chamado de ‘papa vermelho’. (CATÃO, 1985, p. 18).

Assim, a TdL “[...] mais do que qualquer outro tipo de teologia, surge do crisol da angústia e dos sofrimentos humanos [...]” (GUTIÉRREZ, 1987, p. 15), provocando um deslocamento epistemológico, ou um novo modo de fazer teologia que resultará em um novo modo da Igreja ser. Zortea (2008, p. 9) destaca que:

[...] nos anos 1950, uma política devastadora estava a caminho da América Latina: a industrialização do continente, sob a hegemonia do capital internacional. Isso provocou maior dependência, ampliando as divisões sociais, aumentou o êxodo

⁴⁶ Esta Encíclica foi escrita por Leão XIII em 15 de novembro de 1891, menos de 50 anos depois do MC de Marx e Engels, que é de 1848. Esclarecemos que a solução proposta por esse papa não é a mesma do MC, mas o importante é que os cristãos foram chamados, motivados a empenharem-se sobre o problema. Assim, nesse contexto do século XIX, três leituras do Socialismo estão em curso, quais sejam, a do *Socialismo Libertário* (Anarquismo), a do *Socialismo Científico* (Marxismo) e a do *Socialismo Cristão* (BORTOLETO, 2014). Entendemos que essas três leituras, ressaltando suas peculiaridades, são mais complementares que necessariamente antagônicas. Daí nossa compreensão e defesa no sentido de que há muito mais compatibilidade entre a tradição da Igreja Católica que vem de Leão XIII até João XXIII e à Teologia da Libertação.

rural, crescimento urbano com o agravamento da pobreza. Ao mesmo tempo, constroem-se resistências e projetam-se, principalmente na América Latina, grandes transformações acompanhadas por lutas sociais, como por exemplo, a Revolução Cubana em 1959.

Para Gutiérrez (1979), a América Latina passou a viver um momento que vai sucedendo um período de ignorância na qual os detentores do poder tentavam incutir ideias de submissão e subserviência para uma “compreensão menos parcial e anedótica, mais global e estrutural da própria situação” (GUTIÉRREZ, 1979, p. 75). Foi um trabalho de conscientização que explicitou algumas causas do subdesenvolvimento existentes neste Continente. Boff (1982) explica que isso é

[...] consequência do tipo de desenvolvimento capitalista no interior dos países cêntricos que para manter os níveis de aceleração e acumulação a que chegaram necessitam estabelecer relações profundas dissimétricas com os países mais atrasados tecnologicamente e ricos em matérias-primas; estes são mantidos no subdesenvolvimento que aparece, então, como a outra face do desenvolvimento. (BOFF, 1982, p. 23).

Em concordância com Boff, Gutiérrez (1979) afirma que o subdesenvolvimento na América Latina é “[...] resultado de um processo, e, portanto, deve ser estudado em perspectiva histórica, quer dizer, em relação ao desenvolvimento e expansão dos grandes países capitalistas” (GUTIÉRREZ, 1979, p. 78). Nas palavras de D. José Gomes, sermão do dia 16 de outubro de 1977: “Pobre progresso, pobre produção que é feita pela miséria e pelo sangue dos outros.” (LOVERA, 2013, p. 22). Esse conteúdo levou a igreja a pensar e a potencializar estratégias de libertação tendo como sujeito histórico desse processo “[...] o povo oprimido que deve elaborar a consciência de sua situação de oprimidos, organizar-se e articular práticas que intencionem e apontem para uma sociedade alternativa menos dependente e injustiçada.” (BOFF, 1982, p. 23).

Pouco a pouco, uma parcela da igreja foi fazendo enfrentamento às práticas pastorais que estabeleciam uma relação de submissão a Deus e às autoridades, aos dirigentes da Igreja e ao “chefe da família”. As mulheres eram as beatas que deveriam seguir sem ressalvas as determinações da igreja, utilizavam-se inúmeros capítulos e versículos da Bíblia para reforçar a ideia de que as mulheres deviam continuar obedientes e submissas aos seus maridos. De acordo com a tradição, para algumas mulheres com melhores condições econômicas, “esposas”, restavam o exercício da caridade. Era uma fé de cunho espiritualista e intimista.

Não há muito tempo, a religião só se ocupava da miséria para amenizá-la. O cristão que estava no poder ou dispunha do suficiente para viver, de acordo com sua

posição, devia fazer caridade. Na maioria das vezes esta função era confiada às esposas ou senhoras católicas. O pobre, que passava necessidade, devia simplesmente “aceitar” a sua condição nesse mundo governado por Deus e acolher agradecido o dom que lhe era feito. (CATÃO, 1985, p. 7).

As ações “sociais” não passavam de ajudas interpessoais, de caráter assistencialista ou, no máximo, de promoção humana, entendida como, para usar uma imagem recorrente da época, “ensinar a pescar”. Quer dizer, ensinar alguma iniciação ao trabalho para pessoas mais excluídas, e assim se virarem na vida, mas jamais questionar se as condições da “pesca” existiam, se as águas não estavam poluídas, nem se os poderosos tinham posto uma cerca para impedir a pesca. Com essa imagem simples, podemos perceber que, na época, a vivência da fé não incluía a transformação da sociedade, nem a moral social, nem a construção do Reino de Deus na história.

Até aí se podia ser cristão sem consequências políticas, sem compromisso sociopolítico, e pior, fugindo da reflexão e atuação políticas colaborava-se politicamente para manter o *status quo* de desigualdade e exclusão sociais. Era muito comum, nesse tempo, a aproximação dos padres com os que ocupavam cargos nos governos locais, ou com “o palácio”. Oro (2010, p. 15) explica que:

[...] até meados da década de 1960, do século passado, de modo geral o trabalho da Igreja consistia nas visitas do padre às capelas, realizando confissões, batizados, missa, casamentos, aconselhamento individual e muitas bênçãos de pessoas, objetos e casas. Uma catequista preparava para a primeira eucaristia, com uma catequese bem simples, de perguntas e respostas. Um capelão se encarregava da reza, ‘puxava o terço’ nas capelas aos domingos e as orações nos funerais. Três ‘fábriheiros’⁴⁷ administravam os poucos bens das comunidades e promoviam as festas de padroeiro. Estas eram basicamente as pessoas atuantes na igreja. De tempos em tempos, a fé e o fervor dos católicos eram reavivados pelas Santas Missões, animadas por capuchinhos, redentoristas ou saletinos.

Isso muda quando a Igreja assume outra perspectiva e vai em direção aos pobres, causando desconforto para alguns e fortalecimento para outros. Para quem deveria ocupar-se na busca por soluções dos problemas cruciais do povo, a igreja passa a “fazer política”, desvirtuando-se. Para quem acreditava e lutava pela libertação, a escolha feita por D. José Gomes, ao lado de Dom Helder, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Paulo Evaristo e outros, inspirados pelo Vaticano II, ensaiando outra perspectiva de Igreja, foi decisiva.

No oeste de Santa Catarina, algumas mudanças foram surgindo na vida do povo que, num contexto de avanço do capitalismo no campo, de êxodo rural intenso, de ditadura militar e autoritarismo local, organizou-se para encontrar respostas às necessidades de libertação e

⁴⁷ Um nome oficial para as diretorias de igreja, então, era “conselho de fábrica”. Daí o designativo “fábriheiro” a quem fazia parte dele.

defesa da vida dos seres humanos. Os sermões de D. José Gomes eram enfáticos: “Deus não quer a pobreza e a miséria no mundo. Mas quer que todos os seus filhos tenham uma vida digna e com fartura. O que ele condena é a riqueza que explora que oprime que condena milhões de pessoas à morte pela fome, pela doença e miséria” (LOVERA, 2013, p. 20).

Trata-se de uma mudança de perspectiva considerada fundamental. O povo que participava desse processo foi descobrindo “[...] que a mensagem de Deus foi desde sempre uma mensagem mais de ruptura e de denúncia da injustiça do que a aceitação do mundo tal como é” (CATÃO, 1985, p. 8). Nos anos de 1970 e 1980, havia uma insistência muito forte para que as comunidades se organizassem e tivessem uma prática de comunidade eclesial de base. “Enfatizava-se e motivava-se para a caminhada das CEBs. Ou seja, destacava-se que nelas acontecia a opção pelos pobres.” No âmbito da cultura, houve saltos qualitativos. A linguagem passava por alterações. Oro (2010, p. 17) destaca que:

[...] mudaram os cantos de encontros e celebrações: em vez dos tradicionais (‘Coração santo’, ‘Hóstia branca’ e outros), cantava-se preferencialmente: ‘nossa alegria é saber que um dia todo este povo se libertará’; ‘o povo dos pobres unidos é o machado que corta a raiz do mal que é o Capitalismo’; ‘povo que luta, cansado da mentira’; ‘companheiro, põe os bois na canga’; [...] E o canto ‘A classe roceira e a classe operária’ era quase um hino identitário.

É, por assim dizer, um contexto de vida social e eclesial que surgia nas e das comunidades e cumpria papel fundamental quando se pensa nos processos, nas experiências dos sujeitos que estão em construção. Nosso interesse aqui é perceber as interdições, as perspectivas e prospectivas das práticas evangelizadoras da Igreja Católica para além de seus espaços específicos. Os/as cristãos/cristãs, uns mais, outros menos, pouco a pouco iam assumindo a vida e as lutas do povo, pois entendiam que era desta maneira que estariam fazendo história. O sermão de D. José Gomes, datado em 12 de outubro de 1975, esclarecia: “Nenhum reino do mundo é capaz de comprar a liberdade de uma vida que se dá pela libertação de um povo.” (LOVERA, 2013, p. 20). Essa mudança na Igreja “fermentou a massa”, motivando um trabalho de conscientização do povo na busca pela compreensão de como funciona a sociedade capitalista, e isso deu resultados:

Aconteceram as organizações, sobretudo de agricultores, para assumir um sindicalismo mais combativo, as lutas por direitos previdenciários, as ocupações de latifúndios pelos sem terra, a organização por indenizações de estradas, os protestos contra a peste suína africana e contra os preços baixos do suíno e da produção agrícola, o início do movimento dos atingidos por barragens e o surgimento da participação política, de diversas formas [...]. (ORO, 2010, p. 18).

Essa perspectiva teológica de libertação foi sendo assumida em sua complexidade, nos diferentes lugares e espaços, por homens e mulheres que cada vez mais iam se convencendo da necessidade de construir processos formativos que levassem os sujeitos sociais a compreenderem melhor suas realidades. Entendemos que a reflexão bíblica, na visão libertadora, mesmo considerando que naquela época “[...] a Teologia da Libertação não conseguia incorporar suficientemente temas como patriarcado e machismo, direitos reprodutivos, diversidade sexual, etc. [...]” (SCHINELO; PEREIRA, 2007, p. 23), foi fundamental para a mulher crescer na consciência e na capacidade de luta, ocupando seu espaço nas organizações e entidades.

Então foi a partir deste contexto que despertei para o estudo da atuação das mulheres na história do povo de Deus. Isso era uma necessidade porque nós tínhamos que argumentar através da religião o direito que as mulheres tinham de se organizar, porque os homens de modo geral, o marido, alguns padres, prefeitos, vereadores, pastores enfim pegavam a bíblia principalmente a carta de São Paulo, aliás, na época era a passagem mais lida nos casamentos. [...]. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, jan. 2017).

Na ótica teológica feminista, as mulheres camponesas foram explicitando situações de desrespeito e limitações, de opressões e exclusões que sentiam e enfrentavam na comunidade cristã e no povoado, na família e na Igreja, na agricultura e na sociedade em geral. A partir das colocações e questionamentos, pensaram, em conjunto, numa nova prática. “É importante continuar nossos encontros? Como?” “Estas opções marcaram não somente a Igreja, mas os movimentos populares, o sindicalismo, o cooperativismo, os movimentos contra as barragens, as mulheres [...]” (LOVERA, 2013, p. 20). Em suas narrativas, as mulheres reconhecem que esse processo vivido na Igreja foi fundamental para os primeiros passos no percurso organizativo de luta e construção do MMC/SC. Rosalina explica:

Esse mesmo projeto da teoria da libertação e através de D. José ele chamou pra nós fazer um treinamento e tudo sobre os agentes de saúde assim, eram os agentes comunitários de saúde. Na época nem existia Pastoral da Saúde. Aí eu fui apontada pela comunidade já que eu fazia muito e praticava esse negócio das ervas. Isso foi nos anos de 1976, quando eu tava grávida da Andreia. Daí a gente criou aquela ideia de estudar as plantas. Daí, depois, veio a Pastoral da Saúde e com a criação da Pastoral da Saúde eu me soltei. Depois que surgiu a Organização das Mulheres Agricultoras (OMA) na época. Hoje as camponesas. (CEC, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

A luta pela libertação da mulher na sociedade foi sempre conflitiva, desafiadora. Exige, por parte das camponesas, muita persistência e encorajamento para prosseguir no enfrentamento às críticas severas, contratempos e problemas. Continua Rosalina:

Enquanto eu ia pra Pastoral da Saúde eu era muito discriminada. Denunciada que a mulher, que eu tava saindo de casa diziam que eu tava fazendo um pecado, de sair nos encontros, onde já se viu deixar filho, marido e coisa e ir lá. Depois com o crescimento da Organização das mulheres eu fui entender que era uma luta nossa que nós tínhamos que defender. Que era a libertação da mulher. E ali que eu consegui me libertar pra estudar e aperfeiçoar o conhecimento das plantas. (CEC, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

Nas décadas de 1980 e 1990, o conhecimento da realidade e a reflexão bíblica eram tidos como os dois pés dos cristãos/cristãs, ou as duas rodas da bicicleta, que os/as possibilitavam seguir em frente. As duas andando juntas. Podemos entender que havia uma compreensão do contexto sociopolítico, a partir de estudos, encontros e debates, com auxílio de meios teóricos, numa perspectiva epistemológica que mexia também com as construções/desconstruções em torno dos saberes, do conhecimento.

Foi nos espaços da Igreja que as mulheres começaram discutir o seu papel, confrontando-o com a figura de mulheres líderes da Bíblia, que enfrentavam o patriarcado e lutavam por seu povo. Com a reflexão e discussão em grupos e comunidades, encorajaram-se mais aos debates e ocupação de um espaço que é próprio da mulher, a contribuir com sua presença e ser feminista na luta pela vida.

O patriarcalismo e centralidade do homem, pai de família, foram sendo questionados. Nisso entrava um elemento fundante da fé: Deus criou homem e mulher à sua imagem e semelhança; Deus quer a igualdade entre seus filhos e filhas; Deus quer cooperação, amor e ternura entre as pessoas e não dominação-submissão. Encontros específicos de mulheres agricultoras, a partir de 1983, aportaram uma participação bonita dessas mulheres no âmbito do sindicato e em reuniões do partido político e em outras, para debater reivindicações junto a órgãos públicos [...]. (Entrevista Oro, jan. 2017).

As narrativas das mulheres camponesas na pesquisa de campo reafirmaram esses posicionamentos. Entre elas, destacamos o pronunciamento de Carmem:

Na família fui sempre recomendada a ajudar os outros e a participar da igreja. Apesar de ser uma família muito conservadora dos costumes antigos, eles confiavam que se eu fosse para a igreja estaria bem encaminhada. Dei sorte, porque naquela época a igreja estava em transformação com o Concílio Vaticano II, nos anos de 1970, então eu com 15 anos era catequista e recebi muita formação; e com 19 anos fiz curso para ministra da eucaristia, me ordenei em 1977. (Autobiografia, Carmen, Chapecó/SC, 2017).

Nesse processo, houve empenho e envolvimento de muitos. Entre eles é inegável a contribuição das teólogas da libertação que avançaram do ponto de vista teórico-metodológico, provocando deslocamentos epistemológicos na teologia, repercutindo na vida

de muitas mulheres, resultando em novas práticas teológicas. Isso foi revelando o ocultamento e a marginalização das mulheres nas igrejas e fora delas, contribuindo para processos emancipatórios de mulheres e de setores populares que se assumiram como novos sujeitos teológicos, inaugurando a perspectiva de uma Teologia Feminista. Entre elas, citamos: Luiza E. Tomita⁴⁸, Ivone Gebara⁴⁹, Elisabeth Schüssler Fioreza⁵⁰ e muitas outras, que utilizaram o método da desconstrução das ideologias patriarcais.

O processo desvelou também que a maioria dos ensinamentos cristãos foi baseada em uma perspectiva patriarcal, onde os homens têm todo o poder e às mulheres restava ocupar o segundo ou o terceiro lugar nas igrejas e no lar, ressaltando ideologias que reafirmam a masculinidade de Deus, presente nas três pessoas da Trindade Divina. Emerge a partir daí uma exegese bíblica feminista, contribuindo para a inserção e o avanço dessas novas problemáticas vistas e assumidas a partir das mulheres.

A contribuição das mulheres teólogas instiga-nos a apontar que o MMC também formula um pensamento teológico/místico a partir das mulheres camponesas. Não somente porque uma parcela considerável das mulheres camponesas desse Movimento, em sua militância política e social, não abandonou a Igreja, mas nela e com ela também se reinventou e, ao se reinventar, está, por sua vez, reinventando a própria Igreja-CEBs. Isso porque o conteúdo epistemológico da causa da luta pela libertação das mulheres e pela transformação da sociedade se aproxima e está em consonância com a perspectiva epistemológica da TdL.

As comunidades que faziam essa experiência vivenciavam uma espécie de exercício “[...] da democracia real do povo, onde tudo é discutido e decidido junto e se aprende o pensamento crítico. [...] O significado da comunidade eclesial desborda de seu sentido religioso e assume assim, um alto significado político.” (BOFF, 1982, p. 26). A TdL oferecia elementos para avançar na consciência de classe.

E quando se fala em Teologia da Libertação entendia-se a reflexão teológica sobre a prática dos cristãos e a vida real do povo, com a qual se pensa como ser cristãos na prática cotidiana e o compromisso político concreto dos cristãos no mundo, onde estão inseridos, na sociedade com suas contradições e violências, com as lutas de classe acontecendo, de forma explícita e até acirradas, ou de maneira sutil e camuflada, mas sempre lutas [...]. (Entrevista, Oro, Chapecó/SC, jan. 2017).

⁴⁸ TOMITA, Luiza E. A contribuição da Teologia Feminista da Libertação para o debate do Pluralismo Religioso. In: VÁRIOS AUTORES. *Pelos muitos caminhos de Deus: desafios do pluralismo religioso à Teologia da libertação*. Goiás: Rede, 2003. p. 108- 119.

⁴⁹ Dentre suas obras, destacamos: GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000; *As águas do meu poço*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

⁵⁰ FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*, São Paulo: Paulinas, 1992.

Oro (2017) continua sua reflexão acrescentando:

A Igreja não quer a luta de classes, dizia-se então, a ‘luta’ é fruto da opressão, da dominação e exploração de uma classe sobre outra(s). Essa luta já existe. A Igreja quer a superação da luta de classes, trabalhando para a construção de uma sociedade sem classes, com igualdade e participação de todos e todas. Para essa leitura teológica muitos estudiosos da Igreja lançaram mão de instrumentos de análise marxistas o que atraiu críticas da mídia, da burguesia e de setores conservadores da Igreja. Mas... Que culpa tinha Leonardo Boff, Gutierrez e Dom José, se Marx foi quem, pelas suas categorias de análise, melhor ajudou o povo a entender o modo de produção e sociedade capitalistas, a exploração e o antagonismo nas relações. (Entrevista, Oro, Chapecó/SC, jan. 2017).

O que se buscava era exatamente isso. Contribuir por meio dos grupos de reflexão, cursos, seminários para que o povo compreendesse, a partir da vivência do cristianismo, por que se dá a exploração e os antagonismos nas relações sociais. Isso foi mexendo com diferentes perspectivas de educação. Vinham à tona posturas e formas de compreensão da realidade como algo “natural”, inculcadas pela educação domesticadora, bancária ou burguesa, confrontando-se aos anseios por outras práticas que encontrava no paradigma da educação popular⁵¹ fonte de sustentação teórica epistemológica. O educador Paulo Freire, suas ideias e seus livros eram frequentemente citados. Buscava-se concretizar uma educação libertadora e popular, em que “todos sabem e todos aprendem”, muito mais baseada na troca de saberes do que em palestras ou monólogos, que pareciam como formas de impor ideias aos outros.

Com isso, acreditava-se desenvolver o ser humano, capaz de se construir na luta por igualdade de direitos entre todos e todas, por cidadania e, na participação, gerando um conhecimento humanizador, libertador. Em seus estudos sobre o MMC, Cinelli e Conte (2014) recuperam a educação popular como produtora de um movimento pedagógico que sinaliza para um projeto de humanização e libertação quando afirmam que: “[...] a educação popular produz-se como um movimento pedagógico, como um projeto histórico de humanização e libertação.” (CINELLI; CONTE 2014, p. 6).

A Igreja e os movimentos populares do campo que começavam a surgir sustentavam na prática a convicção de um percurso formativo que despertava um maior senso crítico nos sujeitos envolvidos. Entendiam que nada está acabado e pronto, tudo pode ser modificado e/ou qualificado. Nessa época, multiplicaram-se os momentos de formação, os encontros.

⁵¹ Entendemos que a Educação Popular, como mostra Paludo (2001), mesmo sendo mais expressiva no pensamento de Paulo Freire, é também marcada por resistências populares historicamente construídas. A exemplo das revoltas dos escravos na luta por libertação, das resistências camponesas, das experiências comunistas, anarquistas, entre outros processos de lutas políticas/sociais.

Evitava-se a palavra “curso”, preferindo-se o termo “encontro”, mais coerente com a concepção da educação popular. No meio da juventude, das mulheres, dos trabalhadores, foram criadas iniciativas por meio de festivais da canção, com composições feitas pelos próprios sujeitos, de festas populares com outra orientação e dinâmica, não aquela centrada no lucro, mas, sim, aquelas que motivavam a partilha, a troca, o intercâmbio, a construção coletiva.

Além disso, houve sempre incentivo na elaboração de poesias e de diversos subsídios populares que auxiliavam nas reflexões e aprofundamento das místicas populares. Isso tudo criava uma perspectiva prática, resultando na socialização dos saberes, das iniciativas e experiências. Com isso não significa que estamos dizendo que a experiência da TdL permaneceu durante todo tempo constituindo as bases de sustentação para essa Igreja povo de Deus, como fora nos anos de 1970 e 1980. Pelo contrário, por um longo período, a Igreja descuidou-se desse acúmulo profético e libertador. Voltou-se para a religião desconsiderando uma posição coerente com o que postula o Evangelho e os próprios Documentos Eclesiais aqui referendados. Neste último período, com o Papa Francisco, a Igreja ganha novo vigor e volta-se para uma mensagem profética e de comprometimento com as causas sociais, o que certamente resultará num redimensionamento das CEBs e Pastorais.

Assim, por meio da educação popular, junto com a Teologia da Libertação, o povo foi sendo motivado e suas organizações foram avançando na busca para construir sua prática de acordo com os princípios que tal perspectiva preconiza. Trata-se de uma perspectiva epistemológica, que valoriza as trocas de experiências e as tomadas de decisões considerando a vontade da maioria, depois de debater em conjunto; serve de referência na organização das equipes de coordenação para não ter apenas um coordenador ou coordenadora; e, para haver uma participação maior, incentiva a realização de reuniões com equipe ampliada e diversas assembleias. Tudo isso, posteriormente, foi sendo ressignificado pelas mulheres e serviu como base no processo de construção do próprio Movimento.

Compreender os antagonismos sociais, os interesses divergentes das classes, as desigualdades nas relações de poder contribuiu para que boa parte dos membros das comunidades, os jovens e especialmente as mulheres, fossem elaborando conhecimentos a partir do seu ser mulher, do seu ventre, de seu coração, de seus sentimentos, de seus sonhos, mas também de seus sofrimentos, de suas angústias, das suas dores, das dominações, discriminações e exclusões por elas sentidas e sofridas, novos sonhos e nova força para a utopia.

As vivências e experiências de vida, refletidas e saboreadas pelo ser mulher, e compartilhadas com as companheiras, inegavelmente trouxeram não somente um novo matiz para o conhecimento, mas um novo e verdadeiro conteúdo, fruto da vida, da dor, mas também da esperança nos seus objetivos e horizontes. Uma coisa é um homem dizer ‘a mulher é inferiorizada’. Outra coisa muito diferente – conhecimento com outro conteúdo - é uma mulher expressar que se sente discriminada, oprimida e violentada, em situações concretas da vida e por pessoas concretas que interferem e interagem na sua existência. (Entrevista, Oro, Chapecó/SC, jan. 2017).

Esses conteúdos que indicavam a violência, a discriminação e a opressão foram sendo enfrentados pelas mulheres que começaram a se repensar e repensar as relações, bem como os processos participativos. Eram discutidos em casa com a família, debatidos em reuniões de categorias de trabalhadores, pelo povo da comunidade ou em movimentos específicos, sociais, populares e políticos. A educação popular trouxe, além da perspectiva de participação em todo o processo, uma base metodológica sintetizada na Prática-Teoria-Prática, que tinha raízes na ação católica baseada no tripé “ver, julgar, agir”.

Reformulava-se a pedagogia cristã na perspectiva da educação popular. “Em lugar de se partir dos dogmas, parte-se da realidade.” (CATÃO, 1985, p. 24). As iniciativas e reflexões partiam da prática, da vida, da conjuntura, enfim, do contexto e, nele, se insistia, “tudo tem a ver com tudo”, relacionando o local com o geral, um setor com outro setor da vida, uma dimensão com outras dimensões da existência. Os debates sobre o modo de produção capitalista e as suas relações de produção e de poder trouxeram novo caldo de cultura para despertar e fazer crescer a conscientização, oportunizando uma maior compreensão do contexto, da conjuntura e estrutura sociais, e pensar em novas práticas.

Esse processo histórico da Igreja Latino Americana que, por intermédio do *Concílio Vaticano II* assumiu a TdL foi imprescindível para que a Diocese de Chapecó reorientasse sua ação pastoral e foi decisivo para a construção de novos sujeitos sociais, entre eles, as mulheres camponesas. Daí a afirmação e defesa de que a TdL é uma das fontes teóricas metodológicas que está na base da perspectiva epistemológica em construção no MMC/SC.

4.3 O Movimento de Mulheres Camponesas/SC e a construção de saberes/conhecimento

Há muitos anos na batalha por direitos uniu Marias, Carolinas e Terezas e fez surgir com a liberdade por bandeiras o Movimento das Mulheres Camponesas. A nova Constituição se apresentava. A ditadura foi ficando no passado, novas conquistas garantidas para os grandes. E as camponesas outra vez postas de lado. (KORSACK, 2001, p. 11).

A partir da realidade anteriormente explicitada, buscamos uma compreensão do dinamismo que envolve as relações do MMC como um dos movimentos populares do campo, identificados enquanto sujeitos coletivos que nesse meio vai se constituindo. Por meio de suas experiências, as mulheres camponesas vão construindo-se permanentemente a partir da apropriação de vivências, lutas, práticas e saberes que constituem a base de suas identidades políticas. Encontramos em Thompson (1981) um referencial importante para essa análise.

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares. (THOMPSON, 1981, p. 111).

O diálogo entre o ser social e a consciência social é o que nos interessa compreender. Para Thompson (1981), é por meio da experiência que se “[...] compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON, 1981, p. 15). Essa percepção permite relacionar alguns aspectos de estudos que tratam sobre os movimentos populares a partir das práticas que originam aprendizagens em contextos e conjunturas diferentes que geram consciência de classe:

O movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. [...] a identidade política dos movimentos sociais não é única: ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. (GOHN, 2008, p. 444).

É importante considerar que esses estudos relativos aos movimentos populares estão questionando e trazendo para o debate outros elementos (políticos, sociais, culturais) que se propõem ampliar a visão presente nos anos 1970, mais centrada no econômico sem desconsiderar sua relevância para os processos coletivos em curso (SCHERER-WARREN, 1993).

Essa categoria “movimento social” surge como referência para estudos de grupos específicos e de seus modos de fazer política, a partir da primeira metade dos anos 1980, quando foi sendo percebido que “uma nova cultura política popular e de base estaria sendo gerada na América Latina” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 17). Essa questão instiga-nos a, em algum momento, repensar inclusive o conceito de movimento social, assim denominado neste período, identificando um recorte de classe, remetendo, de certa maneira, à luta popular. O contexto mudou. A conjuntura é outra. Os movimentos sociais hoje adquirem outras

complexidades, razão pela qual, nesta tese, ao nos referirmos aos movimentos de luta no campo, trataremos de movimento popular camponês.

O início dos anos de 1980, conforme estudos de Gohn (1997), caracteriza-se pela redemocratização, em que os movimentos sociais de diferentes tipos foram tendo maior visibilidade por intermédio da mobilização popular da sociedade civil, na luta pela garantia de direitos sociais coletivos por parte de parcelas da sociedade que se encontrava oprimida e marginalizada. Nos anos de 1990, ocorrem mudanças nas realidades dos países latino-americanos e emergem novos temas como os movimentos de democratização política.

Há troca de saberes e intercâmbios que perpassam experiências diferenciadas nos territórios. Estão ocorrendo práticas políticas, ações coletivas territorializadas, bem como redes de movimentos vão sendo fortalecidas. Há de se considerar a influência das tecnologias de informação e dos meios de comunicação nas formas de organização da sociedade que possibilita pensar alternativas de vida social, bem como considerar as preocupações de nações e povos em relação aos seus problemas comuns (SCHERER-WARREN, 1993).

Outro aspecto relevante que consideramos nesta tese está relacionado aos movimentos populares do campo, no Sul do Brasil, que surgem no início dos anos de 1980. Esses movimentos podem ser compreendidos, segundo Scherer-Warren e Krischke (1987), por suas formas específicas de organizar e encaminhar suas lutas, que se diferenciam de outros contextos. Entre os aspectos destacados por Scherer-Warren (1993) está a participação das bases que se contrapõe ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física que também se efetiva na experiência.

O conceito de experiência em Thompson (1981) nos permite uma releitura de concepções acerca dos movimentos populares do campo não a partir da institucionalidade enquanto “entidades sagradas”, mas das práticas, dos “fazer”, das vivências de sujeitos que, no processo de lutas, experimentam e assumem a perspectiva de classe social, luta de classes, consciência de classes. Esse autor analisa a classe sob uma perspectiva histórica, relacional, presente nos contextos reais.

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo, suportam a exploração identificam os nós dos interesses antagonísticos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2001, p. 274).

Dessa maneira, é o fazer-se que explica a concepção de classe. E esse não é qualquer “fazer”, é um fazer em luta⁵². As mulheres em movimento fazem da luta uma experiência de vida, uma experiência de classe. Para as mulheres camponesas, trabalhadoras, viver é lutar. Isso porque a classe não está dada *a priori*. Trata-se de um processo contraditório e conflitivo em permanente construção e desconstrução.

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento. A classe constitui-se no seu fazer-se, num movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais. (THOMPSON, 1998, p. 102).

Essa dimensão de classe enquanto acontecimento que se constitui no fazer-se sujeito social se efetiva na experiência. Colocamo-nos em diálogo com a categoria da “experiência” em Thompson porque entendemos ser fundamental compreender os sentidos, os significados atribuídos pelas próprias mulheres quando problematizam suas experiências de resistência e os saberes que vão sendo elaborados em contextos que são também reais com conjunturas específicas e articuladas.

Voltamos ao período caracterizado pela modernização da agricultura, que se intensificou na região oeste catarinense e encontrou no modelo de integração das famílias do meio rural às agroindústrias, possibilidades e resistências, contexto sem o qual não compreenderemos o processo de construção da experiência do MMC/SC.

Não podemos esquecer o trabalho de reorientação da Igreja Diocesana, fundamentado na TdL, por meio do qual tivemos a oportunidade de vivenciar, por mais de 20 anos, as novas proposições feitas naquele período. Esses aspectos colocaram como pilares fundamentais, no caso do MMC/SC, que muito contribuiu para que a semente feminista camponesa fosse ganhando forma, organicidade e visibilidade social. “Foi com a igreja que a mulher começou ser liderança, que foi abrindo espaço. Tem a igreja tradicional, mas também libertadora. Aí se iniciou as reuniões.” (CEC, Adélia, Miguel D’Oeste/SC, 2017).

A CPT, as CEBs da Igreja Católica e a Igreja Luterana foram fundamentais na reflexão e organização das mulheres no início dos anos de 1980. Diz Zenaide:

⁵² Disponível em: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

Foi importantíssimo o papel da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) na formação de liderança. O bispo D. José Gomes, padres, irmãs religiosas, pastores e pastoras. Em São Miguel, o pastor Lobo e a pastora Lola estavam juntos. Nossas reuniões eram sempre na sala de reuniões ou no salão da Igreja IECLB. Ele e ela motivavam, acompanhavam iam nas mobilizações, faziam curso de formação e assim, aos poucos, a gente foi entendendo as contradições da vida e que era possível mudar. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Era um tempo em que se buscava o ecumenismo. As igrejas, por meio de algumas lideranças, faziam essas aproximações. Realizavam atividades conjuntas. Trocavam experiências e fortaleciam-se mutuamente, e cada qual buscava motivar principalmente as mulheres. “No caso das mulheres agricultoras, a parcela que já participava nesses diferentes espaços, principalmente militando nas CEBs, lutas de oposição sindical, passaram a se reunir e chamar outras mulheres.” (GASPARETO, 2009, p. 28). Rosalina relata sua experiência em relação à igreja dizendo que:

Depois que eu já era casada, já era mãe tudo, surgiu a oportunidade através da igreja. Como a Carmem mesmo vinha dizendo, esse mesmo projeto da teoria da libertação e através de D. José ele chamou pra nós fazer um treinamento e tudo sobre os agentes comunitários de saúde. [...] A gente fica feliz quando vê companheira que vem junto. Companheira aqui que agora temos a Associação Pitanga Rosa. ‘Elas foram chegando até nós e a gente fica feliz porque foram participando dessa prática que começou lá traz’. (CEC, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

Rosalina se refere à fase embrionária caracterizada por uma organização que foi adquirindo expressões marcadas pela luta e que não demorou muito para ser conhecida. “No dia 08 de março de 1984, elas realizam um encontro e consolidam a Organização de Mulheres Agricultoras – OMA.” (MMC, 2008, p. 9). Podemos notar que esse “sair de casa” para a mulher camponesa do MMC está imbricado num contexto de rompimento com valores patriarcais que “naturalmente” colocam as mulheres no ocultamento, como se ali fossem eternamente confinadas.

Como exemplo destacamos que a própria Rosalina, em sua autobiografia, mostra como havia uma cultura em relação ao fato de “ser mulher” que lhes impedia o acesso ao estudo: “[...] o maior desafio era por ser mulher, como dizia minha mãe se fosse um filho homem até poderia estudar, mas filha mulher, depois que casa o marido que manda” (Autobiografia Rosalina).

Houve determinação por parte dessas mulheres, os conflitos eram dos mais variados, as contradições foram sendo encaradas e elas foram “saindo de casa”, mesmo ficando, mas sob outra perspectiva. Algumas mulheres relataram que os processos formativos eram desculpas para sair de casa em busca de outros ares. Carmem falou:

Com a desculpa dessas formações conseguia sair de casa, mesmo assim meus pais tinham que saber com quem eu ia, quando voltava, enfim, era uma ladainha para eu

poder ir. Com 20 anos me casei em busca da liberdade, liberdade nada! Em 8 anos de casada, 5 filhos para criar. Por um lado foi a graça de Deus na minha vida, mas por outro lado, como eu já tinha um pouco de consciência política e muita luta para fazer e organizar. Vivi anos de agonia em não poder participar. Às vezes, principalmente nas mobilizações eu dava um jeito, deixava as crianças com a mãe ou com a prima e ia. (Autobiografia, Carmen, Chapecó/SC, 2017).

As mulheres eram vigiadas, controladas e precisavam justificar sempre, cada passo que dariam em busca da possibilidade de participação nos processos coletivos que estavam ocorrendo. Necessitavam encontrar jeitos, precisavam encaminhar onde e com quem deixar os filhos. Não era simplesmente sair! Nem tampouco dizer: estou indo! Mas elas foram! Essa atitude constituiu um divisor entre o antes de participar do Movimento e o depois. Na concepção de Lourdes, quando falou sobre sua vida antes/depois de entrar no Movimento, afirma que houve uma passagem de coitadinha para vitoriosa. Diz:

[...] sentia-me diminuída, menos que os outros, sem sonhos. Eu não queria aquela vida, mas não sabia como sair dela e nem sabia se um dia ia poder sair. Hoje eu vejo o que posso, eu sou outra pessoa. Eu sempre penso que vivi duas vidas: uma de coitadinha e a outra que vivo hoje de vitoriosa. Eu perdi aquele tempo. Tenho 71 anos, eu penso: tomara que tenho mais de 20 anos para produzir e viver mais. Quando recebo os grupos carentes, aposentados sem saber para onde vão [...] mostro o feijão que vem da terra. Aprendi o hábito da leitura. Ontem queimei o pão, lendo. Ler livros bons, anoto uma parte porque a gente não estudou então vai pouco a pouco para entender o livro. Eu aprendi o gosto pela leitura depois que comecei a prática das sementes. Isso foi o Movimento que me deu! (CEC, Lourdes, Marema/SC, 2017).

A experiência no MMC possibilita uma mudança que não se dá pela Escola Formal. Está presente na narrativa de Lourdes a importância da leitura como uma força trazida pelo MMC. Observamos que é essa dinâmica popular metodológica própria das mulheres que remete a si própria e às demais, tarefas individuais e também coletivas, oportunizada por um percurso formativo responsável que vai construindo outra mulher, um novo sujeito. Zenaide, ao analisar sua trajetória, fez questão de destacar:

Antes era bem ingênua. Eu era produto da sociedade capitalista, machista e da religião onde a mulher tinha de fazer os serviços, obedecer e servir a todos na família, se sacrificar. Eu aprendi que era feio a mulher questionar ou se envolver nos negócios da família. Quem fazia isso era desvalorizada socialmente porque desrespeitava o pai, ou o marido. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Notamos nesta narrativa algumas tramas de um protótipo de mulher estabelecido cultural e socialmente, pelas quais as camponesas precisam desatar para conquistar sua própria autonomia. Vejamos: “eu era produto” da sociedade “capitalista, machista”, “tinha de

fazer os serviços”, “obedecer”, “servir a todos na família”, “se sacrificar”. Questionar e se envolver em negócios não era coisas de mulher. Quem ousava romper com tais condicionamentos era ainda mais desvalorizada porque estava “desrespeitando o pai, o marido”. Freire (1980) explica que a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica exige um processo de conscientização até chegar numa esfera crítica que é quando o ser humano, homem e mulher assume uma posição epistemológica.

Num primeiro momento, a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Noutros termos, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está a procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 1980, p. 26).

Referimo-nos a um Movimento que ganhou significado global pelas suas próprias lutas, identificadas não apenas como lutas culturais (embora essas estejam presentes), não apenas com lutas políticas (embora essas estejam presentes), mas, acima de tudo, como lutas relacionadas ao processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista, como resistência, oposição, confronto em relação às formas de exploração, de dominação, de espoliação implicadas na lógica de valorização (mundializada) do capital, e como movimento de afirmação utópica, construído com a intencionalidade e o comprometimento com as histórias das gentes, dos locais, das regiões.

Esse é um Movimento Social Popular que se identifica como camponês e feminista que, no nosso entendimento, mantém acesa a vela que ilumina nosso pensamento acerca do que tem importância nas lutas das classes que vivem do trabalho no modo de produção capitalista: é um Movimento que resiste às tentações das “singularidades múltiplas”, que refletem uma representação fragmentada do social, mas, ao mesmo tempo, é um Movimento que não relativiza a diversidade na unidade.

As mulheres afirmam que, através do movimento, têm enfrentado múltiplas questões, indicando que um processo emancipatório não compreende igualdade econômica e depois enfrentamento de outras formas de desigualdades e de dominação, mas, ao contrário, essas questões caminham juntas, estão vinculadas entre si e, portanto, precisam ser enfrentadas ao mesmo tempo.

Práticas diversificadas foram sendo viabilizadas em meio às diversas lutas, sejam elas sindicais, populares, eclesiais, entre outras. As mulheres que ali se encontravam foram fortalecendo-se a si mesmas e como um coletivo maior. Tornamos oportuno reportarmo-nos à Thompson, (1981) para uma maior compreensão de que essa outra mulher em construção, da qual estamos falando, faz referência à passagem da “classe em si” e “classe para si” de Marx.

Thompson (1981) nos leva a perceber que os/as trabalhadores/as, a partir do domínio do capital, já se constituem classe quando comungam de uma mesma condição, até mesmo com interesses que se aproximam no tecido social complexo e contraditório das relações capitalistas e não capitalistas nos interstícios da sociedade do capital. Mas que passam por um processo de transformação de sua consciência quando tomam ciência de suas contradições e de que a trama em que estão envolvidas podem sofrer alterações, mudando significativamente suas condições de vida. Há, dessa forma, a constituição de uma “consciência de classe”.

Não sem problemas, não sem dificuldades, talvez estes se intensificavam ainda mais, porém, cria-se um novo olhar, constitui-se uma nova forma de encarar esses mesmos problemas. É nesse emaranhado que vão sendo tecidos os sinais da libertação. Continua Zenaide: “Hoje, olhando minha trajetória percebo o quanto cresci na compreensão do ser mulher, no papel que desempenho na família, o trabalho e na sociedade. Percebo atitudes que outras mulheres não veem.” (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Pouco a pouco, gradativamente, as mulheres - algumas delas levavam consigo a experiência na luta de oposição sindical - foram pensando num espaço específico próprio, autônomo. Ao mesmo tempo em que começaram a discutir e aprofundar a discriminação/opressão/exploração que viviam como mulheres e trabalhadoras, também buscaram construir elementos necessários que caracterizam um movimento popular camponês.

De acordo com Casagrande (1991), no dia 1º de maio de 1983, no Distrito de Itaberaba, 28 mulheres, juntamente com religiosos e agentes de pastoral, foram definindo os rumos iniciais do Movimento. Em registros internos do MMC, encontramos a seguinte explicação:

A data de 1º de maio de 1983 marca um momento importante, quando 28 mulheres reuniram-se no salão comunitário de Itaberaba com a presença de religiosos e agentes de pastorais ligados a diocese que coordenaram e registraram o encontro. A partir daí o Movimento e amplia do núcleo de Itaberaba para todo o município sendo este dividido em sete setores com duas coordenadoras em cada setor. No dia 8 de março de 1984, Dia Internacional da Mulher o Movimento faz sua primeira manifestação, quando reúne cerca de 500 mulheres em Itaberaba. (OMA, [s.d.], p. 14).

Em diálogo com Pe. Ivo Oro durante a pesquisa de campo, ele esclareceu que: “naquele 1º de maio só havia eu de padre e só a Jurilde Fazollo como agente de Pastoral”. Isso significa

acentuar uma considerada importância à organização das mulheres que ali estava nascendo, mas já havia um processo anterior em curso, visto que algumas mulheres estavam inseridas nas lutas sindicais daquele contexto. Poli (1999, p. 122) diz que: “[...] o primeiro passo para o surgimento do MMA em Santa Catarina foi dado no dia 25 de julho de 1981, durante a comemoração do dia do colono, no então Distrito de Itaberaba, no Município de Chapecó [...]”, sendo que este foi reafirmado dois anos depois, em 1983.

Consideramos importante destacar que, com a OMA, a partir daquele momento, as mulheres foram intensificando a participação e envolvimento para a construção de sua ferramenta de luta e isso foi, de certa maneira, evidenciado durante a pesquisa de campo em algumas narrativas. Diz Rosalina: “Depois com o crescimento da Organização das Mulheres eu fui entender que era uma luta nossa que nós tinha que defender. Que era a libertação da mulher.” (CEC, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

A OMA perdurou até o ano de 1986, quando, a partir daí, as mulheres foram se dando conta de que uma organização não seria suficiente para responder às demandas que despontavam em suas lutas e que estavam no porvir. A partir de discussões, estudo, debates, em Assembleia, no ano de 1986, foi criado o MMA/SC. As deliberações daquela Assembleia giraram em torno da organicidade desse jovem Movimento. Nos registros internos do Movimento⁵³, encontramos o “como”, essa organização vai sendo criada, qual é o jeito das mulheres se organizarem coletivamente, processo que vai se constituindo enquanto celeiro para a formação de novos quadros dirigentes:

O MMA/SC se organiza desde os grupos de base no interior dos municípios. Cada grupo tem duas mulheres líderes que formam a direção municipal. Da direção municipal duas líderes compõem a direção regional. Cada regional escolhe duas mulheres para compor a direção estadual. A instância máxima de decisão são as assembleias municipais, regionais e estadual, que acontecem a cada três anos, onde se define as linhas políticas e são eleitas as novas direções. (MMA/SC, 2000, p. 21).

É nesse processo interativo que vai se dando também o exercício de outros valores que vão espalhando-se, estendendo-se pelo viés da luta, por diferentes espaços e lugares. Nasce daí a necessidade do exercício da cooperação, do compromisso, da comunicação, da disciplina militante, do intercâmbio, da busca de articulações da luta, entre outros. A militância no Movimento passa a ser uma nova referência para muitas mulheres.

⁵³ Alguns registros como cartilhas, textos, panfletos, matérias de Informativo, principalmente aqueles escritos nos primeiros tempos de organização do Movimento, em que não constam data e quem elaborou, são muito importantes, pois nos dão elementos fundamentais que indicam como foram dando os passos da libertação das mulheres.

O MMC contribuiu muito para a libertação da carga machista que a gente vai aprendendo desde a infância do jeito de ser mulher na sociedade e luta pela autonomia pessoal na família, no trabalho. Uma conquista é o direito de decidir, opinar, de ser dirigente do MMC. [...] a militância no MMC pra mim é uma referencia, uma fonte onde continuo alimentando minha opção e me construindo como mulher, como gente, como liderança. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Não que a casa tivesse sido abandonada, nem mesmo nela superadas todas as contradições. Nem mesmo que a família para as mulheres camponesas militantes deixara de ser importante. Esta narrativa nos remete inclusive aos equívocos de análises marxistas sobre a família. Bottomore (1983), em seu *Dicionário do Pensamento Marxista*, afirma que: “[...] a família burguesa tem seu fundamento material na desigualdade entre o marido e a mulher, com esta produzindo legítimos herdeiros para a transmissão da propriedade em troca de cama e mesa” (BOTTOMORE, 1983, p. 146).

Durante os debates dos CECs, as mulheres trocaram ideias entre si sobre como as dificuldades, relacionadas ao mundo da casa, ao espaço doméstico, ainda persistem. As narrativas são as mais diversas, entre elas destacamos: “Colocar na cabeça do marido que eu tenho direito de sair sem pedir licença. Sem deixar tudo pronto, não é fácil.” (CEC, Terezinha, Marema/SC, jan. 2017). Bottomore (1983) mostra-nos que Engels (1974), ao tratar sobre a desigualdade na família burguesa, definiu essa relação “[...] como uma forma de prostituição, contrastando o casamento mercenário burguês com o verdadeiro ‘amor sexual’ que podia florescer no seio do proletariado em que marido e mulher alcançavam a igualdade na exploração resultante do trabalho assalariado” (BOTTOMORE, 1983, p. 146).

O próprio Bottomore (1983) concorda que essa análise sofreu severas críticas feitas por diferentes ângulos, mas entende que tais argumentos continuam sendo “[...] uma explicação exclusivamente materialista da família e tem mérito considerável de procurar explicar as diferentes formas de família características de diferentes classes” (BOTTOMORE, 1983, p. 146). O autor adverte:

Engels, porém, baseia-se na discutível antropologia evolucionista de L.H. Morgan, reduz a evidente dominação aos homens na família proletária como ‘residual’ e não leva em consideração a divisão doméstica do trabalho e o ônus imposto às mulheres, que têm o ‘turno duplo’ do trabalho assalariado e do cuidado com os filhos e a casa. (BOTTOMORE, 1983, p. 146).

Notamos, durante a pesquisa de campo, como esse “ônus imposto às mulheres” vai sendo reproduzido e ainda é muito expressivo no cotidiano das mulheres camponesas. As

mulheres camponesas em movimento vão se dando conta disso. Percebem que o desafio apontado está em construir uma socialização do trabalho doméstico onde haja verdadeiramente a participação plena do homem nos trabalhos da casa. As participantes dos CECs constatarem que, como mulheres: “Vivemos cotidianamente situações de opressão e dominação e muitas vezes reproduzimos o machismo. Por isso, a libertação da mulher é uma luta constante, permanente e de auto avaliação diária para arrancar de nós o machismo.” (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017). Nesse sentido, vale destacar que as análises marxistas sobre a família ocuparam/ocupam uma posição controversa. “O pensamento marxista sobre a família tende, portanto, a ser menos rigorosamente crítico do que posições socialista utópica, libertária, anarquista e feminista” (BOTTOMORE, 1983, p. 146).

Mesmo enfrentando as contradições dentro de casa, na própria família, as mulheres camponesas em movimento notam que esses espaços também vão sendo redimensionados. Diz Carmem: “Nós não nos libertamos por completo do trabalho de casa para participar nos grupos de formação criando novas relações na família democratizando os trabalhos da casa, mas muita coisa melhorou.” (CEC, Carmem, Chapecó, jan. 2017). É importante considerar que desde os primeiros passos dados pelas mulheres vão sendo questionadas situações específicas vividas no âmbito familiar que, com a construção do Movimento e suas articulações, ganham proporções mais amplas.

Essa dinâmica levou-as a assumirem lutas conjuntas a exemplo da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul – AIMTR/SUL⁵⁴ que foi criada em 1988, motivada durante o 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, realizado em 1986, no Município de Barueri (SP), que contou com a presença de 16 estados (MMC/SC, 2008). Essas articulações da luta possibilitaram o planejamento de novas ações e lutas ampliadas nacionalmente, com raízes firmes na base, nos estados e municípios, sem perder de vista as múltiplas faces da opressão/exploração.

Foi lançada a Campanha da Documentação pessoal e profissional “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”. Em agosto de 1994, o Movimento publicou e fez circular uma cartilha que tinha como objetivo: “trazer informações e esclarecimentos sobre os seus direitos civis” e “[...] a importância de ter todos os documentos que a Lei nos permite ter, a fim de garantirmos nossa cidadania plena” (AIMTR/Sul, 1994, p. 3).

⁵⁴ A “AIMTR incluía as seguintes organizações: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo.” (DEERE, 2004, p. 197).

Essa cartilha também orientava as mulheres no sentido de que, para se ter acesso aos direitos trabalhista-previdenciários, são necessários os documentos⁵⁵ pessoais e profissionais. Também na cartilha são registradas algumas conquistas adquiridas na luta, entre elas: “[...] em 1991 – conseguimos a aposentadoria aos 55 anos para a mulher, e aos 60 para o homem; em 1992 – conquistamos os benefícios por acidente de trabalho; em 1994 – conquistamos o salário-maternidade” (AIMTR/Sul, 1994, p. 5). A cartilha foi distribuída pela Articulação de AIMTR – Sul⁵⁶ chegando em diferentes estados do Brasil onde existia algum tipo de organização das mulheres do campo.

Nessa primeira década de Movimento, mais especificamente em 1994, o MMC/SC já se articulava e marcou presença no 1º CLOC, onde as relações com outras organizações, movimentos populares se ampliaram para além de seus espaços internos e para além do próprio Estado e País. Esses espaços de resistência, “mais amplos”, também foram decisivos no processo de fortalecimento de experiências das mulheres camponesas em nível internacional.

Não eram apenas decretos, documentos, deliberações enviadas/recebidas virtualmente e/ou dissertações e teses feitas na academia. Era a presença dessas mulheres que iam ainda “mais longe de suas casas”, desafiando-se a ultrapassar as barreiras geográficas, econômicas, culturais, políticas, em busca do fortalecimento da luta de resistência e enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado, articuladas, mas demarcando autonomia por meio do Movimento próprio, qualificando seus saberes e construindo novos conhecimentos.

Outra questão foi a articulação do Movimento com movimentos de resistência da América Latina. Na Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo da América Latina (CLOC – Dentro dessa coordenação criamos uma coordenação de mulheres dos 5 Continentes. [...] A 5ª Conferência da CLOC na Indonésia realizamos a 4ª Assembleia das mulheres. [...] (CEC, Justina, Marema/SC, 2017).

Ali a troca de saberes, a construção de conhecimento foi ganhando contornos estratégicos importantes e articulados internacionalmente considerados fundamentais quando se pensa num processo que vai construindo uma perspectiva epistemológica própria. Constatamos que, dentro desses espaços mistos, as camponesas foram redimensionando suas

⁵⁵ Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor, Certidão de Nascimento/Casamento, Carteira de Sócia do Sindicato, Bloco de Notas de Produtora Rural, Talão do INCRA, Contrato de Arrendamento, Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso das assalariadas rurais.

⁵⁶ Nos dias 19 a 24 de outubro de 1995, tendo como lema: *Mulher Trabalhadora rural: Amante da Igualdade... é preciso ter força, é preciso ter garra, sempre*, foi consolidada a ANMTR como espaço de discussão, elaboração e unificação das lutas. Fazem parte da ANMTR movimentos autônomos, coletivos de mulheres dos movimentos mistos e pastorais (MMC, 1997, p. 3).

formas organizativas e isto lhes assegurava um caráter de luta específica e geral, local, mas também com dimensão regional, nacional, internacional.

De 1995 a 2000, as bandeiras mobilizadoras das mulheres, que vinham desde o período anterior, estavam centradas na luta pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural⁵⁷ e pelos direitos previdenciários – aposentadoria, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, pensão de viúva, salário maternidade, entre outros. A narrativa de Adélia ilustra como as ações do Movimento, caracterizadas pelos passos organizativos, iam sendo respondidos em forma de convencimento por parte das mulheres que participavam das reuniões e atividades desenvolvidas.

A primeira reunião que participei na minha comunidade. Os direitos estavam na Constituição, mas não na prática. E a companheira que fez a reunião explicou tão bem, tão bem aquilo para nós que eu pensei: isso aqui tem sentido. Nunca mais vou deixar de participar e estou até hoje. Meses depois eu fui escolhida para ser líder no lugar dela. (CEC, Adélia, São Miguel D'Oeste, 2017).

Como diz a canção: *Caminheiro, você sabe, não existe caminho, pouco a pouco, passo a passo e o caminho se faz!* (NUNES, 1980). O Movimento vai criando uma metodologia própria de envolvimento que possibilita o fazer-se das mulheres em luta. Exige, cobra, dá tarefas e propõe responsabilidade. Andreia relata sobre a primeira vez que assumiu tarefa no Movimento por ocasião do acampamento em Brasília na luta pelo salário maternidade.

Aquela vez me colocaram responsável para coordenar um ônibus que foi para Brasília na luta pelo salário maternidade. Eu bem jovencinha já assumindo responsabilidade como liderança de coordenar o ônibus. Foi minha primeira experiência em 1993. Tinha muitas mulheres urbanas, do campo, eu me lembro que coordenava, encaminhamos estudo de cartilhas no ônibus, as mulheres debatiam, cantavam... Aprendi muito. Só que as mulheres eram tudo bem guerreira. O acampamento foi bem sofrido, era muito quente, ficamos uma semana lá em Brasília. (CEC, Andréia, Chapecó, 2017).

Numa sociedade como a nossa, direitos se conquistam na luta. Não há outra maneira. As mulheres se depararam com dificuldades, encontraram empecilhos, conheceram os deputados que faziam discurso bonito, mas na hora de defender os trabalhadores/as mostraram suas verdadeiras faces. A luta das mulheres também foi fundamental para explicitar a hipocrisia vivida principalmente pelos deputados que proferiam discursos em favor dos direitos, mas, na prática, uma parcela tentava impedir as mulheres de conquistá-los. Conta-nos Adélia:

⁵⁷ Ver: Anita Brumer (2002).

“Quando nós fomos lá a Brasília na luta pelo Salário Maternidade e fomos barradas pelos deputados. Não podíamos entrar [...] aquele momento [...] Eu chorei!”.

São elementos constituintes da experiência vivida pelas camponesas que fazem o Movimento e as mulheres se fazem em movimento, levando-as à compreensão desse processo. Joana afirma com precisão: “Movimento é um espaço de empoderamento para as mulheres. É lugar de superação dos desafios. Conhecimento da sociedade a partir da luta de classes. Ali a gente aprende o que é esse modelo atual de dominação capitalista e patriarcal.” (Joana, CEC, São Miguel D’Oeste/SC, 2017).

A obra *Pedagogia do oprimido* é um importante referencial que nos possibilita “[...] pensar sobre a descoberta crítica, a dos oprimidos por si mesmo e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização. Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também, de gerá-lo” (FREIRE, 2014, p. 115). Rosalina, referindo-se à luta pela aposentadoria chama atenção ao sentido de que as contradições também estão presentes nas próprias mulheres que não se organizam e não revisam seus próprios conceitos. Elas passam a reproduzir aquilo que está na base do senso comum fundamentado nas ideias do opressor. Relatou:

Quando eu fui lá aprovar minha aposentadoria. Eu lembro da luta que era nossa, as próprias mulheres me diziam: que adianta, você é nova, quando vai conseguir, nunca. E eu respondia: nós vamos lutar e vamos fazer pelas outras e quando eu cheguei e vi que era realidade, isso me marcou muito porque eu sei que não foi de graça, quanta reunião, quanta caminhada, quantos estudos... Quantas receberam que não sabem que teve um valor uma luta. Foi uma luta nossa. (CEC, Rosalina, Chapecó, 2017).

Essa construção está inerente aos conflitos históricos que nos remetem a pensar em Freire (2014), que desenvolveu uma reflexão mais aprofundada sobre a dinâmica travada entre humanização e desumanização. Mostra-nos que, neste sistema comandado pelo capital, faz-se necessária a luta para recuperar a humanidade dos que estão em situação de opressão e servidão.

Este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao *ser mais*, à humanização [...] é sua vocação histórica contraditada pela desumanização que não sendo vocação, é viabilidade, constatável na história. E, enquanto viabilidade deve aparecer aos homens como desafio e não como freio ao ato de buscar. (FREIRE, 2014, 104).

Ao se encontrar com a fonte que recupera sua humanidade, encontra-se com formas para (re) criá-la em comunhão. “Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que outros sejam. Esta é uma exigência radical. O ser mais que se busque no individualismo conduz ao ter

mais egoísta, forma de ser menos.” (FREIRE, 2014, p. 105). Isso somente é possível por meio da ação social coletiva. Ganha importância as experiências de resistência e dos saberes que vão sendo construídos, pensados e elaborados pelos próprios sujeitos em seus processos de lutas, pois, “fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser” (FREIRE, 2007, p. 66).

Nesse sentido, Thompson (1981, p. 15) nos ajuda a compreender de que a experiência se constitui numa categoria que auxilia a pensar como as respostas sociais a muitos acontecimentos se inter-relacionam e que estas também não são homogêneas, lineares e fechadas. É, ao mesmo tempo, pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas, seus pensamentos, suas relações. Dessa forma:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas estão presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. (THOMPSON, 1981, p. 15).

Deve-se considerar em Thompson a dimensão dos valores, das regras sociais, dos costumes constituintes do fazer-se da classe e das diversas categorias sociais. Homens e mulheres experimentam suas experiências não apenas como ideias, mas também como sentimentos. Estes podem ser compreendidos como sujeitos:

[...] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] e [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Os sujeitos, ao lidarem com esses sentimentos no seu jeito de viver e de se relacionarem entre si e destes com a natureza, ao longo de suas vidas, enfrentam processos marcados pelas desigualdades sociais que estão em permanentes conflitos nos territórios. É ali que vão elaborando saberes e pensando sobre o mundo em que vivem. Trata-se de um processo articulado entre ciência e ação política que vai interferindo na construção de outras perspectivas epistemológicas.

A experiência das mulheres camponesas é uma experiência de luta que guarda compromissos com a região, com diferentes culturas locais/regionais, com diferentes modos de organização da vida social e econômica, com diferentes gerações, com o ser mulher, com o ser mulher camponesa, e que se contrapõe a tradições, a valores culturais, mas, acima de tudo, à dinâmica histórica de produção e de reprodução do espaço e do tempo a partir da lógica de valorização do capital.

A vida para os trabalhadores/as implica luta constante e interminável que necessita permanentemente, ousadia e determinação. Como diz a música: “Companheirada, pra burguesia não tire o chapéu, mesmo que ela nos prometa o céu, é falsidade quer nos enganar [...]”⁵⁸. No limite que a realidade lhes impõe é que há possibilidade da ação libertadora. Assim nos alerta Freire (2014, p. 48):

Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Se se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” (em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenha, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora.

Significa que a liberdade deve ser conquistada. No Movimento, as camponesas foram compreendendo que “a libertação da mulher é obra da própria mulher⁵⁹”. Entretanto, essa afirmação adquire sentido porque está contextualizada no tempo e na história de luta. Freire (2014, p. 48) diz: “A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos.” Trata-se de um processo conflitivo e difícil. Porém, quando chegar a ser conquistado na vida dos oprimidos, estes se tornam seres diferentes do que se podia ver antes. As narrativas das mulheres mostram com clareza essa dimensão. Rosalina conta-nos que:

No início do surgimento do Movimento quando consegui ser reconhecida e pude dizer ‘somos trabalhadoras rurais’. Até aí ‘a mulher não fazia nada’ tudo o que nós trabalhávamos, mas não tinha profissão, eu ouvi muitas vezes: há ela não trabalha. A gente fazia trabalho tido como ‘de mulher’: lavar, cozinhar, cuidar dos filhos, lá fora fazia tudo e quando vinha um técnico nos não valia nada. Quando nos podia provar. Um dia fui ao médico e ele me perguntou: ‘qual atua profissão? Eu respondi: agricultora. Ele me disse na cara: isso não existe. Eu nunca ouvi falar na profissão de agricultora. E eu disse: Isso existe, existe sim senhor e eu provei pra ele que existe’. (CEC, Rosalina, Chapecó, 2017).

Ao longo dos relatos e da análise que apresentamos no decorrer do texto, fizemos questão de evidenciar como fundamental no processo histórico do fazer-se classe das

⁵⁸ Título da música: Não somos covardes. Autor: Zé Pinto. CD: *Arte em Movimento*. 2002.

⁵⁹ Marx e Engels foram, no século 19, pensadores que também contribuíram para o desvendamento das verdadeiras origens da opressão da mulher. Será oportuno revisitar seus escritos, observando os elementos criados para pensar as condições que foram construindo os caminhos que conduziram à sua libertação. Obras que tratam dessa questão: ENGELS, F. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. LÊNIN, V. I. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. I. *Sobre a Mulher*. São Paulo: Global, 1980. SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 2013.

“mulheres camponesas em movimento” que: é uma luta contra a exploração (econômica) expressa nas diferentes formas de expropriação da produção; é uma luta contra as estratégias de dominação e de legitimação dessas formas de expropriação; é uma luta contra a espoliação que está implicada na crescente mercantilização da vida em sociedade. E aqui reafirmamos a importância do programa sementes crioulas de hortaliças, pois ele expressa não somente uma luta econômica, mas, acima de tudo, uma luta pela não espoliação da história, da memória, da cultura enraizada nas trajetórias das diferentes comunidades, dos mais variados rincões.

Mas as mulheres foram enfrentando essas contradições, buscando formas de fortalecimento coletivo, mais ampliado e em diferentes níveis. As mulheres, junto com a luta por direitos, faziam o debate sobre a situação vivida no campo. Discutiram a diversificação das atividades no meio rural, repensaram suas práticas e saberes como alternativas de permanência no campo. Scherer-Warren (1996), ao estudar os Movimentos Sociais que estão surgindo nesse contexto, os quais denominam de Novos Movimentos Sociais – NMS, diz que: “[...] o que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 68).

No período de 2000 a 2004, por meio de um amplo trabalho de base em SC, assim como em outros estados do Brasil, o Movimento autônomo de mulheres do campo foi ganhando força, fator constitutivo para a consolidação do MMC em nível nacional. Nesse período, em 2001, aconteceu em Porto Alegre o Fórum Social Mundial. A Via Campesina assumiu oficialmente a luta contra os transgênicos. Justina contou-nos de que, internamente, era muito desafiador fazer as mulheres compreenderem a luta contra os transgênicos:

Fizemos o debate do modelo de agricultura de morte X projeto de agricultura popular para além dos venenos que é o projeto de vida. Além dos venenos, chegaram os transgênicos que encontrou em nós uma rejeição. A luta e a preocupação de fazer com que as mulheres entendessem a gravidade daquele contexto. Era difícil fazer a luta contra os transgênicos para que as mulheres entendessem. (Justina, CEC Marema/SC, 2017).

Em 2002, foi lançada a Campanha internacional da Via Campesina intitulada “Sementes Patrimônio dos Povos”. Como forma de simbolizar o processo de lutas que vinha sendo discutido em torno da necessidade de outro projeto de agricultura camponesa agroecológica no oeste catarinense, o MMC criou o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, que, por intermédio de intercâmbios, passa a dialogar com outras experiências de mulheres de diferentes regiões do Brasil e do exterior (ADÃO, 2009). Observamos que o conteúdo central

sobre as sementes crioulas, práticas e valores vividos pelos antepassados estavam vivos na memória das mulheres. Rosalina descreve em sua autobiografia:

[...] minha mãe [...] de origem cabocla, com muitas tradições indígenas, pois viveram e aprenderam muito com eles. Eu nasci com essa cultura muito comprometida com as cismas da época, por exemplo: alimentação, remédios caseiros, crença, religião, simpatia, obediência, respeito pelos mais velhos [...] (Autobiografia, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

Com a implementação desse Programa, o Movimento buscou (re) significar e fortalecer as experiências como lutas de resistência. Fazem enfrentamento aos transgênicos. As sementes crioulas faziam parte da vida das mulheres. Estavam como que ocultadas pela invisibilidade social e política das mulheres, assegurando uma renda também oculta. Essas sementes, através de suas técnicas de guardar na terra, começaram desde então a ser trocadas pelas práticas dessas mulheres em movimento.

As mulheres camponesas em movimento começaram a estudar e a discutir sobre os modelos de desenvolvimento da agricultura. Assim, partindo do “território das mulheres” fizeram enfrentamento com projetos do capital que repercutiu no pensar/fazer em seus espaços camponeses e rurais. É neste contexto e envolta a esses processos que começou ganhar maior expressão a questão da construção de saberes/conhecimento.

Constatamos que há uma resistência de massa, que vai culminar nessas ações coletivas, identificadas pelas mulheres camponesas em movimento como enfrentamento. Obviamente, este vai coexistindo com um movimento cotidiano de resistência que parte de cada uma delas ou de seus pequenos grupos em suas comunidades. Ali enfrentam as amarras do patriarcado que se manifesta pela defesa da vida pela alimentação saudável, entre outros. São micro resistências. O próprio território toma a forma de resistência camponesa quando a sua forma conteúdo contrapõe a forma-conteúdo do agronegócio. Quando o Movimento se alia a outros Movimentos, extrapolando a escala local e buscando uma globalização não perversa ou outra globalização, como fala Milton Santos (2010) ou, de acordo com Fabrini (2012), como *resistência globalizada*.

De 2004 a 2008, ao se constituir como MMC, o Movimento intensificou e ampliou as suas lutas. “A partir da IXª Assembleia Estadual, o MMA/SC assume o caráter do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil passando a ser reconhecido oficialmente como Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina.” (MMC, 2004, p. 9) ⁶⁰. Constatamos uma

⁶⁰ Assembleia realizada em Itapiranga (SC) no ano de 2004.

intensificação do debate e da luta em torno do Projeto de Agricultura Camponesa, que tem no Programa das Sementes sua fonte principal.

O Movimento identifica e faz a crítica à ‘revolução verde’ como o pacote tecnológico que estimulou “[...] a aplicação acentuada de agrotóxicos, sementes modificadas, adubos sintéticos, e a padronização de atividades que resultam em desmatamento, desequilíbrio ecológico, exploração no campo, insegurança alimentar e êxodo rural” (ADÃO, 2009, p. 81). Mas também constrói propositivamente estratégias diferenciadas para superação dessa realidade.

O Movimento, ao mesmo tempo em que luta por direitos, propõe experiências por meio de práticas cotidianas de resistência como um duplo movimento articulado: cotidiano-massa e individual-coletivo ao mesmo tempo. É dessa forma que a elaboração de saberes no Movimento vai caracterizando-se também pelo enfrentamento às determinações do capital na agricultura. Isso passa a exigir das mulheres em movimento posicionamentos firmes frente às multi/transnacionais que invadem o território nacional, desterritorializando povos, culturas, saberes. Em oito de março de 2006, ocorreu a ação da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro (RS), conforme será melhor abordado no último capítulo.

As temáticas relativas à produção de alimentos saudáveis baseada em práticas de iniciação à agroecologia, à educação e à dimensão dos saberes foram sendo construídas e se fortaleciam pela experiência de resistência no cotidiano dessas mulheres. As hortas, os hortos medicinais, as práticas de produção orgânica e agroecológicas, principalmente, relacionadas às sementes crioulas, ervas medicinais e produção de alimentos saudáveis, foram sendo intensificadas.

O Movimento sempre fora criticado por não perder seu vínculo em relação “aos alimentos” tratados inicialmente como – “chazinhos”, “miudezas”, ditos como “coisas de mulher”. Entretanto, quando tais temáticas se traduzem em pautas da Via Campesina, espaço reconhecido pelo universo masculino, isso se torna importante. Nesses espaços, as mulheres também se fazem e ali também se afirmam na diferença.

Entre 2008 e 2015, o Movimento retomou saberes e práticas, ressignificando-os, como o cultivo de sementes crioulas, plantas medicinais, alimentação saudável, quintais produtivos, bem como a luta contra a violência às mulheres, entre outros, na perspectiva feminista da vida camponesa. Por ocasião das atividades relacionadas aos 30 anos do MMC/SC, houve uma explicitação por parte do Movimento evidenciando que, historicamente, foram sendo elaborados diferentes saberes pelas mulheres camponesas.

Essa trajetória cronológica do MMC aqui exposta didaticamente através das bandeiras mobilizadoras desse Movimento foi a forma que escolhemos para possibilitar ao leitor/a uma

chave mínima de compreensão de um processo formativo/organizativo/de lutas, caracterizado pela resistência que segue em curso no Movimento. Destacamos que o tema da construção de saberes e produção de conhecimento “feito e fazendo-se” pelas mulheres em movimento vem se constituindo desde a origem desse Movimento. Entretanto, com a criação do Programa de Semente Crioulas de Hortaliças, o exercício de construção de saberes ganhou impulso maior e a questão do conhecimento é intensificada na experiência das mulheres camponesas em movimento.

É nessa perspectiva que a categoria de experiência também pode ser apreendida. A experiência em Thompson (1981) é um processo por meio do qual homens e mulheres tratam subjetivamente as suas condições de vida e, no caso das mulheres camponesas, será oportuno confrontá-la com essa noção do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...] Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Face ao exposto, constatamos que o MMC/SC foi e continua sendo um processo organizativo, formativo e de lutas feito pelas mulheres camponesas em movimento. Constitui-se enquanto ferramenta de libertação das mulheres camponesas. Espaço no qual a construção de saberes, valores e conhecimento possibilita-nos outras concepções acerca da vida, do mundo, das relações. Esse processo reforça e contribui para constituir na região oeste catarinense a força de sujeitos sociais e políticos que instauram ali a resistência e o enfrentamento ao modelo único, sistêmico, patriarcal e capitalista.

Nessa experiência das mulheres camponesas em movimento, o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças contempla e sintetiza em si aspectos, contribuições e perspectivas epistemológicas forjadas na luta e se constitui enquanto estratégia fundamental para a compreensão de como se dá a produção de saberes/conhecimento no MMC.

Demonstramos, neste capítulo, o quanto foi importante a leitura sobre o processo de formação da região oeste catarinense, que traz em seu âmago uma experiência centrada nos valores e saberes dos povos tradicionais, fundamentais quando se pensa numa perspectiva de resistência e de enfrentamento. Não é diferente a riqueza encontrada na experiência de quem bebeu da fonte da TdL sendo construída passo a passo pela Igreja Diocesana de Chapecó e IECLB.

Os sujeitos foram também se repensando, exercitando liderança, tomando consciência e descobrindo os caminhos da luta. Esse terreno fértil contribuiu para que fossem emergindo novos sujeitos. Ali estavam as mulheres que, de seu jeito, com suas estratégias se fortaleceram e avançaram na construção de uma ferramenta própria, o MMC. Em movimento, foram imprimindo uma práxis que teve repercussão no próprio território, conforme trataremos no próximo capítulo.

5 REPERCUSSÃO DA PRÁXIS DAS MULHERES EM MOVIMENTO NO TERRITÓRIO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Como posso ficar sem voar! Se aprendemos ser livres e amar. Como águias que unidas voaram, e pra vida o melhor conquistaram. Vamos lá de bandeira na mão. Punho erguido cantando a canção, que já vem a vitória sonhada, na história das lutas travadas. Como águia que voa que voa. (ZORTEA, 2011, p. 1).

Neste capítulo, apresentamos como a práxis das mulheres camponesas do MMC repercute na configuração do território na região oeste catarinense. Iniciamos discutindo sobre o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças que se constitui enquanto materialidade dessa práxis. Mostramos como e quando surgiu e quais suas características e significados expressos pelas narrativas da pesquisa em diálogo com o referencial teórico. Dessa experiência foi possível estabelecer vínculos com a perspectiva feminista camponesa em construção nesse Movimento, concluindo com a reflexão que explicita o território como lugar da práxis.

5.1 O Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças

O alimento deve ser remédio e saúde pra viver, mas quem compra e não sabe o que vai comer pode estar se envenenando pra morrer. Tudo está nas mãos do agricultor, nas mãos do consumidor pra mudar a realidade. Se a gente respeitar a natureza, teremos vida e riqueza, saúde e felicidade. (GRINGO, 2011, p. 3).

Durante a realização dos CECs, ao tratarmos sobre o tema Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças, fomos fazendo debates que possibilitaram um olhar sobre os processos que foram sendo constituídos e que nos deram e nos dão maior clareza “como” as mulheres, por meio desse “Programa”, foram avançando na prática de saberes e construção do conhecimento que teve repercussão no território oeste catarinense. Uma das primeiras questões respondidas pelas mulheres foi mostrar “como, no processo de luta das mulheres camponesas, chegaram à ideia do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, considerado fundamental quando se pensa numa outra perspectiva epistemológica que nasce da experiência no próprio território?”.

Em primeiro lugar, destacamos, mesmo que pareça repetitivo, que essa proposta se dá numa conjuntura específica marcada pelas consequências da modernização na agricultura que impunha às mulheres e aos trabalhadores sérias consequências. O Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças foi assumido no MMC em 2001, a partir de um debate que o Movimento vinha fazendo “[...] sobre a soberania alimentar, garantia das sementes como

patrimônio da humanidade, valorização de práticas acumuladas fundamentada na agroecologia em oposição aos alimentos transgênicos” (ADÃO, 2009, p. 76). Não é uma proposta isolada das mulheres camponesas do MMC. Essas práticas agroecológicas com sementes crioulas de hortaliças e plantas medicinais, “[...] que vieram a ser potencializadas e politizadas no MMC, fazem parte do resultado de intensos debates nas diferentes instâncias do mesmo, bem como em espaços de articulação e alianças com outras organizações” (CINELLI; CONTE, 2014, p. 2).

O MMC no contexto das tensões vividas no campo começou uma luta em defesa de um projeto popular de agricultura camponesa agroecológica. As decisões foram tomadas durante a realização da VIII Assembleia Estadual de 2001. O documento do Movimento elenca várias razões que motivaram as mulheres a lutar nesta direção, entre elas destacamos:

1) Projeto Popular de Agricultura; 2) Pela viabilização de políticas agrícolas, como o crédito especial para mulheres; 3) Pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; 4) Pelo direito à terra por meio da Reforma Agrária e fim do latifúndio estabelecendo o limite de propriedade. (MMC, 2004, p. 5).

Uma das estratégias encontradas pelo Movimento em prol do Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica foi a criação desse Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças. A partir daí as mulheres começaram a reelaborar suas perspectivas em relação ao campo. Foram buscando conhecer outro jeito de fazer agricultura. Recuperaram sementes crioulas, fizeram melhoramento e produziram novas sementes. Isso foi ocorrendo a partir dos estudos que faziam no Movimento, ao mesmo tempo que a prática se efetivava em suas propriedades. Encontrar formas alternativas para enfrentar a realidade na agricultura era uma necessidade que se colocava e, junto, uma das questões era: Como tirar as mulheres de casa? Carmem explica que:

Nós tinha que pensar formas de avançar na libertação das mulheres, analisando o momento que era de dificuldade das famílias que tavam com dívidas nos bancos, a produção era toda do pacote pronto, onde vinha semente híbrida e venenos. Cada vez trabalhava mais e não sobrava nada. Aquela época tava em discussão como íamos tirar as mulheres de casa. Com muita dívida, todo mundo tava com um pouco de depressão. E ninguém mais quase tinha sementes. Veio trator, veio semente transgênica, veio tudo pronto, nós comprava até bolacha. Imagina e nós tava entrando naquela onda. (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Outras narrativas são reveladoras de como esse processo foi sendo construído pelas mulheres em movimento no MMC/SC. A Zenaide contou-nos de que:

O Programa de Sementes vem desde o início do Movimento, é consequência do modelo. No ano 2000, realizamos Seminários de agroecologia que discutiam sobre o modelo químico X agroecologia. Foi um debate amplo. Neste meio tempo, em 2001, realizamos o acampamento em Florianópolis assumindo a campanha contra os transgênicos. Fizemos a luta contra os transgênicos, agrotóxicos. Em Janeiro de 2000, 2001, 2002 fiz o curso de Realidade Brasileira em Juiz de Fora, MG. No Fórum Social Mundial é lançada em Porto Alegre a campanha Sementes Patrimônio da Humanidade. A Assembleia do MMA/SC realizada em Concórdia aconteceu em novembro de 2001. Lá em Concórdia resolvemos fazer um Mercadinho natural. Discutimos com as mulheres durante o período de preparação se íamos comprar, ou levar os alimentos. Deu muita discussão para organizar o mercado. Na Assembleia participou mais de 500 mulheres. Achavam que não ia ter comida, mas cada uma levou e deu o suficiente para todas. Voltamos de lá convencidas de que eram as sementes e que o caminho era a agroecologia, mas não sabíamos como fazer. 2000-2002. (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017).

Observamos que houve um intenso trabalho de base que foi motivando as mulheres a pensarem propostas concretas para enfrentar a crise do modelo químico de agricultura. Inúmeros seminários, acampamentos, cursos, reuniões. As mulheres participaram no Fórum Social Mundial, espaço importante para o intercâmbio de experiências. Acrescenta Zenaide:

No planejamento ainda nós não sabíamos como fazer. Depois fizemos mais um Seminário lá no Sagrado Coração de Jesus. Teve o Curso da Realidade Brasileira em Juiz de Fora. Campanha da CLOC - Sementes Patrimônio da Humanidade a serviço dos Povos. Junto com isso tinha a festa das sementes crioulas em Anchieta/SC. O forte era sementes de milho que vinha de outros Movimentos. Daí no MMC o questionamento: E nós, qual será a nossa contribuição nessa campanha para o Projeto Popular de Agricultura Camponesa? (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017).

A partir dos questionamentos sobre a contribuição das mulheres camponesas para pensar um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, elas intensificaram suas práticas com trocas de sementes. Notamos que:

Com um saber que lhe é próprio, o Movimento já vivia uma prática social comum entre as mulheres, ou seja, as trocas de sementes e mudas de uma enorme variedade de espécies, e, com isso foi acontecendo a recuperação e multiplicação das espécies crioulas, visto que muitas delas se perderam devido ao modelo de agricultura baseado na Revolução Verde, a qual infringiu pesados investimentos em híbridos e agrotóxicos, destruindo os policultivos regionais. (CINELLI; CONTE, 2014, p. 3).

As deliberações coletivas que haviam assumido no Movimento foram transformadas em forma de compromissos próprios sob a responsabilidade de cada participante. Lourdes afirmou: “[...] eu fui uma que comecei procurar as sementes. Eu vivi aquele tempo em busca de sementes. [...] através das sementes crioulas de hortaliças que, poderia ser uma saída para colocar comida na mesa” (CEC, Lourdes, Marema/SC, 2017). Carmem explicou que cada mulher devia resgatar as sementes. E lá em Concórdia cada regional apresentou a semente que

havia levado. “Vimos uma enorme quantidade de sementes que tínhamos encontrada nas casas. Só de Lages/SC mais de 30 espécies de couve. Lá eles usam muito a couve.” (CEC, Carmem, Chapecó, 2017).

Justina acrescentou que, para chegar à definição da escolha prioritária em torno da luta das sementes, “[...] influenciou o estudo articulado com as demais organizações, os cursos de Realidade Brasileira. O estudo da Zenaide no curso Realidade Brasileira, 1ª turma, em Minas Gerais trouxe luzes para construir o projeto.” Assim, a Assembleia realizada em Concórdia foi decisiva para assegurar a necessidade do Movimento assumir o trabalho com sementes fundamentado na agroecologia. “Cabe registrar que nos demais Estados do país, nos diferentes movimentos autônomos que em 2004 vieram consolidar o MMC Brasil, assume-se também práticas de cuidados com a natureza.” (CINELLI; CONTE, 2014, p. 3).

No CEC realizado em São Miguel D’Oeste/SC, Iraci fez questão de destacar que “[...] os debates iniciaram em 1997/98. As mulheres estavam preocupadas com os transgênicos. As sementes iam se acabar. O que fazer? Havia doenças causadas pela má alimentação.” (CEC, Iraci, São Miguel D’Oeste/SC, 2017).

Começaram a pensar como fazer? Onde iniciar? Diz Iraci: “Surgiu a grande ideia das sementes crioulas de hortaliças onde o estudo era em torno da mãe terra, água, sementes. Nesse momento, houve o trabalho de busca e troca das sementes entre as mulheres.” (CEC, Iraci, São Miguel D’Oeste/SC, 2017). Carmem explicou que logo foram destacando que deveria ser “ao redor da casa”. Acrescentou: “Começamos a pensar como fazer um programa que tivesse o domínio das mulheres. A horta, assim, toma a forma da resistência das mulheres. Se era agroecologia naquele momento as mulheres não iam entender. Pensamos nas sementes por ser produzida na horta.” (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Daí é que a definição “de hortaliças” indica-nos que a horta passa a ter um significado político-formativo. Primeiro, porque expressa a reexistência de luta das mulheres camponesas que, a partir de pequenos pedaços de terra, compreendidos como “seus territórios”, vão produzindo a diversidade de sementes e, por meio delas, criam um encorajamento para lutar frente ao agronegócio, ancoradas em outra perspectiva societária, numa lógica da vida em contraposição à lógica do capital. E depois, porque há outros saberes e fazeres, caracterizados e construídos sobre os fundamentos da agroecologia que, por sua vez, são mais complexos do que a utilização de saberes simplificados pela transgenia ou pelo uso de agroquímicos. Estudos de Cinelli e Conte (2014) revelaram que:

O processo formativo das mulheres camponesas que costurava o entre práticas com outros conhecimentos teóricos, perpassava desde estudos sobre solos, sua constituição, até a produção agroecológica, propriamente dita e as condições para tal. Outra prática cultural consistia nas maneiras de colheita, secagem e armazenamento das sementes, dada a importância da autonomia camponesa/das mulheres para a produção de alimentos saudáveis e a garantia da soberania alimentar. (CINELLI; CONTE, 2014, p. 4).

A definição pelo Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças não foi tarefa simples. Nem mesmo veio por indicação da assessoria. Ela se originou das próprias mulheres. É resultado do embate e discussões que elas próprias estavam fazendo a si mesmas. No acalorado momento de discussão e trocas durante a realização do CEC de Marema/SC, Zenaide fez a seguinte intervenção:

Lembro-me do seminário tenso, nós não saía do chão... No Sagrado Coração (seminário dos padres) que a gente passou o dia discutindo, debatendo, questionando, argumentando. O que fazer? A assessoria era a companheira Eva Maria Dalchiavon. Um grupo queria as sementes, outro as ervas medicinais e outro as flores. (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017).

Após o debate dos três grupos: um, que defendia a proposta das sementes crioulas de hortaliças, outro, as ervas medicinais e o terceiro grupo, as flores ficou definido que o MMC/SC assumiria as sementes crioulas de hortaliças. Zenaide lembrou alguns argumentos considerados expressivos, com os quais foi possível convencer os demais grupos:

Eu lembro que nós era mais de 50 mulheres. Me lembro que a Cecília era do grupo que defendia as flores. [...] ela argumentava dizendo: quem de nós quando vai na casa de uma companheira não leva uma muda de flor? É verdade. Mas só que daí vem o que a Lourdes dizia, que era a questão das dívidas. Nós não tinha dinheiro, a questão da autonomia, por isso pegamos as sementes crioulas de hortaliças. Umas diziam: eu vendia o amendoim, a pipoca e comprava as coisas pros filhos. As plantas medicinais tinha a Pastoral da Saúde da Diocese, e nós? A partir desses argumentos é que o Movimento optou que nós iríamos trabalhar as sementes crioulas de hortaliças. (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017).

Os argumentos fortes giraram em torno da busca por autonomia sinalizada pela dificuldade financeira das mulheres, a necessidade de produzir alimento saudável, bem como a expressão de algo que caracterizasse a identidade como mulher camponesa e como MMC. Continua explicando Zenaide:

O que justificou os argumentos que foram mais forte nessa decisão: As sementes era nós que plantava. Nós falávamos a ‘semente de subsistência’. Embora que a gente fazia as flores também, plantas medicinais tinha um bom grupo que defendia. Lá no grupo a gente se deu conta que a Pastoral da Saúde trabalhava bastante essa questão, que muitas mulheres eram da Pastoral da Saúde e estavam lá. Mas isso era marca da Pastoral da Saúde. Daí foi que nós falamos: não vamos dizer não para as flores e ervas medicinais, não ao milho crioulo. A gente vai fazer isso, mas o que nós vamos se dedicar ‘vai ser pra comida’. (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017).

Nesse processo de luta, as próprias mulheres se deram conta de que as sementes que ainda restam estão nas mãos de mulheres e de camponeses:

Eu lembro que na época a gente falava que o que nós ia fazer era para as ‘miudezas’ para a subsistência (era assim que se chamava na época), isso era nós que fazia. Depois com o tempo a gente viu que era autossustento, daí a gente viu que não era mais miudeza. Daí a gente começou mudar tudo isso. Daí que veio a ideia de projeto popular de agricultura camponesa. Aí quando a gente foi pro resgate a gente viu que quem tem essas sementes eram os camponeses. Não eram os latifundiários. Não era o médio produtor, nem todos da agricultura familiar integrada ainda tinha sementes. A gente perdeu bastante, porque comprava tudo. Fomos ver que as sementes estavam nas mãos das mulheres. (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017).

A partir daquele Seminário em Curitiba (SC) foi construída a proposta. As mulheres fizeram uma campanha nos grupos de base, fizeram o desenho e definiram como Lema: “Filhas da Terra produzindo sementes crioulas de hortaliças”. Adão (2009) tratou sobre as razões que motivaram as mulheres organizadas no MMC a buscarem o cultivo de sementes crioulas visando à produção de alimentos. Ele partiu de uma análise centrada nas práticas e percepções das mulheres do Movimento em Itá (SC) em relação à (re) produção e multiplicação de sementes crioulas e sua contribuição para a produção de alimentos para o autoconsumo de forma sustentável.

As mulheres foram se dando conta da importância da alimentação saudável que fazia enfrentamento aos alimentos industrializados. No CEC realizado em Chapecó (SC), ao tratar sobre esta mesma temática, Carmem ponderou que a definição pelo Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças encontra sua origem também no enfrentamento às práticas que se difundiam na agricultura tentando inculcar nas famílias do campo os valores da industrialização, do químico como base da alimentação. Assim fala Carmem:

O programa das sementes crioulas de hortaliças não aconteceu do nada, foi se construindo a partir dos debates. Quando começou mesmo nós fomos nos dando conta que a EPAGRI levava receita de margarina, a maioria era comprado e desvalorizava o que nós tinha. Era uma época que a gente deixava as frutas apodrecerem e ia comprar ki-suco no mercado. O Movimento começou fazer o resgate desde o fermento caseiro. Começamos debater que devíamos usar a manteiga e a nata no lugar da margarina. Suco natural no lugar do Ki-suco e do refrigerante. Isso só prejudicava na nossa alimentação. Antigamente as vó produziam de tudo. Daí que fomos percebendo que nós já tinha perdido várias sementes. (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Além da ligação com a terra, com a produção de alimentos saudáveis, esse processo foi mostrando que estava nascendo ali algo que é de domínio das mulheres, que está no território das mulheres. Lá elas mandam, decidem, implementam. Conforme diz Justina: “Fazer um trabalho a partir do território que era das mulheres, onde estava a autonomia das mulheres. [...] Ali as mulheres tinham condições de decidir e fazer.” Assim, começaram trabalhar oficinas por regional. “Valendo-se das técnicas de agroecologia com participação de outros Movimentos populares e entidades que tinham conhecimento no assunto.” (CEC, Iraci, São Miguel D’Oeste/SC, 2017).

Definida a proposta de trabalho com sementes crioulas de hortaliças, sem deixar de lado as plantas medicinais, as flores e outras espécies, o desafio que se apresentava a partir daí era a necessidade de planejar o trabalho. Esclarece Carmem:

A gente se perguntou: Como montar o programa? Precisamos de técnico, gente capacitada para nos ajudar. Procuramos a APACO que ajudou. Fizemos seminários em cada regional, daí fizemos nos municípios para tratar sobre o resgate de hortaliças, daí veio as outras sementes que tratam da nossa alimentação. Foi feito esse resgate e melhoramento de sementes em 78 municípios de SC. Por um período de 6 a 9 anos. Cada ano nós fazia três oficinas em cada município. Hoje as mulheres acostumaram, aonde vão levam sementes para repartir, trocar com as companheiras. Pegou mesmo a troca de experiência. (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Durante os CECs as mulheres demonstraram satisfação considerando que, ao avaliar essa experiência, acertaram em suas estratégias ao mesmo tempo em que fizeram outros apontamentos. Diz Justina: “A construção coletiva dos objetivos, princípios e valores do programa de sementes a partir do Movimento, nos deu rumo. Não era produzir por produzir. Estudar, produzir e lutar. Nós tínhamos clareza do que queríamos.” (CEC, Justina, Marema/SC, 2017).

Nos estudos realizados por Munarini e Collet (2007), consta que o objetivo geral do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças é:

Construir com as mulheres camponesas a experiência prática e teórica de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, como ação concreta das mulheres camponesas na construção do projeto de agricultura camponesa a partir dos princípios de agroecologia. (MUNARINI; COLLET, 2007, p. 4).

Entre os objetivos específicos, destacamos:

Trabalhar as novas relações de gênero, na família, no trabalho, na produção e na relação com o ambiente; Oportunizar às mulheres camponesas o aperfeiçoamento técnico e prático na recuperação, produção, uso de sementes crioulas de hortaliças, a partir das práticas acumuladas; Incentivar as mulheres camponesas para a produção de alimentos em sua unidade de produção ou no seu grupo, bem como, recuperar sementes crioulas de hortaliças, cultivando sentimentos de novos valores a serem compartilhado com as gerações atuais e futuras; Denunciar o modelo capitalista transnacional e alertar sobre as consequências dos alimentos transgênicos e das tecnologias que destroem a vida; [...] Criar as condições para que as mulheres camponesas participem das oficinas e sejam sujeitos de um novo projeto de agricultura camponesa a partir dos princípios da agroecologia. (MUNARINI; COLLET, 2007, p. 4).

Se fôssemos agrupar os objetivos específicos em três grandes eixos, assim destacaríamos: 1) Problematizar as relações patriarcais de gênero na família, no trabalho, na produção e na relação social com o ambiente; 2) Denunciar o modelo capitalista transnacional e alertar sobre as consequências dos alimentos transgênicos, dos químicos e industrializados; 3) Construir um projeto de agricultura popular camponês fundamentado na agroecologia, construindo outros saberes e outra perspectiva epistemológica, considerando outras tecnologias que venham a contribuir para a produção de sementes crioulas como garantia do alimento saudável tanto para as gerações atuais como futuras.

Essas metas podem ser melhor visualizadas a partir do como foi sendo concretizado o trabalho com as sementes crioulas de hortaliças. Há passos, momentos, tomada de consciência da realidade, definições, estudos, práticas que, num ir e vir vão se traduzindo em proposições que nos permitem analisá-las sob a ótica da produção do conhecimento.

Esse programa de sementes crioulas de hortaliças foi uma das estratégias encontradas pelo Movimento que, na experiência, constitui-se como prática em defesa do projeto de agricultura camponesa agroecológica. A partir dessa estratégia as mulheres começaram a reelaborar suas perspectivas em relação ao campo. Elas foram buscando conhecer outros jeitos de fazer agricultura a partir dos estudos e metodologias elaboradas no Movimento.

O primeiro passo foi olhar o que colocávamos na mesa: alface, batatinha, feijão [...] Nos damos conta que tínhamos pouco coisa na mesa. [...] daí vimos que o solo não tava bem, começamos ir lá pra estudar, pra aprender. Daí todo o cuidado porque tinha muito bichinho. Saímos em busca do restinho que ainda se poderia encontrar nas companheiras mais velhas, porque com a Revolução Verde, nós mulheres, nos desinteressamos de cuidar das nossas sementes. Ali, voltamos para casa com o desafio de recolher e começar cuidar da semente. [...] depois veio os cursos, as oficinas, a partilha do conhecimento. E assim nós fazíamos o estudo e vinha pra prática, não foi fácil conhecer o solo, melhorar as sementes, era preciso várias experiências. (CEC, Lourdes, Marema/SC, 2017).

Justina falou sobre como se dá o processo metodológico no MMC:

A metodologia do estudo que vai pra prática, volta para o estudo e retorna para a prática. [...] Fizemos seminário de Curitiba, deu uma esparramada de sementes nas regionais, depois os municípios, junto fazíamos curso na Via Campesina. Passou a ser uma prática. [...] Grandes atividades para dar visibilidade ao resultado das sementes. [...] O planejamento do material de estudo, desde o conhecimento do solo, das plantas, produção, colheita, armazenamento. (CEC, Justina, Marema/SC, 2017).

Esse processo não foi tranquilo, nem mesmo sem conflitos. Pelo contrário, as posturas, concepções, formas de compreensões dos sujeitos envolvidos vinham à tona. Foi necessário organizar o trabalho, planejar os rumos das ações e buscar apoios para sua implementação.

Daí que se formou uma equipe pra conversar com o pessoal que fazia sementes, os técnicos, parceiros dos Movimentos, que trabalhavam sobre as sementes de milho, pra nós construir nosso projeto. No início era um projeto piloto, depois é que transformamos num Programa. Fomos num grupo lá em Maravilha, tinha o Ivo, o Canzi, mais um que não lembro daí eles assim acolheram nossa ideia, se sensibilizaram, vieram para uma atividade. Nós até tivemos vários conflitos com eles porque a ideia deles era mais voltada pro econômico. E a gente tava pensando na produção de comida de subsistência, hoje a gente fala autossustento, mas também a gente queria a questão da renda, mas não tinha bem claro como fazer, com o processo a gente foi construindo. (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017).

As mulheres em movimento foram avançando na construção de uma metodologia popular dita por elas, feminista camponesa. O que elas haviam debatido no espaço do Movimento, quem participava dos encontros tinha que voltar para suas casas, fazer na prática e, ao retornar, deveriam trazer o que conseguiram fazer em suas propriedades, socializando as dificuldades e o que fizeram para superá-las. Assim, “[...] cada uma buscava fazer análise do solo na sua propriedade e a gente fazia isso através das plantas [...] indicadoras que é o método popular, né?” (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017). Esse processo era ligado ao trabalho e organização mais geral do Movimento em diálogo com outros Movimentos.

[...] começamos com os seminários regionais, daí as mulheres tinham que ir pros municípios. Junto com isso vêm os cursos relacionados à Via Campesina. Teve o curso não só em Lapa/PR, mas em Pontão/RS, Ronda Alta/RS e nossas mulheres foram. Eram cursos relacionados à agroecologia. A partir dessas escolas que era junto com os Movimentos tivemos oportunidade de ir a vários debates de formação pra nós, pras dirigentes, pra aprender. (CEC, Justina, Marema/SC, 2017).

Conforme observamos, essas mulheres camponesas foram, pouco a pouco, retomando as práticas de produção, recuperação e melhoramento das sementes crioulas de hortaliças. Nesse processo, foram também redescobrimo o valor do seu trabalho, das práticas e dos saberes. Começaram a discutir um projeto de agricultura camponesa agroecológica dentro de uma visão mais ampla, não apenas referindo-se à produção. Não se trata apenas de um simples “Programa”,

mas de uma experiência de práticas e saberes que vai apontando outros sentidos, outros significados para a compreensão do mundo camponês na visão de mulheres camponesas.

Neste projeto, o MMC procura difundir e apoiar o manejo de sementes crioulas nas comunidades sobre a ótica da promoção do ativismo feminista viabilizando uma agricultura com maior respeito à natureza e valorização do conhecimento local para a garantia de uma base alimentar saudável em oposição ao modelo monocultor. (MUNARINI; COLLET, 2007, p. 4-5).

O modelo monocultor de que tratam as autoras representa o projeto capitalista de desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa no Sul do Brasil. Esse “manejo de sementes crioulas” explicita uma dialética da dominação – da resistência – da emergência de diferentes perspectivas de saberes, conhecimento, que se coloca na relação com a própria experiência de lutas dessas mulheres, cujas histórias são condicionadas por trajetórias de negação/resistência/afirmação.

Cinelli (2012), que estudou sobre o *Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas* analisou essa proposta a partir das práticas sociais, incluindo a reflexão sobre as lutas massivas e cotidianas enquanto elementos constituintes de novas subjetividades e identidades de resistência e de projeto. Essa autora ressalta “a identidade feminista e camponesa” (CINELLI, 2012, p. 100) na experiência, o que lhe permitiu o debate sobre outros modos de pensar, produzir e viver das mulheres.

Tomando como referência Milton Santos (2009), Cinelli (2012) afirma que o MMC/SC se consolida como um movimento social, popular, responsável por uma globalização contra hegemônica, assim como outras organizações populares feministas que lutam pela transformação social. Explica que “[...] a cultura vai sendo transformada à medida que as mulheres experienciam a luta camponesa e feminista, e com isso assegura a necessidade de transformação social.” (CINELLI, 2012, p. 106). Para Cinelli (2012), a partir do programa de sementes crioulas do MMC/SC, há uma experiência de libertação das pessoas envolvidas em suas dinâmicas que mexe com a autonomia das mulheres. Nesse sentido, a fala de Noeli é esclarecedora:

Esse debate da recuperação das sementes crioulas traz uma importância fundamental no sentido de trabalhar a emancipação das mulheres que a partir da experiência do projeto de agricultura camponesa, a partir do programa de sementes crioulas as mulheres vão construindo autonomia. Vão construindo renda, vão construindo outras possibilidades de vida no campo. (Entrevista, Noeli, Chapecó/SC, dez. 2016).

Explica:

Então a partir desse processo, dessa proposta que o MMC veio trabalhando, dessa troca de saberes entre as mulheres onde uma coloca na prática depois traz e socializa com o grupo, esse programa proporcionou visitas a experiências que deram certo, então, nesse momento, essa questão é fundamental nesse sentido pra trabalhar a questão da emancipação. [...] ele trabalha a concepção de luta contra o modelo de agricultura imposto pelo sistema capitalista, pelas grandes multinacionais [...]. (Entrevista, Noeli, Chapecó/SC, dez. 2016).

Conclui Noeli:

O projeto das sementes permitiu que as mulheres entendessem o projeto de agricultura vigente e a partir do momento que elas perceberam que esse modelo não servia foi feita a luta para implantação de outro projeto de agricultura camponesa agroecológica. Além disso, ele possibilita também a luta por políticas públicas que de fato implementam a produção agroecológica. [...] Acho que esse processo todo traz vários elementos de luta pra fortalecer e avançar no processo de autonomia das mulheres. (Entrevista, Noeli, Chapecó/SC, dez. 2016).

A luta por emancipação das mulheres camponesas também é um processo que está em construção. Integra várias dimensões que vai desde a renda, enquanto possibilidade para o viver com dignidade no campo, passa pela troca de saberes que se efetiva nos intercâmbios realizados, até a elaboração de uma concepção de luta contrária aos interesses do capital. Conforme Munarini e Collet (2007), em Santa Catarina, as mulheres do MMC estavam produzindo sementes em 70 municípios, o que já indicava uma experiência significativa que motivou a “Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis”, visando a promoção da soberania alimentar, entre outros objetivos do Movimento. Trata-se de uma relação direta com as sementes presente no cotidiano das mulheres.

Boni (2012), em sua tese *De agricultoras à camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas*, ao tratar sobre as práticas do Movimento, destacou que o programa de recuperação de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC se constitui em um fator determinante para garantir a segurança e soberania alimentar, comprovando que diferentes espécies e variedades de sementes, concebidas pelo Movimento como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, ainda estão de posse das mulheres. Mostra que, com a modernização da agricultura, não apenas as sementes crioulas foram sendo desvalorizadas e perdendo espaço para as sementes híbridas e transgênicas, mas impõe-se uma ideia de que a “ciência”, representada pelo modelo químico, é mais importante que o conhecimento tradicional dos povos.

As sementes, os saberes produzidos e recuperados pelas mulheres camponesas são ressignificados e adquirem relevância visto que reportam aos acúmulos de ancestrais, reforçam perspectivas históricas, lembram diferentes sociedades, explicitam culturas e

identidades variadas, resistem às formas de dominação e criam alternativas para uma vida melhor, mesmo que, muitas vezes, sejam desqualificados e considerados inferiores por visões hegemônicas, patriarcais e eurocêntricas. Observamos que as práticas com sementes crioulas a partir das mulheres camponesas em seus territórios possibilitaram a elaboração de outros conhecimentos, outras concepções, e esse processo vai construindo outras perspectivas epistemológicas.

5.2 O MMC na perspectiva de uma epistemologia feminista

Rosa, mulher companheira, vermelha também por dentro, presente em nossas fileiras, com a bandeira em movimento. (ZORTEA, 2011, p. 9).

A compreensão de mundo vista na perspectiva de processo histórico, que é ao mesmo tempo conflitivo, contraditório, dialético e permanente, por meio do qual é possível a construção/desconstrução a partir de experiências reais, de vivências múltiplas, determina a concepção de feminismo considerando-a em sua multiplicidade e como algo dinâmico, histórico, processual. São diferentes apropriações teórico-metodológicas existentes que explicam e caracterizam o/s feminismo/s. Estas apropriações integram e articulam entre si perspectivas teóricas e políticas. O/s feminismo/s é/são permeado/s por teorias. Entre eles destacamos:

O feminismo liberal⁶¹ teve origem no Iluminismo e entendia que a sociedade justa é aquela que resulta das livres opções de indivíduos educados e conscientes ou “iluminados” (JOHNSON, 1997, p. 109). As feministas liberais acreditam que “[...] a subordinação feminina está enraizada em um conjunto de restrições habituais e legais que bloqueiam a entrada das mulheres para o sucesso e na chamada esfera pública [...]” e se esforçam para enfatizar a igualdade entre homens e mulheres por meio de uma reforma política e jurídica (TONG, 2013, p. 11).

Essa perspectiva feminista permanece no campo dos direitos políticos e civis como o acesso à educação, o direito ao voto e o direito liberal à propriedade, dentro dos marcos do capitalismo, conquistados, desde as revoluções liberais do século XVIII, às mulheres. O feminismo liberal se estende desde as décadas finais do século XIX até meados do século XX e não estabelece ruptura com o sistema estrutural. Entretanto, como a história dos movimentos de mulheres também não é linear, faz-se necessário atentar para o fato de que, nesse contexto,

⁶¹ Entre as feministas liberais estão: Mary Wollstonecraft (século 18); Margaret Higgins Sanger (século 19) Bertha Lutz, Betty Friedan, Eleanor Roosevelt (século 20).

paralelamente ao feminismo liberal, está ocorrendo um feminismo de classe que, “estritamente vinculado ao movimento e aos partidos socialistas, toma corpo na Europa” (LOBO, 1991, p. 209). E tais ideias vão ganhando força e forma em diferentes espaços e lugares no mundo todo.

Não podemos negar que, historicamente, foram silenciadas as denúncias das mulheres relacionadas às condições de exploração do trabalho feminino, entre elas, os baixos salários, a opressão sexista exercida pelos patrões, bem como as lutas contra os sindicatos que discriminavam as mulheres e a opressão na família operária. “Essas denúncias foram silenciadas – desde 1880 – em nome da tese de que a opressão das mulheres é produto da sociedade e de que, por conseguinte, a revolução social significará automaticamente o fim da opressão.” (LOBO, 1991, p. 210). Sabemos que isso não é verdade. Nada se conquista sem lutas! Ilusão nossa seria se acreditássemos que venceríamos a opressão, a discriminação e a exploração das mulheres sem a nossa luta.

Esse tema fez parte dos CEC e as mulheres foram compartilhando suas concepções, significados e posicionamentos a respeito do mesmo. Para Zenaide, quando referimo-nos ao feminismo, estamos de alguma maneira anunciando:

A luta pela libertação da mulher de todo o tipo de opressão, violência e exploração. Feminismo é a luta pela busca e construção da igualdade e de relações de igualdade, respeito e diálogo entre mulheres e homens e destes com a natureza. Ainda o feminismo é uma teoria que contribui para ler, interpretar, compreender os diferentes povos na sua diversidade e modos de vida. É também uma opção e uma prática que vai contribuindo para sermos mulher, humana, gente, também para ser homem, humano. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Com isso, não queremos desconsiderar as contribuições das feministas liberais. Pelo contrário, entendemos que a luta por direitos explicita contradições. Quando lutamos por direitos democráticos, vêm à tona, nesses processos, os autoritarismos das elites dominantes, ali os sujeitos envolvidos vão avançando nos níveis de consciência porque vivenciam as múltiplas formas de violência cometida contra as mulheres. A maioria delas são violências institucionalizadas e institucionalizantes, inerentes ao sistema patriarcal e capitalista. As próprias mulheres camponesas do MMC reconhecem essas contribuições. Carmem destaca:

Minha participação no MMC me ajudou muito a me fazer mulher. Eu sabia que a gente tinha que ser obediente e boazinha; tinha que viver em harmonia, não podia entrar em conflito porque era feio; tinha que ajudar servir e dar conta de casa limpa, roupa lavada, passada e arrumada, comida, horta, criança, marido e etc. Então eu não era feliz, porque nunca conseguia dar conta de tudo isso. (Autobiografia, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

As ideias feministas, de maneira geral, contribuíram para as mulheres irem se dando conta da opressão doméstica, entre outras, que estavam submetidas e que precisavam ser superadas. As feministas liberais buscavam construir alianças táticas consideradas fundamentais para o avanço das lutas feministas, porém estas, ainda que necessárias, configuram-se como insuficientes. Precisamos ir à causa da opressão das mulheres numa sociedade de classes.

Da mesma forma, consideramos indispensável para a compreensão do movimento feminista evidenciar que “[...] enquanto o feminismo liberal insistia na emancipação das mulheres, o feminismo socialista tinha como eixo a participação política das mulheres trabalhadoras” (LOBO, 1991, p. 210). Estão ocorrendo, nesse contexto, diferentes lutas que vão desde o reconhecimento de que a opressão das mulheres refletia a exploração de classe, passando pela desigualdade entre homens e mulheres, que se fundava no acesso ao trabalho assalariado até os limites na questão organizativa que não paralisava a atuação das mulheres.

Outra perspectiva feminista é a pós-moderna. Cunhada pelo método de análise cultural fundamenta-se no idealismo, diferenciando-se das ideias do marxismo, rejeita a perspectiva de transformação. A partir dos anos de 1960 e 1970, ganha destaque essa “segunda onda feminista”. As pautas por direitos e cidadania não foram abandonadas, mas foram nascendo, em meados do século XX, outras inquietações que levaram o feminismo a buscar as razões que provocam a desigualdade de direitos e porque essa desigualdade se perpetua na história.

As contribuições da Antropologia para o movimento feminista foram fundamentais, principalmente porque, pela observação das diferenças de gênero em diversas sociedades, constatou-se que a divisão sexual do trabalho não assume as mesmas características em todas as sociedades analisadas. Entendemos que o vetor principal do feminismo pós-moderno não é o trabalho, mas, sim as identidades culturais como: negros, mulheres e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênicos – LGBT, e o reconhecimento da diferença de sexualidade, etnia, idade, cor, entre outras. Além do reconhecimento da diferença entre grupos e indivíduos, as feministas pós-modernas destacam a necessidade da “desconstrução”. Da mesma forma, é preciso desconstruir a linguagem masculina e a visão masculina do mundo, colocando em seu lugar outra linguagem que reflita melhor as experiências das mulheres (HOLLANDA, 2013, p. 444).

Essa perspectiva Pós-Moderna influencia principalmente o campo dos NMS. Apesar de ser repetitivo, é fundamental reafirmar de que não estamos negando a importância que tem os diferentes processos de construção feminista, assim como pontuamos em relação ao feminismo liberal. Porém, essas duas perspectivas teóricas desvinculam capital x trabalho em suas análises,

elemento fundamental por nós considerado para a análise da experiência de mulheres camponesas no MMC/SC.

É neste contexto que emerge, nos anos de 1970, a categoria de Gênero. Butler (1990) é uma das principais referências dessa perspectiva feminista pós-moderna quando afirma que a principal tarefa do feminismo é reconstruir o processo de formação das identidades de gênero⁶². A principal preocupação de Butler (1990) é em relação ao papel que o poder cumpre na constituição da identidade no feminismo. Daí a importância de perceber que o tema relacionado ao “empoderamento” das mulheres, quando associado à perspectiva neoliberal, perde a noção de desigualdade social e pode se constituir em mais uma armadilha teórica.

Se observarmos alguns estudos sobre a mulher na década de 1990, podemos perceber que entre os temas em debate encontram-se: pós-feminismo, pós-modernismo, fim da ideologia, e a emergência de um pluralismo neoliberal que tornaria totalmente anacrônicas as reivindicações tradicionais do trabalho feminista⁶³. Entra, nesse cenário, o debate em torno dos papéis e funções sociais de homens e mulheres na sociedade, enquanto construção social e cultural. Para um maior aprofundamento dessa temática, destacamos que Mead (1979) estuda as construções culturais do masculino e do feminino. Observa que, em algumas sociedades, os papéis atribuídos a homens e mulheres são vistos como diferentes e complementares e não, necessariamente, como desiguais. Para Beauvoir (1967), ganha relevância o questionamento sobre o determinismo biológico quando observa que a opressão é uma construção social passível de desconstrução, avançando no sentido de apontar para uma universalidade da subordinação das mulheres em relação aos homens.

Em relação ao conceito de gênero, poderão ser revisitados os estudos de Rubin (1993). Essa autora defende uma desnaturalização da opressão sofrida pelas mulheres e amplia a conceptualização de gênero para além dos estudos sobre mulheres. Enquanto que para Scott (1995), o estudo de gênero é tratado como categoria analítica.

A autora escolhida para dialogar com a experiência feminista camponesa em construção no MMC é Heleieth Saffioti. Por que essa escolha? Saffioti (2004) inicia suas análises recuperando o conceito de patriarcado numa perspectiva histórica, seguindo uma orientação marxista, que, de certa maneira, foi deixado de lado pelas análises de gênero. Essa autora identifica, no processo de construção conceitual do gênero, uma perigosa armadilha para a

⁶² BUTLER, Judith. *Contingent Foundations: Feminism and the Question of “Postmodernism”*. Tradução: Pedro Maia Soares. Nova York: University of California at Berkeley, 1990. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

⁶³ HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira abordagem*. 2013. Disponível em: <www.heloisabuarquedehollanda.com.br>. Acesso em: 14 abr. 2017.

luta feminista. “Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina.” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Para Saffioti (2004), o conceito de gênero se ampliou tanto que diminuiu a questão da dominação e opressão sofrida pelas mulheres ao longo da história da humanidade, considerada como central para o feminismo.

Saffioti (2004) contesta essa ideia de raiz Weberiana, que divide uma realidade em apresentando territórios distintos para a dominação e exploração, e algumas autoras⁶⁴ fazem essa separação vinculando a dominação ao campo político e a exploração ao econômico.

Em relação aos estudos sobre o sistema sexo/gênero elaborada por Rubin, Saffioti critica a neutralidade existente nesta análise, já que a mesma não indica necessariamente uma relação de dominação ou uma hierarquia nas relações entre homens e mulheres. O conceito de gênero “carrega uma dose apreciável de ideologia” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). Essa ideologia é a patriarcal. O poder é desigual entre mulheres e homens. É nesse sentido que a análise de gênero na visão de Saffioti não dá conta da análise de exploração-dominação, pelo contrário, feita de forma isolada, fortalece-a. As mulheres camponesas destacaram o quanto a desigualdade, o patriarcado está enraizado na vida e é tido como algo normal.

No entanto, como o patriarcado é normal para a sociedade, é muito difícil de fazer essa transformação porque parece que está colada em nossas entranhas; às vezes conseguimos avançar bastante, porém se facilitamos um pouco, volta tudo como era antes. Temos que ter muita persistência todo santo dia. Sinto que às vezes a gente toma uma recaída nesse processo de libertação. Nesse sentido o diálogo é fundamental porque só mudamos quando o outro também vê a necessidade de mudança, enquanto isso há conflito, porém esse é necessário muitas vezes para realmente haver a transformação e o entendimento. (Autobiografia, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Essa narrativa nos mostra que somente a luta contínua e permanente é capaz de estabelecer novas perspectivas de superação das relações patriarcais de gênero tendo em vista mudanças, transformações. Os debates sobre o patriarcado no Brasil, a partir de Saffioti (2004), vêm desde a década de 1980, identificado como o “regime atual de relações homem-mulher” (SAFFIOTI, 2004, p. 56). O patriarcado é anterior ao capitalismo. Antes do capitalismo, vivemos o escravismo. Passamos do trabalho escravo para o trabalho livre, mas os conteúdos não foram superados. Como exemplo, podemos citar o trabalho doméstico que é constituído de uma ideologia incorporada que reafirma a dominação.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. *Production et reproduction, rapports sociaux de sexes et de classes. Le sexe du travail.* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984. p. 155-173.

Mesmo que tenhamos avanços com as lutas feministas é do patriarcado a ideia de que, a partir da experiência do trabalho, as mulheres⁶⁵ são inferiores. Da mesma forma, quando reconhecida a força de trabalho das mulheres, estas ganham menos. Isso é funcional à lógica do capital sobre o trabalho. Saffioti (2004) aponta algumas das razões pelas quais o sistema patriarcal se mantém:

Não se trata de uma relação privada, mas civil; Dá direitos aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]; Configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade; Tem uma base material; Corporifica-se; Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência. (SAFFIOTI, 2004, p. 57).

A proposta defendida por Saffioti parte da análise sobre as “relações patriarcais de gênero”, compreendendo-as como as grandes responsáveis pela desigualdade, e não o contrário, como propunha o movimento feminista quando sobrevalorizou o amplo conceito de gênero. A dominação e exploração estão articuladas e não poderão ser compreendidas isoladamente (SAFFIOTI 2004).

A dominação-exploração apresenta duas faces constituindo um único fenômeno. Na linguagem do MMC, são dois lados de uma mesma moeda. Não está colocada aqui apenas a exploração de classe, seja ela baseada na discriminação econômica que pesa sobre as mulheres, na desvalorização do trabalho produtivo, mas igualmente e concomitante também se explicita no controle do corpo da mulher, na sua sexualidade e capacidade reprodutiva.

O patriarcado está intrinsecamente ligado ao sistema de dominação-exploração capitalista. Entretanto, no capitalismo, o patriarcado se sofisticou, embora, já desde a antiguidade, ele tenha se imposto tanto na tradição greco-romana quanto na tradição judaico-cristã e na tradição bárbaro-germânica, sendo que esta última faz o culto à deusa mãe/mulher. Pois o patriarcado tem muito mais uma sobrecarga de tempo do que possamos imaginar. Como exemplo, vale reconhecer que toda a tradição do Antigo Testamento é patriarcal, e ainda no Novo também, mas Jesus foi quebrando esta ideia, conforme já dito no capítulo anterior.

O matriarcado está como brasa debaixo das cinzas, está no subterrâneo deste longo processo do patriarcado. Razão pela qual não dá para pensar as relações sociais de gênero fora desse contexto. Isso “[...] implica em considerar que as significações atribuídas ao feminino e ao masculino são desenvolvidas nas interfaces de relações sociais mais amplas” (CISNE, 2004, p. 116).

⁶⁵ Ver: *A Classe operária tem dois sexos* de Elizabeth Souza Lobo (1991).

Saffioti (2004) explica as relações de gênero como uma construção histórica que incorpora relações de poder e de dominação dentro de um sistema de dominação e exploração em nossa sociedade em contradições, que só pode ser entendido articulando as suas dimensões sociais, políticas, culturas e econômicas. Ela cria a ideia de gênero e classe como um nó que estrutura as relações de poder para além de um viés meramente econômico.

O importante é analisar estas contradições na condição difundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura de um nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes. Não que cada uma dessas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. [...] novelo - patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída. (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Daí a importância da análise patriarcal de gênero para compreender a violência contra as mulheres. Essa autora considera a construção social dos gêneros dentro de um sistema social mais amplo, onde as dimensões de gênero, raça/etnia e classe se articulam a partir dos diferentes contextos. Para Saffioti (2004),

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no ‘gênero’ é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Essa forma analítica elaborada por Saffioti (2004) contesta a ideia de soma entre “racismo + gênero + classe” e deve ser entendida como determinações de um sistema de experiências patriarcais, racista e capitalista. É um único sistema que se organiza e, por dentro de si, contempla diferentes dimensões que lhe são estruturantes. Nesse sentido, o conceito de classe aqui retomado e assumido dialoga com a perspectiva atribuída por Thompson (1987):

A classe é uma relação e não uma coisa [...] Ela não existe para ter um interesse ou uma consciência ideal... É um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma estrutura, [...] mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus. (THOMPSON, 1987, p. 9).

Classe não é homogêneo, é relação social, existe e também se expressa na divisão sexual do trabalho para mulheres e negros. A luta das mulheres é um aspecto da luta de classes. Apresenta tensionamentos que, por vezes, no cotidiano, explicita-se em termos de

linguagem, como: “sementes crioulas, ervas medicinais são lutinhas [...] é coisa de mulher”. Como se fosse possível ignorar o trabalho das mulheres camponesas. Queremos mostrar com isso que essas chamadas “lutinhas”, “coisa de mulher”, “luta específica” têm uma vinculação com a luta de classes. São marcos de determinação social que integra etnia, sexo e classe como estruturantes de um único sistema e não como soma.

O não acesso ao direito, o retrocesso dos direitos é determinação de classe. Todas as lutas por direitos são lutas de classe, pois, quem luta por direitos, senão os sujeitos que deles são privados? Ainda que possam vir a ser superadas as classes, pode haver continuidade da opressão. Nós não seremos livres enquanto formos explorados. Concordamos com Kergoat (2010) quando explica que “[...] são as práticas sociais e não as relações sociais que podem desenhar formas de resistência e serem portadoras de uma mudança potencial ao nível das relações sociais dominantes” (KERGOAT, 2010, p. 113). As mulheres camponesas em movimento criam outras práticas sociais. E neste processo “[...] o grupo social das mulheres se apropria de outras maneiras de pensar e de fazer e criar outras formas de produção social da existência humana” (KERGOAT, 2010, p. 114).

A luta das mulheres não é algo isolado da luta geral. Não é uma luta específica, é uma luta de classe ainda que não se esgote nela. Daí a importância da solidariedade e das lutas táticas entre as classes. São opressões inerentes à estrutura de sistemas. Temos uma origem estrutural patriarcal que determina as relações e está enraizada na sociedade. Ao falar de sua inserção no MMC/SC desde os primeiros momentos da OMA, Zenaide recupera, em sua narrativa como foi difícil a passagem de Organização para Movimento, explica que chegou no MMC/SC quando:

Elas estavam discutindo a passagem de Organização das Mulheres Agricultoras (OMA) criada em 1983, para Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Era um debate intenso entre mulheres e homens nas comunidades rurais por vários motivos. Primeiro pelo fato das mulheres estar se organizando sozinhas, havia mulheres e homens que não concebiam tal atitude, era uma afronta, algo que desestabilizava costumes, tradições, normas, ensinamentos. Hoje entendo que isso era a reação da cultura patriarcal, na época a gente falava do machismo presente na vida da comunidade. Falavam que as mulheres não tinham capacidade e que não iria dar certo. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Continua Zenaide:

Segundo ponto polêmico era o termo ‘movimento’ porque os homens relacionavam com a sexualidade, ou seja, com a sexualidade dos animais, o período que a fêmea estava em cio. E não era isso. Mas naquela época isso envergonhava as mulheres e algumas desistiam de participar. Hoje vejo que talvez foram impedidas pelo marido de participar. Diziam que as mulheres saíam de casa para trair o marido. Mexia com

a moral, os costumes... Nas bodegas entre os homens aquele que tinha a mulher que participava era humilhado pelos outros homens. Isso era conversado e refletido nas reuniões, era difícil de entender, havia muito conflitos. Daí que tinha um grupo que defendia que devia permanecer organização das mulheres e não movimento de mulheres. Foi um longo tempo pra gente entender e o que contribuiu para isso foi a formação a luta, a participação, o debate. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Conclui:

Terceiro ponto que também houve conflito foi que no processo de constituir o MMA a direção defendia o princípio da autonomia. Mas nós no grupo de base não entendia muito. Eu lembro que tinha liderança da igreja (padres) que discordava, eram contra, diziam que deviam permanecer como organização das mulheres junto ao sindicato, outros dizia que devia ser uma pastoral. Eu ficava dividida, não sabia bem, mas as mulheres da direção enfrentaram e criaram o MMA [...]. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Notamos que se trata de processos em construção que se fortalecem no conflito. Vemos que não é apenas uma mudança de linguagens, mas de enfrentamentos que mexem com concepções, visões de mundo, compreensões de vida, de luta e de organização. O primeiro elemento destacado por Zenaide: as mulheres estavam se organizando “sozinhas”, isso se constituía em uma afronta. Não faz parte do estabelecido como padrão a ser seguido pelas mulheres. Isso desestabilizava costumes, tradições, ensinamentos, normas... elas “não tinham capacidade” para se organizar.

No segundo motivo, Zenaide possibilita-nos a reflexão de que a ideia de “Organização” remete ao universo público que é lugar do homem. O lugar de mulher é na cozinha, é em casa. Quando saem de casa, o fazem para “trair o marido”. E, nesse caso, a associação de “movimento” como ideia de “cio”. Uma forma de prender a fêmea no espaço do terreiro, tentando impedir o “vergonhoso” voo da águia. Que fazer? Continuar como Organização ou assumir-se como Movimento? E daí o terceiro argumento da polêmica: a escolha e decisão de passar de Organização para Movimento requer autonomia que, em luta interliga-se aos passos necessários para o caminho da emancipação. Sem autonomia não há emancipação.

Historicamente, se as mulheres não tivessem reagido e se organizado, enfrentado os limites da opressão/exploração que pesa sobre seu corpo, seu meio, sobre seu território, em que grau de desigualdade e injustiças estaria submetida à humanidade?! A feminista socióloga francesa, Kergoat é defensora da concepção de “relações de gênero” a partir de uma base materialista de análise das relações entre homens e mulheres em uma sociedade capitalista. Em suas análises, articula gênero, raça/etnia e classe enquanto dimensões estruturantes do patriarcado. Essa autora nos convida à compreensão de gênero, raça/etnia e classe como

ferramentas teórico-metodológicas para um maior entendimento das práticas sociais e suas relações imbricadas na sociedade.

Enquanto perspectiva teórico-metodológica de análise do feminismo, temos dois conceitos fundamentais: um deles é muito utilizado no Brasil, principalmente pelo feminismo negro, conhecido como interseccionalidade que vem da matemática/geometria. Tem a ver com soma – intercessão. A perspectiva dessa análise apresenta uma intercessão entre etnia – classe – sexo que se cruza em determinado momento. Mas também significa dizer que há dimensão de raça que independe das outras. Trata-se de uma concepção que não considera que as três dimensões precisam estar sempre articuladas.

O outro é o conceito de consubstancialidade⁶⁶ e coextensividade criado por Kergoat. Desde os anos de 1970-1980, essa autora se preocupou em trabalhar esses conceitos, buscando compreender as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e etnia, não de forma mecânica. A autora se contrapõe à ideia de intersecção e multiposicionalidade. Ou seja, gênero, etnia e classe são consubstanciais dentro do sistema patriarcal e capitalista. Não se dá pela soma. Não é suficiente dizer que compreendemos a sociedade em termos de relações sociais, mas precisamos explicá-las. Para fazer isso, utiliza as metáforas de “círculo” e “espiral”, partindo de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica da sociedade, mostra que a realidade não se fecha em si mesma.

Quando define consubstancialidade das relações sociais explica que uma propriedade essencial é a coextensividade. Isso significa dizer que a análise de gênero, raça/etnia e classe coexiste dentro de um mesmo sistema. É por isso mesmo que, ao analisarmos as práticas e relações sociais, notamos que ao mesmo tempo em que “tudo muda, tudo permanece igual”. Isso está presente nas narrativas das mulheres. Durante o CEC em São Miguel D’Oeste/SC, as mulheres falaram das dificuldades que enfrentaram em suas lutas, atos, marchas em defesa dos direitos. Iraci relatou:

Quando participei da Marcha pelo Brasil do Rio de Janeiro a Brasília. Eu caminhei de Belo Horizonte até Brasília. Diariamente nós fazíamos entre 20 a 50 Km. Dormindo em acampamento, carregando mochilas nas costas sempre, cuidando para levar o mínimo de peso, chinelo de dedos, um copo para o café e algum lanchinho. Mas uma coisa que me marcou foi quando numa noite veio uma chuva de repente molhou os colchões, forros, roupas, eu e a companheira Adélia fomos acolhidas por um pessoal que nós não conhecíamos de uma outra barraca que a chuva não atingiu. A barraca que fomos era só homens, então ficamos num cantinho quase que em pé ao

⁶⁶ O termo é utilizado pela teologia. Retomado pela autora significando “unidade de substância”. Isso significa incorporar os conceitos – raça – gênero – classe de forma consubstancial nas análises das práticas sociais concretas.

invés de deitar por causa da umidade. Era muito difícil, mas pelos direitos nós suportamos. Agora tamo correndo o risco de perder tudo de novo. (CEC, Iraci, São Miguel D'Oeste/SC, 2017).

As mudanças são lentas, históricas, os direitos conquistados nunca estão para sempre assegurados. Dependem sempre de lutas permanentes, principalmente quando nos referimos ao sistema social em que vivemos, mesmo participando das lutas, intervindo na sociedade, fazendo enfrentamentos às diferentes formas de “opressão”, aqui mencionamos aquelas relacionadas às questões de gênero, na luta pela igualdade, na luta pela divisão das tarefas domésticas, pela própria valorização do trabalho, entre outras. Assim como no plano dos direitos conquistados na luta isso não significa sua garantia permanente. No âmbito da realidade doméstica, mesmo conseguindo avanços significativos, isso não significou “alívio”, pelo contrário, a vida camponesa para a mulher se configura como uma vida de “muito trabalho”. As desigualdades persistem e estão em todas as dimensões. Não há como separar.

Isso nos leva a pensar que, do ponto de vista das intersubjetividades na luta das camponesas, identificamos mudanças significativas, porém estas são insuficientes quando problematizamos as relações sociais que são mais complexas, pois se configuram em suas dimensões estruturais. Mudamos algumas práticas, mas não alteramos a estrutura de sociedade. Explica Kergoat (2010, p. 95):

As relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais – e não as relações intersubjetivas – que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais.

Precisamos compreender as práticas sociais em termos de relações sociais entendidas a partir das suas contradições e antagonismos:

Uma relação social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [enjeu]. É uma relação de produção material e ideal: Colette Guillaumin mostrou, por exemplo, que a ‘racialização’ é a construção ideológica e discursiva da natureza dos dominados, a ‘face mental’ e cognitiva dos vínculos materiais de poder. Toda relação social é, assim, uma relação conflituosa. (KERGOAT, 2010, p. 94).

A grande contribuição de Kergoat (2010) está em fazer-nos entender que as relações sociais são consubstanciais. “Elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das

práticas sociais.” (KERGOAT, 2010 p. 94). Estes precisam ser analisados na perspectiva da análise sociológica. A partir daí a autora explica que: “[...] as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente” (KERGOAT, 2010, p. 94). Isso porque tais relações estão imbricadas na estrutura social em que vivemos e não se caracterizam apenas do ponto de vista conjuntural.

O que pode questionar as relações sociais de sexo são as práticas sociais coletivas. Daí a permanência até os dias atuais sobre o porquê criar um movimento autônomo das mulheres camponesas, se tem outros Movimentos mistos que integram essas mulheres? Obviamente, a questão central dessa disputa não está relacionada ao fato de simplesmente ser um Movimento específico de mulheres camponesas, mas, sim, e centralmente, nas práticas e relações sociais que serão forjadas a partir desta experiência. No campo dos movimentos sociais populares, isso é visível, por exemplo, nas preparações dos atos, ações mobilizações conjuntas e se expressam em questões simples: Quem compõe a coordenação da greve geral? Quem falará na imprensa? Onde ficam as mulheres?

Parece-nos com evidência de que a experiência das mulheres camponesas em luta no MMC vai mostrando que somente foi possível esse processo de construção de valores, práticas sociais, saberes que explicitam uma perspectiva epistemológica da resistência porque está em construção um sujeito coletivo construtor de sentido, que se faz ao mesmo tempo sujeito de sua própria história. Como explica Kergoat (2010, p. 95):

Elas saíram da imagem imposta de feminilidade para se tornarem mulheres portadoras de poder de ação na construção e no desenvolvimento das relações sociais. Por meio delas, o grupo social ‘mulheres’ apropriou-se de outras maneiras de pensar e agir, de outras formas de ‘produção social da existência humana’.

O conceito de “consustancialidade” está em reiterar que não compactuamos com a ideia da dimensão de classe social relacionada apenas e tão somente ao aspecto econômico e quando nos reportamos às dimensões patriarcais, ao ideológico. Faz-se necessário estabelecer uma análise de forma articulada, buscando compreender um imperativo materialista: essas relações – gênero, “raça/etnia”, classe – são relações de produção. Nelas, entrecruzam-se exploração, dominação e opressão. “A ideia de consustancialidade, [...] implica [...] a uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca.” (KERGOAT, 2010, p. 100).

Observamos como na experiência das mulheres camponesas os princípios de funcionamento das relações sociais, entre eles o princípio da separação (o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher) foram sendo descobertos pelas próprias mulheres em suas práticas sociais. Concordamos com Kergoat (2010, p. 99) quando diz que: “[...] devemos estar atentos à maneira como os dominados reinterpretem e subvertem as categorias: isso impede sua reificação. Porém, a subversão só pesa sobre as relações sociais se for coletiva”.

Nesse esforço teórico analítico, buscamos compreender a experiência das mulheres no MMC, dentro dessa perspectiva de consubstancialidade, entendendo que as questões patriarcais de gênero estão em profunda sintonia com o que se propõe o capitalismo. Aqui poderíamos mencionar vários exemplos, citamos alguns: a mulher branca, latifundiária/proprietária, rica sofre opressão, mas é diferente da mulher negra, camponesa/trabalhadora, pobre. As violências são diferentes, mas há uma violência estruturante: a mulher camponesa ganha menos, é desvalorizada, por muito tempo, e por muitos ainda não reconhecida como trabalhadora. Há um processo de coisificação sobre o corpo. É nesse sentido que entendemos a violência patriarcal como estruturante, não só no âmbito doméstico, mas na diferentes dimensões da vida.

Compreendemos que uma perspectiva teórica de análise não é estática, pelo contrário, está em movimento e por isso na materialidade do real vai, por sua vez, sendo negada, criada, recriada e reinventada. As categorias avançam/retrocedem nessa dinâmica de materialidade do real. A partir de tais considerações, merece destaque explicitar alguns aspectos que o debate sobre feminismo camponês feito pelas mulheres camponesas do MMC/SC evidenciou. Em primeiro lugar, as mulheres camponesas, durante a pesquisa, fizeram uma diferenciação clara em torno dos conceitos de feminismo e feminismo camponês em construção nessa experiência:

O feminismo para mim é a formação do caráter de mulher guerreira que não se deixa abalar, que sabe dar os passos certos na hora certa, que luta por direito de todas, que se indigna quando há injustiça e violência, que luta por igualdade; que detesta ver a outra sendo submissa e governada pelo marido. Já o feminismo camponês é diferente do feminismo geral. Tem algo específico, é porque o trabalho e a vida no campo são diferentes. Como o trabalho é em regime familiar, ‘é normal’ o homem sendo o pai ou filho se apropriar do trabalho menos penoso, usando máquinas, por exemplo: enquanto tinha que tirar leite com a mão, a mulher se apropriava mais do trabalho de ordenha, fazia queijo ou vendia o leite, recebia o dinheiro e decidia o que fazer. Já quando veio as ordenhadeiras, esse trabalho na maioria das vezes passou a ser do homem, dizendo que mulher não sabe mexer com máquinas, e normalmente os homens que cuidam das vacas, vendem o leite, recebem o cheque e administram o dinheiro. (Autobiografia, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Uma das características do feminismo camponês destacado na fala de Carmem está intimamente ligada ao trabalho sem o qual não conseguimos compreender a vida das mulheres e a vida no campo. Quando exigia força braçal, sem o indicativo do lucro, era de responsabilidade da mulher, com a mecanização e a produção em grande escala, quem assume é o homem. O olhar crítico e questionador a estas peculiaridades do dia a dia camponês vai imprimindo características feministas camponesas.

Na autobiografia escrita por Zenaide, há vários elementos importantes para pensar o feminismo e feminismo camponês no MMC/SC. Como historiadora, Zenaide, ao falar do feminismo no MMC, fez relação com a história de resistência das mulheres que enfrentaram a colonização. Explica que o feminismo camponês pode ser pensado a partir:

[...] da resistência de mulheres indígenas, mulheres negras que não aceitavam a escravidão do corpo e da alma. E aqui podemos citar muitas, como Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, líderes quilombolas, Luísa Mahin, Tia Simoa, na luta pela abolição, Aqualtune e Carolina Maria de Jesus com seus cordéis, entre outras. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Em se tratando do Movimento no Estado de Santa Catarina, faz questão de destacar que é daqui a primeira deputada negra do Brasil, filha de lavadeira e escrava liberta, Antonieta de Barros acrescentando que “[...] a história do Brasil inviabilizou essas outras tantas mulheres que construíram palmo a palmo essa nação.” (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017). Zenaide destaca que as camponesas:

[...] também enfrentaram e enfrentam até hoje esse ‘isolamento’. São escondidas nos documentos, livros. Essas mulheres viveram no interior das propriedades, sujeitos à dominação dos grandes senhores de engenho, do café, dependentes do latifúndio, excluídos de todos os direitos sociais: saúde, educação, moradia, comunicação, transporte. Ali muitas resistiam e enfrentavam as oligarquias agrárias. Como na guerra do Contestado os caboclos lutaram e resistiram com fé e coragem em defesa da terra e da produção. Temos aqui a jovem Maria Rosa, Chica Pelega, parteira, que lutaram até o fim contra os coronéis latifundiários da região, a exploração internacional da madeira, mata nativa e o exército brasileiro. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Zenaide continua sua longa narrativa mostrando como na experiência baiana houve uma organização de mulheres e homens vítimas das grandes oligarquias que massacravam suas formas comunitárias e organizativas populares:

Na Bahia mulheres e homens, mulheres (ali chamadas de beatas) de todas as idades pobres, excluídos, injustiçados, vítimas da seca, explorados (as) e subordinados (as) pelo poder das oligarquias agrárias, políticas e religiosas. Em nome da fé organizam uma comunidade onde tudo era repartido entre todos. Mas essa experiência afrontava os coronéis/latifúndio porque perdia mão de obra, afrontava a igreja

porque perdia fiéis e o dízimo e afrontava o Estado o poder republicano porque se recusavam em pagar impostos. Esses três poderes se unem para massacrar a experiência. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Zenaide destaca também que: “[...] entre os migrantes agricultores, temos Jacobina, agricultora de origem alemã no Rio Grande do Sul, na conhecida revolta dos Mucker⁶⁷, que tinha iniciativa em relação à saúde, plantas medicinais e foi massacrada.” (Autobiografia Zenaide Collet, Quilombo/SC). Menciona ainda: “Maria Bonita, a primeira mulher a fazer parte de um grupo do Cangacho, Movimento de combate à ação dos coronéis, latifúndio, oligarquias agrárias e políticas do sertão nordestino. Morta numa emboscada. Tinha outras mulheres cangaceiras como Dadá.” Zenaide integra em sua autobiografia a luta das Ligas camponesas a partir de 1945, explicando que:

Foi um dos movimentos importantíssimo pela reforma agrária e melhoria das condições de vida no campo no Brasil e as mulheres ficaram escondidas. As Ligas começaram para auxiliar os camponeses com despesas funerárias, evitando que os falecidos fossem, literalmente, despejados em covas de indigentes, depois veio outras lutas como cooperativa de crédito, assistência à saúde, educação tudo para libertar os (as) camponeses (as) do domínio dos latifundiários. Começou no nordeste, se não me engano em Pernambuco. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Zenaide faz questão de mencionar a invisibilidade e clandestinidade vividas pelas mulheres nestes movimentos:

A história fala do líder Julião, mas quase não aparece sua mulher Alexina Crespo, que participava ativamente até 1964 quando ocorreu o golpe militar. Ela foi estudar e aprender junto nas frentes de guerrilha em Cuba, aprendeu a montar e desmontar armas. E Elizabeth Teixeira também líder das Ligas Camponesas, perseguida pelo latifúndio e pela ditadura militar viveu na clandestinidade, doente, enfrentou a fome e toda a sorte de miséria, alfabetizava as crianças em troca de alimento para ela e seu filho Carlos. Hoje, com mais de 90 anos continua animando o povo na luta pela reforma agrária e justiça no campo. Ela disse que a luta prossegue enquanto a fome e a miséria atingir a classe trabalhadora, as mulheres, os camponeses, os jovens, estudantes e todos os oprimidos. E que fica para os jovens lutar pela reforma agrária. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

⁶⁷ Dentre os estudos que tratam sobre esse Movimento religioso ocorrido no Rio Grande do Sul, pode ser lida a obra *Afetos e Circunstâncias*, de Maria Amélia Dickie. De acordo com a análise desta autora, “[...] os colonos empobrecidos pela ruptura da coerência interna de seu modo de produção reagiram na forma de um movimento messiânico que propunha o retorno ao passado igualitário, negando o presente cheio de desigualdades e conflitos.” (DICKIE, 1996, p. 17-18). Santana (2001) escreve um livro que tem como enfoque a mulher Jacobina. Esta é apresentada como forte líder espiritual e política e, ao mesmo tempo, mãe zelosa, significando “uma mulher à frente do seu tempo”.

Zenaide lembra ainda que no oeste catarinense merece destaque a líder indígena Ana da Luz Fortes do Nascimento Fêno, que nunca deixou a terra onde nasceu às margens do Irani.

Desde década de 1950 lutou contra o Estado que queria e tirou parte de seu povo de suas terra e ela resistiu. Ficou desamparada e enfrentou a vida depois na década de 1970 já quase sem terra enfrentou e com o apoio da igreja de D. José na década de 1980 recuperou parte da terra. Era um conflito grande, lembro que falavam eu era criança, mas falavam que os índios queriam tirar a terra dos agricultores, só foi entender isso bem mais tarde. Faleceu com mais de cem anos e deixou a marca da resistência da luta e da garra da mulher indígena. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Zenaide expressa certa indignação: “Quando a gente estuda a história do Brasil parece que o Brasil foi feito só por homens. Parece que passaram séculos e séculos sem mulher neste país.” Explica que “[...] ao mesmo tempo em que umas vivem submissas, escravas, obedientes outras se levantavam e resistiam, lutavam e lutam demarcando espaço, avançando e retrocedendo, mas nunca silenciadas”. O mais importante é considerar que “[...] as mulheres que se rebelam são escondidas, não têm nome, tanto é que em se tratando das mulheres camponesas o MMC é a primeira organização autônoma de mulheres camponesas do Brasil”.

Para Zenaide, “[...] a luta feminista do MMC nasce quando as mulheres saem de casa e vão participar, vão pra reunião se organizar, ou seja, nasce com o próprio movimento autônomo”. Diz ainda: “Essas mulheres, direta ou indiretamente, trazem o legado das mulheres que resistiram. As mulheres negras, migrantes, indígenas de todo o Brasil.” Notamos que a compreensão de algumas mulheres do MMC sobre o feminismo camponês fundamenta-se na própria experiência de luta.

Porém, naquele momento, a luta da aposentadoria, a documentação, as questões da agricultura, falta de acesso à educação que era a necessidade imediata envolveu o tempo das mulheres, mas precisamos entender que a luta pela documentação, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, aposentadoria, salário maternidade, reforma agrária, política agrícola, educação, estrada, assistência à saúde é a concretude do feminismo. As mulheres não deram conta de saber a teoria, mas tinham a prática porque cada conquista de direitos é um passo na luta feminista. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Entre outros argumentos conta que:

Quando as mulheres escrevem nas cartilhas ‘nós queremos ter uma vida com mais igualdade’ ou ‘mulheres agricultoras lutam por igualdade e justiça’ estão demarcando aspectos da luta feminista camponesa. Nunca esqueço a polêmica, o conflito que aconteceu na Linha Pinhal/Quilombo quando as mulheres do MMA foram numa mobilização e viram a frase: ‘somos a metade da humanidade e mãe da outra metade’. Elas fizeram um cartaz e colocaram na igreja. Que confusão entre as mulheres alienadas e as do MMA, os homens, chamaram até a equipe paroquial para ir à comunidade resolver o problema. Um grupo não queria deixar o cartaz. Daí o padre refletiu e apoiou

a luta das mulheres organizadas, ‘mas essa luta foi anos’. Outra cartilha sem data em preparação aos 08 de março traz como título: ‘Não importa onde estiver, sempre mulher!’ e assim por diante. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

A própria Zenaide recuperou outros elementos de como o feminismo camponês foi se tornando motivo de debates e ganhando maior importância no MMC/SC.

Em 1995 no encontro nacional que criou a ANMTR quando foi debatido sobre gênero e classe foi estudado sobre o feminismo. Nos trabalhos de grupo a gente disse o significado de feminismo. Eu lembro que marcou que feminismo é a luta pela libertação é a luta pelos direitos, são as relações de igualdade, a construção da nova mulher. Pode ver naquela cartilha está escrito isso. Lá foi debatido que a mulher é feita pela sociedade, não nasce assim submissa, eu nunca mais esqueci. Só depois bem mais tarde entendi que estas ideias eram de Simone de Beauvoir. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Conclui sua argumentação:

Por fim a luta feminista é assumida em 2004 na constituição do MMC. O documento tese expressa o que os movimentos autônomos de mulheres no nosso caso o MMA vinham debatendo e está registrado no documento que as mulheres consolidam o MMC a partir da ótica feminista e camponesa para fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, numa mística revolucionária e feminista. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Esclarece quais as principais características do feminismo camponês colocando em destaque que o MMC:

[...] se compromete de ter uma práxis camponesa, popular e feminista. E depois o feminismo a partir da concepção marxista e camponesa vem se fortalecendo a partir de 2006 na ação da Aracruz. Tem elementos do feminismo na cartilha 2008, que eu junto com Vanderléia organizamos e teve a contribuição da Luciana, da Justina e Salete. É o feminismo que se contrapõe ao modelo capitalista e patriarcal. Esses dois elementos o capitalismo e o patriarcado andam juntos. E também o feminismo camponês se dá no cotidiano e é de resistência e se concretiza na luta das sementes crioulas, plantas medicinais, na produção de alimentos saudáveis nos quintais produtivos diversificados agroecológicos, no intercâmbio campo e cidade, na luta por políticas públicas: saúde, educação, previdência, participação política da mulher na sociedade, luta pelo fim a violência contra as mulheres e contra a natureza através dos agrotóxicos, transgênicos e monocultivos. (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Noeli sintetiza da seguinte maneira sua concepção sobre feminismo:

O feminismo pra mim é uma possibilidade, é um projeto de sociedade que quer transformar as relações entre homens e mulheres. Nós queremos sair da opressão para construir uma sociedade de igualdade onde as pessoas, as mulheres, sejam respeitadas, onde as mulheres tenham direito de opinar sobre as decisões importantes, seja da economia, da política, da sociedade como um todo. E ele quer transformar a sociedade que tá colocada neste momento, que é a sociedade capitalista. Então o feminismo é uma porta que a partir da sua construção e a partir do momento em que de fato a gente consegue transformar ele possibilita a gente

construir uma sociedade socialista. Então, o feminismo é um projeto de emancipação das mulheres. É um movimento, uma forma de reconhecer a luta histórica das mulheres pelo seu direito pela sua emancipação e ele é um processo fundamental para a gente se entender enquanto mulher, enquanto pessoa, e enquanto sujeito com capacidade de transformar essa realidade que está aí e de construir uma sociedade diferente. (Entrevista, Noeli, Chapecó/SC, dez. 2016).

A narrativa de Noeli destaca aspectos significativos sobre o feminismo visto sob a ótica das camponesas. Apresenta-se como “[...] possibilidade [...] de um projeto de sociedade que quer transformar as relações entre homens e mulheres”. As mulheres camponesas desejam e lutam para “sair da opressão”, “para construir uma sociedade de igualdade”, o que não se faz por decreto, mas por determinação. O feminismo “é uma porta”, “é um projeto de emancipação das mulheres”. “É um movimento” que possibilita mostrar a conhecer “a luta histórica das mulheres pelo seu direito pela sua emancipação”, por isso mesmo um processo que segue em construção e tem como meta construir uma sociedade diferente.

O debate sobre o feminismo e as características do feminismo camponês foi também reforçado pelas mulheres nos CECs. As relações sociais, as práticas sociais não estão separadas, mas inter-relacionam-se. Voltamos à ideia de que tais relações estão imbricadas num único nó e a partir daí compreendemos o que caracteriza o feminismo camponês visto a partir da experiência das mulheres camponesas do MMC. Entre os elementos centrais desse feminismo camponês ao qual nos referimos estão: a solidariedade, o companheirismo, a experiências das mulheres, a teimosia de ir além daquilo a que se limitavam quando foram atrás de direitos, entre outros.

5.2.1 Feminismo e as características do feminismo camponês a partir das mulheres camponesas

Durante os CECs, constatamos que o feminismo do MMC é a luta em todas as dimensões que visa libertação das mulheres, das relações sociais e do meio em que vivem. Trata-se de um processo de construção que indica um olhar para o feminismo, que é camponês, agroecológico e por isso caracterizado como popular. Entre as principais características, estão:

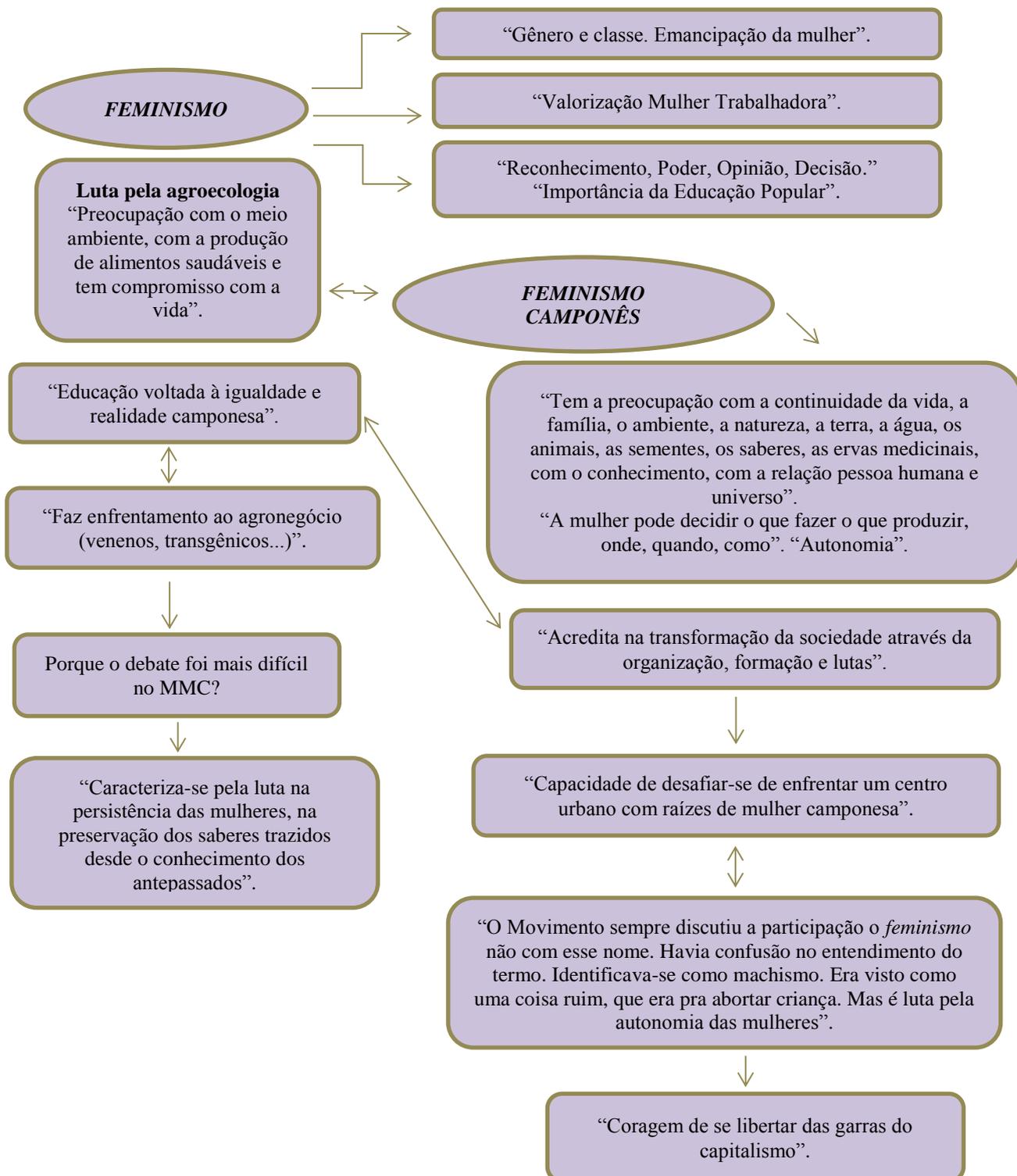
A compreensão de relações patriarcais de gênero, classe e etnia/raças. Observamos que a relação de raça/etnia é um desafio posto. Está colocada a dimensão do respeito que promove a dignidade na qual a camponesa luta também contra a ideia de que sempre a mulher precisa provar que é capaz. Isso porque, na luta, essa mulher foi se descobrindo, conscientizando-se e

despertando para suas potencialidades e poderes. Elas foram descobrindo que, na medida em que aprendem, também ensinam, compartilham saberes, multiplicam conhecimento.

Daí a importância da educação popular voltada à igualdade e realidade camponesa quando tem a ver com a mulher camponesa e sua realidade. Por isso, o empenho das mulheres camponesas no MMC em buscarem o aprofundamento ainda maior de sua identidade e dignidade feminina/feminista nos espaços onde atuam, inclusive recolocando as bandeiras por igualdade de direitos.

O feminismo camponês, agroecológico, “chegou para ajudar” no reconhecimento enquanto mulher trabalhadora. Que, por meio de sua relação com o trabalho, demarcado pela “dupla, tripla, quarta jornada”, luta pela própria valorização. Isso se manifesta nas nuances da vida cotidiana. O machismo ancorado pelo patriarcado traz marcas profundas na luta pela libertação da mulher. Quando a mulher camponesa vai propondo a divisão de tarefas dentro de casa, em relação aos filhos e também na militância, ela vai ao mesmo tempo avançando na tomada de sua consciência. Essa postura é identificada pelas camponesas como atitude feminista. O esquema a seguir sintetiza a compreensão do debate que as mulheres fizeram durante os CECs sobre as concepções de feminismo e suas elaborações relacionadas ao feminismo camponês.

Figura 8 – Concepções das pesquisadas sobre feminismo e feminismo camponês



O feminismo camponês se expressa pela preocupação da mulher camponesa com a continuidade da vida, com a vida da família, com o futuro das crianças, com a vida do meio ambiente e do ambiente como um todo. A viabilização da família camponesa está intimamente ligada com a terra, com a água, com as ervas medicinais, com os animais, com o alimento saudável. Há um cuidado para que a natureza continue viva e presente. E nessa preocupação, cuida-se então das sementes, do plantar, do colher e armazenar, relacionando essas práticas com os conhecimentos herdados dos antepassados, atribuindo aos mesmos novos sentidos e novos significados.

É um feminismo que coloca como fundamental a luta pela agroecologia. Há uma nítida preocupação com a biodiversidade e com a produção de alimentos saudáveis. Tem compromisso com a vida. As mulheres fizeram questão de afirmar que o aprendizado no MMC sobre sementes, plantas medicinais, estudo, formação, troca de saberes nunca vai sair da moda. Por isso mesmo é um feminismo camponês agroecológico, que incide no território e promove condições humanas, sociais e ambientais geradoras de uma convivência justa e sustentável.

É um feminismo camponês caracterizado como agroecológico, que se define pelo acúmulo das lutas das mulheres camponesas no enfrentamento ao agronegócio (venenos, transgênicos, monocultivos). Afirmando: “somos parte e construtoras da vida cuidando da mesma para as futuras gerações”, pois acreditam na transformação da sociedade por meio da organização, formação e lutas.

É, por assim dizer, um feminismo que integra a vida das mulheres no dia a dia, com seu jeito de ser, pensar e agir, com a capacidade de planejar e organizar a casa, a família, a produção, mas sem deixar de pensar no todo, sem deixar de lado a coragem de se libertar das “garras do capitalismo”. Indica outro modo de vida.

Em relação aos trabalhos que discutem o feminismo camponês popular, encontramos a dissertação de mestrado de Táboas (2015). *Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas*. Essa autora faz a sua análise com base na experiência e leitura que “o próprio MMC faz em relação ao feminismo”. Ela destaca que “o momento atual é de reflexões e formulações de um projeto feminista”, que não se restringe apenas ao MMC, “[...] mas que todo um conjunto de movimentos sul americano de mulheres do campo pensa e atua na organização de novas práticas feministas emancipadoras.” (TÁBOAS, 2015, p. 80).

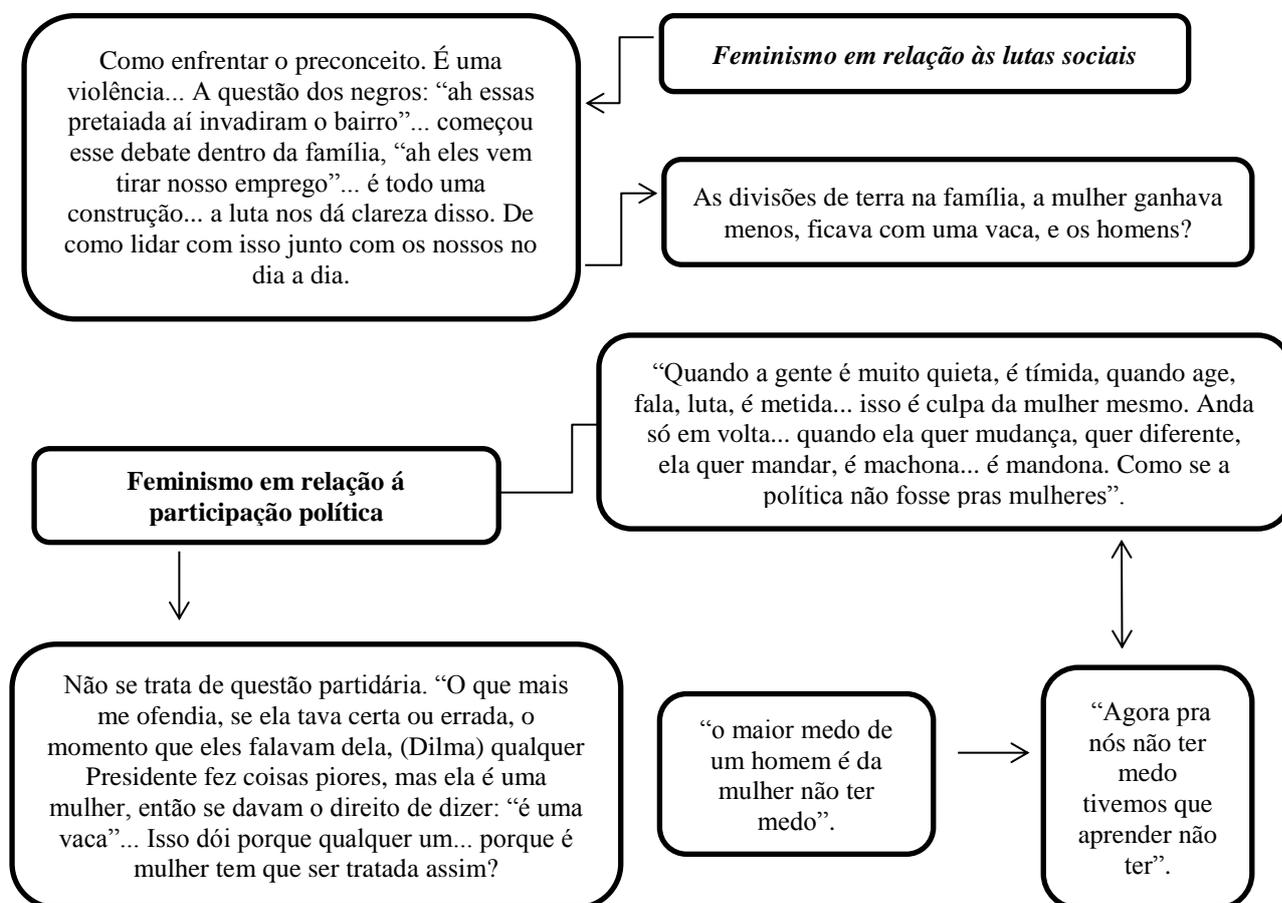
Essa mesma autora constata de que “ainda não houve uma sistematização fundadora e fomentadora do feminismo camponês” (TÁBOAS, 2015, p. 81). Entretanto, Táboas (2015)

destaca, a partir de falas das militantes, que há “elementos constituintes desse movimento revolucionário em construção”.

O desenvolvimento da consciência das militantes para a compreensão da cultura camponesa conservadora que impõe papéis sociais ao gênero, desvalorizando o trabalho realizado pelas mulheres e desequilibrando poderes nas relações e pessoais; a luta pela construção de uma dignidade própria à realidade da mulher camponesa, assim, luta por documentos, autonomia econômica, respeito à vontade e opiniões das mulheres, reconhecimento e valorização do trabalho feminino, igualdade de direitos; e, por fim, o rompimento com os paradigmas de gênero e poder. (TÁBOAS, 2015, p. 81).

Concordamos com a ideia de que existe um processo histórico em curso, que busca compreender e avançar na perspectiva de uma consciência feminista camponesa, que encontra na experiência do MMC um de seus aliados importantes, que relaciona o feminismo com as lutas populares e com a participação política da mulher na sociedade.

Figura 9 – Concepções sobre o feminismo em relação às lutas populares e em relação à participação política da mulher na sociedade



O feminismo camponês de vertente marxista apresenta elementos para uma análise da experiência de luta das mulheres camponesas no MMC e oferece aspectos para compreensão de sua realidade vivida. É uma fonte indispensável quando se pensa outra perspectiva epistemológica que se concretiza no território, pois é ali que se efetiva a práxis.

5.3 O Território como lugar da práxis

Meu irmão índio, meu irmão afro, meus latinos companheiros, nós somos vítimas das dependências, de um império estrangeiro. Eu me pergunto a todos nós: Até que dia nós aguentamos, essa violência tão assassina? Nos tomam as terras, matam os índios, nos deixam os restos da nossa América Latina. (Grupo musical: Cancioneiro Juventude Canta e Encanta, 2009).

Ao pensar sobre as repercussões da práxis das mulheres em movimento no território, ressaltamos que, mesmo que tenhamos tratado minuciosamente da formação da região oeste catarinense no capítulo 4, item 4.1 e aqui nos propomos a discutir o território, isso não significa fragmentação, pois entendemos que a região está no território. A regionalização é o processo que ocorre no território. Assim, destacamos inicialmente algumas considerações em relação ao/s conceito/s de território tendo em vista que este/s se constitui enquanto lugar da práxis.

É um conceito que também está em disputa. É no território que interagem diferentes sujeitos e ali eles próprios fazem-se ao mesmo tempo em que vão construindo significados para suas experiências. No século XXI, elementos novos vão se colocando, na medida em que vai se construindo uma maior tomada de consciência sobre o território pelo mundo todo. Entram em cena outras concepções a partir da dimensão territorial dos processos produtivos, culturais, sociais, entre outros. Durante a pesquisa de campo, as mulheres foram também se pronunciando em relação as suas mais diversas compreensões acerca do território. Carmem foi incisiva:

O território das mulheres não existe. Como o território é um lugar, esse pode ser tanto para mulheres como para homens. Mas na sociedade muitas vezes as mulheres fazem seu lugar, muitos dizem que lugar de mulher é em casa! Então as mulheres acabam ocupando seu lugar privado, ficam em casa, vão à vizinha e na igreja. E repetem isso sempre, formando esse como ‘o seu lugar’. Outras, porém mais ousadas ocupam outros espaços, participam da comunidade, na prefeitura, no sindicato, nos conselhos, nos movimentos sociais, no MMC, então, essas ocupam o lugar público, nesse território tem mais espaços de formações, participação, adquire conhecimento e se faz liderança. (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

O que Carmem está dizendo é que o território não está dado, ele é construído. Há uma construção social que passa pela experiência. Exemplifica sua intervenção mostrando que o fato da casa estar vinculada ao espaço privado delegado como “lugar” atribuído à mulher não

significa que este é o território das mulheres. Em sua definição, Carmem, quando se refere à dimensão do “público”, mostra a dinâmica do fazer-se no território. Por isso mesmo, afirma: “Território das mulheres não existe”. A Noeli apresentou outros elementos:

Eu acredito que território das mulheres vai muito na perspectiva e olhar das mulheres. Espaço que pela sociedade foi nos colocado que é aquele espaço onde as mulheres vão produzir as suas coisas, vai fazer seu horto, seu pomar. Mas que o território das mulheres é um espaço onde é possível construir novas relações. As mulheres vão a partir do seu conhecimento, a partir do que elas acreditam vão conseguindo transformar esse local. Acho que também inside na questão política, econômica, social para fazer a luta por direito uma possibilidade de um espaço pra construir uma sociedade justa igualitária. (Entrevista, Noeli, Chapecó/SC, dez. 2016).

Fica claro na fala de Noeli o significado de território como “um espaço onde é possível construir novas relações”. Santos (2010) nos alerta sobre esse tempo de estagnação que estamos vivendo, frente às possibilidades de pensar processos de transformação social e argumenta sobre a necessidade de uma globalização contra hegemônica, que, em seu ponto de vista, já está sendo construída a partir dos movimentos sociais e grupos organizados. Como podemos ver nas narrativas, a dimensão de território é aqui compreendida não apenas sob o ponto de vista geográfico, nem mesmo aquele delimitado por Instituições Governamentais, a exemplo do que concebe o IBGE, mas pela força dos diferentes sujeitos que intervindo nas realidades, vão ocupando-as e produzindo suas diferentes significações oriundas de suas experiências, centralmente na busca de encontrar sentidos para o seu viver.

Assim, a categoria territorial na análise dessa pesquisa permite-nos pensar a partir da organização dos ecossistemas⁶⁸, das sociabilidades, bem como de relações mais amplas, sejam elas entre campo e cidade, ou outras. Sposito (2006) afirma que há necessidade de se ultrapassar a visão dicotômica construída historicamente entre cidade-campo. Explica Noeli:

Território é um espaço onde você vive, é um local. Mas eu entendo ele não só como a terra onde você constrói a tua casa, mas é um espaço de construção de relações, onde há possibilidade de construir novas perspectivas. Precisa pensar o território para além da agricultura, a questão econômica, social, política que envolve todo esse espaço que está ali colocado. É fundamental entender como ele funciona como ele se dá, pra você poder agir sobre ele construindo novas possibilidades é um espaço aberto, não é uma coisa dada. Sempre há possibilidade a partir da organização, a partir da luta. A partir do enfrentamento você construir uma nova relação porque muitas vezes, né, hoje na sociedade capitalista, patriarcal, machista, muitas vezes o território é um espaço de dominação e a partir do momento que você consegue fazer a organização a partir da luta local você tem a possibilidade de transformar essas relações. (Entrevista, Noeli, Chapecó/SC, dez. 2016).

⁶⁸ Para uma maior compreensão dos estudos sobre ecossistemas será oportuno consultar a obra *Agroecologia Processos Ecológicos em Agricultura*, de Stephen R. Gliessman (2009). O conceito de Agroecossistema possibilita uma análise sobre os sistemas de produção de alimentos como um todo.

Trata-se de analisar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, que, em cada espaço-tempo, orientam e dão sentido à vida no território, buscando as articulações ao invés da setorialização e do isolamento, gerando um sentido de complementariedade, de interação. Santos (2000) discute a dinâmica territorial a partir de duas dimensões – vertical e horizontal. Mostra como principalmente as macro empresas comandam a racionalidade hegemônica global do capitalismo, transmitindo-a para a sociedade por meio das verticalidades que se espacializam no território.

Nas verticalidades, os interesses corporativos sobrepõem-se aos interesses públicos. O sistema de produção serve-se das verticalidades organizadas em redes, que se colocam a serviço de quem é de fora da área e que determina e organiza a forma de ação nos lugares.

As decisões essenciais dos processos locais obedecem às motivações distantes, alienando as pessoas desses lugares, enquanto na dimensão horizontal, Santos (2009) mostra que se trata de atividades e ações que possibilitam a estruturação da vida social. Nesse caso, é possível construir a união como base de vida comum.

Faz-se necessário criar normas locais, normas regionais que afetam as normas nacionais e globais. As redes de solidariedade instigam a coesão social como forma de enfrentar a marginalização e exclusão. Karnopp (2014, p. 243), explica que:

[...] as verticalidades são forças que prevalecem no território [...]. Isto significa que o uso econômico é mais importante que o uso social do território, ou seja, os interesses econômicos externos sobrepõem-se aos interesses sociais da região. As verticalidades não consideram o interesse coletivo, não dão ênfase às interdependências e redes de solidariedade de pessoas e grupos, organizações de base local. A região se apresenta passiva e receptora da cadeia de decisões concebida a partir de fora ou de longe.

Já a dimensão horizontal “[...] se conforma através de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se estabelecem nas escalas locais e regionais, nas quais é possível fazer convergir solidariedades locais”. Diz ainda que: “[...] é possível, também, avançar nos esquemas de análise das novas lógicas na relação produtiva, assim como dos principais processos presentes na base de todas as desigualdades socioespaciais hoje existentes” (KARNOPP, 2014, p. 294).

Daí a concepção de território como processo, campo de forças, lugar de exercício das contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e social dos recursos. Entre aqueles/as que detêm os meios de produção capitalista (MPC) e quem vende a força de trabalho (fdt) para continuar (re) existindo.

Julgamos oportuno apresentar as percepções das camponesas discutidas nos CECs, quando lançamos a seguinte questão: “Que projeto de desenvolvimento territorial está nascendo da experiência das mulheres camponesas?” O debate foi muito rico e levantou várias considerações, entre elas destacamos:

A Justina defendeu que a “primeira ação a ser feita é a reforma agrária e a justa distribuição da terra”. Mas também acrescentou:

Temos que ter clareza da continuidade da luta pela autonomia das mulheres e de nossos projetos. Não podemos nos iludir e esquecer que vivemos hoje os efeitos de um golpe no Brasil e já estamos na batalha contra o retrocesso e perda de direitos. Temos que construir a partir das pernas que temos. O que nos dá segurança é o que construímos até aqui. Agora nas Assembleias trabalhar bem a organização, a resistência, a comercialização. [...] Outra questão é a luta previdenciária. Temos que preparar as mulheres na questão da aposentadoria. As mulheres precisam produzir agora até 65 pra se aposentar. Nós temos que fazer as mulheres entender a situação do golpe no Brasil. (CEC, Justina, Marema/SC, 2017).

Jacinta mencionou a necessidade de “Políticas Públicas para avançar na agroecologia e alimentação saudável no campo e na cidade”. Zenaide propõe: “[...] renovar e revisar o programa de sementes crioulas de hortaliças pelo acúmulo que temos, mas precisamos avançar, um aspecto é renda”. Nesse sentido, Lourdes complementou: “[...] O que temos de semente não é qualquer grupo que tem. Tem muita gente de olho. Temos que fazer um projeto grande. Motivo de mostrar o que temos são muitos”.

Miriam exemplificou:

[...] eu, como agricultora camponesa, o projeto que nos queremos pra sociedade, os trabalhadores do campo tenham seu espaço, mas os da cidade que querem produzir alimento devem ter seu espaço, os camponeses tem que ter a ideia mais clara. a mídia diz que desde que seja alimento não importa se tem veneno, mas nós ter a consciência dos alimentos saudáveis, espaço e oportunidades, curso de formação, mais bem remunerado o produto que a gente produz, incentivar os jovens desde pequeno ensinando a retornar a ensinar mexer na terra, alimentos, ensinar a dar uma enxadinha pra eles ir brincar.... a escola diz a as crianças vem com as unhas suja isso é normal da vida... vai mudar a partir da mente diferente na sociedade. É um desafio. (CEC, Miriam, São Miguel D’Oeste/SC, 2017).

Zenaide, do CEC de São Miguel D’Oeste, chamou atenção no sentido de que, no território, há “[...] falta de sementes, temos que produzir sementes, aprender mais sobre doença das plantas e o solo contaminado com veneno. [...] Como tratar o solo, a semente ser de boa qualidade”. De acordo com Marilena, além de continuar com o trabalho das sementes e repassar adiante “[...] é preciso produzir a própria semente. Só entre nós não chega, temos que batalhar pra ser liberada a comercialização das sementes crioulas e a gente precisa poder produzir”.

É assim que o território vai sendo reconfigurado. Não podemos negar que as grandes empresas transnacionais continuam invadindo os territórios. Exploram os trabalhadores/as, acumulando a mais-valia, criam a desigualdade, gerando um abismo entre ricos e pobres. Isso nos leva ao seguinte questionamento: Que tipo de desenvolvimento territorial, regional é esse? É fundamental considerar aquilo que Etges (2014) destaca no sentido de que o processo de globalização, que vem reconfigurando os territórios na atualidade, não possui apenas uma única face:

Há pelo menos duas faces: a da *perversidade* do processo em si, expressa na territorialização dos interesses dos segmentos hegemônicos, e a da *oportunidade*, que se apresenta aos atores regionais, quando se apropriam de conhecimentos que lhes permitem reagir, superar a passividade. Milton Santos (1996) é categórico a esse respeito quando afirma que a única forma de frear o caráter perverso da globalização é fortalecer as regiões. (ETGES, 2014, p. 48, grifos nossos).

Feito de embates, disputas, problematizações e experiências diversas o território vai sendo constituído e identificado como lugar da práxis. Concluimos, neste capítulo, que o processo de construção do programa de sementes crioulas de hortaliças, recorte escolhido nesta pesquisa para mostrar como as mulheres camponesas em movimento no MMC elaboram práticas e constroem saberes, está vinculado aos pilares do feminismo e vai sendo caracterizado na experiência como feminismo camponês. Fundamentado pela perspectiva da educação popular, o território é o lugar por excelência onde a experiência adquire consistência e sustentabilidade, o que, por sua vez, vai sinalizando um percurso que indica outra perspectiva epistemológica que é de resistência e de enfrentamento ao mesmo tempo. Essa somente poderá ser compreendida na práxis, conforme veremos a seguir.

6 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS DE MULHERES CAMPONESAS EM MOVIMENTO NO OESTE CATARINENSE

Ressurgindo na base esta nova sociedade se constrói c'ousadia. Este é o nosso projeto, agora vai dar certo contra o capitalismo. (ZORTEA; BRAUN, 2006, p. 7).

No capítulo anterior, vimos como o território se constitui lugar da práxis e, em continuidade, neste último capítulo, propomo-nos a estabelecer um diálogo sobre como os saberes veiculados pelas práticas das mulheres em movimento no oeste catarinense apontam para uma perspectiva epistemológica fundamentada na resistência e no enfrentamento.

6.1 Práxis como processo de construção de saberes a partir da experiência camponesa

Mulher agricultora cultiva o chão, produz alimentos para o povo da nação. É uma mistura de muita fé e coragem, carregando na bagagem muitas fibras e canção. Quebrando correntes, derrubando a opressão, mulher agricultora força nova da nação. (FORNARA, 2011, p. 06).

Para Marx, a práxis é o fundamento da teoria, pois a teoria está incluída na práxis, o que significa afirmar que não existe separação entre teoria e prática. Marx utilizou o conceito de práxis como uma crítica ao positivismo idealista da sociedade. Kosik (2002) explica que a práxis como categoria desempenha papel fundamental quando se objetiva pensar sobre epistemologia:

[...] a práxis foi entendida como socialidade, e a filosofia materialista como doutrina da 'sociedade do homem'. Em outras transformações a 'práxis' tornou-se mera categoria e começou a desempenhar a função de correlato do conhecimento e de conceito fundamental da epistemologia. (KOSIK, 2002, p. 218).

O pensamento marxista descreve práxis como uma atividade que se origina na relação/interação entre homem/mulher e a natureza. Porém, essa só começa a fazer sentido quando se dá o movimento de alteração nos processos sociais efetivados pelas ações e conduta dos seres humanos intervindo na história. Para Kosik (1995), a história, na visão marxista, é a história do mundo real:

Mundo real é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. O mundo real é o mundo em que coisas, relações e significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem, se revelam como sujeito real do mundo social. (KOSIK, 1995, p. 23).

Trata-se de processos contestatórios e antagônicos aos do capital. São visões, concepções de um mundo problematizado, estudado, pesquisado. A disputa entre epistemologias manifesta debate entre práxis. “A práxis é a esfera do ser humano.” (KOSIK, 2002, p. 222). Como as mulheres criam a realidade, é resultado do processo histórico de unidade da relação que se estabelece entre a mulher e o mundo. Há uma elaboração e uma reelaboração de mundo feito pelas mulheres desse Movimento. Concordamos com Kosik (2002, p. 222) quando afirma que “[...] a práxis do homem não é atividade contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade”. Explica o autor:

A práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente – unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade. Como a realidade humana e social é criada pela práxis, a história se apresenta como um processo prático no curso do qual o humano se distingue do não humano: o que é humano e o que não é humano não são já predeterminados; são determinados na história mediante uma diferenciação prática. (KOSIK, 2002, p. 222).

A possibilidade de ser da realidade humana e social é criação da práxis. Sánchez-Sánchez-Vázquez (1980) sustenta sua perspectiva de conceber a práxis como categoria central do marxismo:

[...] continuamos pensando que o marxismo é antes de tudo e originariamente uma filosofia da práxis, não só porque brinda a reflexão filosófica com um novo objeto, mas sim especialmente por ‘quando do que se trata é de transformar o mundo’ forma parte como teoria, do processo de transformação do real. (SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, 1980, p. 12).

Em suma, para esse autor, o marxismo é uma nova práxis da filosofia e uma filosofia da práxis, entendendo práxis como “[...] o ato ou conjunto de atos em virtude dos quais o sujeito ativo (agente) modifica uma matéria prima dada” (SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, 1980, p. 245). As mulheres, por meio dos processos de lutas, práticas, experiências, vão elaborando saberes e construindo suas próprias análises de intervenção na realidade, pouco a pouco estabelecendo leituras, fazendo confrontos às problemáticas vividas no campo, buscando avançar na luta por uma agricultura feminista camponesa.

A práxis como processo de construção de saberes a partir da experiência camponesa é aqui caracterizada como ação pedagógica que é ao mesmo tempo ação política. Remete-nos inicialmente às contribuições de Thompson (1981) que, além de pensar os problemas e situações reais, os fez, a partir das ações de pessoas “comuns” e, ao referir-se sobre a

experiência vivida socialmente, foi mostrando que é nela que se efetiva a possibilidade de mudanças na consciência social: “[...] a experiência [...] propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados” (THOMPSON, 1981, p. 16). Não há possibilidade de mudança sem ação pedagógico-política.

A práxis, na perspectiva dos saberes das mulheres camponesas, constitui-se de várias formas e é por elas ressignificada na própria experiência camponesa. Para Nelci: “O conhecimento veio de vários jeitos. Dos pais/avós/pessoas de idade/Movimento. Aproveito tudo o que tem na roça” (CEC, Nelci, Chapeco/SC, 2017). As mulheres fizeram comparações a exemplo da Nelci quando relatou que a nora foi lhe pedir batata doce e Nelci disse “sim vai lá na horta tem um pedaço com batata doce”. A nora foi lá procurou as batatas e não as encontrou. “Ela não sabia que batata doce dá debaixo da terra.” (CEC, Nelci, Chapecó/SC, 2017). Parece algo simples, elementar. Mas isso precisa ser apreendido/ construído. Se não há quem ensina não é possível o aprendizado.

A partir daí outros significados foram sendo destacados. Rosalina comentou: “Nós descobrimos no resgate das sementes que a semente é a base de nossa alimentação.” Assim elas também foram aprendendo a considerar “os remédios como alimentos e os alimentos como remédio”. Diz Rosalina:

O sistema mostra os alimentos com o corante. Nós vimos o quanto isso faz mal. Aprendemos que os corantes que eles colocam nos alimentos industrializados fazem manifestar as células cancerígenas. Nós decidimos pelas plantas medicinais. Assim estamos aprendendo o valor de cada planta, pra que serve e como utilizar. Por exemplo: A Flor da capuchinha é diurética. Nós colorimos nossos alimentos com a própria natureza. Ex: Panqueca verde. “Através das sementes fomos descobrindo tudo isso”. (CEC, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

Rosalina faz questão de destacar que os objetivos de construção dos saberes na práxis camponesa não são os mesmos do sistema social que vivemos:

Se eu quisesse comercializar remédio estaria rica. Mas não é esse nosso foco, nosso forte. [...] Veio junto com as sementes a prática da descoberta prática do que é bom para viver bem. A ora-pro-nóbis é a saúde do corpo. Quando eu fui estudar eu descobri a energia da vida. Ela faz funcionar todo o nosso organismo. A mulher tomar cipó amargo forte, fazia fraquinho, é pra tomar porque a menstruação não é doença, mas é o útero que tá se manifestando, mudando de jeito. Tomar para não ter inflamação. Era uma planta que ela falava assim, depois o útero volta bem ao normal, fica do mesmo tamanho, não fica aquela mulher barriguda, aquele chá fazia o útero voltar o normal. Ela dá uma flor e o desenho é do útero e as trompas. A natureza ensinava pra eles. A natureza mostrava. [...] Essa planta que tinha que tomar na menstruação é a planta feminina. Ela é bem parecida do cipó mil homem. Mil homem é a planta masculina, e o cipó abuto é a forma da mulher. Serve e

controla todos os nossos órgãos. Isso é uma riqueza. O valor que isso tem. Eu vi assim, todos têm que partilhar essa prática. Quem tá estudando daí que tem que entender porque a gente quer fazer essas práticas. (CEC, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

A dimensão pedagógica dessa práxis que iniciou com as sementes crioulas de hortaliças foi sendo ampliada e ganhou outras formas através de quintais produtivos, recuperando as flores, resgatando a criação de pequenos animais (figura 10), a produção de artesanato, as ervas medicinais, o alimento saudável. As mulheres camponesas foram aprendendo e ensinando a transformação dos remédios caseiros/alternativos (figura 11) que muito têm contribuído com as comunidades. Formaram grupos, associações, entre outras alternativas coletivas.

Figura 10 – Pequenos animais, propriedade de Rosalina, CEC Chapecó/SC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. (Autoria da Fotografia: Zenaide Collet).

Figura 11 – Remédios caseiros/alternativos, casa de Rosalina, Chapecó/SC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. (Autoria da Fotografia: Zenaide Collet).

As necessidades mais elementares de suas vidas lhes permitiram construir conhecimento. Nesse sentido, o livro *Pedagogia do Oprimido* (2014), escrito por Paulo Freire (1ª publicação em 1968), apresenta uma significativa contribuição para a análise da construção de saberes do MMC/SC. O autor vai mostrando como as imposições, por parte de quem oprime, próprias do sistema capitalista, vão envolvendo os que são oprimidos, fazendo com que estes “sintam-se menos”, condicionando-os a se conceberem diminuídos diante de outros. Dito de outra maneira, levando-os à condição de necessitarem do opressor em situação de dependência, submissão. Vai se criando uma forma de pensar a opressão, a servidão das mulheres camponesas, legitimando-as como “verdade”. Logo, trata-se de uma construção social que pode sofrer alterações. Notamos como, por meio de situações da vida cotidiana, as mulheres foram fazendo novas descobertas e ressignificando saberes. Diz Carmem:

[...] destaco o conhecimento que aprendi no MMC. Conhecimento com raízes. Nenhuma faculdade de medicina ensina isso. Conhecimento de outro jeito de viver a vida camponesa. É um conhecimento que passa de geração a geração. Meu pai me ensinou cortar a rama de mandioca. Observar quantos olhos a rama tem. Tendo 3 nós é suficiente para fazer a muda e dá certo. Com minha mãe aprendi fazer pão no forno de barro. Usar a palha para ver o calor. É a teoria e a prática junto. Tem ciência nesse conhecimento. Porque minha receita é diferente da outra. Isso tudo tava indo embora com as novas tecnologias da agricultura moderna que quase a gente tava entrando nela. Mas no Movimento nós fomos vendo a realidade com outros olhos. (Autobiografia, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Os saberes, as práticas tradicionais existentes como valores na experiência dos mais velhos, dos pais/mães, avôs/avós “estavam indo embora” com as novas tecnologias da agricultura moderna, mas os olhos que estavam como que vendados, foram sendo abertos na medida em que a luta feminista camponesa com ênfase na agroecologia foi ganhando novos contornos. Da ação pedagógico-política de mulheres camponesas em movimento nasceu a possibilidade da autonomia.

Não é qualquer práxis. É a práxis transformada em conhecimento, de outro jeito de viver a vida camponesa. É da ação política que vai sendo transmitido o ensinamento, passando de geração a geração. Ali “tem ciência nesse conhecimento” feito por *outros sujeitos outras pedagogias* (ARROYO 2012). Assim diz Justina: “Aprendi me organizar na militância. [...] Aprendi outra perspectiva de vida para mim e para as mulheres.” Lourdes acrescentou: “Aprendi a ser livre para tomar decisões. Eu sou uma pessoa livre. Vivo com o que é meu.” Jacinta interferiu e disse: “O que a gente aprendeu é nosso. Esses saberes são nossos.” É o processo de luta e conscientização que constrói outro sujeito – a mulher camponesa. Com ela nascem outros saberes e formas de aprendizado e humanização que sinalizam outras perspectivas epistemológicas.

Figura 12 – Amostra pedagógica, Associação Pitanga Rosa, Chapecó/SC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. (Autoria da Fotografia: Zenaide Collet).

No Prefácio da *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2014) desenvolve uma reflexão mais aprofundada sobre a necessidade da luta para recuperar a humanidade dos que estão em situação de opressão e servidão. Trata-se de “[...] um comportar-se do homem frente ao meio que o envolve, transformando-o em mundo humano” (FREIRE, 2014, p. 18).

Isso somente é possível por meio da ação social. Daí a importância das experiências de resistência e dos saberes que vão sendo construídos, pensados e elaborados pelos próprios sujeitos em seus processos de lutas camponesas. Freire (2014, p. 52) explica que: “[...] a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela é impossível a superação da contradição opressão-oprimido”. Carmem, em sua autobiografia, deixou registrado, como, por intermédio do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, as mulheres camponesas em

movimento, na medida em que foram ampliando suas práticas de resgate das sementes, foram também construindo novos saberes, compartilhando valores, vivenciando relações de vizinhança.

Das sementes de hortaliça nós começamos pensar mais sobre o que nos comemos. Daí criamos o projeto da alimentação saudável no MMC. Mas daí a gente ficou pensando que precisava fazer na prática. Precisava ter as sementes nas mãos. Daí começamos a tentar com o grupo que estava a fim de fazer isso. Começamos trabalhar, demoramos 3 anos pra se afirmar como grupo. A gente se reúne uma vez por semana, 15 participantes. Dividimos em 03 mulheres pra fazer o manejo das sementeiras. As 05 mulheres que vem plantam o que precisa nas bandejas que fica para todo grupo e levam o que precisam pra horta delas. Cada uma tem sua horta individual. O manejo diário é uma família que faz. O grupo todo se reuniu pra organizar a produção de semente. (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Continua Carmem:

Ficou assim: Cada mulher se responsabilizou de produzir duas espécies de sementes (alface – nós temos 3 tipos, rúcula, brócolis), não ficamos só nas hortaliças, estendemos pra outros tipos de alimento como abóbora, melancia, fisalis, ibisco, tomate de árvore, crotalária, alfafa [...] o objetivo é manter a estufa com as nossas próprias sementes, recuperadas por nós. Primeiro lugar as mulheres acharam que a verdura da semente crioula é mais gostosa. A gente sabe o que tá consumindo. É uma incentivo a outra pra ter a horta cheia, bonita. Horta bonita mesa cheia e família feliz. E os homens começaram participar. Quando tá chovendo que nos fizemos reunião eles vêm tudo lá participar. (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Carmem conclui seu relato dizendo:

Além das questões das plantas nesse grupo pensamos também a ornamentação ao redor das casas. Lá na estufa a gente produz também muda de flores. Esse grupo trabalha com as hortaliças e flores, tamo recuperando as flores mais antigas: já recuperamos grinalda de noiva, primavera, alfinete, roseiras antigas de diversas variedades e cores, cravo de defunto, manjeriço. Daí temos as aromáticas como cravo de defunto, manjeriço que usamos como repelente. E a comida melhorou muito, [...]. E a gente se encontra, conversa, passa informação uma pra outra. (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Carmem mostra vários aspectos de como se dá o processo dessa perspectiva epistemológica em construção no MMC e a importância do grupo.

Figura 13 – Grupo de produção de sementes crioulas, comunidade Faxinal dos Rosas, Chapecó/SC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. (Autoria da Fotografia: Carmem Munarini).

Observamos que nesse processo as mulheres criam suas estratégias próprias para efetivamente chegar ao manejo das sementes, feito coletivamente inaugurando um sentido de reciprocidade em cada uma de suas ações. Elas, ao mesmo tempo em que plantam para o grupo, levam para sua horta individual aquilo que falta. Ali vai se dando uma mistura de troca, intercâmbio movido pelos laços da partilha de saberes e de sabores. O coletivo alimenta e qualifica o individual e o individual fortalece os laços da coletividade. Cria-se uma responsabilidade que é de cada uma individualmente e de todas ao mesmo tempo.

Com a dura sobrecarga do trabalho nos aviários, na produção racionalizadora feita em alta escala, não sobrava mais tempo para cuidar do espaço da casa, do belo, da gratuidade, consequentemente muitas mulheres não conseguiam mais participar da própria organização. Na medida em que foram encontrando-se, reunindo-se em torno de objetivos comuns, foram conhecendo novas ideias e práticas, originando novas possibilidades para a vida. Freire (2014) afirma que:

[...] não haveria ação humana se não houvesse uma realidade objetiva, um mundo como ‘não eu’ do homem, capaz de desafiá-lo; como também não haveria ação humana se o homem não fosse um ‘projeto’, um mais além de si, capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la. (FREIRE, 2014, p. 55).

Quem desperta na luta começa ver o mundo sob novas e múltiplas dimensões. Está sendo ali construído um tipo de conhecimento que inspira o cuidado pelo outro e para além dele. Diferente do conhecimento que me faz querer ser/ter mais que o outro. É no grupo que

se dá o encontro, a conversa, a troca de informação. O grupo vira comunidade, provoca participação, responsabiliza, (re) educa, orienta, ensina/aprende. Referimo-nos ao conhecimento que “num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários” (FREIRE, 2014, p. 55).

Estamos falando da ação pedagógica dos oprimidos que conduz a dimensões humanas da liberdade, superando a ideia de “coisa”. O processo de desumanização transforma os seres humanos em simples “coisas”. Lutar pela sua humanização é fazer com que essas mulheres deixem de serem coisas. Como vimos em todo o texto, isso não é um ato mecânico. Não está dado e nem se faz a toque de caixa. Isso significa que a liberdade deve ser conquistada. Somente quem é livre tem condições de criar possibilidades, de construir outras veredas. As mulheres camponesas foram construindo novos espaços, propiciaram novas alternativas, criaram práticas e estratégias renovadas em suas propriedades e para além delas.

Na nossa propriedade junto [...] construímos um horto de plantas medicinais e alimentícia, hoje temos mais de 300 espécies de plantas catalogadas pelos alunos universitários e visitantes, o mais importante é as práticas com as mulheres do grupo de base, o mesmo se tornou um coletivo de mulheres que se encontra 1 ou 2 vezes por semana para estudar e praticar as experiências. (Autobiografia, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

Foram necessários muitos passos para que muitas dessas mulheres começassem a alterar seus modos de vida, suas concepções de mundo, as referências que lhes indicavam outros horizontes. Conforme já sinalizamos anteriormente, “[...] a libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo” (FREIRE, 1987, p. 19). Trata-se de um processo conflitivo e muito difícil. Porém, quando chegar a ser conquistado na vida dos oprimidos, estes se tornam seres diferentes do que se podia ver antes. Noeli diz:

A Noeli antes do Movimento era aquela menina jovem, que eu entrei, comecei a participar com mais intensidade a partir dos 22 anos era uma jovem camponesa que tinha cursado 8ª série, já tinha casado né, participava da comunidade como catequista, na PJ fazia o processo, mas muito ingênua, muito influenciada pela sociedade que a mídia apresentava, a gente tinha pouco conhecimento do que era o mundo, do que é a sociedade, quem somos nós, quem sou eu enquanto mulher e aí depois que eu entrei no Movimento eu fui percebendo a força que as mulheres têm de transformar. Aos poucos eu fui me transformando. Daquela menina ingênua, daquela menina camponesa eu fui buscando conhecimento, depois disso aprofundando essa questão do estudo. Consegui construir novas relações na minha família mudou várias coisas como já disse antes. (Entrevista, Noeli, Chapecó, dez. 2016).

Continua Noeli, explicando como foi entendendo a engrenagem que deseja manter os oprimidos nessa condição de opressão:

Eu entendo o mundo de outro jeito. Eu consigo entender hoje que nós vivemos numa sociedade capitalista onde tem os ricos que exploram. Que nós enquanto trabalhadores/as temos a nossa força de trabalho e somos explorados diariamente né, mas também aprendi que temos direito e fui em busca desses direitos. Fiz o Ensino Médio fazendo provas de ENCCEJA, por exemplo, hoje já tô terminando o curso de Pedagogia. É um curso à distância, porém, foi o que eu consegui, pra poder militar, poder contribuir no Movimento. Foi importante essa construção no Movimento porque eu vejo muitas colegas minha que poderiam ter feito um ENEM poderiam ter buscado um PROUNI, por exemplo, que não fizeram isso, hoje tão sofrendo muito pra poder pagar seus estudos e continuar estudando. E com o Movimento esse trabalho que a gente foi desenvolvendo a consciência, eu busquei, fiz ENEM, PROUNI tô conseguindo estudar a partir da conquista de luta das mulheres, da classe trabalhadora. O Movimento trouxe uma bagagem, um conhecimento e um entender da vida que se eu continuasse naquele mundo eu não teria adquirido nunca. (Entrevista, Noeli, Chapecó, dez. 2016).

Para Noeli:

O Movimento é uma grande escola onde a gente aprende ser mulher, aprende a ser trabalhadora, aprende a ser dirigente, liderança, onde a gente constrói relações com outros/as companheiros/as, aonde vai construindo coletivo que vai em busca de um sonho de uma transformação. Onde a gente não pensa mais só no eu Noeli, eu quero minha casa, eu quero meu carro, eu quero minhas coisas, mas onde a gente pensa e luta com coletivo, onde a gente deseja né que todas as pessoas tenham os direitos. Acho que a gente descarregou muitos dos preconceitos que a gente tinha né. (Entrevista, Noeli, Chapecó, dez. 2016).

A narrativa de Noeli apresenta, no mínimo, quatro aspectos que consideramos relevantes quando pensamos na práxis enquanto processo de construção de saberes a partir da experiência camponesa que vai gradativamente se traduzindo em humanização. Destacamos:

1º) Há uma visível passagem da consciência ingênua para uma consciência crítica que constrói conhecimento, mostrando que “quem luta sente necessidade de estudar”; 2º) As novas relações são possíveis e estão em curso no meio da luta; 3º) A práxis das mulheres camponesas em movimento no MMC é reveladora de que há outra concepção de mundo e de sociedade que as move e que está em curso na própria experiência. Essa concepção as leva a entenderem como funciona a sociedade capitalista e a não se sentirem mais vítimas dela, mas, sim, sujeitos de direitos que criam atalhos para a conquista de outros caminhos.

E um 4º elemento que enxerga o Movimento como “uma grande ‘escola’ onde a gente aprende ser mulher, aprende a ser trabalhadora, aprende a ser dirigente, liderança”. Já não dá mais para pensar egoisticamente, pensar apenas ao nosso redor. Não que nossas necessidades não devam ser sanadas. Muito pelo contrário, o estudo constitui-se no âmbito do direito, mas agora um direito de todos, para todos, que deve ser conquistado na luta e em luta, distante de qualquer tutela que nos aprisiona, que leva-nos à conformidade e torna-nos refém de quem quer que seja. “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora

sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserem’ nela criticamente.” (FREIRE, 2014, p. 54).

Toda narrativa de Noeli mostra com clareza e consciência que, quando os oprimidos se conformam, acomodam-se e aceitam a violência com que são tratados, quando não procuram enxergar a realidade ao seu redor, quando aceitam tudo com facilidade, são humilhados pelos opressores. Mas revela também o contrário: a luta é o lugar pedagógico que transforma o próprio sujeito, que possibilita a construção de saberes na medida em que este vai intervindo e mudando o seu meio. Ora, se as pessoas mudam, então há esperança e o mundo também pode ser mudado.

O que justifica *A Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2014) na relação com o objeto a ser pesquisado? Se os seres humanos são os criadores das realidades e se estas, na “inversão da práxis” se voltam sobre eles e os condicionam, neste caso, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é processual, sendo possível de ser assumida por homens e mulheres. Entre os elementos que sinalizam outras perspectivas epistemológicas por intermédio da *Pedagogia do Oprimido*, está a busca da “[...] restauração da intersubjetividade. [...] somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não ‘humanitarista [...]’”, pode alcançar este objetivo (FREIRE, 2014, p. 56). As mulheres camponesas vão construindo suas próprias pedagogias, seus saberes para dar razão a sua existência e ao mundo em que vivem. Antes de finalizarmos os CECs, durante a pesquisa de campo, lançamos às mulheres a seguinte questão: “Quando nossa experiência produz outros saberes em relação à mulher camponesa, às lutas sociais, território e ao trabalho enquanto mulheres camponesas?” Apresentamos, a seguir, alguns aspectos que caracterizam a síntese desse debate.

Em relação à mulher camponesa, as mulheres entendem que a construção de saberes passa necessariamente pela luta contra o machismo/patriarcado e pela decisão consciente e livre de assumir-se feminista camponesa, sabendo que isso é decorrente de um processo gradativo, lento, aberto no qual ela vai se envolvendo na medida e amplitude de seu engajamento. Faz parte desse processo a divisão de poder e tarefas, somente assim a camponesa poderá participar da sociedade, colocar-se na disputa para a retomada das mulheres em diferentes espaços de poder. Isso se dá no conflito, por isso mesmo, quando busca sua independência, luta, gera autonomia, descobre-se como um sujeito de direitos sejam eles o lazer, os preços justos, o trabalho sem escravidão/opressão, “ir à praia”, estudar, entre outros. É um saber que reconstitui a autoestima como autovalorização do ser mulher camponesa.

Disseram que constroem saberes em relação ao território quando olham e tratam a terra de outra forma – para produzir alimento e não para gerar lucro, mas para construir vida. Isso se dá quando trabalham agroecologicamente. Estão fomentando outros modelos de desenvolvimento da vida a partir da agricultura camponesa. “Hoje em dia se tem pressa pra produzir, nós precisamos respeitar as leis da natureza.” As mulheres entendem que se faz necessário produzir, mas “precisamos produzir buscando agredir o menos possível a natureza”. Daí a necessidade do cuidado e preservação de matas nativas e florestas por meio da prática dos sistemas agroflorestais, cuidado com o bioma Mata Atlântica. “Também precisamos cuidar, preservar nossas fontes, rios, lagos, águas.” Compreendem que bens naturais – terra, água, florestas – são bens da humanidade e não do capital. “Aprendemos no Movimento que a terra, água, floresta são bens naturais e precisam ser cuidados, preservados.”

Fizeram questão de destacar insistentemente a produção de alimentos saudáveis e diversificados para o consumo próprio, mas também para quem não tem condições de produzir. Há uma preocupação que transcende o reduto da casa, da família e entrelaça-se à vida da comunidade. Os saberes em relação ao território também são construídos quando a mulher conquista autonomia para planejar a produção diversificada e saudável para auto-sustento e renda; quando ela luta contra o modelo químico neoliberal de agricultura e quando ela se desafia a aperfeiçoar seus conhecimentos, estudar e produzir, avaliar e socializar os resultados de seu trabalho.

O território ganha quando a mulher decide e opta pelo projeto popular de agricultura camponesa agroecológico e se articula com outras mulheres e quando ela luta contra o modelo Capitalista Neoliberal de monocultivos, transgênicos, agrotóxicos que cada vez mais estão acabando com a vida em nossos territórios. É também muito importante a luta por políticas públicas em relação à saúde, educação, lazer, entre outros, bem como pela construção do Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológico.

As mulheres camponesas em movimento também produzem saberes relacionados às lutas sociais quando acreditam no trabalho coletivo e percebem a necessidade de mudança de relações, de novas ações; que os direitos estão novamente sendo violados e precisam intensificar as lutas, (re)organizando as mulheres. Afirmaram que a construção de saberes em relação às lutas sociais somente é possível quando as mulheres assumem a organização e sentem-se protagonistas da mudança.

Isso ocorre quando se colocam na luta enquanto feministas camponesas, assumindo as diferenças. Outro aspecto interessante levantado pelos grupos foi a importância das mulheres

passarem a compreender melhor o funcionamento da sociedade, porque só assim será possível a construção do conhecimento em relação às lutas sociais. Para isso, é fundamental “manter vivo o grupo de base que estuda, planeja, se organiza, se ajuda”. As lutas sociais necessitam cada vez mais de uma organização fortalecida das mulheres em unidade com as demais categorias para lutar por seus direitos. Daí a importância de envolver mais mulheres. Só assim será possível o enfrentamento ao Capital denunciando a exploração do trabalho. “Avançamos na consciência crítica, conseguimos mostrar e fazer as outras mulheres entenderem quem são nossos opressores e quem são os oprimidos.”

As mulheres fizeram questão de destacar que os saberes que estão sendo construídos em relação ao trabalho passam pela consciência crítica da própria valorização do trabalho das mulheres por elas mesmas. São saberes que levam ao despertar para dimensões que não haviam percebido antes de se envolverem nessa experiência. Destacaram também que há saberes, muitos saberes na relação com as sementes crioulas, na prática das experiências de produção orgânica. Os saberes em relação ao trabalho também são fortalecidos quando compartilham os mesmos processos e percursos formativos; quando trabalham nas bases a importância da alimentação saudável; quando vão em busca de mais saberes e quando as experiências se multiplicam.

Quando o próprio trabalho é feito com amorosidade, cuidando da terra, das sementes e dialogando com outros saberes. Como sintetiza a fala da Lourdes: “Afinal estamos sempre em movimento buscando novas ideias, na partilha de experiências com outras mulheres. Em relação ao trabalho de agroecologia, cada dia é uma experiência, nada está pronto, isso que é prazeroso.” (CEC, Lourdes, Marema/SC, 2017). Daí a importância do diálogo com Freire por meio da *Pedagogia do Oprimido*.

Esse diálogo, ao mesmo tempo em que nos possibilita pensar a práxis pedagógica, que é, ao mesmo tempo, política, humanista e libertadora, leva-nos a perceber que as mulheres camponesas em movimento no MMC estão alargando os horizontes outrora propostos por Freire (2014). Isso se verifica na medida em que a teoria freiriana é atualizada enquanto uma práxis pedagógica na maneira e na forma do Movimento se organizar, travar suas lutas e formular outros horizontes.

A *Pedagogia do Oprimido* apresenta dois momentos distintos que merecem destaque nesse diálogo com a experiência camponesa no MMC/SC. Um, é quando os oprimidos vão “tirando o véu” sobre o mundo da opressão, ao mesmo tempo em que vai se dando o comprometimento com uma práxis, com a sua transformação. É o que constatamos no relato

das mulheres camponesas em movimento ao tratarem sobre a prática de construção de saberes nas diferentes dimensões, porém aqui feito num contexto da mulher camponesa.

O outro é quando transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser pedagogia dos homens e mulheres em processo permanente de libertação. Então novos saberes dinamizam e dialogam com novos processos em transformação que se fazem nos territórios. É importante que a concepção de “transformada a realidade” não está aqui posta como algo acabado, pronto, fechado. Pelo contrário, aqui entendemos que se trata de uma pedagogia itinerante. Para ser fiel a Paulo Freire, uma “pedagogia da andarilhagem”, sempre em movimento, em construção que se faz no diálogo!

O diálogo nos processos sociais, sejam eles educativos ou outros, adquire centralidade. “Existir humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*.” (FREIRE, 2014, p. 108). A dialogicidade na experiência das mulheres camponesas tece as relações que vão forjando a construção de outro conhecimento. De acordo com Freire (2014), em oposição a todo e qualquer tipo de determinismos, há um imperativo posto na força da palavra:

Dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la *para* os outros, num ato de prescrição com o qual a rouba a palavra dos demais. (FREIRE, 2014, p. 109).

Essa prática dialógica apresenta-se como uma das características fundantes na relação com a construção do conhecimento na experiência das mulheres camponesas em movimento. Ela se materializa enquanto práxis na resistência e no enfrentamento.

6.2 Práxis na resistência e enfrentamento

Vem mulher guerreira fortalecer a luta em defesa da vida. Que chore o agronegócio o capital e o sócio dessa máfia fingida. Tem mulheres guerreiras madrugando em fileiras seguindo uma luz. (ZORTEA; BRAUN, 2006, p. 7).

Como vimos no decorrer do trabalho, foi criado no Movimento um processo de formação que se desenvolve por diferentes formas, como cursos, oficinas, seminários, assembleias, lutas, processos organizativos, práticas pedagógicas e de produção. O ponto de

partida é o conhecimento de cada mulher no cotidiano. Considerando os princípios da educação popular, essas mulheres aprendem a pensar o seu “fazer fazendo”.

Por meio de conversas informais, encontros, cursos, reuniões, oficinas, atos políticos, experiências de resistência e enfrentamento, intensificou-se a luta pela terra, pela educação, autonomia, dignidade e cidadania (BONI, 2012). Somente a partir desse e nesse processo de resistência dessas mulheres em movimento é que os valores, o conhecimento pode ser explicado.

Mas que experiências de resistência são essas? Mais do que resistência, “[...] o que se tem é R-Existência, posto que não se reage simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo preexiste e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 49). Em se tratando da experiência de mulheres camponesas em movimento, foi possível ressignificar práticas, saberes vivenciados outrora por suas antepassadas, reconfigurando diferentes estratégias e, além disso, fazer ações de enfrentamento direto ao capital.

Saviani (2008, p. 7), ao tratar sobre a educação, fala em “estratégia da resistência ativa”. Pode ser identificada a partir de dois requisitos: a) aquela que é coletiva e não se define apenas em manifestações individuais; b) aquela é propositiva e não se limita às denúncias das medidas oferecidas pelos governos e pelos setores dominantes da sociedade. A resistência ativa que o autor sugere remete à insistência, à luta, à determinação, ao enfrentamento e à crença na mudança como forma para transformar a educação e, posteriormente, a sociedade. Essa perspectiva possibilita problematizar a categoria de resistência das mulheres camponesas que vão constituindo-se organicamente na luta viva, ativa, permanente.

Mas isso não significa desconsiderar a luta individual das mulheres camponesas. O que pode, também, invisibilizar todo o esforço que cada uma destas mulheres faz lá no seio de suas experiências íntimas de enfrentamento aos machismos, aos preconceitos da razão urbanocêntrica. Ao ter que derrubar o poder simbólico e estruturante de uma compreensão da modernidade que empurra o rural para o arcaico, o rústico que precisa ser superado.

A pesquisa foi nos convencendo de que é no movimento de massa que a resistência ganha sua expressão mais densa, mais forte, mais capaz de provocar mudanças, quando ele não está desligado das lutas cotidianas e das necessidades dos sujeitos. Gramsci foi um dos intelectuais que não apenas interessou-se pelo saber popular, mas o valorizou e ficou conhecido como um defensor da socialização do conhecimento, sobretudo porque se empenhou em recriar a função dos intelectuais orgânicos, estando ligado às lutas políticas dos “subalternos” (GRAMSCI, 1975). Gramsci entendia que as atividades relativas ao pensamento, aos saberes,

à intelectualidade só teriam sentido se partissem dos problemas reais e se estivessem eminentemente ligados ao que se passava junto ao conjunto das relações sociais.

Essa concepção de saber, de conhecimento nasce e se fortalece na própria dinâmica da resistência. Por isso mesmo se diferencia dos intelectuais tradicionais, aqueles ligados ao mundo agrário do Sul da Itália, que se contentavam em manter os camponeses presos na ignorância. Aqueles que se mantinham intactos a uma forma de pensamento abstrata, alienada e distante das problemáticas reais da história. Eram os “acadêmicos”, “o clero”, consideravam-se superiores, acima de tudo, e todos e se justificavam pela neutralidade científica.

Interessa-nos aqui destacar o papel desses intelectuais “orgânicos” dos quais fala Gramsci. Eles se referem à experiência urbana do Norte da Itália. Temos que entender que é ali que está ocorrendo na prática aquilo que acreditava ser o papel da teoria. É ali que os “[...] intelectuais de tipo urbano cresciam junto com a indústria e estavam ligados às suas vicissitudes” (GRAMSCI, 1975, p. 1.520). Era, por assim dizer, a sua própria realidade a ser enfrentada. Essa concepção, conforme o próprio conceito evoca, tem como elemento fundante a implicação teórica de uma organicidade implícita, num processo que leva os sujeitos a se descobrirem, a se pensarem e a pensarem o mundo, imersos neste mesmo mundo, do qual vão tirando ideias para transformá-lo.

“Orgânicos” são os intelectuais que fazem parte de uma sociedade viva, por isso, em condições de ser transformada. Ao mesmo tempo em que estão ligados ao mundo do trabalho, o fazem sem desvincular-se das organizações políticas, sociais, culturais, ideológicas, pois se pensam enquanto dirigentes na sociedade. Estão em atitude vigilante e ligam as questões globais com seus problemas a partir de seus territórios, de seus mundos e vice-versa. A realidade adquire dimensão global, multiescalar, de interdisciplinaridade, de interação multidimensional. Não é fragmentada. É isso que os possibilita elaborar outras epistemologias, outras concepções que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (GRAMSCI, 1975).

Orgânicas na práxis da resistência tanto no que concerne à construção de saberes quanto na coragem de fazer enfrentamento à lógica perversa do capital nacional/transnacional. Durante a realização dos CECs, buscamos compreender o que fundamenta as ações de resistência e de enfrentamento que tem se caracterizado como lutas contra hegemônicas assumidas pelas camponesas. Um dos exemplos citados foi a ação na Aracruz Celulose. Nos

trabalhos de grupos, as mulheres fizeram o debate sobre as consequências que o sistema Capitalista provoca no campo. Explicaram que:

Nós temos um território nacional. O Brasil foi sempre sugado, primeiro tiraram o ouro, as madeiras, agora continuam. Essa Aracruz é uma empresa internacional que veio plantar eucalipto e pinos... É uma empresa muito grande, eles tiram a madeira, enchem o bolso e a sujeira fica pra nós... E eles levam o lucro. Nós queremos construir uma forma diferente, cuidando do ambiente. As mulheres sentiam na pele essa situação foi aonde se reuniram na conferência internacional, [...] nós queria fazer uma ação para mostrar a sujeira deles. Nós tava com quarenta e poucos ônibus e fizemos essa ação e conseguimos [...] levar caixas de muda lá pra eles em Porto Alegre... Foi muito bem analisado, planejado e seguimos em frente... (Trabalho de Grupo CEC, jan./2017).

Observamos como o processo pedagógico da luta das mulheres camponesas no MMC foi possibilitando a articulação entre as necessidades da vida cotidiana onde, por meio das práticas, foram construindo saberes ao mesmo tempo em que faziam a leitura e a luta contra as estruturas do capital que continua invadindo os seus territórios. As narrativas esclarecem esse aprendizado.

6.2.1 Narrativas sobre significados e razões em relação à ação da Aracruz Celulose

De olho nas guaritas o coração palpita que o mundo está mudando. Seguem passos ligeiros, mirando o alvo certo que chore a Aracruz. Pra salvar nossas vidas essa é a medida de quem segue lutando. (ZORTEA; BRAUN, 2006, p. 7).

A experiência das mulheres camponesas mostra um processo histórico em construção que é ao mesmo tempo conflitivo, consciente/conscientizado/conscientizador. Porém não se faz sem a dúvida, sem as incertezas, sem as inseguranças, principalmente quando o processo organizativo articula as questões específicas das mulheres com a estrutura do capital.

Somente um processo que mexe e altera as consciências, que é feito na práxis apresenta possibilidades de transformações/mudanças. Ele se dá na contradição. Divide pessoas, grupos, famílias. Explicita interesses, concepções, saberes, conhecimentos, projetos de vida e de sociedade. Se efetiva na defesa do território, pois é nele que a vida se faz:

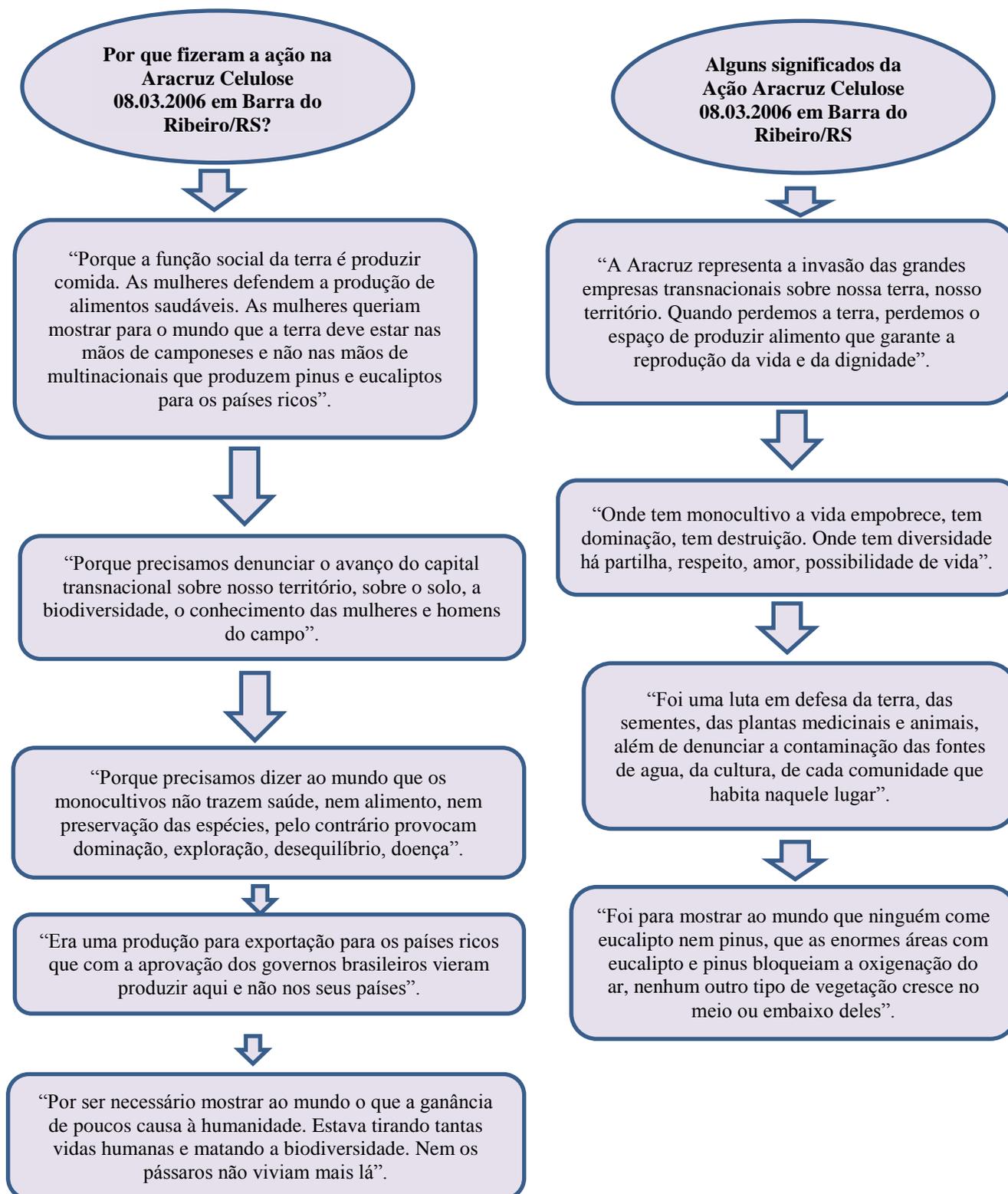
[...] a ação teve uma profunda relação com a defesa que as mulheres fazem dos territórios camponeses, indígenas e quilombolas. Pois defendemos uma produção diversificada e saudável, o cuidado com a água e com os bens naturais. Foi uma forma de denunciar a invasão das empresas transnacionais e a dependência das camponesas (es) às mesmas. Também a preocupação com uma agricultura com gente no campo, decidindo o que e como produzir e pra que produzir e a necessidade de continuar fortalecendo e ressignificando a cultura camponesa. (Trabalho de grupo, CEC, jan. 2017).

Percebemos, no caso das camponesas, que há uma compreensão de que o sistema capitalista que se move pela exploração da mais-valia se constitui em agressão e ameaça permanente dos territórios, por isto, uma práxis de confronto, conflito, disputas e enfrentamentos. De forma globalizada, esse sistema exerce hegemonia sobre os territórios, porém não sem reações. Como expressou uma das camponesas referindo-se à ação feita na Aracruz celulose: “O MMC foi corajosamente justo e deu ao Brasil e ao mundo a possibilidade de enxergar toda essa destruição.” A ação provocou reações das mais diversas, como pode ser observada nas narrativas de um dos grupos:

Para a família surgiu muita dúvida se nós estávamos certas ou não. Para a comunidade as mais diferentes reações de apoio ou condenação. Apoio porque as mulheres falaram e fizeram o que eles não podiam fazer. Condenação porque as mulheres destruíram, invadiram, ocuparam uma propriedade privada e destruíram [...] a pesquisa da empresa que ‘gera emprego’. Acusaram-nos de criminosas. Para o MMC muito trabalho para animar as mulheres. (Trabalho de grupo, CEC, jan. 2017).

Outro grupo acrescentou: “A ação na Aracruz Celulose representou a luta contra as transnacionais, contra o modelo capitalista neoliberal e anunciar o que entendemos por projeto de agricultura camponesa agroecológico.” Durante a pesquisa, buscamos entender porque fizeram a ação na Aracruz Celulose e quais os principais significados que as mulheres tiraram dessa experiência. Apresentamos, na figura a seguir, a síntese das principais questões do debate realizado durante os CECs.

Figura 14 – Significados atribuídos pelas pesquisadas em relação à ação da Aracruz Celulose, ocorrida em 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro (RS).



Voltamo-nos ao estudo de Gramsci. Por meio de sua obra *Cadernos do Cárcere*, esse autor criou o conceito de hegemonia, mostrando que o Estado capitalista não fundamenta seu poder apenas na força, nas formas puras de repressão aos seus adversários. É fundamental para os grupos dominantes conseguir e obter o consenso na sociedade. Faz parte das contradições do sistema não impedir que grupos subalternos se organizem e criem seus projetos sociais e políticos. A organização se dá na sociedade civil por diferentes formas: partido político, o sindicato, movimentos sociais populares, imprensa, entre outros.

Buscamos compreender a dimensão da práxis na resistência e enfrentamento que, a partir da experiência das mulheres camponesas, encontra alguns de seus fundamentos. A ideia de “contra hegemonia” relacionada aos ideais de Gramsci, adquire relevância nessa análise porque possibilita-nos pensar de que, pela luta nasce, conseqüentemente, uma nova consciência, indicadora de que há possibilidades reais para uma vida social diferente daquela dominante. Isso se faz por meio de um processo gradativo, conflitivo e permanente.

Nessa concepção, compreendemos que a experiência organizada das mulheres camponesas ajuda a criar essa contra hegemonia, ligando teoria e prática por meio das relações sociais. Desse processo, resulta uma perspectiva epistemológica contra hegemônica, uma epistemologia da resistência, aqui denominada epistemologia feminista camponesa agroecológica em construção.

Oportuno será voltarmos ao pensamento de Luxemburgo (1988)⁶⁹, visto que ele inspira o MMC a não perder o horizonte de suas lutas e saberes, bem como nem mesmo escamotear as razões de sua existência. Para Luxemburgo (1988), o que produzia a consciência política e de classe eram as lutas nas ruas, porque ali trabalhadores/as agiam diretamente contra a ordem estabelecida, fora da legalidade. Este era o lugar de ação do partido. Luxemburgo (1988) instiga a pensar que, a partir da experiência com o programa de sementes crioulas do MMC, vão nascendo ali germes de um programa de organização de mulheres camponesas que aponta para outra forma de experimentar, inclusive o conceito de

⁶⁹ Loureiro (2005) assim define Rosa Luxemburgo: “Foi também uma ousada dirigente política, sempre fiel e coerente às suas ideias. Não hesitou em combater os desvios do partido social-democrata alemão, que tinha uma origem operária e de luta, mas caiu no reformismo e no oportunismo ao apoiar o governo alemão na primeira guerra mundial.” Rosa preferiu desligar-se deles e uniu-se a outros revolucionários na Liga Spartacus, que só pelo nome já refletia sua inquietude revolucionária. Combateu a guerra com todas as forças: “Não necessitamos de catástrofes. Hoje, a Alemanha é um exemplo clássico de que as classes dominantes são sempre as fabricantes de catástrofes.” (1914). Quando, em 4 de agosto de 1915, o Partido Social-Democrata aderiu à guerra, disse inconformada: “Com essa decisão, a social democracia alemã, além de se calar, acaba de assumir uma nova função histórica: ser escudeira do imperialismo, na atual guerra, e contra os interesses da classe trabalhadora em nível universal.” (LOUREIRO, 2005, p. 8).

democracia. Não aquela do Estado de direito. Não aquela que incorpora a lógica de adaptação ao Sistema, mas, sim, a que indica a possibilidade de vivência democrática.

A experiência em Rosa Luxemburgo é o lugar por excelência para transformação. Pela experiência chegamos à compreensão, ao aprendizado, à consciência. Nela fazemos descobertas. A experiência na luta põe fim à alienação e à perda de perspectivas. “Só a experiência é capaz de corrigir e de abrir novos caminhos” (SCHÜTRUMPF, 2015, p. 55). É assim que se coloca a experiência das sementes crioulas. “La lucha por reformas es el medio; la revolución social, el fin” (LUXEMBURGO, 1899, p. 38). É a partir daí, que em Rosa Luxemburgo, o MMC pode ser compreendido como uma nova formulação para um horizonte de outro tipo de perspectiva epistemológica para o campo, para as mulheres e para a sociedade.

Isso requer das mulheres firmeza em suas convicções, pois elas são testadas e colocadas em confronto a cada momento que a luta se faz. Outra participante dos CECs, num determinando momento, contou-nos que, só pelo fato de pertencer ao MMC, foi testada na própria escola que trabalhava depois que havia ocorrida a ação na Aracruz Celulose. Disse:

Quando cheguei na escola, o que os MCS passaram: pesquisadores chorando, quem era da ciência da pesquisa, triste e a diretora queria valorizar isso. Pensou, ela vai falar da ação dizendo quanto a pesquisa perdeu com isso, era pra mim falar, eu pensei: Espírito Santo me ilumina, ela queria me testar. Eu abaixei a cabeça e pensei: vou tentar dizer enquanto bióloga, pesquisadora, e falei: eu não estava na ação que eu me arrependo de não estar lá porque vocês na área da pesquisa vocês querem comer eucalipto ou alimento saudável?... Ela tentou me desmoralizar... A mídia desceu o cacete em nós, na universidade era pra nós fazer uma carta que nós era contra, mexeu com muito peixe grande [...] esses momentos da história, que luta bonita, porque se estamos com fontes de água secando, imagina a transgenia que tinha lá [...] e se ninguém faz nada, como fica? (Trabalho de grupo, CEC, jan. 2017).

Há um desenho de mundo com outras relações da realidade *epistemológica* sendo construída a partir e pelas próprias mulheres camponesas em movimento no MMC. [...] “cuando la gran masa de obreros tome en sus manos las armas afiladas del socialismo científico, todas las tendencias pequeño burguesas, las corrientes oportunistas, serán liquidadas. El movimiento se encontrará sobre terreno firme y seguro. “La cantidad lo hará” (LUXEMBURGO, 1899, p. 39).

É nesse sentido que *Reforma ou revolução* se constitui enquanto chave para pensar em dois paradigmas epistemológicos. Um, relacionado ao modelo desenvolvimentista que sempre será justificado e representado pela reforma. O outro, está ligado à noção de uma perspectiva epistemológica contra hegemônica, da resistência. Essa perspectiva construída pela experiência do MMC/SC, no que se refere às concepções do trabalho e da vida no campo, é a

que explicita uma visão que busca revolucionar e transformar a estrutura. É uma visão expressa pela noção de liberdade de quem pensa de modo diferente e propõe algo que também é diferente.

Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numerosos que sejam não é liberdade. *Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente.* Não por fanatismo da ‘justiça’, mas porque tudo quanto há de instrutivo, de salutar e purificante na liberdade política prende-se a isto é perde sua eficácia quando a ‘liberdade torna-se um privilégio’. (LUXEMBURGO, 1988, p. 2018-2019, grifos no original).

Mas o pensar diferente é resultado do fazer diferente. Nessa perspectiva, o pensamento de Marx adquire sentido quando diz que “[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente [...]” (MARX, 1978, p. 23). Está implícito em Marx a ideia de que a liberdade, a autonomia somente serão possíveis com superação do modo capitalista de produção e da alienação humana. “A superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a superação positiva de toda a alienação, isto é, o retorno do homem da religião, da família, do Estado, etc., ao seu modo de existência humano, isto é, social.” (MARX, 1978, p. 9). Superar alienação somente é possível na luta.

As ações de resistência e de enfrentamento geram novas formas de conceber a vida, possibilitam a compreensão sobre as dimensões vividas no território e suas relações com os processos mais amplos demarcados pela globalização. É o que podemos ver na narrativa que segue:

Essa ação tem um significado de indignação, de resistência contra a perda de espaços para o cultivo dos alimentos saudáveis e da biodiversidade. Na luta em relação à produção de melhoramento das sementes crioulas. Estamos perdendo as terras em função dos grandes fazendeiros. Aqui em Santa Catarina, além de tanto eucalipto ainda o pinos que acaba com a biodiversidade. As mulheres que perdem seu espaço de produzir e acaba que ninguém produz comida com eucaliptos e pinos. Além da perda da água pelo que estes cultivos exigem. (CEC, jan. 2017).

É nessa dimensão que a construção do conhecimento feito a partir de experiências das mulheres do MMC, que se dá dentro do mundo capitalista, mas busca e luta por sua superação, pela resistência ou pelo enfrentamento, pode ser entendido na ideia de *Revolução* posta por Rosa Luxemburgo. Outras falas das mulheres camponesas são reveladoras desta “perspectiva revolucionária” apontada por Luxemburgo. Em um dos CECs houve o seguinte pronunciamento:

Nesses territórios de deserto verde, poderia ser produzido muitas espécies de alimentos, muitas sementes recuperadas alimentando muitas vidas e lá só tinha eucalipto que ninguém come nem os insetos e consome muita água. [...] Nós mulheres queremos um país com menos pobreza mais comida, menos capital mais Vida, menos doença mais saúde. E temos consciência que a plantação de eucalipto, além de sugar a água do solo tira os pequenos trabalhadores familiares da roça que acabam indo pra cidade residir a maioria nas favelas. (CEC, jan. 2017).

As mulheres construíram e ressignificaram uma base teórico-prática de identificação dos mecanismos reveladores de como o capital invade os territórios impedindo experiências, interrompendo processos sociais, desterritorializando povos, costumes, valores e saberes. Razão pela qual as leva a postular ações de diferentes variações. Elas próprias começaram a levantar questões como: “Onde plantarão as sementes?” “Como será possível avançar na construção de um projeto de agricultura camponesa se, cada vez mais, a força esmagadora do capital transnacional vai invadindo os espaços?” Daí a expressão de uma das participantes: “Fizemos isso com a intenção de cortar o mal pela raiz”. Assim as práticas e elaboração de saberes das mulheres camponesas em movimento no MMC se efetivam enquanto práxis na resistência e no enfrentamento, mas se afirmam enquanto práxis como processo de construção de saberes. Constatamos que, após a ação na Aracruz Celulose, cresceu o interesse por pesquisas acadêmicas relacionadas ao MMC, conforme mostra a figura⁷⁰ a seguir.

⁷⁰ Este levantamento foi realizado em conjunto com as estudantes do mestrado em educação do PPGE da Unochapecó que também tem como lócus de pesquisa o MMC. Marines Rosa Palavicini Sotili pesquisando sobre as *Práticas pedagógicas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC) em contextos educativos* e Zenaide Collet sobre *As práticas educativas do Movimento de mulheres Camponesas (MMC) em debate: Um diálogo entre as mulheres e as crianças*.

Figura 15 – Levantamento sobre as pesquisas produzidas em torno das problemáticas relativas ao MMC

PORTAL DA ANPED				
ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	AUTOR (A)	TÍTULO DISSERTAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO				
2009	Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	LUSA, Mailiz Garibotti	Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras catarinas – Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia.
2011	Letras	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (UFRGS)	LASSEN, Dulce Beatriz Mendes.	No tecer dos fios: Resistência no discurso das mulheres camponesas
2012	Mestrado Acadêmico em Teatro	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	GUBERT, Rosa Ana	Teatro de Camponesas: Práticas Teatrais no Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina.
TESE DE DOUTORADO				
2007	História	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	TEDESCHI, Losandro Antônio	Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais 1970-1990
BIBLIOTECA DA UNOCHAPECÓ				
ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO DISSERTAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO				
2013	Ciências ambientais	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	CONSTANCI, Caroline	O uso de plantas medicinais por integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas do Oeste de Santa Catarina
2014	Educação	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	OLDIGES, Mônica Maria Tourinho	O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e os cursos de licenciatura em pedagogia: Investigando as possibilidades de intercâmbio e diálogo no âmbito das práticas educativas
BIBLIOTECA NO CENTRO DE FORMAÇÃO MARIA ROSA – MMC				
ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO DISSERTAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO				
1999	História	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	KROTH, Sirlei Antoninha	Atalhos da luta: Trajetórias e experiências das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. 1983 - 1993
2009	Agroecossistemas	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	ADÃO, Nilton Manoel Lacerda	Movimento de Mulheres Camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re) produção de sementes crioulas para as mulheres no oeste catarinense
2009	Ciências Sociais	Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba	GASPARETO, Sirlei A. Kroth	As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): Trabalho, família e projeto de vida.
2011	Educação nas Ciências	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)	CONTE, Isaura Isabel	Mulheres camponesas em luta: Resistência, libertação e empoderamento
2012	Educação nas Ciências	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)	CINELLI, Catiane	Programa de sementes crioulas de hortaliças: Experiências e identidade no Movimento de Mulheres Camponesas
2015	Sociologia Política	Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (UFSC)	HERRERA, Karolyna Marin	Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola
2016	Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ)	BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza	Mulheres camponesas do oeste catarinense: organização, trabalho e cuidado.
TESES DE DOUTORADO				
2010	Ciências Humanas	Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (UFSC)	SALVARO, Giovana Ilka Jacinto	Entre a igualdade e a diferença: mulheres Camponesas em lutas de gênero
2012	Sociologia Política	Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (UFSC)	BONI, Valdete	De agricultoras a camponesas: O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas
2014	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (UFRGS)	CONTE, Isaura Isabel	O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres da via camponesa no Brasil, UNORCA/UNIMIN e CONAMI no México
2014	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (UFRGS)	PULGA, Vanderléia Laodete	Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida.
2015	Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (UFSC).	MURACA, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis	Práticas pedagógicas, populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: Uma etnografia colaborativa.

6.3 Uma perspectiva epistemológica em construção no Movimento de Mulheres

Camponesas.

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer participando sem medo de ser mulher. Na aliança operária e camponesa, participando sem medo de ser mulher. Pois a vitória vai ser nossa com certeza, participando sem medo de ser mulher. (PINTO, 2011, p. 5).

Afinal, podemos dizer que existe nesse processo uma perspectiva epistemológica em construção? Que perspectiva é essa? Como as práticas e os saberes estão sendo elaborados por essas mulheres? Será oportuno aqui nos perguntar:

Quem são essas pessoas que vêm das margens? Que histórias e conhecimentos trazem? Como chegaram ali? Elas produzem conhecimentos? Que saberes? Essas questões exigem uma reflexão sobre si, sobre o ser no mundo, suas relações sociais, seus sentimentos em relação aos mais diversos ambientes e possibilidades de intervenção, de participação e de existência. Afinal, perguntava Nietzsche, como é que alguém se torna aquilo que é? Essa condição do instante presente se perpetua? Se altera? Se refaz? Se reproduz? Instiga e desestabiliza o sistema econômico e o sistema de produção e difusão de capital simbólico? (REIGOTA, 2010, p. 3).

Em analogia ao que propõe Reigota (2010) quando se refere ao público “que vem da margem” e chega às universidades para fazer seus mestrados/doutorados, foi possível constatar por meio da práxis das mulheres camponesas em movimento, uma questão fundamental na construção dos saberes. “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência [...]. A consciência desde o início é um produto social.” (MINAYO, 2013, p. 228). Essa práxis que é de lutas é também de adaptações, de construção de estratégias produtivas, políticas e sociais.

Essas mulheres camponesas, mesmo lutando por autonomia, trabalhando em condição alienada, estabeleceram relações com vizinhos e amigos, participaram de atividades sociais, estiveram/estão na Igreja, entre outras realidades que integram o universo múltiplo de seus contextos no território. No âmbito dessas práxis, foram emergindo saberes, valores, novas concepções frente às realidades vividas que podem ser lidas numa outra perspectiva epistemológica feita na experiência de mulheres em movimento no MMC/SC.

Notamos como os conhecimentos que têm como base o senso comum foram passando para uma nova dimensão, que Escobar (2004) coloca em primeiro plano. Esse autor justifica a sua afirmação partindo da observação dos tipos de conhecimentos que os ativistas dos movimentos sociais e as ONGs vêm produzindo no contexto de lutas que são concomitantemente localizadas e globalizadas (ESCOBAR, 2004, p. 607). “O MMC desperta nós mulheres para a busca e

apropriação do conhecimento. Isso é uma luta de permanente. O segredo do nosso crescimento [...] é unir prática e teoria e teoria e prática. Avaliar, constatar, planejar, praticar, estudar e depois começa tudo de novo.” (CEC, Zenaide, Marema/SC, 2017).

Ceceña (2006) mostra que há dificuldades quando se problematiza a partir das subversões epistemológicas na perspectiva de explicitar outros modos de conceber a vida, o pensamento, as sociabilidades. Essa autora argumenta que tais subversões são possíveis quando envolvem o pensamento, quando geram novos seres humanos e quando propõem novas metodologias que possibilitam a construção de novas sociabilidades. Explica que:

La experiencia nos ha enseñado que las subversiones epistemológicas son siempre difíciles de hacer y de asir no sólo por las barreras con que las circunda el pensamiento conservador sino porque, como corresponde, antes de ser atrapadas en los conceptos huyen provocando nuevas subversiones. De cualquier manera, la construcción de nuevos conceptos y nuevos modos de mirar la vida es ineludible para permitirles salir de viejos encierros. No hay subversión posible si no abarca el pensamiento, si no inventa nuevos nombres y nuevas metodologías, si no transforma el sentido cósmico y el sentido común que, como es evidente, se construyen en la interacción colectiva, haciendo y rehaciendo socialidad. (CECENÑA, 2006, p. 2).

A experiência de resistência e de enfrentamento feita pelas mulheres em movimento no MMC provocou subversões epistemológicas porque possibilitou a estes sujeitos outras compreensões em torno da vida, isto feito em luta e na luta. Reafirmamos que, nesse processo de construção de saberes, gerador de outros conhecimentos, foram sendo criadas metodologias próprias possibilitando a construção de uma “interação coletiva”, originando “novas sociabilidades”.

Julgamos importante considerar aqui que, pensadores/as que problematizam diferentes bases epistemológicas contra hegemônicas não são unicamente os latino-americanos e/ou assumidos numa perspectiva marxista/materialista histórica. A construção de outros conceitos e outros modos de olhar as dinâmicas da vida, indispensável para compreender o movimento da realidade, está presente em diferentes bases epistemológicas. É nesse sentido que aqui citamos Boaventura de Souza Santos⁷¹ (2010). Em *Epistemologias do Sul*, esse autor aponta para outras perspectivas de conhecimento quando se refere às epistemologias emergentes.

⁷¹ O artigo de José Paulo Netto, *De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos*, faz a crítica relacionada às posições de Boaventura sobre sua forma peculiar de interpretar a história do marxismo e sua interlocução com a obra marxiana. Para Netto, em se tratando da perspectiva epistemológica, Sousa Santos valoriza o neokantismo dos austro-marxistas, cuja “[...] concepção cienticista e sociologizante do marxismo foi fortemente contestada [depois de 1917] por teóricos tão diversos, entre eles Lukács e Gramsci.” (NETTO, 2004, p. 25). José Paulo Netto (2004) explica que Sousa Santos indaga se o legado de Marx tem algum futuro e afirma que: “Sousa Santos não prometeu uma síntese histórico-crítica do marxismo, absolutamente inviável, mesmo em suas linhas fundamentais, no espaço de que se valeu e na direção dos seus interesses.” A crítica de Netto à obra de Souza Santos precisa ser considerada nesta tese, principalmente porque esta pesquisa parte das premissas básicas que

O diálogo com esse autor aqui mencionado é uma forma de instigar o questionamento, de levantar suspeitas sobre tais perspectivas de conhecimento e ações que vão sendo construídas na sociedade contemporânea. Santos e Meneses (2010, p. 9) apresentam a obra sobre uma *Epistemologia do Sul*, na qual se propõem questionar a “centralidade europeia e europeizante” da produção do conhecimento. São hoje possíveis outras epistemologias? Esses autores indicam três orientações básicas que não poderão ficar alheias a este estudo: “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul”.

A partir da metáfora “do Sul”, também se questiona: por que as teorias e conceitos desenvolvidos no norte global são usados em grande parte do mundo acadêmico como sendo as únicas possíveis de servirem como referência para as análises dos processos em curso? Coloca-se em evidência uma hermenêutica da suspeita. Não há justiça social sem a justiça cognitiva global e isto é importante quando se pensa nos processos de construção dos saberes.

Boaventura de Souza Santos (2010) parte do pressuposto de que, enquanto a exclusão epistemológica persistir, não haverá nenhuma “alternativa pós-capitalista progressista”. Reconhece a diversidade de experiências, renunciando a qualquer “epistemologia geral”. Identifica a pluralidade de conhecimentos heterogêneos, sendo um deles a ciência moderna. “O conhecimento é interconhecimento”. Toma como condição a copresença. As experiências diferentes estão ao lado uma das outras e não em níveis hierárquicos desiguais.

Nesse sentido, a epistemologia hegemônica ou o “saber abissal⁷²”, conforme argumenta o autor, assenta-se numa “perspectiva das ausências”: ausência de saber e de rigor, quando toma como única verdade o pensamento científico; ausência temporal, porque considera o tempo de forma linear e afirma que os conhecimentos científicos e culturais do “norte” sempre estão na vanguarda da modernidade; ausência das diferenças sob o ponto de vista da construção teórica e conceitual, que reclama universalidade à construção teórica do Norte; ausência dos locais, pois parte de uma escala dominante que ignora as experiências locais/regionais. Além do produtivismo capitalista, que toma o critério de desenvolvimento do ocidente capitalista como referência a partir da qual define padrões de desenvolvimento (SANTOS, 2007).

Outra importante constatação encontra-se em Spivak (2010), quando interroga sobre os fundamentos da ciência e da filosofia europeias à luz das experiências e dos saberes provenientes dos sujeitos subalternos dos territórios coloniais. Trata-se de uma contribuição que chega ao cerne das Humanidades: a apreensão do Outro a partir de referenciais culturais

dão sustentação às perspectivas do Marxismo relativas às diferentes formas de conceber como se constroem os saberes.

⁷² SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, 2007.

distintos daquele a ser analisado. Ela questiona a postura que tenta explicar o mundo a partir de um ponto de vista europeu. Sustenta que “o Outro como Sujeito é inacessível para Foucault e Deleuze” (SPIVAK, 2010, p. 54).

É impossível para os intelectuais franceses contemporâneos imaginar o tipo de Poder e Desejo que habitaria o sujeito inominado do Outro da Europa. Não é apenas o fato de que tudo o que leem – crítico ou não – esteja aprisionado no debate sobre a produção desse Outro, apoiando ou criticando a constituição do Sujeito como sendo a Europa. (SPIVAK, 2010, p. 45).

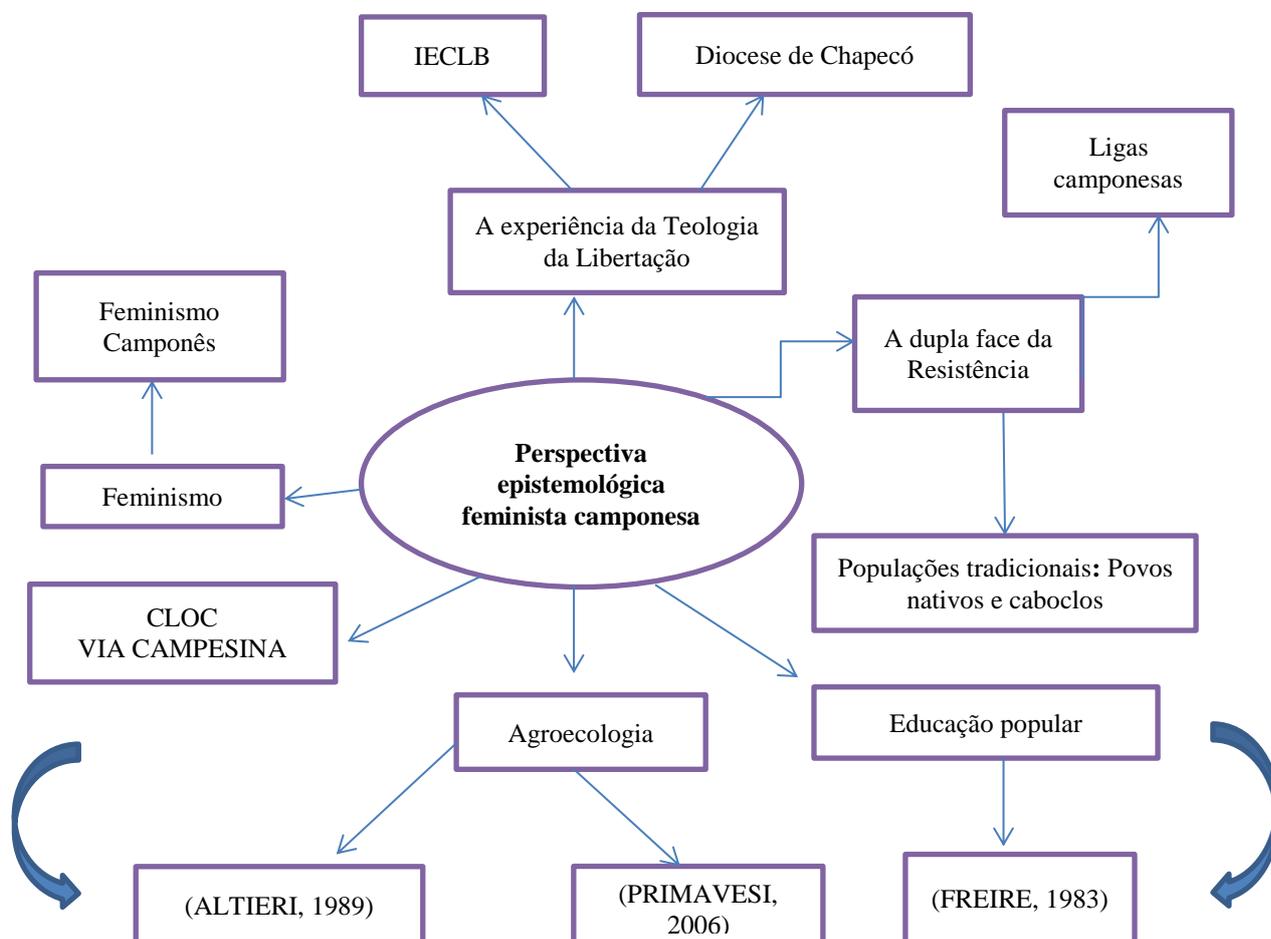
Esse artigo, mesmo sendo escrito originalmente em 1985, apresenta uma construção político-epistemológica que nos convida a pensar na elaboração de perspectivas plurais e libertárias para as Humanidades no século XXI. No caso das mulheres camponesas, “[...] não são mais, desde então, [...] apenas ‘receptoras’ ou ‘reprodutoras’. São sujeitos da história (Paulo Freire) em processo de (des) construção e têm alguma coisa de singular para escrever.” (SPIVAK, 2010, p. 4).

Nesse contexto da história vista pelos “de baixo”, que pode também ser compreendida como experiência de resistência, adquirem relevância os elementos basilares que fazem o contraponto com a ciência traduzida pelo método das ciências naturais. Isso caracterizado pela adoção de métodos positivistas, que enfatizavam a quantificação, o experimento e o empirismo. Esse conhecimento que está fundamentado na lógica mercantil, conforme chamam a atenção os estudos de Lander (2005).

Cada una de estas, y otras polémicas, continúa presente en los debates y confrontaciones políticas y culturales contemporáneas, adquiriendo una nueva centralidad en la llamada sociedad del conocimiento. Las pugnas en torno a los procesos de producción, apropiación y regulación del conocimiento juegan un papel cada vez más central en las tensiones entre la expansión de la lógica mercantil a todos los ámbitos de la vida que caracteriza a la globalización neoliberal, y las múltiples formas de resistencia y búsquedas de alternativas a este orden global. (LANDER, 2005, p. 2).

Entre as múltiplas formas de resistência e buscas de alternativas para o enfrentamento a esta ordem global neoliberal que se caracteriza pela homogeneização dos processos, compreendemos a experiência das mulheres camponesas em movimento no MMC. Há, nesse processo histórico político e social, uma experiência de lutas que propõe uma perspectiva epistemológica da resistência, própria das mulheres camponesas e da vida camponesa e que se origina de algumas fontes, conforme mostramos na figura a seguir.

Figura 16 – Fontes encontradas na pesquisa que fundamentam uma perspectiva epistemológica feminista camponesa em construção no MMC



As fontes acima mencionadas são materializações do marxismo na experiência feminista camponesa, ao mesmo tempo em que essa experiência ressignifica o marxismo hoje.

Referimo-nos à dupla face da Resistência: uma, relacionada à resistência dos primeiros moradores da região oeste catarinense, denominados como populações tradicionais, povos nativos, dos quais merecem destaque os povos indígenas e os caboclos. Eles deixaram um legado histórico na construção de saberes, conhecimentos, práticas organizativas vinculadas à relação harmoniosa entre ser humano e natureza, onde se encontram as nuances fundamentais dos valores que caracterizam a vida camponesa. A outra, relacionada ao processo histórico das lutas assumidas pelas ligas camponesas, sem as quais não teríamos tantos elementos para pensar as lutas estruturais que seguem nos dias atuais, por Reforma Agrária, contra o latifúndio, por um novo projeto de agricultura camponesa agroecológica e popular.

A experiência da TdL que, na diocese de Chapecó e na IECLB, foi fundamental para “o despertar” dos sujeitos coletivos, conhecidos como Movimentos Populares do Campo. As lutas

feministas, e o próprio feminismo com suas diferentes concepções, tendências e orientações, foram imprescindíveis para que as mulheres avançassem nas compreensões das relações patriarcais de gênero, inaugurando o debate sobre o feminismo camponês do MMC. Foi fundamental a experiência construída para além do próprio Movimento, em espaços mistos como a relação estabelecida com a CLOC e com a VIA CAMPESINA.

A agroecologia é entendida como um modo de viver a vida camponesa. Esse termo, mesmo que tenha ressurgido com mais força na década de 1970, de acordo com alguns estudiosos do tema “a ciência e a prática da agroecologia tem a idade da própria agricultura” (ALTIERI, 1989, p. 25).

Gliessman (2009), em seu livro *Agroecologia Processos Ecológicos em Agricultura*, estuda o conceito a partir do Agroecossistema, que oferece uma estrutura por meio da qual as análises recaem sobre os sistemas de produção de alimentos em sua integridade de relações.

Superficialmente definida, a agroecologia geralmente incorpora ideias mais ambientais de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. [...] mais estritamente, agroecologia se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem nos campos das culturas, tais como relação predador/predado, ou competição cultura/invasoras. (ALTIERI, 1989, p. 28).

Esse mesmo autor entende que “agroecologia pode significar muitas coisas”. Ela também integra as ideias e métodos de múltiplas dimensões e vários subcampos, o que é diferente de pensá-la como uma maneira única de compreensão das realidades. Primavesi (2006), ao conceituar agroecologia, apresenta algumas características para uma maior compreensão:

Agregar o solo. É todo cuidado com tratamento necessário por meio da matéria orgânica que vai garantir a biodiversidade no agrossistema, considerado indispensável para o processo de fertilização. Mantê-lo protegido de todas as intempéries (chuva, sol, ventos). Daí a importância do trabalho feito com adubações verdes, cobertura com palhas, entre outros. Aumento da biodiversidade. Para isso, Primavesi (2006) chama a atenção para o movimento de rotação de culturas, considerando a necessidade de adubações verdes diversificadas.

Aumentar o sistema radicular: É fundamental o plantio de variedades diferentes, pois é isso que vai possibilitar o crescimento de raízes e consorciar a produção. Manter a saúde vegetal pela alimentação equilibrada (trofobiose). Recomenda que sejam evitados os produtos de origem fóssil e a monocultura. Proteger os cultivos e pastos do vento: A proteção contra o vento aumenta a umidade na pastagem. “Os quebra-ventos podem ser feitos de culturas anuais

como: milho e sorgo ou plantas frutíferas e de produção de madeira como: grevilha, araucária, leucena e bananeira” (PRIMAVESI, 2006, p. 15).

Observamos, nesse processo, que a experiência das mulheres camponesas em movimento constrói saberes e produz uma perspectiva de conhecimento inspirada e fundamentada na educação popular, que pode ser concebida como uma experiência heterogênea, mas que “é algo ainda presente e diversamente participante na atualidade da educação entre nós” (BRANDÃO, 2002, p. 142). Nesse sentido, a educação popular:

Não pode ser considerada como algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida – e – volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um ‘serviço’, mas como protagonistas emergentes de um ‘processo’. (BRANDÃO, 2002, p. 141).

É o que identificamos na experiência do MMC, que, de alguma maneira, apresenta uma perspectiva pedagógica que constrói os sujeitos como protagonistas, ao mesmo tempo em que criam seus processos organizativos, formativos e de lutas.

Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. (FREIRE, 1983, p. 22).

As problematizações assumidas pelas mulheres camponesas em movimento, em suas relações no mundo e com o mundo, foram decisivas para a concretização da tomada de consciência do meio em que estão inseridas e, com base nele, organizar as razões de sua existência. Daí a afirmação de que a Educação Popular Freiriana é outra fonte instituinte dessa perspectiva epistemológica em construção no MMC.

Esse conjunto de práticas, saberes, processos organizativos e de lutas que foram sendo construídos originou aquilo que aqui denominamos de perspectiva epistemológica feminista camponesa, que segue em construção no MMC.

7 CONCLUSÕES

No contexto desta pesquisa sobre a construção de saberes no MMC: uma análise a partir do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças no oeste de Santa Catarina – Brasil, ancorada no referencial do materialismo histórico dialético, reafirmamos que se trata de uma experiência construída por mulheres camponesas em movimento, que, pela luta, reconhecem sua identidade camponesa feminista, numa perspectiva de classe social.

Nesse processo, as partes do todo se caracterizam de forma dinâmica, contraditória e histórica, através das quais os sujeitos da pesquisa apontaram e demonstraram que, a partir das relações de produção e reprodução, as marcas sociais, culturais e/ou socioespaciais reforçam essa identidade de “mulheres camponesas” para além de suas posições de luta, também como sujeitos da luta que segue em construção. Retomamos, pois, a ideia do “nó”, do “enovelamento”, renunciada no início da tese. Ou a chegada, melhor dizendo, ao concreto pensado, como categoria do método histórico-dialético.

Nosso objetivo foi analisar “como” as práticas históricas e sociais das Mulheres Camponesas em movimento condicionam a produção de saberes e de fazeres no MMC, no oeste catarinense. Dedicamo-nos a interpretar como essa experiência de luta de Mulheres Camponesas em movimento na região oeste catarinense repercute em suas visões acerca da produção de saberes na experiência historicamente produzida. Propomo-nos a analisar como a práxis dessas mulheres repercute na configuração do território na região oeste catarinense, ao mesmo tempo em que buscamos compreender como os saberes veiculados pelas suas práticas apontam para uma epistemologia de resistência, a favor da vida.

A pesquisa mostrou que a vida das mulheres camponesas em movimento vai sendo feita de laços, fios e teias que, em meio às tramas do patriarcado e do capital, seguem em seus percursos, ora avançando mais, ora retrocedendo, ora enfrentando. O certo nisso tudo é que, no momento ímpar em que decidem sair de suas casas, elas estão colocando para si próprias a condição para desamarrar muitos nós nos quais estão envolvidas. Fazem o enfrentamento àquilo que Lagarde (2011) chama de *O Cativo das Mulheres*. É exatamente aqui que começa a ruptura de uma determinada concepção de vida, de mundo, de sociedade que, por sua vez, originará em seu percurso outra perspectiva de saberes e de fazeres. Logo, outra perspectiva epistemológica.

Lagarde (2011), ao traçar cinco perfis femininos que estão pré-estabelecidos pela sociedade em que vivemos, vai mostrar que, nesse sistema patriarcal e capitalista, tudo o que se espera da mulher é o confinamento no lar, como boa mãe e esposa. Na igreja, ótimas e

servis beatas dependentes e submissas à figura masculina do padre. Ou então que sejam putas presas aos cafetões e às ruas. Como se não bastassem tais imperativos, sobra ainda a figura das loucas que deve estar presa a alguma Instituição Social ou lugar público. De alguma maneira, nesse sistema patriarcal, a mulher nunca é livre, está sempre em um cativeiro e, para tanto, deve estar protegida “institucionalmente”. Obviamente, nesse confinamento é realmente impossível a construção de outra perspectiva epistemológica. Faz-se necessário estabelecer rupturas. E essas são, por sua vez, doloridas, fazem sofrer, têm preços a pagar!

Na experiência pesquisada, essas mulheres camponesas foram mostrando como esses aspectos de confinamento ao lugar, ao papel atribuído socialmente à mulher é uma construção social, está permanentemente colocada na sociedade patriarcal e capitalista e vêm fortemente à tona quando as próprias mulheres decidem lutar. No caso do MMC, corajosamente foram desafiando a si mesmas, suas famílias, comunidade e sociedade. Na frase de um navegador desconhecido, compreenderam que “o único naufrágio é não partir”!

Decidiram, então, partir. Enfrentaram o desconhecido. Ouviram dizeres, os mais diversos: “estão à procura de homem”, “querem dividir a família e separar os casais”, “são fofoqueiras”, e tantos mais. Ou então a própria desvalorização da mulher no trabalho produtivo. “A profissão de agricultora não existe”. Elas insistem: “existe sim e provei que existe” (CEC, Rosalina, Chapecó/SC, 2017). “Parece que prá nós mulheres tudo precisa ser provado.” (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017). Ligando ao processo de construção do conhecimento, isso se torna quase impossível de ser pensado. E quando se trata de afirmar que as mulheres camponesas da invisibilidade, da desvalorização, do espaço do lar se transformam em construtoras de conhecimento, porque não dizer, cientistas de sua própria profissão, isso adquire uma complexidade ainda maior. E muitos não aceitarão!

A verdade é que, de forma individual e coletiva, essas mulheres camponesas que persistiram em movimento, que “não abandonaram o barco” em meio às tempestades foram travando uma batalha de desconstrução e de reconstrução, caminho necessário para assegurar outros horizontes, outros sonhos, outra perspectiva epistemológica.

Isso foi passando por modificações e, contraditoriamente, tais condicionamentos vão e voltam, pois fazem parte da dinâmica própria da vida. É preciso vigilância e atenção permanente. A pesquisa mostrou que o processo de libertação das mulheres passa pelas relações cotidianas e este é um dos campos de luta mais minado pelo patriarcado. Nos CECs, em diferentes momentos, vinham à tona as dificuldades que as mulheres enfrentam em seus diferentes espaços, sejam eles a família, o Movimento, a sociedade, entre outros. Alguns questionamentos foram aparecendo, entre eles: por que será que tantas mulheres retrocedem

aos atalhos da luta pela libertação, se cansam, não encontram alento para continuar ou abandonam as trincheiras as quais um dia haviam vislumbrado, retornando ao leito normal desejado pela sociedade? As mulheres camponesas chegaram à conclusão de que nem por isso têm que negar a importância da luta de resistência e de enfrentamento ao patriarcado e ao capital. Pelo contrário, os argumentos que seguem são reveladores da grandeza dessa experiência feminista camponesa em construção. Vejamos.

No contexto histórico demarcado pelos impactos causados pela modernização da agricultura, as mulheres camponesas se depararam com um terreno no qual, contraditoriamente, originaram-se os movimentos populares do campo no oeste catarinense. Ali elas foram paulatinamente, “ao sair de casa”, despertando de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, e nesse processo criaram seu próprio Movimento, o MMC/SC.

Deparamo-nos com uma experiência cujo processo integra e aglutina em si mesmo as múltiplas dimensões que foi possibilitando às mulheres camponesas ressignificar “os papéis” a elas pré-estabelecidos. Disseram que, ao fazer-se militante, ela não abandona o papel da boa mãe, e muitas delas também não deixam de ter seus companheiros, esposos. Porém, essa não é a regra geral e nem mesmo será seguida por todas. Elas ressignificam suas experiências. Rompe-se aí com a ideia de um modelo de família também concebida como “única e certa”. O fato de irem para a luta não significa que deixaram de serem mães. Pelo contrário, a luta também lhes possibilita ser ainda mais mãe, outra mãe, que deseja gerar um novo ser humano. Diz Zenaide:

Ser mãe é uma missão lindíssima e desafiadora. Não é só gerar a filha (o). É sim gerar um novo ser humano. Isso supõe um processo permanente e inacabado de autoaprendizagem que se dá no amor e na responsabilidade construído junto com o (a) filho (a) em todas as etapas da vida. Educar no diálogo é se pensar sempre [...] Ser mãe, trabalhar e militar é uma dádiva, é uma opção e um compromisso com todas (os) que lutam, resistem e forjam uma sociedade mais humana. Porque no MMC a gente aprende outra educação fundamentada na igualdade [...] e daí o desafio de educar a menina para além do trabalho doméstico, enfrentar o mercado capitalista e patriarcal que dispõe de brinquedos domésticos para as meninas e carro para os meninos. Ensinar meninas e meninos a cozinhar, lavar a louça, lavar, cuidar do doente, vovó. Ensinar a cultivar a terra, produzir seus alimentos saudáveis. Ensinar a organizar a contabilidade da casa, a planejar a vida. Ensinar e ir juntas (os) pra luta por direitos, mostrar a desigualdade e a necessidade da solidariedade, mas isso a gente precisa fazer junto. Enfim se a mulher, a mãe vive numa condição de submissão e violência consequentemente deforma o filho (a). (Autobiografia, Zenaide, Quilombo/SC, 2017).

Na igreja, não são mais beatas dependentes e submissas à figura masculina do padre. Nem por isso muitas delas abandonaram esses espaços. Ali, nutridas pelos princípios da TdL, estão ativas, críticas e conscientes, ajudando a comunidade a encontrar-se como um lugar que

pensa a vida como ela é, mas também como a vida pode vir a ser. Entenderam que as Igrejas também não são neutras e nem todas se fundamentam pela TdL. Pelo contrário, hoje está em voga o fundamentalismo religioso. Daí a importância, conforme apontado pelas mulheres, de recolocar em pauta a TdL e a Teologia Feminista. O MMC reinventa e propõe outra TdL agregando elementos da experiência feminista camponesa que também é visivelmente expressa em sua mística feminista transformadora.

Essas mulheres camponesas fizeram questão de discutir e afirmar que saíram de casa não porque estavam “em busca de homem”, ou porque “não tinham o que fazer”. Não eram putas presas aos cafetões e às ruas, como de muito o patriarcado as julgara e quisera ver como destino de todas. Transformaram-se em loucas por um mundo novo, por novas relações sociais. Loucas por liberdade e por mudanças.

Essas mulheres camponesas compartilharam nos CECs que, gradativamente, elas foram se dando conta de que, se o patriarcado as colocou no confinamento do lar, o desenvolvimento capitalista, através da modernização da agricultura estimulada pelo Estado não cumpre o que promete e prometeu ao longo da história. Ou, quando cumpriu, atendeu aos interesses do capital industrial e financeiro, mercantilizando a natureza, retirando ou flexibilizando a autonomia camponesa sobre a própria vida, pois a lógica do capital é relegar as mulheres camponesas à condição de subalternidade, confiná-las, então, dentro dos aviários, dos chiqueirões, dia e noite a serviço da integração às agroindústrias ou outros imperativos próprios do sistema.

Nesse percurso, o que se verificou foi a intensidade da imposição de uma lógica que vem para negar as memórias, negar as experiências históricas de resistência das comunidades em nome de uma racionalidade produtiva do capital. No caso do oeste catarinense, com a criação do programa Revolução Verde, os camponeses e camponesas foram substituindo a produção diversificada, deixando de produzir o básico para o autossustento em nome de uma racionalidade produtiva proposta pela agroindústria. Entretanto, como a realidade é contraditória, as mulheres foram se dando conta e enfrentaram as contradições vividas no campo. Criaram outras racionalidades, exercitaram outras sensibilidades, construíram outros saberes, outros horizontes.

Notamos que, com o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, a possibilidade da agroecologia foi se constituindo como força na perspectiva epistemológica da resistência. Todas as mulheres que participaram dos CECs, de uma ou de outra maneira, produzem alimentos saudáveis, umas mais, outras menos. Produzem, recuperam, fazem melhoramento de sementes crioulas, de ervas medicinais, de flores. As necessidades mais elementares de suas vidas lhes

permitiram construir conhecimento. A partir daí, as práticas de resistência foram ganhando contornos de enfrentamento direto, de denúncia e de pressão contra os transgênicos, contra os agrotóxicos, contra as transnacionais e contra o sistema de agricultura química implantada no Brasil. Foram igualmente adquirindo reconhecimento e as dimensões da vida foram ganhando proporções mais complexas e ampliadas.

Recentemente terminamos um curso de fitoterapia e psicanálise de plantas medicinais, com as mulheres da nossa região, com isso nosso coletivo vai sendo conhecido até em nível nacional, pois já recebemos um prêmio pela nossa experiência 'Prêmio mulheres rurais que produzem um Brasil sustentável' que recebemos das mãos da nossa companheira ex-presidente Dilma. (Autobiografia, Rosalina, Chapecó/SC, 2017).

Isso animou ainda mais essas mulheres que foram repensando/ressignificando práticas, construindo saberes que apontam para possibilidades de contribuições em processos de democratização dos saberes/poderes, inclusive, na própria experiência em relação à vida e à agricultura camponesa. Elas foram sendo movidas por sonhos, outros sonhos. Era o sonho da mudança. Como bem lembrou Carmem:

Ao participar do MMC vi que outras mulheres também tinham o mesmo sonho, o sonho da mudança, então, juntas tivemos força, unidas tivemos ousadia em fazer algo. [...] tomamos a decisão de não mais aceitar o sistema de produção vigente, que vinha de cima para baixo em forma de pacote que mexia com nossa cultura e as delícias da agricultura camponesa. Começamos a pensar e fazer, teoria e prática, que agricultura queremos? (Autobiografia, Carmem, Chapecó/SC, 2017).

Os saberes produzidos e recuperados pelas mulheres camponesas foram reportando-as ao encontro de acúmulos dos ancestrais que, de certa maneira, estavam sendo sufocados, escamoteados, silenciados. Elas reforçaram perspectivas históricas, lembrando diferentes sociedades, explicitando culturas e identidades variadas, não ignorando que tais processos foram considerados inferiores quando vistos sob enfoque colonizador por visões hegemônicas, patriarcais e eurocêtricas.

A experiência dessas mulheres mostrou que, nesse processo, elas foram pensando sobre suas realidades, confrontando com outras realidades e elaborando propostas alternativas. Isso lhes possibilitou a construção teórica prática própria que desvenda e propõe outra perspectiva para a agricultura camponesa, não mais vista apenas como uma forma de produzir no campo, mas como um modo de viver individual e coletivamente. Uma agricultura em que o princípio do trabalho ganha contornos diferentes daquele determinado pela forma capitalista, que prevê a mais-valia, o lucro para uma minoria em detrimento da exploração de uma grande maioria.

Essa outra perspectiva prevê, ali, a possibilidade da diversificação na produção com base na troca, no intercâmbio, na socialização. Os elementos do que produzir, como produzir, quando produzir, para quem produzir vão sendo demarcados por caminhos abertos, dinâmicos, que se refazem e são ressignificados, mas também desperta na própria experiência um novo esperançar.

Mostraram que é um esperançar não de espera, mas de alguém que se levanta, que nasce e se perpetua na resistência dos povos tradicionais, das ligas camponesas, da TdL, das lutas feministas, de articulações com outras organizações e movimentos mistos, tanto em nível nacional quanto internacional, que fazem do conhecimento uma luta por processo de transformação social, a partir do campo. Daí a importância da redescoberta da agroecologia como ciência e como modo de vida e a educação popular como uma das matizes de sustentação teórica que também fundamenta esse processo histórico de construção epistemológica em curso, que nasce dessa experiência territorial do MMC, que resiste à ideia de ciência única e que se caracteriza pelo marxismo feminista e também camponês.

A experiência que dialoga em sua originalidade, com a perspectiva teórica de Thompson (1981) é aqui caracterizada como “de resistência e de enfrentamento” ao projeto do capital e das relações patriarcais estabelecidas, por isso, uma experiência feminista camponesa. Nas rodas de diálogo durante a pesquisa, elas deixavam claro que, desde o primeiro momento, enfrentaram a cultura patriarcal que insiste em colocar a mulher numa condição de subalternidade, mas elas tencionaram e resistiram à cultura do feminino em contraposição ao feminismo e feminismo camponês.

Também tencionaram e resistiram frente à produção convencional de agricultura que ameaça a biodiversidade, provoca degradação do solo, tendo como base a prática do uso intensivo de venenos, das sementes transgênicas, entre outros. Posicionaram-se e resistiram frente às relações de mercado. Colocaram-se frente às formas de aprisionamento político da mulher na sociedade. São dimensões da resistência que se efetivam no território por meio de suas práticas, que, nesse processo, foram decisivas para a construção de outros conhecimentos, contrapondo-se à concepção eurocêntrica de conhecimento “único” e universal.

Foram fazendo-se “outros Sujeitos” (ARROYO, 2012), que resistiram e continuam resistindo à invasão de seus territórios, de suas terras, de suas culturas, na tentativa de qualificação da agricultura camponesa. Por meio das práticas de produção, recuperação e melhoramento das sementes crioulas de hortaliças foram também redescobrimo o valor do seu trabalho. Ampliaram seus debates para além das “hortaliças” e foram discutindo um

projeto de agricultura camponesa dentro de uma visão mais ampla, não se referindo apenas à produção.

A experiência é reveladora: outras práticas e outros saberes foram apontando para novos sentidos e diferentes significados. Outra compreensão do mundo camponês, a partir das mulheres camponesas em movimento, agora é possível. Não quaisquer significados, mas os que se apresentam com compromissos críticos em relação ao saber hegemônico e de afirmação de saberes orgânicos, feministas, camponeses, agroecológicos, comprometidos com a experiência de organização do trabalho e de lutas das classes populares.

A partir da experiência das mulheres camponesas, compreendemos que Paulo Freire dá uma nova interpretação à luta de classes distintamente de outros marxismos. As mulheres se pronunciaram em relação aos métodos de trabalho baseados no aprendizado a partir das concepções trabalhadas por Freire (2014). Disseram que compreenderam porque o oprimido, ao se libertar, também pedagogiza o opressor.

Junto com o MMC, que é um Movimento que se autodenomina feminista camponês, as participantes da pesquisa abordaram questões como a do campesinato, da agroecologia, da mulher/mulher camponesa, do feminismo camponês, de gênero/classe/etnia. Todos estes ingredientes não foram efetivamente enfrentados pelo marxismo de Marx.

Por isso, reafirmamos que a pesquisa apontou avanços à teoria marxista, principalmente no que tange à questão do campesinato e à teoria de Freire, pois ela é atualizada enquanto uma práxis pedagógica na maneira e na forma do MMC se organizar, travar suas lutas e formular outros horizontes. O MMC, ao construir isso, o faz com base nos referenciais do Marxismo e ao mesmo tempo contribui no avanço desta perspectiva teórica em solo latino-americano e caribenho.

Constatamos que, se com relações capitalistas de produção, por meio de sua força social e política, afirma-se uma epistemologia homogênea, temos que admitir que, com a força social e política de sujeitos que reexistem a esses processos e constituem relações heterogêneas, é possível a construção de novos saberes e resignificação de outros. Isso nos autoriza a sustentar a tese de que, nessa experiência, as mulheres camponesas em movimento no MMC não apenas construíram saberes, mas, passados 34 anos de sua existência, inauguraram, na luta, uma perspectiva epistemológica feminista camponesa que segue em construção!

Essa perspectiva epistemológica feminista camponesa está em disputa na sociedade, na política, na academia. É na afirmação da diversidade de experiências comunitárias que se sustenta, inclusive em valores contra hegemônicos, que permanentemente se confrontam e se

conflitam com dinâmicas epistemológicas homogeneizadoras, representadas pela mundialização do capital e seu projeto de mercantilização das experiências locais/regionais.

A partir da perspectiva apresentada, abre-se uma janela para o questionamento: como inaugurar o diálogo com a ciência e a Universidade? Fica aqui a crítica a uma epistemologia dominante na Universidade e, no fundo, é uma crítica à própria Universidade. Se a Igreja contribui nesse processo junto, com e ao lado do Movimento, qual tem sido o papel da Universidade? Isto porque a criação da Universidade (UNOESC/UNOCHAPECÓ) emergiu desse processo também.

Defendemos a tese de que essa perspectiva epistemológica feminista camponesa em construção no MMC nasce de uma prática pedagógica feita experiência. Ganha forma numa “escola” que se faz Movimento. Diferente da escola seriada, fragmentada, ali o conhecimento se constrói nas relações e pelas relações, não no isolamento. É um processo de trocas, de reciprocidades. Por isso, “[...] no MMC surgem muitas oportunidades, uma delas foi a faculdade de homeopatia popular nas três áreas humana, animal e vegetal.” (Autobiografia Rosalina, Chapecó, 2017). É feminista camponesa porque trata da luta pela igualdade das mulheres contra o patriarcado e da luta por outro modo de vida camponesa, contra o capitalismo no campo. É agroecológica não porque a agroecologia já é uma realidade em todas as propriedades das famílias dessas mulheres, mas, sim, porque configura-se como o “vir a ser” como uma utopia já sendo possível, já sendo experienciada.

Trata-se de outra “forma de razão” que se constrói na própria experiência de mulheres camponesas que, em suas manifestações enquanto sujeitos históricos, tecem, não sem contradições, nem sem incongruências, formas de fazer, de pensar, de sentir, de manifestar, de existir que se enraízam em saberes/fazeres hegemônicos em nossa sociedade, mas também, em saberes/fazeres que ganham visibilidade no próprio fazer-se dessas mulheres camponesas enquanto força social coletivamente organizadas. Há uma razão profunda, que sustenta o conhecer, o fazer, o sentir, o manifestar dessas mulheres camponesas que não pode ser compreendida sem referência à religião, ao feminismo, às lutas camponesas, às populações tradicionais, à agroecologia, às experiências de educação popular etc.

E essa razão profunda permite que percebamos ali novas e transformadoras experiências de conhecimento e de ação, como se expressa no significado dado à horta (e o porquê das sementes crioulas de hortaliças), pois a horta é o espaço da mulher, o espaço que não é valorizado, o espaço do privado, da casa, mas, ao mesmo tempo, é o espaço em que se manifestam as contradições, as relações de dominação, as possibilidades de transformação e de emancipação.

Essa perspectiva epistemológica vai se tornando conhecida, conquista visibilidade e incide no território pela capacidade das mulheres camponesas em movimento indicarem que é possível consolidar processos endógenos que, por meio de seus arranjos específicos/particulares, adquirem forma no próprio território. Assim o fazem interligados por elementos da totalidade que muito contribuem para avançarmos na defesa do desenvolvimento territorial/regional. Entretanto, a pesquisa também evidenciou que muitos e grandes desafios persistem.

Um deles está relacionado à necessidade de trabalhar a questão de etnia, articulada com as relações patriarcais de gênero e classe na experiência do MMC e daí extraírem outros saberes, outros conhecimentos. O Movimento e a academia precisam se perguntar o que foi feito das mulheres negras e indígenas? Por que essas mulheres não ganharam maior visibilidade, mesmo nos espaços dos movimentos populares do campo? Onde estão as mulheres negras e as mulheres indígenas? As próprias mulheres durante a participação nos CECs, levantaram questões. Será possível, por meio das sementes crioulas, estabelecer um diálogo com outras mulheres?

E o outro desafio que a experiência evidencia é pensar a relação campo/cidade como um processo permanente, tanto no que se refere à libertação das mulheres, quanto à transformação dos espaços vividos, podendo valer-se da própria experiência de recuperação, melhoramento e produção de sementes crioulas realizada no campo, como mediação para instaurar um processo organizativo, de formação e lutas com as mulheres na cidade. Os CECs explicitaram essa realidade. Da mesma forma fica o desafio para novas pesquisas no sentido de busca de uma compreensão maior sobre a relação que se estabelece no campo da produção e do consumo dos produtos provenientes da agricultura camponesa pelos habitantes das cidades.

Acreditamos que essa tese pode ser lida como uma contribuição que, vinculada à tradição marxista, oferece pelo menos duas possibilidades de análise dos movimentos das mulheres: uma está dada pela utilização do materialismo histórico enquanto método de abordagem para a análise da ação coletiva das mulheres; outra está no esforço no sentido de não cair em tentações pós-modernas que exageram na importância das diferenças, relativizam a importância da construção de identidades, apostam em “perspectivas de análises” e nem sempre assumem uma posição clara quanto à importância da atuação política contra as diferentes formas de opressão e de dominação que fazem parte do cotidiano e da condição histórica das mulheres em nossas sociedades. Essa tese, no nosso entendimento, é um compromisso com o pressuposto de que a emancipação das mulheres não é a emancipação

humana, mas, ao mesmo, que a emancipação humana não ocorrerá sem a emancipação das mulheres.

Concluindo, reafirmamos: a formulação e a construção da pesquisa emergem do frescor e do vigor da luta necessária no solo do sistema capitalista, apontando sempre para além dele, embora nele e, desde uma perspectiva latino-americana e caribenha, que se abre à universalização dos processos mais globais enquanto resistência, crítica e formulação utópica.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Nilton Manoel Lacerda. *Movimento de Mulheres Camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re) produção de sementes crioulas para as mulheres no Oeste Catarinense*. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- AIMTR/SUL – Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Nenhuma trabalhadora rural sem documentos. *Cartilha de Formação e Informação*, n. 1, ago. 1994.
- ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Tradução de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA; FASE, 1989.
- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL. *Caderno de Formação Nº 1. Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Montagem e distribuição: S.A.E. Sistema de Assessoria aos Movimentos da Classe Trabalhadora, [s.d.].
- ANMTR. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. *Mulher Trabalhadora Rural Amante da igualdade. É preciso ter força, garra... Sempre!* Gráfica e Editora Pe. Berthier, Passo Fundo/RS, 1997.
- AUED, Bernardete W. *A vitória dos vencidos (partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo, vol. 2: a experiência vivida*. Lisboa: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BENKO, Georges. *A ciência regional*. Oeiras: Celta, 1999. Cap. 3.
- BOAVENTURA, E. M. *Memorial*. 1995. Disponível em: <<http://www.edivaldo.pro.br/memorial.html>>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BOISIER, Sérgio. *Teorías y metáforas sobre desarrollo territorial*. Santiago: SEPAL-UN, 1999.
- BONI, Valdete. *De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- BORDIGNON, Gilberto Alves. *Municípios catarinenses*. [S.I.: s.n.] 1968.

BOTOLETO, E. J. Em torno de três epistemologias e três modelos econômicos às pedagogias da terra: o pensamento libertário e a economia comunal, o pensamento marxista e a economia solidária e, o pensamento social da igreja católica e a economia de comunhão. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 2., 2014, Pato Branco. *Anais...* Pato Branco: UTFPR, 2014.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. São Paulo: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 24. ed. Brasília, DF: Senado Federal; Editora Saraiva, 2000.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Dossiê: sociologia*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BUTLER, Judith. *Contingent Foundations: Feminism and the Question of "Postmodernism"*. Tradução de Pedro Maia Soares. Nova York: University of California at Berkeley, 1990.

CAMPOS, Índio. *Colonos do Rio Uruguai: relação entre pequena produção e agroindústria, no Oeste Catarinense*. 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CARVALHO, Horácio Martins de. *As classes sociais no Brasil*. Curitiba, nov. 2006. 48 p.

_____. Oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: _____ (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 95-112.

CASAGRANDE, Jacir Lenoir. *Movimentos sociais do campo: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina*. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CATÃO, F. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

CECEÑA, Ana Esther. Sujeitando o objeto de estudo, ou da subversão epistemológica como emancipação. In: _____ (Org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Sujetizando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación. In: _____ (Org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 13-43.

CEOM – Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina. *Para uma História do oeste catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: Unoesc, 1995.

CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. *Trabalho de Base: teoria e prática*. São Paulo: CEPIS, 2005.

CHIARETTI, Danieli. Estudo destaca concentração de terras no Brasil. *Folha Online*, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4792703/estudo-destaca-concentracao-de-terras-no-brasil>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

CINELLI, Catiane. *O educativo na experiência do movimento de mulheres camponesas: resistência, enfrentamento e libertação*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas*. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

_____; CONTE, Isaura Isabel. Educação popular numa experiência agroecológica no movimento de mulheres camponesas. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPED SUL, out. 2014.

_____; JAHN, Elisiane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 10, n. 117, fev. 2011.

CISNE, Mirla. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? – uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão*. 2004. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. *Production et reproduction, rapports sociaux de sexes et de classes*. Le sexe du travail. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

COMBLIN, José. *Vocação para a liberdade*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

CONRAD, Joice; SILVA, Clécio Azevedo da. Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia integração. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012. Anais... Uberlândia, 2012.

CONTE, Isaura Isabel. *O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México*. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DARSIE, Marta Maria Pontin. Perspectivas epistemológicas e suas implicações no processo de ensino e de aprendizagem. *Uniciências*, v. 3, p. 9-21, 1999.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da Silva; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. 2. ed. São Paulo: USP – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1999. (Textos CERU. Série 2; 3).

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e circunstâncias: um estudo sobre os Mucker e seu Tempo*. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo XXI, 1985.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Prologo à edição brasileira de NETTO, José Paulo. São Paulo: Global, 1985.

ESCOBAR, Arturo. Atores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

ETGES, Virginia. *A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo/RS*. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

_____. Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, set./dez. 2005.

_____; CARISSIMI, Eduardo. Territórios luminosos e territórios opacos: uma análise à luz das contribuições de Milton Santos. *Redes*, v. 19, n. 2014, p. 44-64, 2014.

_____; DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. *Revista Brasileira Desenvolvimento Regional*, v. 1, n. 1, p. 85-94, abr. 2013.

FABRINI, João Edimilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. *Revista Nera*, n. 11, p. 8-32, 2012.

FACHINI, Ivo. Música: América Latina. N. 08. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Folheto de canto da 6ª Assembleia estadual*. Chapecó, [s.d.].

FERNANDES, Ângela Esther Borges. *Perfil da Agricultura Familiar Brasileira*. São Paulo: Edusp, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A Pessoa e o Político*. Porto Alegre: Nova Escrita Ensaio, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no liminar do século XXI. *Espaço e Geografia*, v. 4, n. 1, p. 7-24, 2001.

FIORINZA, Elisabeth Schussler. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1982.

FORNARA, Salete Zeni. Hino do Movimento. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Livreto de canto da XII Assembleia estadual do MMC/SC*. Xaxim, 2011.

FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *Conscientização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Extensão ou Comunicação*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Medo e Ousadia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GAMBOA, Silvio Sanchez. *Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2007.

GASPARETO, Sirlei A. K. *As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Liber Livro, 2012.

GEBARA, Ivone. *As águas do meu poço*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 439-456, set./dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1975.

GRINGO, Antônio. Música: Alimentação ecológica. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Livreto de canto da XII Assembleia estadual do MMC/SC*. Xaxim, 2011.

_____. Música: Mulher da Roça. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Cartilha Mergulho na história das mulheres*. Chapecó, 1997.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Teologia da Libertação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira abordagem*. 2013. Disponível em: <www.heloisabuarquedehollanda.com.br>. Acesso em: 14 abr. 2017.

KARNOPP, Erica. Desenvolvimento regional entre verticalidades e horizontalidades: a agricultura familiar em questão. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 27, p. 282-295, 2014.

KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2017.

KORSACK FILHO, Antônio Augusto; MISSIONEIRO, Paulo. Mulheres camponesas. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Livreto de canto da XII Assembleia estadual do MMC/SC*. Xaxim, 2011.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *A dialética do concreto*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KROTH, Sirlei Antoninha. *Atalhos da luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, 1983-1993*. 1999. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia*. [S.l.]: Jorge Zahar Editor, 1997.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LAGARDE, Marcela y de los Rios. *Los cautiverios de las mujeres*. Madresposas, monjas, putas y locas. Madrid: Horas y Horas, 2011.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*. Tomo II: Por uma Teoria da Agricultura Familiar. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LANDER, Edgardo. La ciencia neoliberal. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 11, n. 2, p. 35-69, maio 2005.

LA VIA CAMPESINA. *Soberanía alimentaria y comercio*. [s.d.]. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOUREIRO, Isabel Maria. Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo. *Crítica Marxista*, v. 1, 1997.

_____. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LOVERA, Clair José et al. *Sermões do Bispo D. José Gomes*. Florianópolis: Premier, 2013.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Método dialético e teoria política*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma o Revolución*. 1899. Obras Escogidas. Esquierda Revolucionaria. Folha online: www.marxismo.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/luxem/01Reformaorevolucion_0.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *A acumulação do capital*, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

_____. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARTELLO, Alexandre; MATOSO, Filipe. Governo anuncia R\$ 202,8 bilhões para Plano Agrícola 2016/2017. *Folha Online*, São Paulo, 4 maio 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/ministra-anuncia-r-2028-bilhoes-para-plano-agricola-20162017.html>>. Acesso: em 13 jun. 2017.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. [s.l.: s.n.], 1978.

_____. *O Capital*. Crítica da economia política. Tomo 1, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ENGELS, Frederic. *La ideología alemana*. Montevideo: Ediciones de Cultura Popular, 1958.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Sobre a Mulher*. São Paulo: Global, 1980.

MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MENDRAS, Henry. *La fin des paysans*. 2. ed. Paris: Actes Sud, 1984.

MILLS, Wright C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

_____. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Cartilha Mergulho na história das mulheres*. Chapecó, 1997.

_____. *Cartilha Gênero e Classe*. Chapecó, [s.d.].

_____. *Informativo Encarte Especial*. Chapecó, jul./ago. 1997.

MORAES, I. N. *Memorial: síntese*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. (Documento apresentado à Faculdade de Medicina para o Concurso de Professor Titular do Departamento de Cirurgia – Disciplina de Cirurgia Vasculária Periférica).

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. Censo Agropecuário confirma: agricultura camponesa é a principal produtora de alimentos do país. *Folha online*, São Paulo, 18 fev. 2010. Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/2010/02/18/censo-agropecuario-confirma-agricultura-camponesa-e-a-principal-produtora-de-alimentos-do-pais>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MUNARINI, Carmem; COLLET, Zenaide. Recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças: uma luta do MMC/SC. *Revista Camponesa*, dez. 2007.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

MÚSICA: *Acorda América*. 2009. CDL. Cancioneiro Juventude Canta e Encanta. Disponível em: <www.ccj.org.br>. Acesso em: 9 jun. 2017.

NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, D. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista Reforma Agrária*, v. 25, p. 21-37, maio/dez. 1995.

NUNES, Astulio. Música: *Caminheiro*. 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. *Revista Campo-Território*, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DO MST, 12., 2004, São Miguel do Iguaçu. *Anais...* São Miguel do Iguaçu, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de; STÉDILE, J. P. AGRÁRIA, Fórum Nacional de Reforma. *A Natureza do Agronegócio no Brasil*. Brasília: Secretaria Operativa, 2005.

OMA – Organização das Mulheres Agricultoras. *Não importa onde estiver, sempre mulher*. Cartilha de estudo nos grupos de base, [s.d.]. p. 14.

ORO, Ivo Pedro. *Conselhos de Pastoral na Prática*. 1. ed. Xanxerê: News Print, 2010.

OXFAM Brasil. Terrenos da desigualdade terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. *Informe da Oxfam Brasil*, 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve (O Nordeste do Brasil, 1955-1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIM, Elison Antônio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. *Saeculum*, n. 14, 2006.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo, 2001.

PAULILO, Maria Ignez S. *Terra à vista... e ao longe*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

PELUSO JR., Victor Antônio. *Aspectos Geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC; Ed. da UFSC, 1991.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PINTO, Zé. Música: *Não somos covardes*. CD: MST. Arte em Movimento. 2002.
 _____. Música: Sem medo de ser mulher. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Livreto de canto da XII Assembleia estadual do MMC/SC*. Xaxim, 2011.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, n. 7, 1995.

POLI, Odilon Luiz. Oeste catarinense: modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. In: _____. *Leituras em Movimentos Sociais*. Chapecó: Grifos, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, n. 15, abr. 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgrafia*, ano 8, n. 16, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. *Discurso*, v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973.

PRIMAVESI, Ana. *Cartilha do Solo*. São Paulo: Fundação Mokiti Okada, 2006.

PUEBLA: CONCLUSÕES DA TERCEIRA CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Puebla de Los Angeles, 1979.

PULGA, Vanderléia Laodete. A luta e a resistência das mulheres camponesas no Rio Grande do Sul. In: CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos (Org.). *Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008.

_____. *Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida*. 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das Ligas Camponesas*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2000.

REIGOTA, Marcos. A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens. *Revista Teias*, v. 11, n. 21, 2010.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense. As representações dos brasileiros. *Cadernos do CEOM*, v. 5, n. 7, 1991.

_____. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *Revista Cadernos do CEOM*, v. 19, n. 23, 2014.

_____. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 1997.

_____. *Identidade comunitária*. Separata. Chapecó: Argos, 2004.

_____. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

ROMÃO, José Eustáquio et al. Círculo epistemológico: círculo de cultura como metodologia de pesquisa. *Educação & Linguagem*, ano 9, n. 13, p. 173-195, jan./jun. 2006.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Equidade e paridade para obter igualdade. *Revista O Social em Questão*, ano 1, n. 1, jan./jun. 2000.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofía de la práxis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

SANTANA, Elma. *Jacobina: a líder dos Muckers*. Porto Alegre: AGE, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, n. 79, 2007.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. *Rev. Território*, ano V, n. 9, jul./dez. 2000.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Redes de movimentos sociais no campo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____; KRISCHKE, Paulo (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano: novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHINELO, Edmilson; PEREIRA, Nancy Cardoso. *Teologia da Libertação e Educação Popular. Partilhando e Avaliando Práticas de Educação Libertadora*. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SCHÜTRUMPF, Jörn (Org.). *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. (Org.). *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. 2. ed. amp. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, ano 8, n. 7, 2005.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: _____ (Org.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. *Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas*. 2015.

TELLES, Vicente. Música: *Maria Rosa*. 1987. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Livreto de canto da XII Assembleia estadual do MMC/SC*. Xaxim, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

_____. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 2001.

TOMITA, Luiza E. A contribuição da Teologia Feminista da Libertação para o debate do Pluralismo Religioso. In: VÁRIOS AUTORES. *Pelos muitos caminhos de Deus: desafios do pluralismo religioso à Teologia da libertação*. Goiás: Rede, 2003. p. 108- 119.

TONG, Rosemarie. *Feminist Thought: a Comprehensive Introduction*. 2013.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. *Aprendizagens na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, 2004.

_____. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Ser socióloga do mundo rural na UNICAMP: memórias muito vivas. *Ruris*, v. 1, 2007.

ZORTEA, Reneu. *Igreja e Movimentos Sociais: o processo de formação da consciência social e política da Diocese de Chapecó*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Música: *Rosa Vermelha*. Letra: ZORTEA. São Miguel D’Oeste, 2007. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Livreto de canto da XII Assembleia estadual do MMC/SC*. Xaxim, 2011.

_____; CORSO, José. Música: Como águia que voa. Letra: Zortéa. Música Corso. Quilombo. 2000. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Livreto de canto da XII Assembleia estadual do MMC/SC*. Xaxim, 2011.

_____; GASPARETO, Sirlei Kroth. Música: *Na luta sempre mulher*. Letra: Zortea. Música: Gaspareto. 1997. In: MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. *Livreto de canto da XII Assembleia estadual do MMC/SC*. Xaxim, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questões para autobiografia de mulheres envolvidas no programa de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC

Questões para autobiografia de mulheres envolvidas no programa de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC

Fale sobre:

I. O processo pessoal da vida de militante. Significados.

- I.2 Como e quando se deu sua aproximação e envolvimento com os movimentos populares?
- I.3 Como e quando se deu a sua chegada ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)?
- I.4 Sua percepção em relação à condição do ser mulher (antes de entrar no MMC e depois). E o significado que atribui ao ser camponesa.
- I.5 Sua percepção em relação à condição de contribuir na libertação do machismo ainda presente, mesmo internamente às mulheres em forma de reprodução dele e, ao mesmo tempo, na libertação do homem.
- I.6 Sua percepção em relação à condição de contribuir no deslocamento de uma visão patriarcal para uma visão na qual outra relação homem/mulher, homem/homem, mulher/mulher possa emergir.
- I.7 Sua percepção em relação à condição da mulher/maternidade, no sentido de se ir para além do que foi naturalizado (mulher nasceu para ser mãe), mas sem se esquecer do sentido de uma estrutura enquanto é da condição da mulher portar a vida.
- I.8 Sua percepção em relação à própria noção de família, em que a noção de família se articula com o gênero-humano e vice-versa, portanto, não é um núcleo fechado em si mesmo, mas, sim, um núcleo aberto à condição do gênero-humano em suas infinitas dimensões.
- I.9 Sua percepção em relação a outra estética e ética desde organização do MMC. (Como romper com um padrão de beleza que se impõe, principalmente no que tange à visão da mulher hoje no nosso contexto social. A mesma questão vale para a ética, pois é sabido que um elemento que constitui a estrutura da mulher é o cuidado. Assim, como as mulheres camponesas se percebem nesta dimensão da estética e da ética?)

II. O Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças e a construção de saberes.

- II.1 Como se deu o seu envolvimento?
- II.2 Em que consiste essa proposta?
- II.3 Como e quando o Movimento decidiu implementar essa proposta?
- II.4 Em sua opinião, há uma construção de outros saberes que nasce dessa experiência? Que saberes são esses? Como vão sendo elaborados?
- II.5 Que significado tem o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças em relação à experiência do MMC de agricultura camponesa?

III. Feminismo.

- III.1 O que é feminismo e como você o compreende?
- III.2 Como você se percebe no trabalho que realiza?
- III.3 Fale sobre o que entende por feminismo camponês a partir do MMC.
- III.4 Em que momento a dimensão do feminismo ganha visibilidade nas críticas sociais das mulheres camponesas?
- III.5 Como a dimensão do feminismo ressignifica as lutas sociais das mulheres camponesas (organização, programa, ideologia)?
- III.6 O que é feminismo camponês?

III.7 Como a construção de uma perspectiva feminina e camponesa condiciona a práxis das mulheres camponesas?

IV. Experiência de resistência e enfrentamento.

IV.1 O que você compreende por resistência e enfrentamento?

IV.2 Fale sobre os significados que a ação da Aracruz Celulose, ocorrida em 8 de março de 2006, despertou no MMC.

IV.3 Fale sobre a concepção dos saberes que se efetivam no interior do MMC, destacando seus limites e possibilidades, nomeadamente, sobre a importância político-pedagógica-econômica-social desenvolvidos neste âmbito.

IV.4 E na sociedade em geral, como são concebidos os saberes das camponesas, seus limites e possibilidades?

13. Essa proposta das “sementes” faz alguma diferença quando se trata de saberes das mulheres, cujo processo histórico é permeado por lutas, emancipação e autonomia? Comentar.

14. O que você entende por território? E território das mulheres?

APÊNDICE B – Autobiografia de Zenaide Collet do MMC/SC

Autobiografia de Zenaide Collet do MMC/SC

Fale sobre:

I. O processo pessoal da vida de militante. Significados.

I.2 Como e quando se deu sua aproximação e envolvimento com os movimentos populares?

I.3 Como e quando se deu a sua chegada ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)?

Meu primeiro contato com o MMC começou em 1986 nos municípios de São Miguel D'Oeste e Descanso/SC. Como religiosa realizava o trabalho pastoral na formação de liderança mais especificamente na catequese. Neste processo vivenciei junto às mulheres suas dificuldades, violência, angústias, lutas, sonhos que as motivavam se reunir e buscar saídas para uma vida melhor. Elas estavam discutindo a passagem de Organização das Mulheres Agricultoras (OMA) criada em 1983, para Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Era um debate intenso entre mulheres e homens nas comunidades rurais por vários motivos.

Primeiro pelo fato das mulheres estarem se organizando sozinhas, havia mulheres e homens que não concebiam tal atitude, era uma afronta, algo que desestabilizava costumes, tradições, normas, ensinamentos... hoje entendo que isso era a reação da cultura patriarcal, na época a gente falava do machismo presente na vida da comunidade. Falavam que as mulheres não tinham capacidade e que não iria dar certo. O que dava força para refletir sobre estas questões era a proposta da igreja da libertação.

Pessoalmente como religiosa da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição tive a oportunidade de participar de todo um processo formativo na congregação e também com outras congregações que envolvia principalmente a juventude da vida religiosa. Nestes espaços fazíamos a releitura bíblica à luz da Teologia da Libertação refletindo sobre as causas do empobrecimento do povo e os desafios da opção pelos pobres. Foi um tempo onde descobri que a fome, a violência, a miséria é consequência do sistema capitalista e sua estrutura econômica, política, social, ideológico. Também comecei a entender que a pobreza não é porque as pessoas não trabalham, pelo contrário, que o empobrecimento existe por causa da exploração da força de trabalho. No início do Documento de Puebla traz o rosto dos empobrecidos entre tantos as mulheres. Então foi a partir deste contexto que despertei para o estudo da atuação das mulheres na história do povo de Deus.

Isso era uma necessidade porque nós tínhamos que argumentar através da religião o direito que as mulheres tinham de se organizar, porque os homens de modo geral, o marido, alguns padres, prefeitos, vereadores, pastores enfim pegavam a bíblia principalmente a carta de São Paulo, aliás na época era a passagem mais lida nos casamentos. Lembro-me da passagem de Colossenses capítulo 3 que diz assim: mulheres sejam submissas ao marido que assim vocês devem agir por causa da fé. Tinha também Efésios 5 que diz: esposas respeitem o vosso marido. Diz também que o marido era a cabeça da esposa como Cristo é da Igreja. Que o marido tinha que amar a esposa. Eu queria entender isso, não aceitava, algumas mulheres também começaram a questionar estas passagens da bíblica, a forma que era interpretada a palavra de Deus.

Foi este contexto que fui aprofundando o papel das mulheres na igreja, na sociedade e na Bíblia. Na história do povo de Deus a atuação profética das mulheres como, no êxodo falam de Moisés mas pouquíssimas vezes Miriam e das mulheres que na frente do povo cantavam a libertação dos israelitas e que os carros e cavaleiros do faraó fracassaram. A luta de Débora, Judite, Agar, Ester e a própria Maria que a gente tinha aprendido que era a mulher

obediente, submissa, cabeça baixa, mãos juntas. Não! Maria ao saber que estava grávida cantou o Magnificat. Lá no início do evangelho de Lucas, ela diz: “Deus derruba do trono os poderosos e eleva os humildes, dá pão a quem tem fome e despede o rico de mãos vazias”. Foi importantíssimo o papel da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) na formação de liderança. O Bispo D. José Gomes, Padres, Irmãs Religiosas, Pastores e Pastoras. Em São Miguel o Pastor Lobo e a Pastora Lola estavam junto. Nossas reuniões eram sempre na sala de reuniões ou no salão da Igreja IECLB. Ele e ela motivavam, acompanhavam iam às mobilizações, faziam curso de formação e assim aos poucos a gente foi entendendo as contradições da vida e que era possível mudar.

Segundo ponto polêmico, era o termo “movimento” porque os homens, relacionavam com a sexualidade, ou seja, com a sexualidade dos animais, o período que a fêmea estava em cio. E não era isso. Mas naquela época isso envergonhava as mulheres e algumas desistiam de participar. Hoje vejo que talvez fossem impedidas pelo marido de participar. Diziam que as mulheres saíam de casa para trair o marido. Mexia com a moral, os costumes... Nas bodegas entre os homens aquele que tinha a mulher que participava era humilhado pelos outros homens. Isso era conversado e refletido nas reuniões, era difícil de entender, havia muito conflitos. Daí que tinha um grupo que defendiam que devia permanecer organização das mulheres e não movimento de mulheres... foi um longo tempo pra gente entender e o que contribuiu para isso foi a formação a luta, a participação, o debate.

Terceiro ponto que também houve conflito foi que no processo de constituir o MMA a direção defendia o princípio da autonomia. Mas nós no grupo de base não entendia muito. Eu lembro que tinha liderança da igreja (padres) que discordava, eram contra, diziam que devia permanecer como organização das mulheres junto ao sindicato, outros dizia que devia ser uma pastoral. Eu ficava dividida, não sabia bem, mas as mulheres da direção enfrentaram e criaram o MMA. Daí neste mesmo tempo vem a luta pela aposentadoria. As mulheres vão a Brasília levar abaixo assinado pelo direito a aposentadoria.

Ainda em 1986, vivenciei outro momento que foi o processo eleitoral. Tinha as eleições e os deputados eleitos iriam fazer a constituição. Então as mulheres começaram a debater a importância de participar da política e junto com o PT indicam Luci Choinacki que era da direção do MMA para concorrer como deputada estadual. Fiz campanha. Tinha quem apoiava e quem era contra. Acusavam as mulheres que iriam terminar com as famílias.

I.4 Sua percepção em relação à condição do ser mulher (antes de entrar no MMC e depois. Quem era essa mulher agricultora antes do MMC e hoje). E o significado que atribui ao ser camponesa.

Antes era bem ingênua. Eu era produto da sociedade capitalista, machista e da religião onde a mulher tinha de fazer os serviços, obedecer e servir a todos na família, se sacrificar. Eu aprendi que era feio a mulher questionar ou se envolver nos negócios da família. Quem fazia isso desvalorizada socialmente porque desrespeitava o pai, ou o marido. Hoje, olhando minha trajetória percebo o quanto cresci na compreensão do ser mulher, no papel que desempenho na família, o trabalho e na sociedade. Percebo atitudes que outras mulheres não veem. O MMC contribuiu muito para a libertação da carga machista que a gente vai aprendendo desde a infância do jeito de ser mulher na sociedade e luta pela autonomia pessoal na família, no trabalho. Uma conquista é o direito de decidir, opinar, de ser dirigente do MMC. Aprendi muito com minha família principalmente essa questão de participar da comunidade e contribuir, a solidariedade e partilha com os pobres, aprendi com a congregação na atuação de agente de pastoral, mas destaco a militância no MMC tornando-se pra mim é uma referência, uma fonte onde continuo alimentando minha opção e me construindo como mulher, como gente, como liderança.

Em relação ao ser camponesa devo dizer que aprendi desde a infância com minha mãe a trabalhar na horta, limpar o solo, semear e preparar os alimentos diários temperos, radiche, couve, cenoura, beterraba, tomate, outros produtos, como amendoim, mandioca, arroz, melancia, melão, pipoca, batata doce, trigo, feijão, aboboras... a mãe e o pai preparavam o solo, plantavam e faziam todo o processo junto e eu e meus irmãos, minha irmã acompanhavam.

Na minha infância ainda não tinha chegado os agrotóxicos. Tudo era produzido natural. Na família já fazia a agroecologia só que a gente não sabia, não conhecia com esse nome. Plantavam e ainda hoje planta a diversidade de alimentos. Tinha um pomar diversificado com bananas, laranja, lima, vergamota, limão, abacate, uva, pera, marmelo, e muitas frutas nativas. A gente adorava ir à roça porque sempre tinha algo pra colher cereja, pitanga, gaviyu, tarumã, guabiroba, ingá, pinhão. Lembro também que no inverno nós ia junto com o pai replantar o pinheiro, cedro, angico, louro. A gente ajudava o pai fazer as mudas e depois de um certo tempo nós ia com ele replantar, cuidar das formigas.

Além disso, tinha os animais galinhas, gansos, patos, pombas, peixe, porcos, vacas, cabritos. Foi com o dinheiro do queijo, nata, ovos, galinhas, feijão que mãe organizava que nós estudamos. Naquela época tinha que comprar todo o material. A gente levava na cidade e vendia para as professoras e o dinheiro investia no material porque não tinha outro. O dinheiro da safra do milho ou da venda dos porcos era para pagar a terra.

Depois foi entrando na propriedade os agrotóxicos, a integração, o endividamento, a mecanização que de certa forma facilitou o trabalho braçal. Foi o tempo que sai de casa para estudar e deixei de trabalhar na terra. Minha família continua até hoje produzindo a diversidade de alimentos. Mas sempre fiquei muito próxima de agricultura camponesa. Porém minha renda não vem da produção. Quando fui para a cidade estudar parava em uma família por 4 anos. Estudava de manhã ao chegar em casa tinha que concluir o almoço, limpar a casa, lavar a roupa do casal e mais 4 crianças, limpar a loja e a bodega. Sempre terminava o trabalho por volta das 11 da noite. Dai ia estudar, fazer o tema. Foram tempos de muito trabalho.

Depois no MMC as mulheres discutiam a sobre carga de trabalho, os problemas dos agrotóxicos, da integração e aos poucos fui entendendo a beleza que é a produção diversificada. A dignidade da missão da agricultor(a) de produzir alimentos, que vem sendo roubada pela ideologia, pela ganância do capitalismo, pelo lucro.

Ser camponesa é amar a natureza, a vida e a reprodução da vida. Ser camponesa é resistir e enfrentar cotidianamente a agricultura capitalista transgênica transnacional que enriquece alguns a custa da exploração da natureza e das pessoas. Ser camponesa é ter um projeto de vida pessoal e coletivo recuperação da mãe terra, de preservação da diversidade e de construção de relações de respeito e dignidade entre os seres humanos e com todos os seres vivos. Cada ser vivo tem uma função neste planeta casa de todas e todos.

I.5 Sua percepção em relação à condição de contribuir na libertação do machismo ainda presente, mesmo internamente às mulheres em forma de reprodução dele e, ao mesmo tempo, na libertação do homem.

A gente está sempre aprendendo e ensinando. Vivemos cotidianamente situações de opressão e dominação e muitas vezes reproduzimos o machismo. Por isso, a libertação da mulher é uma luta constante, permanente e de auto avaliação diária para arrancar de nós o machismo. Quando a mulher se liberta de alguma situação machista liberta também o homem. Ambos mudam. Pra mulher se libertar ele precisa se superar deixar o ser machista. Isso não ocorre de forma tranquila, há momentos de tensão, dialogo, conflito às vezes mais intensos ou não. O conflito é libertador quando mulher e homem se dispõem a mudar a se respeitar e se

compreender e dialogam e tem desejo de se desafiar a construir outras relações, onde ambos crescem e se humanizam. Precisa haver o rompimento por parte da mulher da ser submissa e por parte do homem de oprimir, ou se isso não ocorre, continua a reprodução a opressão e do machismo e a submissão da mulher. Por isso a mulher ao se libertar e se humanizar liberta e humaniza o homem e o meio onde está.

I.6 Sua percepção em relação à condição de contribuir no deslocamento de uma visão patriarcal para uma visão na qual outra relação homem/mulher, homem/homem, mulher/mulher possa emergir.

Parto do princípio da educação popular que quem está sofrendo é o primeiro gritar e socorro. Em se tratando do patriarcado e pelos anos de militância a história tem mostrado que essa tarefa com exceções é da mulher. Por isso no MMC sempre a gente ouve “a libertação da mulher é obra da própria mulher, ou não acontecerá”. Na sociedade os homens por ser homens, mesmo os homens da classe trabalhadora, os camponeses estão pela formação cultural numa condição privilegiada em relação às mulheres.

Em relação à etnia o homem branco tem mais privilégios do homem negro, indígena. Sei que essa luta é grande e deverá acontecer no aspecto da formação humana do ser mulher e ser homem e na mudança do sistema de sociedade porque a sociedade capitalista imperialista é patriarcal e suas instituições reproduzem o patriarcado. Aqui vale o grito de ordem do MMC “sem feminismo não há socialismo”.

I.7 Sua percepção em relação à condição da mulher/maternidade, no sentido de se ir para além do que foi naturalizado (mulher nasceu para ser mãe), mas sem se esquecer do sentido de uma estrutura enquanto é da condição da mulher portar a vida.

Ser mãe é uma missão lindíssima e desafiadora. Não é só gerar a filha (o). É sim gerar um novo ser humano. Isso supõe um processo permanente e inacabado de autoaprendizagem que se dá no amor e na responsabilidade construído junto com o (a) filho (a) em todas as etapas da vida. Educar no diálogo é pensar-se sempre, porque a gente expõe nossos defeitos, nossas contradições, nossas fraquezas e erros as (os) e elas (es) cobram percebem, cobram e exigem posicionamento e atitude. Muitas vezes a sobrecarga de trabalho, a dureza da vida, tira a nossa sensibilidade e não permite a gente aprender com as crianças. Compreender o ser mãe. Dividir a responsabilidade com o pai em muitos casos é uma iniciativa da mulher.

Ser mãe, trabalhar e militar é uma dádiva, é uma opção e um compromisso com todas (os) que lutam, resistem e forjam uma sociedade mais humana. Porque no MMC a gente aprende outra educação fundamentada na igualdade e daí o desafio de educar a menina para além do trabalho doméstico, enfrentar o mercado capitalista e patriarcal que dispõe de brinquedos domésticos para as meninas e carro para os meninos. Ensinar meninas e meninos a cozinhar, lavar a louça, lavar, cuidar do doente, vovó. Ensinar a cultivar a terra, produzir seus alimentos saudáveis. Ensinar a organizar a contabilidade da casa, a planejar a vida. Ensinar e ir juntas (os) pra luta por direitos, mostrar a desigualdade e a necessidade da solidariedade, mas isso a gente precisa fazer junto. Enfim se a mulher, a mãe vive numa condição de submissão e violência consequentemente deforma o filho (a).

I.8 Sua percepção em relação à própria noção de família, em que a noção de família se articula com o gênero-humano e vice-versa, portanto, não é um núcleo fechado em si mesmo, mas, sim, um núcleo aberto à condição do gênero-humano em suas infinitas dimensões.

Convivo com companheiro, nossa filha e a sogra. Compartilhamos muito momentos. Quando penso em família lembro do pai, da mãe, irmãos, irmã, sobrinhos (as), cunhado (as) que a gente procura construir relações de amizade e respeito. Vem-me em mente as mulheres lutadoras e lideranças que a gente socializa ideais. Família vai além dos laços de sangue.

Para mim família são as pessoas com que a gente divide tempo, esperanças, dificuldades, sonhos. São as pessoas que a gente pode contar em qualquer momento. Sinto-me responsável com eles (as) e sofro quando sei que alguém está sofrendo, doente ou passando por dificuldade e me sinto feliz quando sei que estão bem. Libertar a filha (o) é uma tarefa pedagógica permanente e cotidiana assim a gente também se liberta.

I.9 Sua percepção em relação a outra estética e ética desde organização do MMC. (Como romper com um padrão de beleza que se impõe, principalmente, ao que tange a visão da mulher hoje no nosso contexto social. A mesma questão vale para a ética, pois é sabido que um elemento que constitui a estrutura da mulher é o cuidado. Assim, como as mulheres camponesas se percebem nesta dimensão da estética e da ética?)

Houve um tempo que eu me sentia inferior às outras mulheres que estudaram, da cidade ou que frente aquelas que se apresentavam com uma aparência socialmente melhor, ou seja, com roupa da moda, unhas pintada, maquiada, enfim. Hoje, vejo que isso está relacionado ao mercado e a da mulher é usada como objeto e consumidora da ordem capitalista e patriarcal. Hoje, entendo que isso não é o principal. Não é a aparência que conta embora ache bonito a mulher bem arrumada. Outro aspecto a ser pensado é que a mulher camponesa começa trabalhar desde criança.

É um trabalho pesado que exige muito esforço físico consequentemente isso deixa marcas no corpo, nas mãos, nos dedos, nos músculos, na pele fugindo do padrão imposto pela sociedade de consumo. Assim a mulher camponesa (criança, jovem e adulta) é discriminada pela aparência. Seu trabalho é desqualificado porque quem faz trabalho que exige força física é porque não estudou, não tem conhecimento, não tem capacidade. E também o espaço do campo é socialmente considerado inferior ao espaço da cidade. Somos educadas numa cultura onde a referência é a cidade, é a aparência/moda, o consumo de acordo com o que é proposto pelo capital. Essa hierarquização, discriminação e desqualificação da estética camponesa se revelam no cotidiano quando as mulheres que não tem consciência do valor do ser mulher e do trabalho na produção camponesa, por exemplo, vai uma mulher da cidade, (do comércio, agropecuária, ou mulheres ligada a política) visitar uma camponesa, nessa relação ela é tratada do bom e melhor.

A mulher da cidade normalmente ganha produtos da época: abóbora, moranga, laranja, pêssego, queijo, ovos, amendoim, milho verde, mandioca, entre outros, ou até janta, almoço, mas é difícil observar o contrário. Uma mulher camponesa ser recebida na casa de alguém da cidade, ou receber algo que não tem no campo. Há uma discriminação e exploração da mulher, do trabalho, da produção, do sentimento/da amizade em se tratando campo e cidade em benefício próprio. Revela interesse de manter a mulher e sua família alienada, dependente para tirar proveito seja econômico ou político.

II. O Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças e a construção de saberes.

II.1 Como se deu o seu envolvimento?

II.2 Em que consiste essa proposta?

II.3 Como e quando o Movimento decidiu implementar essa proposta?

II.4 Em sua opinião, há uma construção de outros saberes que nasce dessa experiência? Que saberes são esses? Como vão sendo elaborados?

II.5 Que significado tem o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças em relação à experiência do MMC de agricultura camponesa?

Em relação ao programa de recuperação, produção e melhoramento das sementes crioulas de hortaliças participei e contribuí desde o começo quando o MMC começou a formular o programa. Esse programa é fruto do debate que o MMC vem fazendo desde a origem do movimento (não com esse nome) quando questionava a revolução verde e lutava contra o endividamento bancário, os agrotóxicos, adubos químicos, fertilizantes, sementes híbridas. Naquela época teve gente que perdeu a terra por causa do crédito bancário e quando o agricultor fazia financiamento tinha que adquirir o pacote pronto, que na verdade viabilizava a indústria e não a agricultura.

Também a luta por política agrícola, preços justos dos produtos da agricultura camponesa, estradas e outros. Com o passar do tempo houve aqueles agricultores (as) que foram se adaptando as leis do mercado da integração a agroindústria e ao mesmo tempo, aqueles (as) que resistiram mesmo mesclando o trabalho fazendo a produção química e garantindo a produção diversificada de auto sustento. Esse trabalho de resistência estava mais presente no trabalho da mulher. Lembro bem na década de 1990 quando o MMA fez a luta pela saúde, a efetivação do SUS vinha o debate das doenças provocada pelos agrotóxicos, pela alimentação empobrecida de nutrientes. Lembro que nos encontros a gente conversava sobre a alimentação de agora e no tempo da avó, a qualidade da água e assim por diante. Daí as mulheres dizia que plantavam e não dava nada, que a terra não produzia então houve todo um trabalho sobre a importância do solo. Porque o solo estava desgastado daí fomos nos dando conta que os fertilizantes, os agrotóxicos matavam a vida do solo, das plantas e dos bichinhos.

Eram chamados de pragas e tinham que ser eliminadas. Daí vem os transgênicos que chega no campo de forma clandestina é toda uma luta e o MMC faz os seminários de agroecologia. Ali a gente estudava a diferença do solo onde a produção era química e orgânica, os nutrientes que tinha nos alimentos, na água, quais as consequências desta produção na saúde das pessoas e pro meio ambiente. Os debates eram intensos, contraditórios, conflitivos... Isso também era assunto da Via Campesina latina americana. Se não me engano foi em 2002 que a via campesina propõe lançar no fórum social mundial de 2003 em Porto Alegre a campanha sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade.

Mas o debate das sementes já estava presente bem antes da via campesina lançar a campanha. Mas eu lembro, que em 1995 participei de um encontro nacional que criou a articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais onde nos do Sul apresentamos a nossa luta e assim todas as regiões do Brasil apresentaram a organização e luta das mulheres. Na nossa apresentação nós questionava o modelo de agricultura e falamos que a agroecologia era um desafio pro MMA. No encontro foi feito um trabalho em grupo sobre o desenvolvimento econômico que era um desafio teórico e prático que as mulheres tinham que enfrentar. Depois foi feita uma cartilha que eu tenho, desse encontro e lá está escrito o debate da necessidade de construir um desenvolvimento econômico ecológico. A gente foi falar das sementes depois ou se fava não chamava muito atenção.

Pra mim as sementes começam ter outro significado a partir da luta contra as sementes transgênicas no final da década de 1990. Em 2001, participei da II Assembleia Latino Americana das Mulheres Camponesas e do III Congresso da Via Campesina, realizado no México. O debate entre as mulheres era sobre igualdade na participação política das mulheres junto a Via campesina e o comprometimento com as lutas da classe trabalhadora entre elas o Congresso da Via Campesina denunciou as consequências dos transgênicos para a agricultura camponesa e que o caminho era a agricultura agroecológica. Como militante do MMC, frequentei o curso de extensão universitária, denominado “Realidade brasileira, a partir dos

pensadores brasileiros”, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, (UFJF). Então tudo isso fui juntando elementos que junto com o MMA contribui na formulação do programa de recuperação de sementes crioulas porque no Movimento tinha assembleia e a gente tinha um tema que foi a produção química e a produção agroecológica. Mas neste tempo teve e nos participamos da festa da semente de milho crioula em Anchieta/SC.

A gente vivia aquela empolgação, entusiasmo pela descoberta do significado das sementes crioulas. O processo de preparação da assembleia foi muito importante porque sempre as mulheres têm um mercadinho com lanches e outras coisas básicas. Foi uma longa discussão feita no movimento para garantir no mercado os lanches feitos pelas mulheres e não comprar salgadinho e bolachas no mercado. E nós conseguimos fazer. Ainda nós fizemos umas bancas por regionais de produtos naturais. Isso foi muito legal. Lembro que a nossa regional a Anita e a Jacinta levaram semente de batatinha crioula, foi um sucesso.

Tinha outras coisas também. A regional do Cedro levou semente de milho crioulo. Tinha uma regional que levou fermento de pão caseiro, plantas medicinais e outras coisas. Não tinha muita coisa mas tinha. Daí na assembleia veio palestrar o Adriano Canzi e falou muito sobre a agroecologia. Por fim aprovamos que a luta do MMA era contra o modelo químico de agricultura e pela luta da produção agroecológica e a produção de sementes que ficou para o planejamento pensar melhor. No planejamento foi um momento importante para definir como seria a contribuição do MMA na agroecologia, na produção de sementes.

Havia a empolgação do pessoal de Anchieta, Guaraciaba aqui se destacava o Adriano e o Ivam Canzi sobre a produção do milho crioulo já com resultados concretos. No planejamento houve um grande debate sobre que sementes crioulas. Se não me fala a memória a Lucia e mais umas defendiam a produção de milho, arroz, feijão por causa da renda. O grupo da Rosalina que estava participava da pastoral da saúde defendia a ideia das plantas medicinais. Outra defendia a ideia das flores, por causa do jardim e só tem jardim na casa se a mulher organiza. Eu me lembro que eu falava da horta porque a horta era como as flores o espaço da mulher mas porque tem haver com o alimento, com a saúde. Porque as mulheres que estudavam mais a luta da saúde sempre falavam da qualidade da alimentação. E ali era o espaço da mulher como nós dizia que quem cuidava do plantio da miudeza era a mulher. Umás até criticaram porque achavam que a gente iria se alienar, reforçar o papel da mulher na cozinha que era aquilo que o machismo queria.

Daí pra terminar ficou prioritariamente as sementes crioulas de hortaliças sem descartar as plantas medicinais, as flores, o milho, arroz, feijão e outros. Daí foi indicada uma equipe para conversar com os técnicos que tinha um trabalho na agroecologia. Eu fiquei na equipe, junto com a Lucia, acho que era a Sirlei e a Justina. Nós fomos pra Maravilha, conversamos agendamos outro encontro com a direção e mais técnicos comprometido com a agroecologia.

Tinha os agrônomos da Capa o Ivo Macagnham e logo a Andreia Teccio estes forma o que mais contribuíram. Mas também tinha a Apaco com boas experiências o Gelson e outros e a Cresol que era junto com a Apaco não lembro bem com o Gilson. O Gilson praticava tinha um trabalho interessante. Então através do MMC passamos a conversar com esses técnicos comprometidos com a agroecologia. E assim fomos buscando outras principalmente mulheres técnicas agrônomas para ajudar a pensar. Nós do MMC não tinha ninguém formado nesta área.

Debatemos fizemos um planejamento e construímos o projeto. Apresentamos para a coordenação maior do MMA e depois a partir das ideias das mulheres sentamos novamente com os técnicos e a direção aí deu-se novo embate sobre o nome do projeto porque as palavras “produção” que nós falava era um passo afrente pra começar nós tinha que ter a sementes crioula. Mas não basta só ter precisava melhorar a sementes para produzir. E o projeto parecia grande que a gente não ia dar conta. E nós fomos estudando, lendo, visitando

experiência, praticando, socializando os achados entre nós. Cada uma de nós assumiu uma ou duas sementes para fazer o processo e era tudo anotado.

Daí que fomos entendendo que nos tinha que fazer ao mesmo tempo: recuperação, produção e melhoramento de semente crioula de hortaliças. Depois de escrito o projeto fomos reunindo as mulheres nas regionais e depois nos municípios estudando, organizando, socializando, escrevendo cadernos para estudo, fazendo cursos fomos descobrindo caminhos que resultou no programa de recuperação, produção de sementes crioulas de hortaliças, mas ainda estamos descobrindo temos muito que aprender. Eu lembro que quando falava de horta pra mim era o cercado que nós tinha na casa que plantava o básico, depois fomos aprendendo as concepções de horta e na agroecologia não se faz em um pequeno espaço é a interação com o todo. Esse foi um trabalho que levou tempo, hoje nossa horta é o quintal produtivo que envolve toda a produção desde os temperos até o pomar, animais de pequeno porte, e a produção do amendoim, feijão, arroz, gergelim, linhaça, abobora, mandioca, etc. essa produção antes do programa era chamado de miudeza. Uma das primeiras conquistas do programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças foi a conquista na família de pedaço de terra boa para plantar.

Antes do programa de semente crioula as mulheres contavam nas reuniões que não tinham espaço/terra para plantar a miudeza. Era um coro só nas reuniões as mulheres contavam que tinha que ir longe da casa para plantar em pedaços de terra que sobrava, que não ia a máquina, nas ladeiras, cheio de pedras, espinhos. Era difícil de trazer a produção pra casa. Quase sempre tinha que trazer no cesto carregar nas costas. Umas tinham dificuldades, doente. Era um trabalho sacrificado, difícil. Era pura resistência e ninguém valorizava. Algumas vinham nas oficinas e duvidavam ou questionavam dizendo que ia dar em nada. Que isso não tinha valor.

Daí no processo nós da direção pensamos e propomos fazer a contabilidade de tudo que a gente produz e consome durante um mês. Depois ir no mercado da cidade ver o preço da salsa, cebola, tomate, feijão, carne, ovos, leite, alface, laranja, etc. e somar. Era bonito, as mulheres vinha nas oficinas orgulhosas com o caderno com as anotações do que produziram e quanto representava em dinheiro. A gente no início chamava de economia invisível, mas depois a gente foi vendo que não. É uma economia concreta, visível, que garante a vida da família e é saudável e preserva a vida do ambiente do planeta e mais ainda garante as possibilidades de vida para as gerações futuras. Algumas não faziam, mas ficavam admiradas com o resultado e foi assim que a gente despertou para o valor da nossa produção, do nosso trabalho.

Fizemos muita, muita coisa..., mas quero registrar mais uma que julgo necessária foi a metodologia da educação popular que o MMA sempre observou e reinventou com as mulheres. Nós fizemos com as mulheres que participavam das oficinas um concurso para o desenho e o lema do projeto. Veio muitas sugestões que estão guardadas no arquivo das sementes na secretaria do MMC. Veio muito desenho bonito juntamos dois e o lema também. O lema do programa das sementes é: “Filhas da terra produzindo sementes crioulas de hortaliças alimentando sonhos de libertação”. E o desenho representa o mundo/globo grupo de mulheres e sementes. Essa é a marca do programa e tudo foi feito junto com as mulheres envolvidas. A gente participa, estuda, ensina, pensa, elabora, escreve nossas ideias, sonhos, aprendizados, conhecimento que a gente foi adquirindo na escola da vida.

Hoje a luta das sementes, da alimentação saudável é mais reconhecida na sociedade. Mas muito ainda precisa avançar. Eu penso que muitas pessoas, mesmo liderança acordaram quando as mulheres fizeram a ação da Aracruz como denúncia do modelo de agricultura química, transnacional monocultivo, lucro e apresentaram a proposta da alimentação saudável e diversificada. Isso foi um marco porque a gente vinha falando, debatendo, mostrando mas ninguém ouvia, muitas vezes nem a família a comunidade. Depois de 2006, as pessoas

começaram falar se ligar, se interessar e houve mudanças. Mudanças em nós, nas famílias e na sociedade. Também houve aquelas que desistiram mas o crescimento, o conhecimento, as iniciativas de produção estão por ali espalhadas em todos os municípios onde o MMC atua.

III. Feminismo.

III.1 O que é feminismo e como você o compreende?

III.2 Como você se percebe no trabalho que realiza?

III.3 Fale sobre o que entende por feminismo camponês a partir do MMC.

III.4 Em que momento a dimensão do feminismo ganha visibilidade nas críticas sociais das mulheres camponesas?

III.5 Como a dimensão do feminismo ressignifica as lutas sociais das mulheres camponesas (organização, programa, ideologia)?

III.6 Como a construção de uma perspectiva feminina e camponesa condiciona a práxis das mulheres camponesas?

O feminismo pra mim é a luta pela libertação da mulher de todo o tipo de opressão, violência e exploração. Feminismo é a luta pela busca e construção da igualdade e de relações de igualdade e respeito e diálogo entre mulheres e homens e destes com a natureza. Ainda o feminismo é uma teoria que contribui ler, interpretar, compreender os diferentes povos na sua diversidade e modos de vida. É também uma opção e uma prática nos vai contribuindo para sermos mulher, humana, gente, também para ser homem, humano.

No MMC o feminismo pode ser compreendido na história das mulheres que enfrentaram a colonização. Na resistência das mulheres indígenas das mulheres negras que não aceitavam a escravidão do corpo e da alma. E aqui podemos citar muitas como Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela líderes quilombolas, Luísa Mahin, Tia Simoa na luta pela abolição Aqualtune, Carolina Maria de Jesus com seus os cordéis.

Mesmo aqui em nosso estado a primeira deputada negra do Brasil, filha de lavadeira e escrava liberta Antonieta Barros. Mas a história do Brasil inviabilizou essas outras tantas mulheres que construíram palmo a palmo essa nação.

E as camponesas também enfrentaram e enfrentam até hoje esse “isolamento”. São escondidas nos documentos, livros. Essas mulheres viveram no interior das propriedades, sujeitos à dominação dos grandes senhores de engenho, do café, dependentes do latifúndio, excluídos de todos os direitos sociais: saúde, educação, moradia, comunicação, transporte. Ali muitas resistiam e enfrentavam as oligarquias agrárias. Como na Guerra do Contestado os caboclos lutaram e resistiram com fé e coragem em defesa da terra e da produção. Temos aqui a jovem Maria Rosa, Chica Pelega parteira que lutaram até o fim contra os coronéis latifundiários da região, a exploração internacional da madeira e mata nativa e o exército brasileiro.

Na Bahia mulheres e homens, mulheres (ali chamadas de beatas) de todas as idades... pobres, excluídos, injustiçados, vítimas da seca, explorado (as) e subordinados (as) pelo poder das oligarquias agrárias, políticas e religiosas. Em nome da fé organizam uma comunidade onde tudo era repartido entre todos. Mas essa experiência afrontava os coronéis/latifúndio porque perdia mão de obra, afrontava a igreja porque perdia fieis e o dizimo e afrontava o Estado o poder republicano porque se recusavam em pagar impostos. Esses três poderes se une para massacra a experiência.

Entre os migrantes agricultores temos Jacobina agricultora de origem alemã no RS na conhecida revolta dos mucker (me parece que mucker em alemão é teimosia) onde tinha iniciativa em relação a saúde, plantas medicinais e foi massacrada.

Maria bonita a primeira mulher a fazer parte de um grupo do Cangaço movimentos de combate a ação dos coronéis, latifúndio, oligarquias agrárias e políticas do sertão nordestino. Morta numa emboscada. Tinha outras mulheres cangaceira como Dadá.

Outro momento importante da luta camponesa Ligas camponesas a partir de 1945. Foi um dos movimentos importantíssimo pela reforma agrária e melhoria das condições de vida no campo no Brasil e as mulheres que ficaram escondidas. As Ligas começaram para auxiliar os camponeses com despesas funerárias evitando que os falecidos fossem, literalmente, despejados em covas de indigentes, depois veio outras lutas como cooperativa de crédito assistência à saúde, educação tudo para libertar os camponeses (as) do domínio do latifundiário. Começou no nordeste se não me engano em Pernambuco. A história fala de do líder Julião mas quase não aparece sua mulher Alexina Crespo que participava ativamente até 1964 quando ocorreu o golpe militar. Ela foi estudar e aprender junto nas frentes de guerrilha em Cuba, aprendeu a montar e desmontar armas. E Elizabeth Teixeira também líder das Ligas Camponesas, perseguida pelo latifúndio e pela ditadura militar viveu na clandestinidade, doente, enfrentou a fome... e toda a sorte de miséria alfabetizava as crianças em troca de alimento para ela e seu filho Carlos. Hoje com mais de 90 anos continua animando o povo na luta pela reforma agraria e justiça no campo. Ela disse que a luta prossegue enquanto a fome a miséria atingir a classe trabalhadora as mulheres, os camponeses, os jovens, estudantes e todos os oprimidos. E que fica para os jovens lutar pela reforma agraria.

Aqui no oeste temos o testemunho e o exemplo da líder indígena Ana da Luz Fortes do Nascimento Fêno. Nunca deixou a terra onde nasceu as margens do Irani. Desde a década de 1950 lutou contra o Estado que queria e tirou parte de seu povo de suas terra e Ela resistiu. Ficou desamparada e enfrentou a vida depois na década de 1970 já quase sem terra enfrentou e com o apoio da igreja de D. José em na década de 1980 recuperou parte da terra. Era um conflito grande, lembro que falavam eu era criança mas falavam que os índios queriam tirar a terra dos agricultores, só foi entender isso bem mais tarde. Faleceu com mais de cem anos e deixou a marca da resistência da luta e da garra da mulher indígena.

Veio-me na cabeça a memória destas mulheres e outras porque fico indignada que os livros didáticos não traz ou recentemente alguns autores trazem o relato das mulheres. Quando a gente estuda a história do Brasil parece que o Brasil foi feito só por homens. Parece que passaram séculos e séculos sem mulher neste país, mas a gente sabe sempre elas sempre estiveram presente, aos mesmo tempo em que umas vivem submissas, escravas, obedientes outras se levantavam e resistiam, lutavam e lutam demarcando espaço, avançando e retrocedendo mas nunca silenciadas. Mas as mulheres que se rebelam são escondidas, não tem nome, tanto é que em se tratando das mulheres camponesas o MMC é a primeira organização autônoma de mulheres camponesas do Brasil.

Pra mim a luta feminista do MMC nasce quando as mulheres saem de casa e vão participar, pra reunião se organizar, ou seja, nasce com o próprio movimento autônomo como já disse, lá em 1986, ou antes, ainda, quando as mulheres assume o MMA. Essas mulheres direta ou indiretamente trazem o legado destas mulheres que resistiram. As mulheres negras, migrantes, indígenas de todo o Brasil. Porém, naquele momento a luta da aposentadoria a documentação as questões da agricultura, falta de acesso à educação que era a necessidade imediata envolveu o tempo das mulheres mas precisamos entender que a luta pela documentação, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, aposentadoria, salario maternidade, reforma agraria, política agrícola, educação, estrada, assistência a saúde é a concretude do feminismo. As mulheres não deram conta de saber a teoria, mas tinham a pratica porque cada conquista de direitos é um passa na luta feminista.

Eu tenho uma cartilha bem antiga, ela não tem data, mas é do tempo da Ivone Sbaraini sobre gênero e classe e no final da cartilha tem um parágrafo sobre o feminismo. Na concentração dos 10 anos do MMA/SC um dos temas do congresso era a participação política

da mulher na sociedade. O lema da assembleia quando comecei atuar na direção estadual era “organizar, libertar e construir... na luta sempre mulher!” Quando as mulheres escrevem nas cartilhas “nós queremos ter uma vida com mais igualdade” ou “mulheres agricultoras lutam por igualdade e justiça” estão demarcando aspectos da luta feminista camponesa.

Nunca esqueço a polemica o conflito que aconteceu na Linha Pinhal quando as mulheres do MMA forma numa mobilização e viram a frase: “somos a metade da humanidade e mãe da outra metade”. Eles fizeram um cartaz e colocaram na igreja. Que confusão entre as mulheres alienadas e as do MMA, os homens, chamaram até a equipe paroquial para ir na comunidade resolver o problema. Um grupo não queria deixar o cartaz. Da o padre refletiu apoiou, mas essa luta foi anos. Outra cartilha sem data em preparação ao 8 de março traz como titulo: “Não importa onde estiver, sempre mulher!” e assim por diante.

Em 1995 no encontro nacional que criou a ANMTR quando foi debatido sobre gênero e classe foi estudo sobre o feminismo, nos trabalhos de grupo a gente disse o significado de feminismo eu lembro que marcou que feminismo é a luta pela libertação é a luta pelos direitos, são as relações de igualdade, a construção da nova mulher. Pode ver naquela cartilha está escrito isso. Lá foi debatido que a mulher é feita pela sociedade não nasce assim submissa eu nunca mais esqueci. Só depois bem mais tarde entendi que estas ideias eram de Simone de Beauvoir.

Por fim a luta feminista é assumida em 2004 na constituição do MMC. O documento tese expressa o que os movimentos autônomos de mulheres no nosso caso o MMA vinham debatendo e está registrado no documento que as mulheres consolidam o MMC a partir da ótica feminista e camponesa para fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, numa mística revolucionária e feminista. Assim o MMC se compromete de ter uma práxis camponesa, popular e feminista. E depois o feminismo a partir da concepção marxista e camponesa vem se fortalecendo a partir de 2006 na ação da Aracruz. Tem elementos do feminismo na cartilha 2008, que eu junto com Vanderleia organizamos e teve a contribuição da Luciana, da Justina e Salete. É o feminismo que se contrapõe ao modelo capitalista e patriarcal. Esses dois elementos o capitalismo e o patriarcado andam juntos.

E também o feminismo camponês se dá no cotidiano e é de resistência e se concretiza na luta das sementes crioulas, plantas medicinais, na produção de alimentos saudáveis nos quintais produtivos diversificados agroecológicos, no intercambio campo e cidade, na luta por políticas públicas: saúde, educação, previdência, participação política da mulher na sociedade, luta pelo fim a violência contra as mulheres e contra a natureza através dos agrotóxicos, transgênicos monocultivo.

IV. Experiência de resistência e enfrentamento.

IV.1 O que você compreende por resistência e enfrentamento?

IV.2 Fale sobre os significados que a ação da Aracruz Celulose, ocorrida em 8 de março de 2006, despertou no MMC.

IV.3 Fale sobre a concepção dos saberes que se efetivam no interior do MMC, destacando seus limites e possibilidades, nomeadamente, sobre a importância político-pedagógica-econômica-social desenvolvidos neste âmbito.

Resistência é não se encolher, não se submeter, não arredar o pé em todos os sentidos, seja na divisão de tarefas, na produção no exercício da liderança. Na luta para sair de casa. Conseguir deixar os trabalho e participar do MMC. Na luta por autonomia porque muito ainda temos que caminhar para ser livres e viver com dignidade. Aliás enquanto a sociedade for capitalista e patriarcal não há libertação completa da mulher. A gente vai se libertando, cada dia é uma conquista. Ou melhor, cada atitude ou são de emancipação ou submissão. Então a gente vive esta contradição. Eu defendo a agroecologia e meu companheiro planta

transgênico, usa agrotóxico, adubos químicos. O irmão dele faleceu de leucemia, o pai também. Tem exemplo na família das consequências dos venenos mas mudar a forma de produzir é difícil. É lutar contra um paredão. Então isso angustia a gente. Parece que a gente fala pros outros (as), mas não é assim, a gente sofre com isso. Então a gente resistente produz a diversidade aqui em casa sem veneno com sementes crioulas essa contradição incomoda a gente, mas temos que enfrentar.

Assim o enfrentamento é coletiva enquanto movimento, classe trabalhadora organizada mas também é esse enfrentamento cotidianos nos micro espaço. Isso ocorre também na divisão de trabalho doméstico, na educação de nossa filha enfim a luta de libertação da mulher é constante, inacabada, e sempre temos que estudar mais para entender melhor a sutileza da opressão, dominação exploração contra a mulher que esta na sobrecarga de trabalho etc.

A ação da Aracruz foi uma ação mais articulada, organizada, e como já disse foi uma construção de anos de luta contra os transgênicos, agrotóxico, latifúndio, monocultivo... e a defesa das sementes crioulas, das plantas medicinais, da saúde, da terra..., mas isso tudo era como se ninguém falasse, e nós ali resistindo, resistindo..., mesmo entre os movimentos parceiros não havia muito apoio não. Porque o patriarcado estava li também.

Escutei as mulheres dizer que para fazer a ação foram contra todas as lideranças dos movimentos parceiros. Quando as mulheres fizeram a ação foi soltar o grito da garganta. A gente enfrentou medo, dúvidas, insegurança, acusações. Mas foi preciso para a sociedade acordar. Prestar atenção no que estava acontecendo. Penso que foi uma decisão acertada das mulheres camponesas.

Esse processo foi um aprendizado porque as mulheres sabiam o que estavam fazendo, porque estavam fazendo porque tinham estudado e viviam na pele as consequências do monocultivo. Ainda foram as mulheres mais de duas mil mulheres não foi da cabeça de uma ou duas pessoas.

A ação expressou a convicção da agroecologia, do valor do trabalho das mulheres camponesa na produção diversificada, foi o enfrentamento ao capital internacional de que a natureza, a terra, o trabalho das mulheres não é mercadoria. Lembro que a imprensa que é machista, patriarcal entrevistavam os homens que eram lideranças e novamente excluía as mulheres lideranças.

IV.4 E na sociedade em geral, como são concebidos os saberes das camponesas, seus limites e possibilidades?

Já mencionei a sociedade em geral desqualifica o conhecimento a produção das camponesas. Sempre a gente tem que vender mais barato. Já mencionei a sociedade em geral desqualifica o conhecimento a produção das camponesas. Sempre há um tensionamento para a gente tem que vender mais barato. Ninguém se dá conta de quanto tempo trabalhado precisa pra ter um produto. Mas hoje a gente percebe um pouco mais de valorização. Mas de modo geral ainda há preconceito, discriminação. Isso quando as mulheres vão representar o MMC em plenárias, conferências, seminários e outros eventos, quando a gente chega a gente fica excluída, não dão importância porque todos (as) veem pela aparência que a gente é da roça. Depois que a gente fala muitos (as) se aproximam querem saber a formação da gente, aonde estudamos. Situações como essas a gente sempre ouve as mulheres relatarem e também acontece com a gente mesma. A mulher camponesa é discriminada.

A reflexão o conhecimento sobre as plantas medicinais, saúde, sementes crioulas, alimentação saudável, feminismo, e outros a gente foi se apropriando do conhecimento porque aprendemos no MMC refletir, auto avaliar nossa prática, as lutas, o cotidiano, a produção. Daí a gente fala a partir da vivência, mas com argumento. Os limites é que muitas foram poucos tempos na escola, porque também o estudo acadêmico contribui para o nosso

crescimento. A maioria das nossas liderança retomaram os estudo depois do governo Lula e Dilma e olha que desde 1997, 1998 que vínhamos lutando para o direito de estudar.

Mas também os cursos de formação a partir dos princípios da educação popular contribui muito para nosso crescimento enquanto liderança. Lembro de uma líder que começou o curso de dirigente em 2002 -2003 se não me engano. Era analfabeta, mas a formação do MMC sempre tem a pratica e o relatório. E ela se desafiou durante estes tempo ela se alfabetizou e nas ultimas etapa ela também consegui fazer o texto. Foi uma alegria para todas do grupo, uma conquista. O MMC desperta nós mulheres para a busca e apropriação do conhecimento. Isso é uma luta de permanente. O segredo de crescimento pessoal ou do grupo é unir prática e teoria e teoria e prática. Avaliar, constatar, planejar, praticar, estudar e depois começa tudo de novo.

13. Essa proposta das “sementes” faz alguma diferença quando se trata de saberes das mulheres, cujo processo histórico é permeado por lutas, emancipação e autonomia? Comentar.

Sim porque, hoje muitas mulheres através das oficinas de sementes foram retomando o que sabiam, aprendendo e praticando. E assim reorganizando os quintais produtivos agroecológicos a produção de sementes, frutas, raízes, flores, folhas enfim a uma diversidade de alimento para o auto sustento e a renda. A casa, a unidade de produção não é mais a mesma esta muito mais bonita, há grande biodiversidade.

14. O que você entende por território? E território das mulheres?

Pra mim território é um espaço onde vivo. Uma região. O território de um município de uma unidade de produção. O território das mulheres é onde ela atua, tem poder de decidir, planejar, socializar. Para as camponesas o território é o quintal produtivo agroecológico que envolve a casa conjunto da casa onde as relações desigualdade estão mais presente. Onde há um estudo e aprendizado a partir daquele lugar pois se respeita a geografia de cada local.

Esse território que envolve a casa e nas proximidades encontra-se: horta com temperos, alface, couve, cenoura e outras, consorciando plantas alimentícias com plantas medicinais de uso diária, também chamado de horto medicinal, pomar, jardins; reflorestamento para lenha e outras necessidades, estrutura para a criação e reprodução de animais de pequeno porte e armazenar a produção para o trata dos animais, as sementes para o próximo plantio; cisterna para captação da água das chuvas, utensílios para processamento artesanal de derivados de leite (queijo ou mesmo utensílios para armazenar o leite para vendê-lo inatura), conservas, doces, sucos e outros. Pequenos equipamento e espaço para ferramentas de trabalho bem como aquelas utilizadas na confecção de diferentes artesanatos.

Dispensa para guardar alimentos de uso permanente. Um galpão para guardar as ferramentas, sementes, utensílios para o preparo e manejo de repelentes, caldas, cinza, fertilizantes orgânicos que normalmente é dividido para guardar o maquinário para a lavoura maior e de comando do homem. Espaço para armazenamento o volume necessário para o auto sustento familiar, a porção que é para a partilha com filhos/as, familiares, vizinhos e o excedente para troca ou comercialização dos produtos. Enfim esse espaço/território das mulheres é de certa forma pequeno mas que divido a diversidade da produção exige muito trabalho.

Saindo da casa, da unidade de produção outro espaço que as mulheres podem participar sem grandes problemas é a comunidade cristã e a escola acompanhar os (as) filhas. Já o bar é território prioritariamente do homem, a mulher que anda por aquele espaço é difamada, acusada de prostituta. Assim também na participação política tem sempre menos mulheres e as camponesas ainda em menor número. Essa é outra questão que merece maior aprofundamento.

APÊNDICE C – Autobiografia de Carmen Rosa Kilian Munarini do MMC/SC

Autobiografia de Carmem Rosa Kilian Munarini do MMC/SC

I. A vida de militante

Eu acredito que minha personalidade se fez conforme fui participando da sociedade como um todo.

Na família fui sempre recomendada a ajudar os outros e a participar da igreja. Apesar de ser uma família muito conservadora dos costumes antigos, eles confiavam que se eu fosse para a igreja estaria bem encaminhada. Dei sorte, porque naquela época a igreja estava em transformação com o concílio Vaticano 2º nos anos 70, então eu com 15 anos era catequista e recebi muita formação; e com 19 anos fiz curso para ministra da eucaristia, me ordenei em 1977.

Com a desculpa dessas formações conseguia sair de casa, mesmo assim meus pais tinham que saber com quem eu ia, quando voltava, enfim, era uma ladainha para eu poder ir. Com 20 anos me casei em busca da liberdade, liberdade nada! Em 8 anos de casada, 5 filhos para criar. Por um lado foi a graça de Deus na minha vida, mas por outro lado, como eu já tinha um pouco de consciência política e muita luta para fazer e organizar. Vivi anos de agonia em não poder participar. Às vezes, principalmente nas mobilizações eu dava um jeito, deixava as crianças com a mãe ou com a prima e ia.

Desde o início do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), nos anos 80, eu tive minha participação em várias reuniões, lembro de quando foi para formar as comissões regionais das mulheres, a coordenação municipal, as caravanas para Brasília, entre outras. Participava também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Mais efetivamente da direção do MMC, foi em 2003 com o trabalho das sementes crioulas de hortaliças que a partir daí minha participação foi mais frequente.

Minha participação no MMC me ajudou muito a me fazer mulher. Eu sabia que a gente tinha que ser obediente e boazinha; tinha que viver em harmonia, não podia entrar em conflito porque era feio; tinha que ajudar, servir e dar conta de casa limpa, roupa lavada, passada e arrumada, comida, horta, criança, marido e etc. Então eu não era feliz, porque nunca conseguia dar conta de tudo isso. No MMC eu aprendi a diferença entre normal e natural; descobri que uma mulher assim normal, é aquela em que a sociedade colocou normas para ela ser assim; enquanto que a mulher natural pode ser construída conforme sua vontade e conhecimento para ser como gostaria. Por isso consegui através do diálogo construir uma bela família.

Com divisões de tarefas entre homens e mulheres, com participação nas decisões, mudar hábitos e costumes e ter a sonhada liberdade. Na relação familiar ainda hoje vem muito forte a visão patriarcal. Da mesma forma que muitas mulheres, inclusive eu, queremos construir uma igualdade, os homens sofrem porque tem medo das mulheres tomarem conta; muitos enxergam isso como uma disputa, inventam piadas e caçoam. Eu, porém, gosto de puxar esse diálogo à sério, porque eles também têm que se libertar. Se for bom eu ser livre para sair sem pedir licença, ele também precisa saber fazer comida, para não passar fome quando não estou. Se eu trabalho junto com a família, também temos que tomar decisões juntos. São formas de ir eliminando o patriarcado.

No entanto, como o patriarcado é normal para a sociedade, é muito difícil de fazer essa transformação porque parece que está colada em nossas entranhas; às vezes conseguimos avançar bastante, porém se facilitamos um pouco, volta tudo como era antes. Temos que ter muita persistência todo santo dia. Sinto que às vezes a gente toma uma recaída nesse processo de libertação. Nesse sentido o diálogo é fundamental porque só mudamos quando o outro

também vê a necessidade de mudança, enquanto isso há conflito, porem esse é necessário muitas vezes para realmente haver a transformação e o entendimento.

Eu acredito também na frase que “nenhuma mulher se liberta sozinha”, pois é através do estudo e dialogo que se pode compreender todo esse processo. O MMC é uma organização que tem essa missão, de libertação das mulheres de todo o tipo de opressão, é como uma fonte na qual nós militantes nos abastecemos de boa nova para a nossa vida, e também nós transmitimos para as camponesas.

Sobre a palavra camponesa, estamos usando a bem pouco tempo, partir de 2004, quando se consolidou o MMC Nacional, com o aprofundamento do significado dela. Chegou para me sentir bem camponesa, produzimos nosso próprio alimento, não usamos produtos químicos e venenos nos alimentos, trabalhamos em regime familiar, cuidamos a natureza, as fontes, os rios e a mata. Não tenho vergonha de ser camponesa. Sinto-me igual as outras mulheres, não me aperto para falar tanto para a mulher do comércio, quanto para a universitária. Sou humilde, simples, contudo, sou firme, tenho opinião, sei me posicionar e tomar decisão.

O meu trabalho de militante no MMC, eu considero de muita persistência, porque além de enfrentar todo o trabalho natural de uma camponesa (casa, quintal, família), ainda tiro horas e dias para o trabalho militante, mas faço isso com muito amor e dedicação, porque sei que é uma causa nobre, de vida e esperança, já decidi essa missão e ninguém me tira dela, enquanto eu tiver saúde e força quero lutar.

II. Feminismo

O feminismo para mim é a formação do caráter de mulher guerreira que não se deixa abalar, que sabe dar os passos certos na hora certa, que luta por direito de todas, que se indigna quando há injustiça e violência, que luta por igualdade; que detesta ver a outra sendo submissa e governada pelo marido.

Já o feminismo camponês é diferente do feminismo geral. Tem algo específico, é porque o trabalho e a vida no campo são diferentes como o trabalho é em regime familiar. É normal o homem sendo o pai ou filho se apropriar do trabalho menos penoso, usando maquinas, por exemplo: enquanto tinha que tirar leite há mão a mulher se apropriava mais do trabalho de ordenha, fazia queijo ou vendia o leite, recebia o dinheiro e decidia o que fazer. Já quando veio as ordenhadeiras, esse trabalho na maioria das vezes passou a ser do homem, dizendo que mulher não sabe mexer com maquinas, e normalmente os homens que cuidam das vacas, vendem o leite, recebem o cheque e administram o dinheiro.

Outra coisa que prevalece o patriarcado para as camponesas é na escolha da área de terra para fazer a roça, dos produtos do autoconsumo diário, (mandioca, batata, abóbora, amendoim, arroz, feijão, etc.). Sempre sobra as piores terras, porque a roça grande de milho, soja, pasto, é a que normalmente da renda maior, por isso a maioria das vezes a terra precisa dar condições para o uso das maquinas, para tanto não respeita e nem valoriza o trabalho da mulher.

Temos uma 3ª condição, que é a falta de respeito na decisão da mulher em produzir sem o uso de produtos químicos (veneno), que eu considero uma violência contra a mulher quando o homem passa veneno ao redor de suas plantas e produtos, principalmente quando a mulher tem a consciência da agroecologia, sabe! É um tapa na cara. Por isso que no meio rural o feminismo camponês precisa fazer esse debate, precisa se apropriar do conhecimento e da onda de produção limpa, orgânica e agroecológica, para fazer o debate de gênero, porque no campo a mulher ainda continua trabalhando mais do que os homens, e em condições precárias.

Precisamos construir novos homens e novas mulheres, que se respeitem, respeitem nossa mãe terra e toda a natureza, que tire seu alimento da terra, mas alimento saudável, que

traga saúde e não doença. Precisamos fazer na nossa unidade de produção um lugar bom para viver, que traga felicidade e dignidade, e não discriminação e violência.

III. Resistência e luta

Como nós vivemos em uma sociedade capitalista com divisões de classe, nós mulheres além de lutar por igualdade de gênero, também lutamos pela classe trabalhadora, a qual nesse último período, após um golpe vem perdendo muitos direitos já conquistados. O povo resiste e enfrenta através de mobilizações e ações concretas, mas para isso o povo precisa estar consciente, se indignar para ir à luta. Como a disputa é de classe os capitalistas modificam as leis para permanecer no poder e ficar cada vez mais ricos e os pobres automaticamente ficaram cada vez mais pobres.

O enfrentamento da Aracruz celulose, por exemplo, foi uma forma de ação que permitia dizer para a sociedade que as transnacionais tiram a riqueza das terras nacionais, destrói o ambiente, deixa a sujeira em nossos rios, e ainda acham que estão certo. Com aquela ação mostrou também para as mulheres camponesas a força que se tem quando se unimos em um só ideal.

Muitas mulheres falam que participar do MMC é como se cursar uma faculdade, pela quantidade de conhecimento que se recebe e se transmite. As mulheres que participam do MMC têm seu próprio raciocínio, não concordam com tudo, ocorre o debate, agem pela razão, são determinadas, tem consciência política, são lideranças, sabem conduzir uma reunião por exemplo. Valorizam seu trabalho, seu corpo, tem autoestima. Eu vejo que de uma forma bem lenta, mas já dá para perceber que muitos intelectuais dizem: pelo seus conhecimentos “tem que ser camponesa!”, quer dizer, já se percebe a diferença entre camponesas do MMC e camponesas em geral.

Já na sociedade tem de tudo, tem os que admiram o trabalho das camponesas, eu vejo aqui, por exemplo, minhas vizinhas dizem: falem com a Carmem ou com a Rosa que elas sabem, atribuindo assim a quem participa do MMC. E tem os que ainda zombam, fazem piadas maldosas a nós que participamos.

O território das mulheres não existe. Como o território é um lugar, esse pode ser tanto para mulheres como para homens. Mas na sociedade muitas vezes as mulheres fazem seu lugar, muitos dizem que lugar de mulher é em casa! Então as mulheres acabam ocupando seu lugar privado, fica em casa, vão nas vizinha e na igreja. E repete isso sempre, formando esse como “o seu lugar”. Outras porem mais ousadas ocupam outros espaços, participam da comunidade, na prefeitura, no sindicato, nos conselhos, nos movimentos sociais, no MMC... então, essas ocupam o lugar público, nesse território tem mais espaços de formações, participação, adquire conhecimento e se faz liderança.

IV. Sementes

Confesso que teve uma época de minha vida que tive uma grande decepção em ver que tanta coisa eu sabia, era real, porem pensei, e daí? De que adianta? Nada vai mudar mesmo! É só para eu sofrer, saber e não poder fazer nada para mudar. (sonho da mudança) Mas ao participar do MMC vi que outras mulheres também tinham o mesmo sonho, o sonho da mudança, então, juntas tivemos força, unidas tivemos ousadia em fazer algo. A partir da decisão em assembleia ocorrida em Concórdia em 2001, tomamos a decisão de não mais aceitar o sistema de produção vigente, que vinha de cima para baixo em forma de pacote que mexia com nossa cultura e as delicias da agricultura camponesa. Começamos a pensar e fazer, teoria e pratica, que agricultura queremos?

Começamos a mudar em nossa casa, em nossa horta, em nossa mesa, resgatamos os fermentos caseiros, no lugar da margarina vamos usar nata, manteiga e requeijão, vamos fazer nossos doces caseiros, com açúcar mascavo, melado e aproveitar todas as frutas, vamos usar

sucos naturais ao invés de sucos artificiais (ki Suco), aproveitar as frutas, couve, beterraba, cenoura e também frutas do mato, pitanga, gabirolva, cereja, uvaia e tantas outras, resgatamos outras variedades que não estavam no nosso cardápio, como o caso do fizales, horapronobis. Mas além dos alimentos resgatamos o principal, que é a semente, a semente para nós do MMC é patrimônio da humanidade a serviço dos povos, por isso é sagrado o direito de quem produz ter as sementes em sua mão.

Fizemos o trabalho de recuperação, produção e melhoramento das sementes em 78 municípios de Santa Catarina, com oficinas nos grupos de mulheres. Nessas oficinas além do resgate fizemos a troca de sementes e mudas, fizemos o melhoramento das variedades, aprendemos como armazenar as sementes e o principal, levantamos a autoestima das mulheres, animando e valorando sua produção, com a troca de experiências e saberes populares elas se valorizavam entre si. Essa missão tão sublime de produzir, lidar na terra, foi importante para cada mulher saber respeitar e cuidar da terra como a própria mãe.

(Programa sementes. Nos mais humildes.) O interessante foi que com o resgate das diversas espécies tanto de vegetais como animais, verificamos que onde tinha mais espécies era nas pessoas mais humildes, nos ribeirinhos, nas mais distantes, onde as agroindústrias não tinham chegado. Conseguimos resgatar na região do Contestado, por exemplo, mais de 30 variedades de couve, ao todo em Santa Catarina foram 130 espécies de alimentos.

Em nossos encontros de oficinas ficou tão natural a troca de sementes, mudas e alimentos, que até hoje se fazemos uma reunião no município as companheiras continuam a trocar seus produtos.

Outra coisa bonita que descobrimos é a nossa renda, antes da revolução verde, nós comercializávamos mais. Vendia ovos, galinhas, queijos, etc. e depois com as agroindústrias a legislação não permitia que essas coisas fossem comercializadas, então, houve uma desmotivação de produzir na roça, mas quando a gente para e anota tudo o que fazemos, vemos que deixar de comprar também é renda e é bem mais saudável. E juntos fizemos a luta para mudar a legislação, por que ela só servia para agroindústrias e não para nós.

Como não era reconhecido o trabalho das mulheres, quando o MMC e um técnico da agroecologia chegaram a minha casa, me pediram onde eu guardava as sementes, fiquei com vergonha, pois guardava em uma caixinha, toda cheia de telarina de aranha, uns pacote de pano, outros de papel, pra dividir as sementes, eles me olharam e viram que e fiquei avexada e me disseram que eu tinha em minha mãos um verdadeiro tesouro, me apavorei e brinquei, então, meu tesouro não está bem cuidado! Hoje minhas sementes, bem como, as sementes da maioria das mulheres que fizeram as oficinas de sementes do MMC, estão bem guardadas, muitas melhoradas, e ainda estamos recuperando mais espécies e variedades. As mulheres também entenderam que tendo uma boa semente tem fartura, mesa cheia, alegria, reconhecimento, autonomia e ver que outro mundo é possível.

Das sementes de hortaliça nós começamos pensar mais sobre o que nos comemos. Daí criamos o projeto da alimentação saudável no MMC. Mas daí a gente ficou pensando. Que precisava fazer na prática. Precisava ter as sementes nas mãos. Daí começamos a tentar com o grupo que tavam afim fazer esse grupo. Começamos trabalhar com o grupo. Demoramos 3 anos pra se afirmar como grupo. A gente se reúne uma vez por semana, 15 participantes. Dividimos em 3 mulheres pra fazer o *manejo das sementeiras*. As 5 que vem plantam o que precisa nas bandejas e levam o que precisam pra horta delas. Cada uma tem sua horta individual. O manejo diário é uma família que faz. O grupo todo se reuniu pra organizar a produção de semente. Ficou assim: Cada mulher se responsabilizou de produzir duas espécies de sementes (alface - 3 tipos, rúcula, brócolis,) vários outros tipos, abobora, melancia, fisales, ibisco, tomate de árvore, crotalária, alfafa ... o objetivo é manter a estufa com as nossas próprias sementes, recuperadas por nós. Primeiro lugar as mulheres acharam q a verdura da semente crioula é mais gostosa. A gente sabe o que tá consumindo. E uma incentiva a outra

pra ter a horta cheia, bonita. Horta bonita mesa cheia e família feliz. E os homens começaram participar. Quando tá chovendo que nos fizemos reunião eles vem todo lá participar. Além das questões das plantas nesse grupo pensamos também a ornamentação ao redor das casas. Lá na estufa a gente produz também muda de flores. Esse grupo trabalha com as hortaliças e flores, tanto recuperando as flores mais antigas: já recuperamos grinalda de noiva, primavera, alfinete, roseiras antigas de diversas variedades e cores, cravo de defunto, manjerição. Daí temo as aromáticas como cravo de defunto, manjerição que usamos como repelente. E a comida melhorou muito, horta bonita mesa cheia. E a gente se encontra conversa passa informação uma pra outra.

APÊNDICE D – Autobiografia de Rosalina Nogueira da Silva

Autobiografia de Rosalina Nogueira da Silva

Resgatando o passado e construindo ou escrevendo minha historia

Eu Rosalina Nogueira da Silva, popular Rosa, cabocla camponesa, nasci no dia 15 de novembro de 1951, na comunidade de Faxinal dos Rosas do município de Chapecó – SC. Meus avós foram fundadores dessa comunidade, quando chegaram aqui escolheram esta faxada para morar, plantar e criar animais, minha mãe tinha nessa época 6 anos de idade, viveu praticamente toda a vida dela aqui e eram da família Rosa, de origem cabocla, com muitas tradições indígenas, pois viveram e aprenderam muito com eles.

Eu nasci com essa cultura muito comprometida com os cismas da época, por exemplo: alimentação, remédios caseiros, crença, religião, simpatia, obediência, respeito pelos mais velhos... eu tive a oportunidade de conviver com a minha avó materna, minhas tias-avós, meus tios e meus pais. Sou a filha mais nova da família de 8 irmãos, quando nasci meus dois irmãos mais velhos eram casados e tinham suas famílias. Eu tive a oportunidade de viver com minha mãe até o fim de sua vida com seus 96 anos, nunca moramos separadas, aprendi e tive muito conhecimento, com todos, experiência essa que trago até hoje, entre tantas, uma delas é o uso de plantas medicinais como remédio, os desafios eram muitos pois eu queria era estudar, mas tudo era muito difícil.

Fiz até a 4ª série na escolinha da comunidade, iniciei no colégio da cidade, mas não pude continuar, por que precisava trabalhar e ajudar meus pais que já eram de idade, e na roça os trabalhos eram muitos.

Mas o maior desafio era por ser mulher, como dizia minha mãe se fosse um filho homem até poderia estudar, mas filha mulher, depois que casa o marido que manda. Eu nunca perdi a esperança de mais tarde aprender mais, continuei trabalhando muito em casa e na roça, carroceira, cavaleira, carregava os cargueiros de produtos da terra, fazia doce de cana e nossa venda era rapadura empalhada, fazia farinha de mandioca e de biju, socava arroz no pilão, “alias soco até hoje”, socava erva mate nos carijós, plantava milho, arroz, trigo, feijão, mandioca, batata, de tudo e muito mais e guardava as sementes.

Com 19 anos me casei, ele veio morar comigo e meus pais, um grande companheiro que até hoje vivemos juntos. Tudo era muito difícil, mas nos dois conservava muito e se ajudávamos, ele sempre me entendeu e me deu liberdade para aprender mais, participando da comunidade como liderança de catequese, nos dois éramos o casal líder da juventude, foi ai que surgiu um curso na diocese de atendente de saúde rural, fui escolhida para ser representante.

O grande tabu era sair de casa para fazer o curso, por ser mulher e por estar grávida isso era a segunda gravidez em 76, mas com o apoio do meu pai e do meu marido enfrentamos o desafio pois eu já me considerava uma “remedieira”, fazia remédios caseiros e aplicava injeções nas pessoas que precisavam. Após o curso fiz muito trabalho na região, fazia injeções, curativo, verificava a pressão, vacinava as crianças e adultos, tudo o que era do poder público não existia. Fazia visitas nas famílias, orientando para a prevenção, isso tudo de forma voluntária.

Nessa época então que a Campanha da Fraternidade lançou o tema “Saúde para todos” que nosso grande mestre D. José Gomes, sugeriu que criássemos a Pastoral da Saúde e as lideranças se juntaram, e nasceu a pastoral da saúde na Diocese de Chapecó. Sempre participei da pastoral até hoje, estudei, participei de cursos, treinamentos e trocas de experiências com outras paróquias e dioceses.

Foi aí então que a luta do povo se iniciou junto aos movimentos sociais, ligado a igreja através da teologia da libertação, inicia-se nos grupos de reflexão o debate da luta das mulheres por direitos iguais, com o apoio novamente do D. Jose e dos sindicato dos trabalhadores, assim nasce o movimento de mulheres agricultoras em 1983 em Nova Itaberaba, município de Chapecó – SC.

Hoje Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, participei da primeira reunião do setor, até hoje faço parte desse movimento, da nossa luta por direitos, o desafio foi maior, muitos diziam que as mulheres estavam indo longe demais. Não desistimos a luta foi maior por nossas conquistas, que aos poucos surgiam. O reconhecimento da nossa profissão de agricultoras, pois a mulher era vista como se não trabalhava e logo a nossa documentação pois nem isso tínhamos, somente era do marido ou do pai. A maior conquista com muita luta foi a aposentadoria da mulher com 55 anos e do homem com 60 anos, com isso que nos ajuda a sobreviver, muitas idosas só têm esse benefício até o fim da sua vida.

Foi no movimento e nas lutas que eu aprendi muito, e mais tarde me desafiei também no campo político, fui candidata a vereadora duas vezes, fiquei suplente e tive oportunidade de assumir uma cadeira na câmara, a primeira mulher agricultora camponesa, vereadora de Chapecó. Concluí os estudos e um dos meus projetos foi a implantação dos fitoterápicos no poder público, e com recursos do governo Federal e junto a secretaria da saúde e da educação, construímos um horto de plantas medicinais agroecológicas e um laboratório dos fitoterápicos para o município. Na câmara como vereadora fui autora do projeto da luta por direitos de aposentadoria das donas de casa, fizemos muitas lutas nacionais junto a deputada federal Luci Chosnaski.

Coordenei esse trabalho por 3 anos, após venceu nosso mandato popular e entregamos tudo pronto, saindo o remédio das plantas embalado para as unidades básica de saúde. Sendo que nada disso continuaram.

Eu de cabeça erguida continuei a luta junto aos movimentos sociais e na base com minha família. A direção do MMC me chamou e convidaram para fazer no movimento as oficinas com as mulheres sobre as plantas medicinais, sementes crioulas e alimentação saudáveis, fazer todas nossas lutas. Ainda hoje faço parte da direção estadual do MMC, no coletivo da saúde integral na qual fizemos muitas práticas com nossas companheiras dos municípios, na regional e na estadual.

Na nossa propriedade junto com o MMC temos uma grande experiência escolhemos um local onde a companheira Sirlei me ajudou na escolha e construímos um horto de plantas medicinais e alimentícia, hoje temos mais de 300 espécies de planta catalogada pelos alunos universitários e visitantes, o mais importante é as práticas com as mulheres do grupo de base, o mesmo se tornou um coletivo de mulheres que se encontra 1 ou 2 vezes por semana para estudar e praticar as experiências.

Nosso grupo coletivo Pitanga Rosa, tem a participação de muitas companheiras, mulheres camponesas e urbanas que também vem fazer parte desse coletivo, que tem o também o objetivo de estudar debater e se politizar socializando.

Eu continuei nas lutas mas também me formando. No MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) surge muitas oportunidades, uma delas foi a faculdade de homeopatia popular nas três áreas humana, animal e vegetal. Para mim foi uma grande conquista com o apoio do MMC e através dele já fizemos muitas práticas junto com as mulheres da nossa base, repassando para elas esse conhecimento. Recentemente terminamos um curso de fitoterapia e psicanálise de plantas medicinais, com as mulheres da nossa região, com isso nosso coletivo vai sendo conhecido até em nível nacional, pois já recebemos um prêmio pela nossa experiência “Prêmio mulheres rurais que produzem um Brasil sustentável” que recebemos das mãos da nossa companheira ex-presidente Dilma.

Com todo esse apoio o nosso coletivo cresce e nesse ano de 2016 passamos a ser uma associação de mulheres chamada “Associação Pitanga Rosa” com a ajuda e participação do coletivo, do MMC, da Fundação cultural de Pinhalzinho e Cata-vento.

Hoje já temos nossa associação registrada e reconhecida pelo trabalho do resgate da nossa cultura camponesa e agroecológica, a nossa missão com o MMC e a defesa da vida das pessoas, cuidando da nossa mãe terra respeitando a natureza, denunciando o uso de agrotóxicos nas nossas produções e na nossa alimentação pois somos contra tudo que mata e destrói a vida e contra todos os tipos de violência com nos mulheres, queremos deixar a semente como patrimônio da humanidade, para nossos filhos, filhas netos e futuras gerações.

Hoje diante da nossa associação sou uma mulher realizada tenho minha carteira nacional de fitoterapia e homeopatia, sei que já fiz muito mas tenho vontade de fazer muito mais, por isso eu com meus 65 anos continuo firme nessa luta contra o sistema capitalista, machista, opressor que nos discrimina e nos oprime. Continuamos defendendo um mundo com mais justiça e igualdade entre homens e mulheres, meus 3 filhos, 4 netos noras e genro.

Em fim hoje sou conhecida como remedieira, benzedeira, curandeira, conselheira, bruxinha do bem, mas o que importa é que sou cabocla lutadora, sou mulher agricultora camponesa e feminista.

Rosalina Nogueira da Silva
15/04/2017

APÊNDICE E – Questões para levantar as discussões no Círculo Epistemológico de Cultura

Questões para levantar as discussões no Círculo Epistemológico de Cultura

I. Programa de sementes Crioulas de Hortaliças.

- I.1 Como vocês conheceram o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças no MMC? O que esta proposta significa para vocês na família, na comunidade, na sociedade?
- I.2 Como chegou essa proposta do Programa de Sementes no Movimento?
- I.3 O que vocês produzem em suas propriedades a partir do momento em que começaram a participar do MMC? Mudou alguma coisa? Como produzem? Quem decide o que deve ser plantado?
- I.4 Que significado tem para vocês as sementes? Dar exemplos concretos.

II. O Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças e a construção de saberes.

- II.1 Vocês percebem relação entre o programa de sementes e a construção de saberes das mulheres? Que relação é essa?
- II.2 Essa proposta das “sementes” faz alguma diferença quando se trata de saberes das mulheres, cujo processo histórico é permeado por lutas, emancipação e autonomia? Comentar.
- II.3 De onde nasce o entendimento sobre os saberes das mulheres que estão envolvidas no programa de sementes crioulas? Que entendimentos/compreensões são estes/as?
- II.4 As mulheres produzem outros saberes? Quais? Como?
- II.5 Em sua opinião, quais tipos de contribuições os saberes são produzidos pelas mulheres?
- II.6 Para você há diferença entre saber (es) e conhecimento? Explique.

III. Feminismo.

- III.1 O que é feminismo? Como você o compreende?
- III.2 Como você se percebe no trabalho que realiza?
- III.3 Em que momento a dimensão do feminismo ganha visibilidade nas críticas sociais das mulheres camponesas?
- III.4 Como a dimensão do feminismo ressignifica as lutas sociais das mulheres camponesas (organização, programa, ideologia).
- III.5 O que é feminismo camponês?
- III.6 Como a construção de uma perspectiva feminina e camponesa condiciona a práxis das mulheres camponesas?

IV. Experiência de resistência e enfrentamento.

- IV.1 O que você compreende por resistência e enfrentamento?
- IV.2 Fale sobre os significados que a ação da Aracruz Celulose, ocorrida em 8 de março de 2006, despertou no MMC.
- IV.3 O que você entende por território? E território das mulheres?

APÊNDICE F – Roteiro das entrevistas com as mulheres camponesas que participam do programa de sementes crioulas do MMC/SC

Roteiro das entrevistas com as mulheres camponesas que participam do programa de sementes crioulas do MMC/SC

I. Programa de Sementes Crioulas.

I.1 Como você se aproximou das oficinas de sementes crioulas do MMC?

I.2 O que motivou a sua participação e permanência no programa de sementes crioulas do MMC/SC?

I.3 Como se dão as atividades ligadas ao programa de sementes crioulas de hortaliças e como você vai desenvolvendo as técnicas que auxiliam na produção, recuperação e melhoramento das sementes crioulas? Que técnicas são essas?

I.4 Qual a importância das oficinas, dos hortos medicinais, das hortas e outras práticas que vocês, mulheres camponesas, foram descobrindo, para a sua família, comunidade e território onde existe essa experiência?

I.5 Como o grupo, por meio do programa de sementes crioulas do MMC/SC, pretende contribuir com a sociedade?

I.6 O fato de estar no Movimento e assumir o programa de sementes crioulas mudou algo em sua vida? Comentar.

II. A construção de saberes.

II.1 Qual sua percepção em relação às descobertas de saberes das mulheres?

II.2 As mulheres produzem outros saberes? Quais e como isso se dá?

II.3 Fale sobre a sua concepção em relação aos saberes do MMC, destacando seus limites e possibilidades, nomeadamente, sobre a relação com a agricultura camponesa.

1.4 Na sociedade em geral, como são concebidos os saberes das camponesas, seus limites e possibilidades?

1.5 Essa proposta das “sementes” faz alguma diferença quando se trata de saberes das mulheres, cujo processo histórico é permeado por lutas, emancipação e autonomia? Comentar.

1.6 Que relação existe entre as sementes crioulas e a agricultura camponesa proposta pelo MMC.

III. Feminismo.

III.1 O que é feminismo? Como você o compreende?

III.2 Como você se percebe no trabalho que realiza?

III.3 Em que momento a dimensão do feminismo ganha visibilidade nas críticas sociais das mulheres camponesas?

III.4 Como a dimensão do feminismo ressignifica as lutas sociais das mulheres camponesas (organização, programa, ideologia). O que é feminismo camponês?

III.5 Como a construção de uma perspectiva feminina e camponesa condiciona a práxis das mulheres camponesas?

IV. Experiência de resistência e enfrentamento.

IV.1 O que você compreende por resistência e enfrentamento?

IV.2 Fale sobre os significados que a ação da Aracruz Celulose, ocorrida em 8 de março de 2006, despertou no MMC.

IV.3 O que você entende por território? E território das mulheres?

APÊNDICE G – Hino do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

**Hino do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
(Salette Zeni Fornara)**

Como o verde que brota intensamente em solo duro.
A mulher agricultora busca um novo futuro.
Futuro de igualdade, justiça e certeza.
A mulher agricultora é parte da natureza,
Conhece a enxada, a foice, e a semente,
Escreve a sua história neste nobre continente.

/:Mulher agricultora heroína da terra
Herói sem medalha que luta sem guerra
Queremos manter a ordem e o progresso
Mas também queremos mais justiça nesta terra:/

Mulher agricultora iniciando a humanidade,
Mostrou seu valor, perante a sociedade,
Não tinha estudo, mas tinha cultura.
Pois ela descobriu a primitiva agricultura.
Mostra a sua história que sempre foi escondida.
Cantando o hino que será esclarecida.

Mulher agricultora cultiva o chão,
Produz alimentos para o povo da nação.
É uma mistura de muita fé e coragem,
Carregando na bagagem muita fibra e canção.
Quebrando correntes derrubando a opressão
Mulher agricultora força nobre da nação

Mulheres que lutam de pele queimada
Que levam adiante sua sublime jornada.
É casa, é comida, é roupa lavada,
É curral, é roça, é a família pra cuidar
É cheiro da mata, o cantar dos passarinhos,
Mulher agricultora trabalha com carinho.

Produz o alimento, também gera a vida.
Mulher agricultora tu jamais serás vencida,
Leva a vida trabalhando fazendo o progresso,
Sabes que aqui na terra, és a mãe do universo.
Quero que venhas comigo e cante essa canção.
Queremos muita paz, justiça e união.

APÊNDICE H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
DOUTORADO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL, LINHA DE PESQUISA EM TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO E
SUSTENTABILIDADE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar como voluntária/o em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: A CONSTRUÇÃO DE SABERES NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE SEMENTES CRIOULAS NO OESTE DE SANTA CATARINA – BRASIL

Pesquisador responsável: Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto

Endereço: Rua Vitório Cadore 314 D, Bairro Efapi, Chapecó, SC.

Telefone para contato: 49 999 86 20 38

O Objetivo desta pesquisa é analisar como as práticas históricas e sociais das Mulheres Camponesas em movimento condicionam a produção de saberes e de fazeres no MMC no oeste catarinense.

A sua participação na pesquisa consiste em contribuir de forma presencial nos debates do Círculo Epistemológico de Cultura envolvendo mulheres camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC/SC de diferentes municípios e/ou regionais desse Movimento. Sua voz enquanto participante será gravada, você e o grupo serão fotografados e filmados.

Caso venha ocorrer possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, entre eles, possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, lhe será garantida assistência imediata, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. As dinâmicas, técnicas e métodos de abordagens a serem empregadas foram planejadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar qualquer dano a sua pessoa.

Os benefícios esperados pela sua participação na pesquisa são sua liberdade em expressar os significados de sua trajetória vivida enquanto militante do MMC/SC. Isso contribuirá de forma ímpar para se chegar à análise dessa experiência que resultará na Tese de Doutorado, capaz de explicitar elementos para avançar na experiência enquanto mulher camponesa e enquanto Movimento.

As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade durante todas as fases da pesquisa. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados a sua pessoa e ao Movimento. Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com o pesquisador responsável.

É garantido indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pelo pesquisador, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisador e pesquisado), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____,
RG _____ CPF _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Local: _____ Data ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa:

Assinatura do pesquisador responsável:

APÊNDICE I – Termo de Consentimento para uso de imagem e voz

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado
Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território,
Planejamento e Sustentabilidade

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E VOZ

Título da pesquisa: A CONSTRUÇÃO DE SABERES NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE SEMENTES CRIOULAS NO OESTE DE SANTA CATARINA – BRASIL

Pesquisadora Responsável: Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto

Eu, _____, permito que o pesquisador relacionado acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade da pesquisadora pertinentes ao estudo e sob sua guarda.